

||| GIL ▲
V I C E N T E

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161 — Guimarães

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE
SOUSA & IRMÃO - VILA NOVA DE FAMALICÃO-1941

GIL VICENTE



NÚMEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XVII

GVIMARÃIS

M C M X L I

Super flumina Babylonis

INICIA-SE a publicação dêste novo volume da *Gil Vicente* com o Vêlho Mundo ainda em guerra.

A concepção democrática de Wilson e aquela teórica paz de que a Sociedade das Nações se fêz depositária, não passaram de castelos na areia que a acção do tempo e a vontade dos homens lançaram por terra.

Já de há muito que se vinha sofrendo de uma grande crise. Quebrado o princípio da Autoridade, estabelecida, como sistema, a anarquia nascida das lutas das classes e das facções políticas, caminhava-se conscientemente para o caos.

Ainda não estavam de todo cicatrizadas as feridas da outra guerra, já alguns povos da Europa se preparavam para quebrar os diques que se opunham à invasão dos novos bárbaros do norte.

O essencial era o triunfo da Democracia, embora o Mundo se tivesse de debater na maior das agonias ou tivesse de sofrer a maior das catástrofes.

De transigência em transigência, veio a cair-se na política sectária e desagregadora das Frentes Populares.

O que foi a acção perniciosa dessa política de traição testemunha-o o martírio ainda recente da Espanha e a derrota quási inacreditável da França.

A Latinidade foi profundamente atingida. E embora Franco a tivesse levado à vitória sôbre a barbárie moscovita, não podemos deixar de reconhecer na derrota da França um doloroso sintoma do seu enfraquecimento,

Mas, êste facto, não nos leva ao Muro das Lamentações a chorar, desanimadamente, as desgraças de que não somos culpados.

Sabemos quais as causas do mal e sabemos também como lhe dar remédio. Durante os anos já decorridos, que outra coisa se tem feito nas páginas desta Revista ?

O que nos confrange e nos revolta é, no meio de tantas ruínas, de tanta desolação, de tanto sofrimento, ouvirmos falar, sarcásticamente, da

solidariedade e fraternidade democráticas, como se a lição dos acontecimentos não fôsse suficiente para curar a cegueira de certas nações.

Compreende-se que a ideologia democrática anime ainda os povos sem tradições, Babel de raças onde o Judaísmo, os *Gangsters* e os *Trusts* partilham entre si direitos de soberania.

Mas a Europa é que tem obrigação de arripiar caminho e não é a Democracia que a perdeu nem o Bolchevismo que a procura escravizar ou o Cesarismo que alastra, que poderão reagir contra o vício de origem, porque todos são filhos da Revolução Francesa.

Nesta hora angustiosa, há ainda quem, medrosamente, não deseje ouvir falar das questões de regime. Nunca a ocasião foi tão propícia ao proclamar da Verdade, para que esta triunfe da mentira, do êrro, da corrupção, vencendo as trevas do indiferentismo com a luz cariciosa de uma nova alvorada de Fé.

Emquanto lá longe troa o canhão, e a metralha varre cidades e aldeias e ceifa tantas vidas inocentes, caminhemos nós, corajosamente, sem desfalecimentos nem tibiasas, a defender os nossos direitos de homens livres, porque, alheios aos planos rígidos, vemos na Dinastia a fiadora da Ordem, em virtude da segurança do poder real, dessa Ordem Nova pela qual a Europa anseia e que será a garantia de uma fecunda era de Paz nobre e justa.

E' êste desejo que nos anima a continuar na luta pelo bem comum, mantendo, através de todos os sacrifícios e de tôdas as dificuldades da hora que passa, esta Revista que é, actualmente, a única sobrevivente da áspera mas já gloriosa jornada que, sob o signo do Pelicano, foi iniciada há anos por um punhado de portugueses para que a vélha Madre-Lusitânia despertasse na compreensão verdadeira daquele «oitavo-sacramento» que enchia de admiração o insuspeito testemunho de Renan e está bem patente nos oito séculos da nossa História.



SUA ALTEZA A SENHORA INFANTA

ENCERRADO o Ano áureo, por determinação do Govêrno, no dia 2 de Dezembro, terminou, automaticamente, a missão oficial de sua Alteza Real a Senhora Infanta de Portugal, D. Felipa de Bragança.

Porque seu Augusto Irmão, o Chefe da Casa de Bragança, fôra convidado pelo Govêrno, a dignar-se indicar quem, durante as Festas Centenárias (2 de Junho a 2 de Dezembro), devia representar junto delas, a sua Família, tivemos aí, desde o princípio de Novembro, no desempenho da alta missão de que o Chefe da Família Real a incumbiu, a Senhora Infanta D. Felipa.

Foi, Sua Alteza Real, durante o curtíssimo espaço de tempo da sua missão, objecto das mais delicadas atenções, das mais significativas deferências, por parte do Govêrno do País e do Povo de Portugal.

Desde a sua aposentadoria em Queluz, com tôdas as elegâncias e requintes, até às manifestações com que por tôda a parte a acolheu, o Govêrno primou, sem exageros que se arriscam sempre a ser ridículos, e sem reservas que correm o risco, quási sempre, de ser ofensivas, o Govêrno primou incansavelmente em demonstrar a Sua Alteza o respeito que a Sua Augusta Pessoa lhe merecia.

Todos os portuguezes, porque a todos êles o facto de um modo geral interessava, e todos os monárquicos, a quem o mesmo facto muito particularmente não podia deixar de interessar, estão profundamente gratos ao Govêrno de Carmona e Salazar, pela maneira como recebeu e tratou a Infanta de Portugal, herdeira do Rei Fundador e do Rei Restaurador, e Irmã e representante do

Chefe da Casa de Bragança, sôbre cujos ombros pesa a responsabilidade de oito séculos de vida gloriosa e de história sem igual.

Por seu lado, o Povo português, compreendendo, na sua intuição maravilhosa, a beleza moral do convite feito pelo Govêrno, e a beleza moral da aceitação dêsse convite por parte do Chefe da Casa de Bragança, seguiu com alegria confiante, e com entusiasmada devoção, as directrizes confidas na atitude de Carmona e Salazar. E onde Sua Alteza compareceu, nas recepções fidalgas, ou entre a gente de trabalho, sempre o Povo português deixou claramente traduzir o seu respeito pela pessoa gentilissima da Senhora Infanta D. Felipa.

A minha pena nunca soube enredar-se em cortesantias. E' com a mais natural sinceridade que digo que esta Infanta de Portugal conquista quem dela se aproxima. Muito inteligente, com uma notável e superior capacidade de compreensão da política portuguesa, distante, pela gerarquia, e próxima, pela afabilidade, esta Infanta de Portugal tem pôsto ao serviço da sua Pátria, todos os requisitos com que Deus a dotou.

A História revelará, um dia, em tôda a sua largueza e grandeza, o amor a Portugal que inspira as palavras e os passos desta Senhora.

Mas um amor que não é estéril e meramente contemplativo, antes prodigioso de beneficios, e estruturalmente activo, procurando aproveitar tôdas as circunstâncias e tôdas as emergências.

Ainda há dias, em Queluz, era para se ver e admirar o modo como presidiu a uma assemblea de escritores monárquicos, onde havia de tudo—desde os encanecidos no labor das letras, com largas fôlhas de serviço, até os acabados de chegar, e trazem tôda a candura entusiástica da sua mocidade impaciente; havia os que se consomem na decifração erudita de enigmas científicos, e os que preferentemente transcendem esta vida e se passeiam pelo Olimpo, entre Musas e Vates.

Havia de tudo.

Na exposição prévia do seu objectivo; no modo como dirigiu a discussão; nas objecções que levantou, nos comentários que fêz—Sua Alteza foi magnificamente superior.

Entre escritores, podia ter descaído num bas-bleuismo irreprimível. Nada, pela palavra nada, que com isso se pareça! Lucidíssima, e impregnada do melhor bom senso, Sua Alteza foi, sem dúvida

•

alguma, o chefe de nós todos. A sua eloquência natural, despida de efeitos retóricos ou atitudes teatrais — eloquência familiar, de conversa sem pretensões, orientada apenas pelo desejo intenso, formal, de congregar e aproveitar energias, essa eloquência a todos nós, alguns, velhos lutadores, cheios de cicatrizes de mil combates, seduziu e comoveu.

Como podia esta Princesa, esta Senhora, quási ainda uma rapariga, ter, entre os escritores que à sua volta se sentavam, as fórmulas felizes, as imagens convincentes que teve?

Eu ouvia, e, ao mesmo tempo, estava a ver nela o símbolo completo, a soma total de múltiplas forças convergentes, daquelas forças que, há oito séculos, dirigem Portugal, e são os Reis que o fundaram, o defenderam, o engrandeceram, o impuseram à vida e à História.

Eu não tinha, diante de mim, uma Infanta de Portugal: quem ali estava, sentada no sofá azul do salão azul do Paço de Queluz, singelamente vestindo um simples vestido roxo, sem jóias ou arrebitques, falando-nos tão familiarmente, como se fôsse nossa irmã ou nossa filha, mas, dentro dessa familiaridade, tão imperiosamente como se fôsse o nosso chefe, quem ali estava, não era uma Infanta de Portugal: era a História da Pátria, no que ela tem de mais vivaz e de mais projectável no Futuro. Pela sua voz, falavam milhares e milhares de gerações sucessivas — desde as que em 1128, talharam as primeiras fronteiras a Portugal, e em 1139, em Ourique, venceram a moirama, até às que, em Chaimite, ou nos Dembos, asseguraram a glória de Portugal.

E quando a Senhora Infanta nos ordenou: — *«fé em Deus, fé em si mesmos, e fé no Silêncio!»*, passou por todos nós um sôpro de epopeia...

Terminada a missão oficial de que o chefe da Casa de Bragança a encarregara, Sua Alteza Real partiu, a dar contas a seu Augusto Irmão, da forma como desempenhou aquela missão.

Partiu — e não devera ter partido.

Mas as circunstâncias podem mais do que a vontade dos homens, muitas vezes.

E o momento que atravessamos é uma destas.

Para que, terminada a sua missão oficial, pudesse, Sua Alteza Real, continuar na sua Pátria, seria necessário um conjunto de condições que, infelizmente, se não deram e não dão.

E para que tudo, à volta da Sua Alteza, seja, como foi, impecável, nobre e digno, teve a Infanta de Portugal de suportar o sacrificio atroz de partir, e nós de sofrer a mágoa de a ver deixar-nos.

Estas seis semanas em que estive entre nós foram admirável serviço que prestou à sua Pátria — pelo que disse, pelo que fêz, e pelo que ouviu. Espero em Deus que todos nós tenhamos aproveitado e venhamos a aproveitar com êle.

Só dessa forma corresponderemos cabalmente às intenções e desejos de Sua Alteza Real, e ao que de nós tem o País direito de esperar.

ALFREDO PIMENTA.



SONETO

... É no ideal
Que se encontra a existência
Da verdadeira, sã realidade
(Direi *realidade espiritual*),
Assim como é na ausência
Que se encontra a saúde.

A. Correia de Oliveira — Poema, 1939.

*Tu o disseste, Mestre: em realismo,
Nudez da carne sem o véo da idea,
«Há tanta coisa amesquinhante e feia»,
Que é lástima dizê-lo, é prosaísmo.*

*Só nos foi dado a nós — no cataclismo
Do mundo ao qual o gôzo revolteia,
Amargo e vil, — crescer, ter vida alheia
À vida — puro instinto, animalismo...*

*Só nós, por dom divino, temos posse
Da Graça a refulgir como se fôsse
Criada à grande luz da Fantasia.*

*Tôda a verdade é sonho, a bem dizer;
Sonhar é ver a Deus, é sol-nascer,
E só, nascente o Sol, é pleno dia!*

Pôrto, 10/VII/1940.

J. A. V. G. PINTO BACELAR.

A memória do P.º António Vieira

DENTRE as cerimónias realizadas no último ciclo das Comemorações Centenárias, seja-me permitido recordar hoje a que teve lugar no dia 17 de Novembro na igreja de S. Roque, de Lisboa, antiga Casa Professora dos Jesuítas, e no decurso da qual foi evocada a figura gloriosa do Padre António Vieira, cujo Sermão da Epifânia ressurgiu, milagrosamente, perante a selecta assistência, através da palavra perfeita e eloquente do reverendo padre dr. Pereira de Magalhães.

Justa e oportuna homenagem foi essa, prestada à memória de um dos maiores obreiros da Restauração Nacional, e que foi também missionário, político, diplomata, orador admirável e prosador imortal, pelo que deve merecer o rendido preito de quantos comungam no mesmo entranhado affecto à sua Pátria e na mesma admiração por todos aquêles que, por qualquer forma, contribuíram para a sua grandeza e renome.

Dêste homem, que foi um dos melhores auxiliares de D. João IV na consolidação da independência portuguesa, e que tanto honrou a oratória sagrada do seu tempo e de todos os tempos em Portugal, escreveu outro grande português, o sábio e virtuoso prelado que foi o Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo, que «Se grande penetração, activa diligência, conhecimento dos homens, uso dos negócios, método e arte de escrever com pureza e clareza podem fazer um bom historiador, mal podem negar-se em António Vieira estas qualidades.» E o mesmo cultíssimo prelado — autêntica glória das letras portuguesas — acrescentava, ao referir-se a Vieira orador e prosador, que «A sua linguagem era a do seu tempo e a da sua Nação; e como estava já muito depurada, e tomou nas suas mãos os últimos quilates, é e será a verdadeira linguagem Portuguesa em todos os tempos; de tal sorte que quanto se afastar dêste padrão, tanto fugirá do seu puro natural, da sua sincera formosura.»

Foi essa homenagem prestada ao Padre António Vieira no mesmo ano em que se celebrou o IV centenário da Companhia de Jesus, que êle muito dignificou por seus talentos e virtudes e que a todos os nacionalis-

tas conscientes cumpre glorificar nesta hora reparadora que atravessamos e em que ainda não se apagaram os ecos das solenidades comemorativas dos factos transcendentos da Fundação e da Restauração da Nacionalidade. É que nós não podemos nem devemos esquecer que essa Ordem religiosa foi uma das que maiores serviços prestaram à Causa da Independência e da Expansão nacional, à causa, principalmente, das nossas campanhas colonizadoras de além-Atlântico.

No que, então, se refere ao Brasil, a acção dos Jesuítas foi tanto mais proveitosa quanto é certo que êles não se limitaram a cumprir a sua missão de apóstolos, a exercer a sua influência de missionários. A sua acção teve aí muito mais largo alcance, pois além de propagarem a Fé e de captarem e disciplinarem os indígenas, de refrearem as ambições dos colonos e de derramarem a instrução, ao esforço civilizador dos Jesuítas devemos ainda o ter-se mantido a unidade da religião e da língua, na grande colónia de além-mar. Foi nas escolas da Companhia que os indígenas e os colonos aprenderam, com a religião e os rudimentos da história-pátria, a falar e a escrever a linguagem portuguesa.

Conforme lúcidamente observou, um dia, o dr. Manuel Múrias, «foi assim que em tôda a terra brasileira a pouco e pouco, se espalhou e definitivamente se fixou a língua que era sòmente nossa. E foi através de muitas dificuldades e perigos, sacrificando-se às vezes até ao martírio, que os filhos tantas vezes desprezados da Companhia de Jesus conquistaram para a língua portuguesa no Brasil os foros de língua nacional». Por isso mesmo, acrescentava o mesmo distinto escritor que não devíamos consentir que se separasse da história dos portugueses no Brasil «o maravilhoso capítulo, que nêle souberam conquistar, a sangue e lágrimas, os padres da Companhia de Jesus».

Essa obra de reparação, de justiça, que é devida aos Jesuítas — «os grandes caluniados da história», na frase de um ministro brasileiro — tanto no que diz respeito à sua acção colonizadora como à sua influência em geral, tem sido empreendida e aplaudida pelos melhores representantes da inteligência portuguesa e brasileira, bastando, para o comprovar, que recordemos os nomes de Camilo Castelo Branco, João de Lemos, Ramalho Ortigão, Tomaz Ribeiro, Sena Freitas, Almeida Silvano, Artur Viegas, Gonzaga de Azevedo, Francisco Rodrigues, D. Miguel Soto-Maior, Lúcio de Azevedo, Fortunato de Almeida, Alfredo Pimenta, António Sardinha, Fernando de Sousa, Manuel Múrias e tantos outros autores que seria longo enumerar.

As homenagens prestadas à memória do Padre António Vieira, na

igreja de S. Roque, atingiram também a Ordem a que êle pertenceu, e a respeito da qual me permito recordar, para têrmo destas linhas, o testemunho insuspeito de Latino Coelho, que nos legou o seguinte depoimento: «Nenhuma congregação religiosa enriqueceu ainda os seus fastos com um mais brilhante e sincero martirológio. O Evangelho teve nos jesuítas muitos dos seus mais ardentes operários. Não os entibiava a longura das viagens, a bravura das tempestades, a perspectiva do martírio. Não os acobardava a dureza das privações, nem a fereza dos gentios. Mais do que à fortuna das quilhas descobridoras, e à bizzarria das espadas aventureiras, se deveu a conquista do Novo Mundo à prègação da evangélica palavra. O missionário utilizava, santificando-a, a conquista do soldado.»

FERNANDO CAMPOS.



I. Credos & Superstições

SUPERSTICIOSO em exagêro é o povo madeirense, dando êste, assim e por vezes, foros de aceitação às coisas mais dispaes e inverosímeis.

— Na sua simplicidade, o povo continua temendo as *proves almas penadas* ou do *outro mundo* porque estas, por falta de rezas e sufrágios, ou por peccadilho ruim de morte, escondido *in articulo mortis*, à absolvição do confessor, voltam a êste nosso *vale de lágrimas* para, praticando proezas das suas, se vingarem daqueles por cá esquecidos em pena terrena e, esperançadas em que algum, por mais afoito e mais crente, lhes pergunte pela razão de seu sofrer a fim de que, com a paga de promessa em dívida, mereçam encomenda para Deus...

E para afugentá-las do lugar dos vivos nada melhor há do que aspergir-se com água benta o sítio de seu vaguejar ou — melhor ainda! — fazerem-se os tão vulgares perfumes de alecrim, acompanhando-os do *Credo* em cruz. Muito melhor ainda será fazer a benzedura nas quatro direcções com uma faca de bom aço...

— De feiticeiras, nem será bom falarmos, pois estas, vingativas como são, aconchavarão, pelo certo, com a calada da noite, dar descaminho aos cabelos do chalaceador, tesourando-os de maneira atroz. E se, algum por incrédulo, logo à boquinha da noite, pouco depois do tanger das *Ave-Marias* (o nosso santo povo, no seguimento de costumes avoengos, *deita-se com as galinhas*, como soe dizer-se!) ao querer descansar no sono das pesadas canseiras do trato diário, se nega ou se esquece de afugentá-las com o tão vélho e tão costumado « *tôsca-marôsca, cruces na testa, freio*

na bôca, librai-me esta casa e esta comarca tôda » (1); sabido é que, protegidas pela sombra da noite, tornarão para a vindicta.

— De *aipo branco da rocha* elas não gostam, pelo que é êste, remédio santo para afugentá-las...

— Quando numa casa aparecer pessoa tida como *amante do demônio* (2) não deixar tesoura aberta, porque enquanto esta assim o estiver, por mais vezes que a comadre do dito faça despedida por palavras, jamais sairá, para, uma vez fechada a tesoura, se apartar, embora com regresso, para a desforra, pela calada da noite.

— Para correr com visita importuna não esquecerá a banca de cozinha com o assento para baixo ou, para reforçar o despejo, colocar a vassoura ao contrário.

— Depois das Ave-Marias não receberá o madeirense sal em sua casa, pois com êste virá o azar, assim como não varrerá, pois com as vassouradas se irá a fortuna...

— Foge o nosso povo dos possuidores de *maus olhos* como se apartaria do diabo, porque a estes, tendo por infelicidade o sacerdote ao baptizá-los esquecido indispensáveis *palavrinhas*, estão por má sorte condenadas, para todo o sempre, ao lançamento do terrível *mau olhado* sôbre pessoas, coisas ou animais, para tratamento do qual necessário se tornará um sem número de rezas — sempre ditas, porém, em número ímpar — e perfumes, dos quais na seqüência referiremos alguns.

— Para livrar do *ar mau*, tanto nas pessoas como nos animais, será de recomendar o penduricalho de ramo de alecrim em cruz, de um chifre ou de uma ferradura com uso, à porta da residência ou à do curral, pois dêste modo se livrará muita vez de morte repentina entre os homens ou de que o gado venha a azoigar, coitado, do terrível *ar mau*...

— A *cura do bucho encostado* ou *enfustado*, é entregue ao cuidado de uma das muitas mulheres-de-virtude que, de Norte a Sul, enxameiam a Ilha: a mulher-de-virtude com as mãos humedecidas em azeite, praticará maçagens e recitará fórmulas apropriadas ao acto tantas vezes, em número ímpar, quantas as reputadas indispensáveis à cura. Depois de cada maçagem será colocada uma fôlha de couve sôbre a barriga do padecente para tirar-lhe a febre maligna e seguir-se-á a colocação de boa ligadura

(1) Ao rezarem esta pequena oração, benzem-se na testa, na bôca e sôbre o peito, sendo a cantilena repetida por três vezes.

(2) As feiticeiras ou bruxas são comadres ou mancêbas do demônio, nas ditanças do nosso povo.

de linho em redor do tronco do enfêrmo com o fim de trazer o bucho no seu lugar até o dia seguinte, em que se tornará a cerimónia semelhante...

— Tem mêdo do *grima* ⁽¹⁾ que, por muitas vezes, por volta da meia noite, espera os noctívagos, nas encruzilhadas de mau agoiro, disfarçado sempre de qualquer modo, em cão, em gato ou até mesmo em bola de pela, para provocação e poder obrigá-los a carregar às costas com seu pesadíssimo e enorme corpo de poderoso rei dos Infernos até junto das feiticeiras, suas prendadas e dilectas filhas, as quais a essa hora o esperam para reunião magna...

— Quando morre uma pessoa na família, seguem-se-lhe, de ordinário, outras duas...

— Não deixar aberta gaveta de móvel, pois é sepultura aberta a familiar da casa e, a dar-se, que seja o esquecido a fechá-la e não outrem, pois a êste correrá a desgraça...

— Não é bom serem três a colocar a mesa ou ao fazer da cama, pois morre o mais novo. E se alguém, durante o fazimento da cama é chamado, não deverá sair do quarto sem prèviamente colocar o travesseiro sôbre a cama.

*

E como de médico e de louco todos têm o seu pouco também as gentes em sua sabedoria juntam ao riquíssimo folclore islenho um número incalculável de receituário de arte caseira, de que usa e abusa, para conservação de sua e alheia saúde e por tudo e por nada se trata com ervas, chás e perfumes de sua inventiva ⁽²⁾.

A enciclopédia médica popular, dada em estendal, chegaria para um valioso tratado e portanto limitamo-nos a fazer-lhe ligeiríssima referência neste trabalho que há um par de tempos começamos na *Gil Vicente*.

*

Emfim seria um nunca mais acabar, se pretendessemos narrar aqui tôdas as superstições a que é dado e havido o nosso bom povo.

E como julgamos que o melhor modo de fazer a história dum povo é conhecê-lo nos seus tipos, nos seus costumes, no seu viver e até no seu saber morrer, vimos, desde algum tempo a esta parte, em vários traba-

(1) O povo chama *grima* ao demónio e, de facto, achamos bem o epíteto, pois o demo é furioso...

(2) São conhecidos os chás de «barba de milho»; de pessegueiro inglês (erva lúcia); os xaropes de agrião, etc.

Ihos dispersos e últimamente em estes ligeiros ensaios para trabalho de mais tômo — e que designamos, não sabemos se bem ou mal, por *Cousas da Madeira*— dando apenso modesto aos, tão infelizmente, poucos estudos existentes sôbre o folclore islenho, procurando entender — como o nosso grande Camilo no prefácio de *A filha do Doutor Negro* disse procurar nos seus romances — *no melhor modo de descrever os usos e costumes da minha Terra, os sentimentos bons e maus como por cá os tenho visto*, para que assim, num futuro, possamos legar aos vindouros a nossa História Nacional menos maltratada do que quando de nossos pais a recebemos em herança, pois, pelo mau entendimento dispensado ou pela má interpretação achada à psicologia do nosso povo, aos usos e costumes que dos maiores êles sempre trouxeram e souberam bem transmitir à prole, esta vinha prenhe de falsidades históricas.

•

Entendemos que, na impossibilidade de, pelo seu nunca acabar, poder tornar conhecidas tôdas as orações populares espalhadas pela Ilha e na bôca de quási todos os islenhos, é dever nosso juntar algumas das mais correntias e assim, na seqüência, acharão os leitores, umas quantas orações para esconjurar as *coisas más que vêm a êste mundo para perder as provés almas* e as benzeduras contra o *mau olhado, cura de aberto, erisipela*, etc.

Divulgando-as, com estes ensaios, cumprimos um dever: o dever do contributo, embora modestíssimo, de aquilo reputado mais excelente para, inventariando o *sentir* e o *viver* lusíada de lares portuguesíssimos, proceder-se à feitura da verdadeira, nacional e cristã História de Portugal ainda tão mal tratada em ideas, factos e fundamentos.

1. — Benzeduras contra o mau

: olhado e outras maleitas :

São inúmeras as orações para sarar a pessoa atacada de mau olhado, o qual, sendo de fêmea, é sempre de efeitos piores e cura mais lenta do que o de origem masculina.

A sorteadeira pode realizar a reza de duas formas distintas: ou utilizando-se de um rosário de contas prêtas, prèviamente benzido por um eclesiástico, ou de nove ramos de alecrim, que tantas são as vezes que a oração é repetida. Proceder-se ao tratamento fazendo cruces sôbre o doente, e recitando a pessoa que cura determinada oração a meia voz.

São numerosas as rezas usadas, variando quási que de freguesia para freguesia.

Se a benzedura se faz com alecrim, ao fim de cada vez que a oração é rezada, tira-se um ramo do alecrim, prèviamente disposto em cruz.

A reza mais usada em tôda a ilha, por não só curar do *mau olhado*, como de *ares maus*, é a que segue, e que consideramos inédita ⁽¹⁾.

«Com o Santíssimo Nome de Jesus a quem adoro e creio verdadeiramente que nos há-de vir a julgar, os vivos e os mortos, os bons ao céu e os maus às penas eternas. Todos estes ares maus constipados que êste corpo tem, ar do sol, ar da lua, ar de frio, ar da serra e ar do mar, ar da neve e ar da chuva, ar de portas e ar de janelas, ar de camas, ar do berço, ar de caminhos, ar de igrejas, ar da pia, ar de vento ou ruim mal invejado que entrou nesta cabeça, nestes miolos, ou nesta testa, ou nestas fontes, ou nestes olhos, neste nariz ou nesta bôca, ou nesta garganta, nestes ouvidos, nestas costas, ou nestes ombros, nestes braços, nestas veias, ou nestas mãos, ou neste peito, ou neste fígado, neste bofe ou neste coração, ou neste bucho, ou neste debulho ⁽²⁾, ou nesta barriga, nestes ossos, ou nestes joelhos, ou nestas pernas, ou nestes pés, ou nestas juntas, naquele mar seja deitado, que o mar é poderoso e sagrado, pode com tudo sempre. Amen.»

No final de nove benzeduras, acrescenta-se:

«Onde te ponho as mãos. Nosso Senhor te ponha sua sagrada vir-tude e no corpo a saúde.» (três vezes).

a) — A CURA DO MAU OLHADO

Esta cura pode fazer-se com água, deitando-se nela três pingos de azeite de cada vez que é feita a benzedura da água (geralmente por três vezes, substituindo-se a água de cada vez).

Se o azeite se dissolve, ou *espalha*, como dizem, é sinal evidente de que o doente está atacado do terrível *mau olhado*.

Torna-se urgente o tratamento; e então, conforme a natureza do mal, procede-se à cura por tantos dias seguidos, quantos os necessários ao restabelecimento da saúde. O número de curativos deverá ser sempre ímpar.

(1) O sr. dr. Urbano Canuto Soares regista alguns outros processos interessantes de «benzeduras» empregados nesta ilha, num artigo da *Revista Lusitana*, vol. XVII, 1914, pág. 150.

(2) Viscera. ¿Por analogia com *bandulho*?

Variadíssimas são as orações para a benzedura da água, limitando-nos, por hoje, a fazer referência unicamente às três que seguem.

Primeiramente reza-se, sempre em cruz, o «Creio-em-Deus-Padre, etc.» e em seguida acrescenta-se:

«*Fulano*, eu te curo em nome de Deus e da «Virge» ⁽¹⁾ Maria e das três Pessoas da Santíssima Trindade, a quem eu adoro e creio verdadeiramente. Eu vos peço que mostreis nesta água e azeite a pura da verdade; que eu te curo, e Nosso Senhor, pela sua infinita misericórdia, que te sare» (três vezes).

Outra variante:

O «Creio-em-Deus-Padre...» completado em seguida, por três vezes, com:

«*Fulano*, eu te *esprimento* em nome de Deus e da «Vrige» Maria e das três pessoas da Santíssima Trindade. Credo.»

Ou ainda esta:

«Creio-em-Deus-Padre...» (como nas anteriores). *Fulano* foi o nome que te puseram na pia. Com o nome de Deus e da «Vrige» Maria e das três pessoas da Santíssima Trindade, a quem eu adoro e creio verdadeiramente, eu vos peço que mostreis nesta água e azeite a pura verdade. Eu te curo e Nosso Senhor, pela sua infinita Misericórdia, te sare. Amen.» (Por três vezes, curando-se até o azeite não espalhar ou, como dizem, até êle *juntar*).

Nesta última oração pode o doente curar-se a si próprio alterando as palavras para: «*Fulano* foi o nome que *me* puseram, etc.».

A água e azeite costumam ser lançados à rua, e pela primeira pessoa que os pisar se conhece do sexo daquele que, pela falta de uma ou mais palavras no baptismo, ficou possuído do desastrado poder de «lançar o mau olhar» sôbre pessoas, animais ou coisas.

b) — A CURA DA ERISIPELA

Reza-se nove vezes seguidas, com ramos de *palma* e de *oliveira*, tirados das *palmas* benzidas em Domingo de Ramos e dispostos em cruz:

«Pedro e Paulo, donde vens? Senhor, venho de Roma. Diz-me, P. e P., que novidades há por lá? Senhor, há muita doença. Diz-me, P. e P., que doença será? Senhor, há muita *érsipela*. Torna atrás,

(1) Ouvimos *Virge*, *Vrige* e *Verige*, conforme as pessoas ou localidades.

P. e P., leva palma e oliveira e cura desta maneira: *Érsipela, érsipelão*, quem te *trouche* a esta morada? Foi o frio, foi a neve, foi a má tempestade. Vai-te, *érsipela*, maldita, para o fundo daquele mar, que êste corpinho é *prove*, não te pode sustentar.»

Conhecemos ainda esta outra variante, que nos comunicou uma mulherzinha dos arredores do Funchal:

«Ia Deus por um caminho, Pedro e Paulo *encontra*, Nosso Senhor lhe *pregunta*: donde vens, P. e P.? Senhor, eu venho de Roma. Torna atrás, P. e P., diz-me o que por lá vai. Senhor, há muita *érsipela*! Torna atrás, P. e P., leva palma e oliveira e cura desta maneira: vai-te maldita *érsipela*, para *adonde viestes* fazer morada; foi do frio e da neve e foi da má tempestade. Vai-te, maldita *érsipela*, para o meio daquele mar, que êste corpo é *prove* não te pode sustentar. Com o nome de Deus e da «Vrige» Maria e das três Pessoas da Santíssima Trindade.»

c) — CURA DE ÍNGUAS

Passa-se com uma faca sôbre a íngua, como a cortá-la, dizendo ao mesmo tempo:

Íngua corto, íngua talho...

e indo em seguida com a faca à cinza, em forma de cruz, termina-se:

... íngua deito neste borralho.

E isto por cinco ou sete vezes (conforme à *natureza* do mal), é suficiente para desaparecer.

A pessoa atacada deve estar em jejum e vai à cinza do lar juntamente com outra pessoa, que lhe pergunta:

— Que tens?

Resposta: — Tenho uma íngua (ou ínguas).

P. — Que é que queres?

R. — Que me cures.

Então o interrogante pega numa faca, e faz uma cruz na cinza ao mesmo tempo que diz: *íngua te corto, íngua te retalho, íngua te joga p'ra dentro do borralho*. Isto é dito por nove vezes.

d) — CURA DA IMPIGEM

Para fazer esta cura, é necessário que a curandeira esteja em jejum. E, conforme diz a oração, vai esfregando a parte atacada, com o dedo molhado em saliva (da sua própria bôca) e cinza.

A *lenga-lenga* é de uma simplicidade extrema :

«*Inpinja rabinga*, a «Verige» do Monte manda curar com *escupo* da bôca e cinza do lar, assim tu medres, *cuma* eu comi e *bubi* (1), e fui à serra e já vim, e fui ao mar e já voltei.» (2)

e) — CURA DE «ABERTO»

A curandeira, enquanto vai cosendo em um bocado de fazenda, em um novelo de linhas, etc., diz ao doente :

— Santo Amaro te encase e te leve ao seu lugar o que eu coso.

Ao que êle responde :

— Carne quebrada, aberta, *desmintida* e nervos desconjuntados.

Volve novamente a pessoa que cura :

— Isso mesmo é que eu te coso, carne que te quebraste, veia que te acavalgaste, nervo que te desconjuntaste. O bemaventurado S. Amaro te encase e leve ao seu lugar. Amen.

Deve ser dito nove vezes em cada dia, enquanto não se ficar sarado.

f) — CURA DE BUCHO «ENCOSTADO» OU «ENFUSTADO» (3)

Enquanto aplica maçagens sôbre o ventre com a mão embebida em azeite, a curandeira vai rezando :

«*Maria*, com o nome da «Verige» Maria e das três Pessoas da Santíssima Trindade, onde eu ponho as mãos ponha Deus a Sua Santidade. *Morteirinha*, abre-te e fecha-te para Nossa Senhora entrar. Se fôr bucho ou coalheira que «vaia» ao seu lugar.»

As curas são sempre feitas em número ímpar, pois de contrário tornará a voltar o bucho.

Depois de cada maçagem coloca-se, geralmente, contra o ventre uma fôlha de couve, ligeiramente aquecida, para tirar a febre.

(1) Em alguns lugares da Ilha diz-se *buber* por beber.

(2) Para complemento, veja-se *Subsídios para o cancionero*, já cit., onde lemos uma variante. E não só desta como de quási tôdas as orações podemos encontrar nesse trabalho óptimos subsídios.

(3) A doença conhecida por êste nome, quási sempre proveniente de quedas e muito na moda para as crianças, deve ser motivada por uma contracção espasmódica do intestino, pelo que é de aconselhar repetidas fricções, mas o povo no seu pensar acha de mais eficácia quando acompanhadas por rezas populares.

E, em seguida, é o ventre do padecente envolvido em panos de linho, até completar a cura.

Uma outra oração muito em uso, em especial no sul da Ilha, é rezada, pela curandeira, da seguinte maneira :

« Assim como a murta se abriu e se tornou a cerrar, assim isto seja verdade. Nosso Senhor Jesu Christo queira pôr este bucho, este ventre, este debulho, esta coalheira no seu lugar. » Depois, descansando as mãos sôbre o ventre do padecente, continua, ainda por nove vezes, « coalheirinha, vai ao teu lugarzinho, bucho volta ao teu lugar ». E acabadas as rezas e, portanto, as maçagens, é aconselhado, pela medicina caseira, o emprêgo de uma fôlha de couve, de tenra verdura, que, aquecida a lume brando e humedecida com azeite, deve ser colocada sôbre o ventre.

E a ciência dos povos diz que quando, no dia imediato ao fazer nova cura, suceda encontrar sêca a fôlha é porque o bucho estava encostado. Quando a couve se conserve viçosa, explica-se pela razão de que o en-fêrmo não sofre de bucho.

Agora, para terminarmos e podermos fechar com chave de ouro estes ligeiros apontamentos de benzeduras para curar *pessoa ou outra coisa qualquer*, damos o original de uma interessantíssima benzedura, tal qual a escreveu, na sua pitoresca ortografia, uma dèssas mulheres-de-virtude, que vivem das crendices do próximo.

Ela aí vai, sem lhe alterarmos uma única vírgula, para que, nada perdendo do seu picaresco, contribua para enriquecer estas breves notas do rico mas, infelizmente, tão mal estudado folclore madeirense :

« Isto é de curar de ár com um galho de alecrim de cada vez é pre-çizo se profumar i areza é igual tanto de um curado eomo de outro i ofe-reçimento tambem igual. E com 5 ou 9 galhos de alecrim soubre a Ca-beça da pesoá ou de Outra Coiza Qualquer mas sempre benzendo em cruz i dizendo asim. eu te curo em nome de deus i da virgem maria das 3 peçoas da Santissima trindade eu te curo dus áres da mánhan i dus áres da noite ide todos us áres maus. nossa siuhora por sua mizericórdia queira tirar este mal fora deste corpo i deste miol para u fundo du mar i se isto não basta basta as 3 pessóas da santissima trindade eu te ponho as minhas mãos Jezus asua Sagrada virtude i a de são árluiz que este corpo não é teu nunca foi nem háde ser vaite para Campos verdes onde não tenhas quem te imbarre onde não oiças agua zuar nem boi berrar nem Galo cantar nem sino tocar vaite para ufundo du mar para nunca mais te tornar a dar. . . »

Oferiçimento 3 padre nosos 3 áve marias i uma gloria patri esta cura que eu curei i esta reza que eu rezei ofereso á Sagrada morte i paixão de noso senhor Jezus christo i a são árluis que queira tirar este mal fora deste miolo i du seu corpo todo para u fundo du mar para nunca mais te tornar adar.

Curar de ulhado é da mesma forma com alecrim como em sima ispe-lica as palavras são asim Arvore João flor das felores arvore João flore das mesmas tal me seja dado ispera por novas de alegria asim Como avirgem maria curava com as suas palvras divinas tambem eu te curo com as minhas. criatura se istais alembhada quem te deu este quebrante este ulhado mal invejado Jezus cristo será nado se foi nu comer ou beber Jezus te queira valer se foi nu andar Jezus te queira tirar se foi no dur-mir Jezus te queira acudir. santa anna santa izabel uteu corpo i uteu Co-ração não disfaleça só amão de são João é que pode tirar outra pessóa não. 3 te dão 3 te tirão homem bóm mulher má Caza barrida i ugada por baixo agua por sima palhas por onde este mal entrou por elle sáia são sebastião queira tirar este mal deste miolo ideste corpo todo para ufundo du mar para nunca mais te tornar adar. profumase com louro alecrin i matos du Caminho.»

2. — Benzeduras para o "mau olhado"

: : : em animais, flores, etc. : : :

a) — CURA DE OLHADO EM CÃIS, PORCOS, ETC.

Benzem-se com alecrim, em forma de cruz, por nove vezes, recitando esta oração:

«Em louvor do *Sôr Sant'Antão*, olhado, quebranto e mal invejado, se te deram no comer, ou no *buber*, ou na tua *boniteza* ⁽¹⁾ ou no teu crecer, Sant'Antão t'ó queira tirar, que tem êsse poder e eu não, que no mar seja deitado, no rio do Jordão sagrado, que tem êsse poder e eu não. Casa *palhaça* ⁽²⁾ por baixo *augada* ⁽³⁾, homem manso, mulher brava, em louvor de Sant'Antão com as três Pessoas da Santíssima Trindade.»

(1) É corrente em frases, como: — Era muito linda! ... Mas que boniteza!

(2) Por *casa palhaça* devem entender-se as casas ou palhotas de côlmo, ainda existentes no Norte da Ilha e em alguns pontos do Sul.

(3) Ou *aguada*, isto é, com água que lhe passa interiormente.

b) — PARA FLORES

O mesmo com alecrim, repetindo nove vezes:

«Em louvor do Santíssimo Sacramento, olhado quebranto e mal invejado, olhos invejosos que para ti olharam, se te deram na boniteza ou no teu crescer, o S. S. te queira tirar que tem êsse poder e eu não. Casa palhaça por baixo augada, homem manso, mulher agastada, em louvor do Santíssimo Sacramento, por onde êste mal *entrua* por lá saia.»

*

Em seguida à cura do «olhado mau» é conveniente (diz a mulherzinha que amavelmente me facultou algumas orações), perfumar («prufumar», como diz) as pessoas, animais ou coisas com um braseiro em que se deita de mistura: alecrim, incenso, umas pedras de sal, rama de alho, às vezes uma fôlha de louro, e, quando seja conhecido o invejoso, um pedacinho de qualquer peça do seu vestuário.

FERNANDO DE AGUIAR.



VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1841

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Janeiro

Dia 5 — Por exoneração do major da 3.^a secção do exército António Teixeira de Azevedo Pinto, foi colocado em exercício no Batalhão de Caçadores de Guimarães o major reformado José Joaquim Moreira de Sá. Também foi nomeado ajudante do mesmo Batalhão o tenente do Batalhão n.º 18, Agostinho Moreira Lôbo. Estas nomeações foram confirmadas pela Ordem do Exército do dia 8 do corrente.

— Os ladrões assaltaram nesta noite a igreja de S. Paio, para o que arrombaram a porta travessa do lado sul. Lançaram as sagradas partículas sobre o altar e levaram o vaso do sacrário, algumas peças de prata da confraria do Santíssimo, resplendores de santos e diversos objectos, tudo no valor aproximado de seiscentos mil réis. Devia tratar-se de uma grande quadrilha, devidamente organizada, porque, emquanto se fez o arrombamento e roubo, esteve grande grupo em frente da porta, em algazarra, tocando tambores e cantando os reis. No dia seguinte (dia de Reis) não se celebraram as missas nesta igreja, assim como nos seguintes (P. L.).

Dia 7 — Por decreto e em conformidade com a nova divisão judicial estabele-

lecida pelo decreto de 28 de Dezembro de 1840, foram criados mais dois officios de escrivão no juízo de direito desta comarca. Segundo a mesma divisão foram despachados Juizes de Direito da 1.^a instância os vimaranenses Agostinho Vicente Ferreira de Castro, transferido de Fafe para Amarante, e Manuel de Freitas Costa, juiz substituto em Vouzela, transferido para Barcelos.

Dia 8 — Receando-se que se rompessem as hostilidades entre a Espanha e Portugal, seguiu para Valença o Batalhão de infantaria n.º 14, aqui estacionado (P. L.).

Dia 18 — Nesta noite e por acinte, foi incendiado o teatro que era pertença do Barão de Vila Pouca, em consequência de o não ter cedido a uns curiosos que queriam repetir nêle uma peça que poucos dias antes tinham levado à cena. Apesar de terem comparecido muitos habitantes desta vila, apenas os empregados da Bomba trabalharam na extinção do incêndio, ficando os habitantes como meros espectadores em virtude da pouca simpatia que o Barão tinha entre a população vimaranense. No entanto os populares trabalharam para que o fogo não atingisse as casas contíguas.

Dia 24 — Após um sermão prégado por um distinto orador sagrado, saiu da igreja de S. Domingos, em procissão para a igreja de S. Paio, o Santíssimo Sacramento. A procissão, que atravessou diversas ruas, era acompanhada de muito povo, tendo-se incorporado muitas irmandades e tôdas as confrarias. Depois de recolher à igreja de S. Paio houve um solene *Te Deum Laudamus* fazendo-se assim acto de desagravo do desacato praticado na noite de 5. À saída da procissão e ao recolher queimaram-se muitos foguetes e repicaram todos os sinos (P. L.).

Dia 26 — Em ordem do exército foi feita nomeação dos officiaes para a organização do Batalhão Nacional dos Caçadores de Guimarães, a saber: cirurgião-mor, Francisco de Azevedo Varela; capitães: da 1.^a companhia, José Inácio de Abreu Vieira; da 2.^a, Domingos António da Silva; da 3.^a, Jerónimo Leite Pereira da Costa; da 4.^a, João António do Couto Gouveia; da 5.^a, António Ribeiro Gomes de Abreu, e da 6.^a, José Pereira da Cunha Leite. Tenentes: António Fernandes da Silva Vitela, Joaquim José Ribeiro de Abreu, João Baptista Sampaio Guimarães, João de Castro Sampaio, Custódio José Fernandes Guimarães e António Joaquim da Silva Areias. Alferes: Francisco Gomes Pereira de Lima, Joaquim José Mendes, Quirino da Costa Vaz Vieira, José António de Freitas Nogueira e Manuel Alexandre Salgado, todos vimaranenses.

Fevereiro

Dia 1 — Foi nomeado quartel-mestre do Batalhão Nacional de Caçadores de Guimarães, Joaquim Aniceto Barbosa e alferes do mesmo Batalhão José da Silva Guimarães.

Dia 4 — Pelo deputado F. J. Maia foi, na sessão dêste dia, mandada para a mesa uma representação da Câmara de Guimarães pedindo o convento e *quintal* de S. Domingos para a construção dos Paços do Concelho e repartições municipais.

Dia 5 — Por Decreto desta data foi nomeado coronel agregado do B. N. de Caçadores de Guimarães o coronel que havia sido das extintas milícias, António de Nápoles Vaz Vieira de Melo e Alvim, cargo de que foi demittido por outro Decreto dêste mesmo mês.

Dia 6 — Em virtude de ter constado que o marechal Duque da Terceira vinha pernoitar nesta vila, a Câmara reuniu extraordinariamente e deliberou que o presidente fôsse cumprimentá-lo.

Dia 7 — Foi aqui conhecida a noticia da nomeação dos officiaes para o B. N. de Caçadores. A nomeação recaiu em vários proprietários e negociantes, ficando como coronel o Barão de Vila Pouca. Este batalhão não chegou a organizar-se.

No apuro geral da eleição para vereadores da Câmara Municipal verificou-se terem obtido maior votação Joaquim Cardoso de Meneses Portela, António Ribeiro da Costa, José Joaquim Vieira, João António de Oliveira Cardoso, José Pereira da Cunha Leite, João Baptista Leite de Lemos e Manoel Joaquim de Macedo. Ficou presidente João António de Oliveira Cardoso (P. L.).

Dia 10 — Decreto demittindo de coronel agregado do B. N. de Guimarães, António de Nápoles Vaz Vieira de Melo e Alvim.

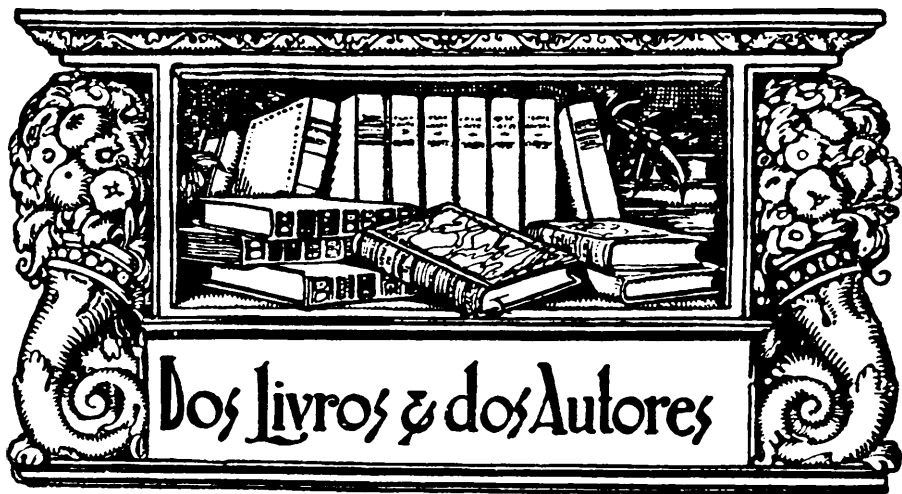
Dia 16 — Chega a Guimarães, para ficar de Guarnição, um destacamento de infantaria 19. Veio de Braga, onde estava aquartelado o seu batalhão.

— Decreto demitindo, por assim o terem requerido, alegando motivos atendíveis, o coronel do Batalhão de Caçadores de Guimarães, Barão de Vila Pouca, e o alferes Francisco Gomes Pereira de Lima.

Nota. — Neste mês registaram-se violentos temporais que causaram grandes estragos, principalmente nos campos que ficam à beira do Tejo, junto a Lisboa, reduzindo à indigência imensas famílias de lavradores. Por ordem de S. M. a Rainha foi aberta, em Lisboa, uma subscrição para socorrer estes infelizes e fizeram-se Preces em todo o Reino (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.





LIÇÕES DE LINGUAGEM, por *Augusto Moreno*. Vol. IV. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1939.

Mais um volume da obra a que já tive ocasião de referir-me a quando da aparição dos anteriores e que já é conhecida de quantos se interessam pelo estudo e pelo perfeito conhecimento da língua pátria. Como nos que o precederam, neste volume são reunidas muitas das respostas que na revista pedagógica *Educação Nacional* o sr. A. M. deu às numerosas consultas que lhe fizeram e a que respondeu com a competência habitual e indiscutível que faz do A. hoje uma autoridade em assuntos de filologia e lingüística, que é preciso ouvir e acatar.

O presente volume é valorizado por um índice que facilita imenso a sua consulta.



CONFLITOS HUMANOS, por *Maria de Figueiredo*. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1939.

Trata-se de um livro de contos duma Senhora que já possui cinco outros volumes de prosa e de verso na sua bagagem literária, mas de que conheço apenas aquêle a que me estou a referir.

Os contos reunidos neste livro são todos de fundo moral irrepreensível mas com o defeito de carência de verosimilhança no encadeamento da acção. Nos

personagens não há autonomia de acção, presentindo-se a Autora a falar por detrás deles. E tal defeito prejudica bastante uma obra que deveria impor-se sobretudo pela verdade das situações e das almas que nela se encontram envolvidas e entre as quais se esboçam os conflitos.

A pesar da frouxidão do estilo a sr.^a D. M. de F. revela qualidades apreciáveis que eu gostaria de ver desenvolver-se em tôda a sua pujança em obra de maior fôlego. Na modalidade *conto* tem a A. ainda bastante a corrigir até adquirir o segredo da arte que no género fêz grandes noutro tempo Eça de Queiroz e Fialho e em nossos dias Aquilino Ribeiro.

A pesar destas pequenas *nugas* é livro para ler-se com agrado e que pode pôr-se sem receio nas mãos dos nossos filhos. Nisso está o seu maior elogio.



CORPVS CODICVM LATINORVM ET PORTVGALENSIVM. Fasc. VIII. Volumen IV. Portvcaie. MCMXL.

Resolveu a Câmara Municipal do Pôrto continuar a publicação desta notável obra que já há anos estava suspensa, com grave prejuizo para a cultura nacional, privada de alguns documentos de particular interêsse para o estudo da história do Pôrto e até de Portugal, nos fins da Idade-Média.

A renovação que se tem feito em todo

o País nas vereações das Câmaras Municipais, levou à do Pôrto um grupo de pessoas de méritos excepcionais, à frente das quais se encontra o ilustre homem de ciência dr. Mendes Correia, hoje sábio de reputação europeia no campo da prè-história e da arqueologia. Foi na vereação dèste Senhor que se resolveu o problema da continuação do *Corpus codicum* de que já saíram dois fascículos constituídos por reproduções do chamado *Livro das Chapas*, trelado de provisões e cartas dos Reis de Portugal e cujos originais se encontram no Arquivo Municipal do Pôrto, e editados pelo Gabinete de História da Cidade que vem desenvolvendo uma acção cultural de particular relevo devida ao sr. dr. A. de Magalhães Basto, seu primeiro e ilustre Director, e agora ao sr. dr. António Cruz, continuador da obra daquele distinto escritor.

Como portuense, que me honro e rezojo em ser, felicito-me pelo exemplo que a minha Terra dá às demais do País; como português que ama antes de mais a cultura sob todos os seus aspectos e manifestações, felicito o Gabinete de História da Cidade pela sua acção e espero que as inconstâncias dos tempos e dos homens não permitam que esta obra deixe de ir até ao fim.



THE BRITISH FACTORY IN LISBON,
by A. R. Walford. Lisbon. MCMXL.

O presente volume, editado sob os auspícios do benemérito Instituto Britânico em Portugal, é uma história breve mas documentada da Feitoria Inglesa de Lisboa cuja vida e vária fortuna o sr. A. R. W. acompanha desde o seu nebuloso início até ao seu fim em 1825 quando lhe foi dado o golpe de morte, já preparado pelo Tratado de 1810. E' um trabalho precioso para os que desejem estudar um dos vários aspectos das relações anglo-portuguesas através dos séculos, e sê-lo-á sobretudo para os que, como diz o A., não possam consultar as obras fundamentais de V. M. Shillington e do professor E. Prestage sôbre essas relações.

«Escrever a história da Feitoria Inglesa de Lisboa — diz o sr. A. R. W. — ou até de qualquer dos seus aspectos, é em grande parte contar a história dos cônsules inglês-

ses nesta mesma cidade»; e explica: «porque foi a própria fundação desta Feitoria que deu ocasião para a posterior nomeação de um representante oficial a quem foi concedida a patente de cônsul pelo govêrno inglês, depois de esta Feitoria ter feito várias tentativas locais sem resultado para utilizar os seus próprios membros para o efeito».

No volume faz-se a transcrição integral do Tratado de 1810, que é comentado em dois capítulos, e em apêndice trata-se dos interesses dos ingleses em Portugal conforme o artigo secreto entre Cromwell e o Embaixador de D. João IV em Londres.

Um índice onomástico facilita a consulta.

E' esta uma obra que merece a leitura atenta de lusófilos e anglicistas pelo muito que pode contribuir para o estreitamento das relações entre dois países vèlhos aliados mas que ainda em grande parte se desconhecem.



CATALOGUE OF THE EXHIBITION OF
BRITISH EDUCATIONAL AND PEDAGOGICAL WORKS. Publicações do Instituto Britânico em Portugal. Lisboa, 1938.

O benemérito Instituto Britânico em Portugal levou a efeito há pouco mais de um ano uma exposição bibliográfica de obras inglesas de pedagogia e de educação, cujo catálogo tenho presente, precedido duma nota introdutória do Director daquele Instituto, o sr. George West, e na qual se explica a génese de tal exposição que teve por fim dar aos estudiosos portugueses um «conspecto dos fins e do escopo da educação inglesa tal como hoje é concebida, da sua função, da sua organização e da sua administração e das ferramentas que para tal se usam».

Uma leitura atenta do catálogo dará a conhecer ao leitor português muita cousa que ignora sôbre o que seja a educação entre o povo admirável que habita além Mancha, que é nosso vèlho aliado, mas de que conhecemos tão pouco e que tão pouco procuramos conhecer. E eu quero crer, tenho mesmo a convicção de que um contacto mais íntimo entre Portugal e a Inglaterra sob o ponto de vista pedagó-

gico e educativo seria de utilidade incalculável para nós porque nos curaria de muitos vícios constitucionais que se mantêm a despeito de tôdas as tentativas feitas no sentido de os extirpar.

A ocasião presente não é de oportunidade para se iniciar uma colaboração nesse sentido, mas a pesar de tudo alguma cousa de útil poderia fazer-se com tal intuito. Oxalá que o sr. Ministro da Educação Nacional a leve por diante, como é de esperar de quem tem procurado levantar a educação dos jovens portugueses a um nível a que antes ninguém pensara elevá-la.



A POLÍTICA DAS OBRAS PÚBLICAS NA ITÁLIA. S/l e s/d.

Os Estados totalitários votam um cuidado especial às realizações de carácter prático, pelo que o fomento está ali na ordem do dia. A Itália, a primeira Nação em que foi proclamado um Estado totalitário, não podia deixar de seguir êste caminho. Mussolini, logo que começou a agir como *Duce* da Nação italiana, procurou fazer o que o Estado liberal não fizera por impotência. E assim, ao mesmo tempo que lançava as bases do Estado fascista, ia cobrindo a Itália de estradas magníficas, de edificios de reconhecida utilidade pública, de realizações oportunas e magníficas, e aproveitava todos os recursos que pôde oferecer-lhe o solo italiano.

O presente voluminho reproduz as fotografias de algumas das grandes realizações do Estado fascista cuja maior glória há-de ser no futuro, como o é já hoje, a extinção dos famosos Pântanos Pontinos onde dominava como rainha a malária que nem a Roma imperial, nem a Roma papal, nem a Roma liberal conseguiram debelar, região que hoje é das mais saudáveis da Itália e onde se elevam quatro cidades — Litória, Sabáudia, Pontínia e Aprília — a atestar o poder da vontade de um homem que em menos de 20 anos deu à Itália a consciência do seu valor.

Este opúsculo é um belo elemento de propaganda que é, sobretudo, feita pela gravura e que, por isso, mais fundo se grava no espirito do leitor.

GARANTIR O FUTURO — AS CHANCELARIAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS DA SENHORA ABIAH E. REUTER — A DATA DO COMBATE DE VAL DE VEZ E A FUNDAÇÃO E A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL, por Alfredo Pimenta. Lisboa, 1940.

O dr. A. P. continua em plena fecundidade literária, como se vê por esta série de opúsculos surgidos nos escaparates com pequenos intervalos.

O primeiro constitue um grupo de três artigos publicados em Março do ano findo no diário *A Voz* e nos quais glosando-se uma «das proposições mais sérias do último discurso do sr. Presidente do Conselho», a de que — *Não é de patriota nem de político abandonar o futuro às contingências da sorte, não criar para uma obra condições de duração e de estabilidade. Por definição só fica feito o que perdura* —, o A. conclue que para que perdure em condições de estabilidade e de duração a obra do sr. dr. Oliveira Salazar a «inteligência dos homens, até agora, não descobriu outro processo de o fazer, fora da substituição do sistema electivo pelo sistema hereditário. A República assenta nas contingências da sorte; a Monarquia é a condição da duração e estabilidade». E depois de ter desenvolvido o seu pensamento chega, por fim, à preconização da Monarquia:

«A República é a guerra civil permanente — quando não sempre em acto, sempre em potência. E é o Absurdo.

«A Monarquia é a ordem permanente. E é o Governo natural dos homens e das cousas.»

O segundo dos opúsculos é uma reedição, aumentada, do ensaio publicado na secção de «Cultura Estrangeira, Cultura Portuguesa» do *Diário de Notícias*, a respeito das *Chancelarias Medievais portuguesas* da sr.^a dr.^a Abiah Reuter. O dr. A. P. foi acusado de se pronunciar sobre a obra «com notável falta de elegância e correcção, apreciando desfavoravelmente em público um livro que obtivera por atenciosa oferta pessoal». A. P. defende-se dando a maior amplitude do ensaio em questão, mostrando que em virtude de alguns dos documentos coligidos estarem «horripavelmente deformados (...) a edição impressa é inútil para o estudioso reflectido, e perigosa para o investigador sem

escrúpulos ou para o que ignora a lastimável realidade».

Embora os exemplos apresentados por A. P. não sejam respigados de todos os documentos, são eles já bastantes para se fazer uma ideia do descuido da edição da sr.^a dr.^a A. R., provando que uma 2.^a edição se torna absolutamente necessária. Mas para os que a supuserem destituída de valor afirma A. P. que as «notas que precedem os documentos, embora na quasi totalidade dos casos tenham sido colhidas em investigação alheia, principalmente de João Pedro Ribeiro — essas notas constituem valioso subsídio para o exame crítico dos diplomas».

Lendo-se este ensaio nada se encontra de desprimoroso para a distinta diplomata alemã, por onde se vê quão infundada foi a acusação feita a A. P.

Ainda a propósito d'este opúsculo: ζ — Quando é que o dr. A. P. nos dá as suas *Fontes Portugaliae Antiquae*? Parece-me bem que o livro da sr.^a dr.^a A. R., mesmo expurgado dos seus erros e deficiências, não as substituirá. Leve o dr. A. P. por diante o seu intento e não será esse o menor serviço que lhe deva a cultura portuguesa

O terceiro opúsculo é uma correção à afirmação da Academia Portuguesa da História sobre a data do combate de Val-de-Vez, o qual constitue uma serena dissertação histórica de muita reflexão e muito saber. Seguindo atentamente a lição dos historiadores que trataram do assunto e, sobretudo, da *Chronica Gothorum* e de Du Cange, conclue — depois de analisar uma passagem da *Chronica* referente ao *bufurdio*, espécie de torneio que era costume realizar nos dois primeiros Domingos da Quaresma — que a batalha famosa se travou «em 25 de Fevereiro ou 3 de Março de 1140 — emquanto se não possa provar que a informação da lição

autêntica da *Chronica Gothorum* é falsa, e que os textos que aleguei são inaceitáveis, ou em si, ou na interpretação apresentada». E logo a seguir continua, baseado na lição colhida em variadas obras que cita:

«Porque em 22 de Fevereiro de 1140, Afonso VII estava em Carrion, talvez seja mais para aceitar que o combate se tenha dado no 1.^o domingo de Março — o 2.^o da Quaresma desse ano, se bem que a distância de Carrion a Val-de-Vez não obste, de modo absoluto, a que o fôsse em 25 de Fevereiro.»

Fica assim desfeito o parecer da A. P. H. de que as suas investigações «abalaram fortemente a hipótese de 1140» e de que a batalha «se haja realizado em 1141».

O último dos opúsculos é a conferência que o dr. A. P. pronunciou em 2 de Julho do ano findo, na Sessão Solene da Câmara Municipal de Guimarães, com que se iniciaram no Norte do País as Festas Centenárias. Tal conferência é, por assim dizer, o comentário desenvolvido ao pensamento exposto no primeiro dos opúsculos a que me venho referindo. Dedicado «Ao Sr. Presidente do Conselho Prof. Dr. Oliveira Salazar» como «Homenagem de respeito e confiança», nela se defende a doutrina já exposta com brilho dos artigos publicados sob o título de *Garantir o futuro*, e se faz inteira justiça ao dr. Oliveira Salazar e ao seu pensamento de realizar as Festas Centenárias. Tôda ela é um grito de entusiasmo e de fé, levantado à memória dos nossos Maiores e, sobretudo, dos nossos Reis que fundaram, dirigiram e tornaram grande Portugal, e cuja obra grandiosa enche a história de tôda a terra.

ANTÓNIO ALVARO DÓRIA.

ALMA MINHA GENTIL...

PARA os estudantes e investigadores, tem a deusa Fortuna, às vezes, caprichos de prodigalidade, despejando sôbre as cabeças deles, o seu corno de Amalthea...

Vai homem à procura da decifração dum problema, da verificação de data esquivia ou nome duvidoso, e a deusa Fortuna deita a nossos pés frutos ignorados de sabor raro, ou flores desconhecidas de perfume perturbador.

Muito devo à deusa Fortuna que nunca se me revelou difícil ou sumítica, antes sempre se me tem oferecido franca e risonha.

Assim, há dias, folheava eu, lentamente, em trabalho extenuante de estudo comparativo, o Códice que contém a cópia da 2.^a parte da *Chronica de D. João 1.º*, de Fernão Lopes, devida à benemerência de Álvaro do Couto de Vasconcelos.

Está na Tôrre do Tombo. Letra impertinente, quinhentista, reproduzindo, talvez, a ortografia do original lopesiano. O códice, in-fólio de 289 fôlhas de papel, tem o n.º 353, e é muito conhecido — na roda dos que se dão a estas coisas, para que seja preciso estar a descrevê-lo minuciosamente.

Como se sabe, a *Chronica de D. João 1.º* é composta de três partes: a 1.^a e a 2.^a, da autoria de Fernão Lopes; a 3.^a escreveu-a Gomes Eanes de Zurara.

Da 1.^a parte, há uma edição boa, a melhor que até hoje se publicou — a de Anselmo Braamcamp Freire. Da 2.^a parte, há duas edições, ou antes, uma edição, porque a segunda reproduz a primeira — a de 1641, feita sem critério. Anda no prelo terceira edição. Empenho-me por que não se demore a sua publicação.

Explico-me.

Quando a Imprensa da Universidade foi extinta, estavam impressas 280 páginas (136 capítulos) da terceira edição dessa 2.^a parte da *Chronica*, feita pelo Ms. do British Museum. A extinção da Imprensa teve como resul-

tado terem sido suspensas muitas obras, algumas das quais bem dignas de serem continuadas. Entre elas — a 2.^a parte da *Chronica de D. João 1.^o* de Fernão Lopes. Estou certo de que o sr. Ministro do Interior, a quem comuniquei o facto, há-de dar as suas providências, de modo a completar-se o que falta para a obra de Fernão Lopes ficar em estado de vir para a rua.

O Alvaro do Couto de Vasconcelos, autor da cópia da 2.^a parte da *Chronica de D. João 1.^o* não foi apenas autor dessa.

Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato dá conta de certo Códice da Livraria do Marquês de Tancos — *Chronica del Rei D. Pedro*, escrito também por Alvaro do Couto, e que êste diz ser de Gomes Eanes (*Col. de Livros inéditos da Hist. portuguesa*, IV, pág. 32 do discurso preliminar, notas 2 e 5).

Por sinal que Trigoso de Aragão Morato atribue à *Biblioteca Lusitana* informação que ela não dá. Barbosa Machado não diz bem que Alvaro do Couto é autor da *Chronica de João 1.^o*

Eis o que êle conta a quem o lê: «Alvaro do Couto de Vasconcelos... reduziu a melhor forma e acabou em o 1 de Setembro de 1541 *Chronica do Serenissimo Rey de Portugal D. João o I, em 3 Tomos*, que tinha composta o cronista Fernão Lopes.»

E' êsse Códice escrito pela mão de Alvaro do Couto de Vasconcelos.

Assim, a fl. 177 v. lê-se isto: «De graçyas. aluaro do couto. Esta cronyma he dalu.^{ro} do couto escryta pe^a sua mão.»

E a fl. 289 v., isto: «Escryta per Aluaro do couto de vasconcellos no anno de myl e b^c e xxxij. alu^o do couto de vasconcellos.»

A fl. 149, leio isto, com esta disposição:

«Snnora

Cõ a presente saudade do seu apartamento me puz (1)

Soneto

Aallma minha gentill q̄. te partiste
 deste corpo triste e descontente
 repousa tu llaa no seus eternamente
 E uiua eu qua na terra senpre triste.
 E se llaa no seu aonde sobiste
 memoria deste mundo se consente

(1) Esta linha tem um traço a inutilizá-la.

não tesquesas da quelle amor ardente
q̄. ja nos meus olhos tam puro uiste.
E se ues que poso mereçerte a magua
sem remedio de perderte pede adeus
q̄. teus anos en cortou q̄. tam sedo
de qua me lleue a uerte quan sedo
dos meus olhos te lleuou.»

Disponhamos agora êste soneto como deve ser, para melhor se apreender o que há nêle de digno de nota :

«Aalma minha gentill q̄. te partiste
deste corpo triste e descontente
repousa tu llaa no seus eternamente
E uiua eu qua na terra senpre triste.

E se laa no seu onde sobiste
memoria deste mundo se consente
não tesquesas da quelle amor ardente
q̄. já nos meus olhos tam puro uiste.

E se ues que poso mereçerte

a magua sem remedio de perderte

pede adeus q̄. teus anos en cortou
q̄. tam sedo de qua me lleue a uerte
quan sedo dos meus olhos te lleuou.»

A primeira coisa que se observa é que o copista não tinha ouvido musical, e adoptou uma lição diferente da lição clássica ou, chamemos-lhe assim, oficial.

E na transcrição do soneto, saltou um verso, o segundo do primeiro terceto

Alguma coisa a dor q̄. me ficou.

Assim, não tinha ouvido musical — e estropiou versos:

*Dêste corpo triste e descontente
Repousa tu lá no céu eternamente
E se lá no céu aonde subiste
Que já nos meus olhos tão puro viste
E se vêes que posso merecer-te* } versos errados.

Adoptou lição diferente da lição clássica. Dou, em redondo, a lição clássica, indicando por normandos as variantes do nosso Códice :

Tão cedo desta vida descontente
Deste corpo triste e descontente ;
 Repousa lá no céu eternamente
Repousa tu lá no céu eternamente ;
 Se lá no assento etéreo onde subiste
E se lá no ceo aonde subiste ;
 Memória desta vida se consente
Memória dêste mundo se consente ;
 Que já nos olhos meus tão puro viste
Que já nos meus olhos tão puro viste ;
 E se vires que pode merecer-te
E se ves que posso merecer-te ;
 Da mágoa sem remédio de perder-te
A mágoa sem remédio de perder-te ;
 Roga a Deus que teus anos encurtou
Pede a Deus que teus anos encortou.

As variantes dêste soneto até agora conhecidas são de duas fontes: as do Ms. de Luiz Franco, publicadas a primeira vez por Juromenha; a do Ms. da *Década oitava* de Diogo do Couto, que está na Biblioteca Municipal do Pôrto, e foi assinalada por João Grave, em 1917 (*Boletim da Segunda Classe*, da Academia Real das Ciências, vol. XI, págs. 1.041 e seguintes).

Há outras variantes, emanadas de terceira fonte, não publicadas ainda: estão, ou estavam em Madrid, no Códice de poesias quinhentistas que estudou o sr. Justo Garcia Soriano (*Boletim de la Real Academia española*, XII, págs. 360 e 517) e a que fiz larga referência já, noutro lugar (*Bazar*, Sup. lit. da *Voz*, III, pág. 25).

Estas variantes não sei quais sejam, porque o sr. Justo Garcia apenas indica que existem, e não registadas em qualquer outra parte.

Comparemos agora as variantes conhecidas já, com as que oferece o Códice de Alvaro do Couto

- | | |
|---|------------------------------|
| I) Tão cedo desta vida descontente | lição clássica |
| Tão cedo dêste <i>corpo</i> descontente | Ms. de Franco |
| Deste corpo triste e descontente | Ms. de A. do Couto |
| II) Repousa lá no céu eternamente | lição clássica |
| Repousa <i>tu</i> no céu eternamente | Ms. de Franco e Ms. do Pôrto |
| Repousa <i>tu lá</i> no céu eternamente | Ms. de A. do Couto |

- | | |
|--|---|
| III) Memória desta vida se consente
Memória dêste <i>mundo</i> se consente
Memória dêste <i>mundo</i> se consente | lição clássica
Ms. de Franco
Ms. de A. do Couto |
| IV) Roga a Deus que teus anos encurtou
<i>Pede</i> a Deus que teus anos encurtou
<i>Pede</i> a Deus que teus anos encurtou | lição clássica
Ms. de Franco
Ms. de A. do Couto |

Não há dúvidas: o Ms. de Luiz Franco e o de Alvaro do Couto têm origem comum. Podem, porém, ser independentes; ou um copiou o outro.

O Cancioneiro de Luiz Franco, a aceitar-se a declaração que nêle próprio se lê, foi começado na Índia, a 15 de Janeiro de 1557 e acabado em Lisboa, em 1589.

O Códice de Alvaro do Couto é, como já se viu, muito anterior: de 1532.

O que se lê a fl. 149 é da mão de quem copiou a 2.^a parte da *Chronica*?

As letras são diferentes; mas convém observar que podem ser diferentes e da mesma pessoa: basta reparar em que quem copia um texto, para ficar, adopta uma letra que não empregará possivelmente quando escreve ao correr da pena, a reproduzir o que a memória lhe dita.

A fl. 149 não tem mais nada além do que transcrevi. Como se explica que o Alvaro do Couto, ao copiar a *Chronica*, tivesse interrompido o trabalho, e deixado, em branco a fl. 149?

Noutros lugares, deixou fôlhas em branco: a fl. 169; a fl. 177.

O soneto está entre os capítulos 103 e 104. O capítulo 103 termina na fl. 148 v.; o capítulo 104 começa na fl. 149 v.

A letra em que está transcrito o soneto é da época da cópia da *Chronica* — séc. XVI. Coeva, limitadamente, coeva da letra da cópia da *Chronica*? Não o sei; e parece-me que ninguém pode dizê-lo ou contestá-lo.

Do séc. XVI, sem dúvida nenhuma. Desconheço a procedência do Códice que pertencia ao Fundo antigo da Torre do Tombo.

Desta forma, consumo-me a tentar averiguar a razão de se encontrar nessa página em branco o soneto de Camões.

Como disse, ao alto da página, lê-se — *Snnora*. E escreveu-se a linha que depois se riscou: — «Cō a presente saudade do seu apartamento me puz».

Não há que hesitar: era uma carta, minuta de carta de amor, talvez. A apaixonada criatura, ou porque a disposição lhe faltasse, ou porque a

dificuldade de redacção o embaraçasse, riscou a linha que escrevera, e reproduziu o soneto de Camões, mas de memória, uma memória não muito sólida e desajudada de ouvido musical. Daí, os versos errados, a ausência do corte métrico nos tercetos, e a falta de um verso dêstes.

Não encontrou, o trasladador, melhor meio de dar forma à sua mágoa amorosa: copiou o soneto de Camões.

O aspecto mais importante do caso está dependente da localização da cópia no tempo.

O Códice é de 1532. Camões partiu para a Índia em Março de 1553.

Pretende-se que o soneto *Alma minha gentil que te partiste* foi composto na Índia — fôsse qual fôsse a pessoa que o inspirou, flor de pecado indiana, ou dama da côrte da Rainha D. Catarina.

Se se provasse que a transcrição no Códice de Alvaro do Couto é da época precisa, ou aproximada, em que êle foi composto, estava demonstrada a falsidade dos que à fina fôrça querem que o soneto tivesse sido escrito posteriormente a 1553. Porque é claro que à volta de 1532, já o soneto correria o seu fadário, e o copista o sabia de cor, e o aproveitava, talvez até não sabendo a quem pertencesse, para instrumento da sua saúde.

Ninguém conhece a data do nascimento de Camões. E só doidos ou irreflectidos podem dar crédito à história da carochinha, de um mistificador que há pouco tempo pretendeu fixá-la através da astrologia e doutras coisas pitorescas. Mas habituámo-nos a dá-lo como nascido em ± 1524 .

Esta data exclue a contemporaneidade precisa, rigorosa da transcrição do soneto, em relação à cópia da *Chronica*.

Esta foi feita em 1532. Nesse ano, Camões andava à volta dos oito anos — idade em que lhe era impossível conceber e realizar o poema. E' aos vinte e nove, *plus, minus*, que embarca para a Índia. Se a transcrição foi realizada entre 1532, data do encerramento do Códice, e a de 1553, data da partida de Camões para a Índia, ficam-nos vinte e um anos para que o soneto pudesse ser composto, não havendo necessidade de se afastar muito a época da sua transcrição da época da cópia da *Chronica*.

E é isto o que se me afigura mais de presumir ou aceitar.

Se quisermos seguir aquêles que colocam o soneto *Alma minha gentil* no tempo em que o Poeta esteve na Índia, somos obrigados a deslocar a transcrição para os fins do século XVI, possivelmente para os últimos anos do século, porque a lição do soneto, filiando-se na do Ms. de Luiz Franco, implica a sua posterioridade em relação a êste. Mas isso briga de certo modo com a análise da letra.

Acresce que compreendendo eu que Alvaro do Couto tivesse, êle próprio, transcrito na página em branco do seu Códice, o soneto em questão, difícil me é explicar que em livro daquela natureza outrem o fôsse fazer. E' claro que estou a lidar sôbre conjecturas.

Um facto material me serve de base: o soneto com as variantes que apresenta o Ms. de Luiz Franco.

Ou é anterior a êste, e, em tal caso, o soneto foi feito em Portugal, antes de Camões partir para a India; ou é posterior ao Ms. de Luiz Franco, e, então, pode ter sido composto sob o céu asiático.

Contra a primeira hipótese, não há objecção alguma a formular, porque a afirmação que certos fazem de que foi na India que o Poeta Camões compôs o soneto é meramente conjectural, e é esta circunstância a única que podia levantar-se como objecção.

Contra a segunda hipótese, fala de algum modo o Códice de Alvaro do Couto, uma vez que sejam aceitáveis as considerações que formulei.

Portanto, e concluindo, temos que, em face da lição agora, por mim, revelada, do soneto *Alma minha gentil*, dadas as circunstâncias que o revestem, desde a época possível da sua transcrição, até às variantes que oferece, comuns às do Ms. de Luiz Franco:

1.º o problema da localização temporal do soneto *Alma minha gentil* tem que ser pôsto de novo;

2.º tudo leva a supor que a composição dêsse soneto é anterior à partida do Poeta para a India;

3.º a coincidência das variantes do Ms. de Luiz Franco e do Códice de Alvaro do Couto impõe a revisão da lição clássica.

25. Junho. 1938.

ALFREDO PIMENTA.



H O R A S D E F É

(Versos recitados pelo autor na inauguração
do Cruzeiro da Independência, em Guimaraães, em 8-12-1940).

*Cruzeiro da Independência
Tu serás sempre o sinal
De que nunca a Providência
Abandonou Portugal!*

*Serás hoje, como outrora,
Um marco, altivo, a dizer
Onde é que Portugal mora,
Porque Deus assim o quer!*

*Quando a Pátria alvorecia,
Era já a Cruz de Cristo
Que nos arneses floria,
Num lampejar nunca visto!*

*Cruzeiro de mil façanhas,
Dos mais intrépidos feitos
Que desbravaram montanhas,
Rasgando atalhos estreitos!*

*Cruzeiro dos Navegantes,
Dessas frágeis caravelas
Que entre as ondas sussurrantes
Iam fitando as estrêlas...*

*Cruzeiro de maravilhas
Que um dia, em raios de luz,
Nas plagas distantes brilhas
Das terras de Santa Cruz!*

*Como sôbre o Corcovado
Se ergue o Cristo Redentor,
Aqui estás a nosso lado
Como um símbolo de amor!*

*E, Portugal nunca esquece
Que nas horas mais aflitas,
Ao pé de ti adormece
Porque tu, na alma, lhe gritas!*

*Um dia a Pátria abateu
Sob o domínio estrangeiro:
Já não era o mesmo céu...
Era a terra um cativoiro...*

*Sessenta anos durou
Aquêlo jugo nefasto!
Mas eis que a Pátria acordou,
Cansada de andar de rasto!...*

*E pondo os olhos bem alto
Na espada do Condestável,
Disse então, num sobressalto,
«Pátria! és inviolável!...»*

*A Pátria volta a ser nossa,
Volta a ser dos portugueses,
Pois não há força que possa
Cobri-la só de revezes!*

*Ei-la, outra vez, redimida,
Cheia de fé e de crença,
Cheia de sol e de vida,
Já não há ninguém que a vença!*

*Assim, pois, na fé unidos,
Olhando o mesmo destino,
Ponhamos nossos ouvidos
Nas notas do mesmo hino!*

*Ponhamos tôda a nossa alma,
Tôda a nossa ansiedade,
Nesta Cruz que foi a palma
Da nossa Imortalidade!...*

JERÓNIMO DE ALMEIDA.



O Conceito da Idade-Média e a Idade-Média Portuguesa

A cada passo, fazem-se referências à Idade-Média: uns, para a traduzirem do que na verdade foi ao que não compreenderam como foi; outros, para a tomarem por modelo ou padrão permanente das transformações dos povos.

Se me inclino para estes últimos, não deixo todavia de fazer as necessárias restrições à doutrina, que formularam mais ou menos claramente.

Quer dizer: o conceito da Idade-Média anda actualmente ainda entre dois polos opostos: ou, no primeiro caso, foi um período de obscurantismo, e é fundamentalmente por este pensamento, que os detractores se guiam; — ou, no segundo caso, é uma luz sempiterna, que se acendeu na terra, e, quasi como a estrela do presépio de Belém, norteará o homem, pelos séculos fora, no caminho da sua progressão espiritual.

Os dois conceitos contrapõem-se, porque provém cada um da sua época mental e do momento histórico próprio da sua formação. Nasceram da reacção mútua. O *Renascimento* criou um estado de espírito, de cenário intelectual diametralmente oposto à *Idade-Média*. A *Reforma* agravou a crise do pensamento europeu, abalado nos fundamentos seculares. Os factores religiosos da *Contra-Reforma*, — e chamo-lhes essencialmente religiosos, para os abstrair da influência e dos reflexos políticos, sociais, morais, artísticos, — acirraram a facção reformista, cavando ainda mais fundo a separação entre a *Idade-Média* e a *Idade-Moderna*. Porque o problema era, desde princípio, um problema nitidamente religioso.

A *Revolução Francesa*, — podemos verificá-lo na sua génese, como produto de actividades anti-religiosas e anti-monárquicas, baseadas na anarquia da Reforma com tôdas as conseqüências espirituais, morais, políticas, filosóficas, sociais, — foi a derivada algébrica da Reforma. Já isto se tem dito e redito. Nem todos, que o ouvem ou lêem, acreditam porém nesta verdade, como se na afirmação houvesse oportunidade de crer ou

descrever, ou nos problemas, históricos e não históricos, a solução dependesse da crença ou descrença dos homens, caso de fideísmo estanque.

Basta seguir os factos, compará-los, ler as obras de propaganda revolucionária na construção fictícia de um mundo político europeu, inteiramente diverso do que a tradição da natureza e da consciência humana formara, radicara, desenvolvera e inteligentemente adaptava.

A *Grande Enciclopédia* é ainda hoje para muita gente uma Bíblia. O *Contracto Social* de Rousseau, o *Espírito das Leis* de Montesquieu, a *Correspondência* de Diderot, o *Discurso Preliminar* à «Enciclopédia», de d'Alembert, o *Terceiro Estado* de Sieyès, as *Cartas Filosóficas*, o *Século de Luiz XIV*, os contos e as críticas de Voltaire, e bibliografia semelhante, embora desiguais em valor literário, alcance filosófico e projecção política, andam na inteligência ou na teimosia de muitos contemporâneos nossos, a quem a prática das doutrinas tão antagónicas, mas tão convergentes na transformação da França e do mundo, ainda não ensinaram a ver os erros de nascença.

Essas obras e sobretudo a significação das idéias expendidas com a bandeira rubra do combate ao Passado, não são desprezadas pelo observador atento, que procura a lição serena da História.

Em tôdas as épocas de revolução, e demos à palavra o sentido largo que encerra, os fanáticos da nova forma, erguidos no pedestal, e vivos nas realidades, que a época vencida lhes preparou, sempre deformaram o passado. Era a única forma de erguer o presente, e mal dêles, se na verdade não estivessem convencidos, ou fingissem está-lo, de que a razão lhes pertencia.

Se a situação de facto lhes pertencia, era preciso afirmar aos outros, e a si próprios, que lhes cabia também a razão. Os homens do Renascimento, e entre nós por exemplo o exímio Francisco de Holanda, todo embuído de italianismo renascentista, colaborador espiritual e plástico dos próceres italianos como Miguel Angelo, não acusavam de bárbaro o Gótico? Os homens da Reforma não acusavam, de crimes de tôda a ordem e de indisciplina religiosa ao serviço da época materialista de um paganismo greco-latino envernizado, e mal, de cristandade, a Igreja Católica, e, afinal foi contra ela que se rebelaram? Para os aburguesados filósofos da Revolução, os que puseram nas mãos de Marat as possibilidades das matanças de Setembro, e nas de Robespierre e sequazes, émulos da fúria sanguinária do chefe, a única realidade evidente da guilhotina, para êsses mentores do maior crime da História, cujo exemplo de futuro animou fanaticamente os redentores da sociedade, não era para êles todos o Pas-

sado, por mais serenos que se nos ofereçam na exposição da doutrina, uma ofensa capciosa contra a humanidade e seus direitos?

Para todos os luminares da nova idade, o Passado foi crime e vergonha, obscurantismo e ignorância crassa. Direito: só o dêles; verdade: só a sua; história: só a partir dêles. E que desmentido tremendo o pensamento humano lhes deu, nas horas em que a luz se fêz contra as trevas projectadas no mundo pelas doutrinas, que eram verdadeiramente a negação da luz e a ruína da inteligência superior das coisas!

Que pensamos hoje do Gótico, mais da arte de construir, de iluminar, de lavar, de pintar, e da fase cultural, que o Gótico, em unidade ideal, representa e significa? Ainda lhe chamamos « bárbaro »? Apareça o primeiro a repetir a penosa acusação, compreendida na falsa luz do tempo, coada por vidros de côr, e todos nós riremos de troça.

Dá-se até o caso artístico da nossa Idade, — muitas vezes simpático, outras sem sensibilidade plástica além da inspiração de cópia, — de haver tentames felizes de renovação espiritualizante das formas e expressões góticas. Nas nossas exposições de arte o conhecemos, quer em feição escultural, quer em manifestação modernista da pintura. Estas tendências medievalistas de certas correntes artísticas modernas apresentam-nos uma prova actual da compreensão e do sentimento da Idade-Média na cultura do tempo, que passa.

E que pensamos das acusações dos homens da revolução político-religiosa da Reforma, contra a Igreja, contra a Unidade do Pensamento religioso, contra a Unidade europeia, que veio quebrar, opondo as partes entre si, contra a Unidade nacional de tantas nações, lançadas em guerra civil pela fogueira ateadada?

A justiça é feita pelos descendentes daqueles que trabalharam para a desunião dos homens e das nações. Ao reconhecerem a grandeza da continuidade histórica e da unidade dogmática da Igreja de Cristo, com um só chefe e uma só autoridade, rebanho solidário de um só pastor, reconhecem implicitamente o êrro; se muitos têm coragem de se emendar ou caminhar para a senda leal do desagravo, quantos, e falamos dos conscientes e francamente denunciadores da Ilusão, não conseguem atingir a altura da alma, ou por afinco a uma tradição nacional, ou por orgulho de quem não quer desdizer-se, ou pelo receio das represálias no « clima » intelectual onde se formaram e viveram!

Que seria da Europa de hoje, se a *Republica Christiana* das nações medievais, a corporação das nações cristãs, mantivesse a obediência ao impulso fraternal e à disciplina religiosa, que o Renascimento, primeiro,

e a Reforma, depois, mais acentuadamente e definitivamente, destruíram?

A melhor resposta às nossas perguntas e a quantas interrogações do mesmo teor se apresentem ao nosso pensamento, dão-a todos os factos nacionais e internacionais (estes com projecção exterior daqueles), desde a ruína do ideal comum da Europa, e da rotura da comunidade espiritual europeia (1).

Olhando nós hoje, em perspectiva, do Renascimento para lá, e do Renascimento para cá, nem vemos para lá trevas impenetráveis, nem para cá luzes de brilho candente.

A crise da inteligência atingiu o acume na Revolução Francesa. Se há na verdade uma época de obscurantismo na história da Europa, está precisamente aí. Quem compreende hoje a evolução das doutrinas revolucionárias, quer na capacidade filosófica dos autores, ligados na sua discrepância pelo mesmo traço secreto, que os levava ao mesmo objectivo político, quer na execução, realizada pelos mais indignos e pelos mais vis?

De Fouché, o convencional, o ministro de Napoleão, o diplomata da Restauração, traidor de tôdas as situações políticas, pôde dizer-se: — nada lhe faltou em habilidade, pouco em bom senso, tudo em virtude. Que dizer da habilidade, do bom senso e das virtudes dos outros, os mais responsáveis do Grande Crime de 93?

Tudo pode reduzir-se às palavras tremendas de Danton, no dia 2 de Setembro de 92, na Assembleia Legislativa, com os sinos de Paris a tocarem a rebate, e os canhões a fazerem fogo nas ruas da cidade; — «audácia, mais audácia, e audácia sempre»! Os presos políticos eram massacrados nas prisões atulhadas. O povo, que a Revolução vitoriosa declarou e decretou soberano, por critérios de pura abstracção política, era por ventura consciente, iluminado nos seus desígnios? Êle, o pobre mistificado, o sanguinário algoz, de braço armado pelos chefes, e de alma pervertida pelo *Ami du Peuple*, que Marat escrevia com o sangue das vítimas nas mãos!

Que resta dos dogmas revolucionários? Até a França tem de os

(1) Recentemente, agradou-me ver como a propósito do conceito particularista da história em João de Barros, se exprimiu o prefaciador da edição, já deste ano, da *Década I* — Livro IV: — «A história é ciência impassível, não é parénese mental, — escreveu o Sr. Joaquim Ferreira; — é a ressurreição do passado, como foi, não como desejaríamos que fôsse; é a visão plena das acções, apontando sem rodeios a virtude e o crime, o bom e o mau, o heroísmo e a ignomínia». (p. 28).

renegar, para procurar salvar-se do atoleiro em que as últimas consequências da Revolução a lançaram.

O carácter de um período nacional ou melhor de um período histórico, está, não no que proclamam os detractores apaixonados e obscurantistas, obscurecidos na sua paixão e obscurecedores nas consequências subjectivas e objectivas da sua acção, mas no realismo das instituições e das obras, que efectuou, e na justiça com que procedeu para um fim superior.

Ora, foram precisamente os doutrinadores de quanto perverteu a Europa e com a Europa o mundo, os que saíram formalmente a acusar a Idade-Média e as instituições da Idade-Média, e o pensamento fundamentalmente religioso, isto é elevadamente humano, do homem da Idade-Média, e a acoimaram de obscurantista.

Lembra o que diz o «Relógio da Cidade», nos *Relógios Falantes*, de D. Francisco Manuel de Melo: — «Tristes de nós, que logo nos conhecemos pelas mãos, como damas!»

É curioso notar, desde já, que as instituições da Idade-Moderna, contra que se levantavam os filósofos e os seus agentes políticos do século XVIII, não eram as instituições da Idade-Média, nem o pensamento da Idade-Média, nem as normas políticas da Idade-Média. Provinham de já, como um filho degenera da mãe. Entre a Idade-Média e o Século da Revolução estava o Renascimento, estava a materialização do espírito, estava a desmoralizadora ânsia de ganho, que uma burguesia, cada vez mais rica pelo comércio marítimo, espalhou na Europa ocidental e meridional, como capa de luxo sobre corpo mirrado. Numa palavra, entre a *Idade-Média*, cristã, culta, monárquica, aristocrática, lavradora, equilibradamente mercantil, e a *Idade-Contemporânea*, anti-cristã, anti-monárquica, anti-aristocrática, inculta, desequilibradamente mercantil, abusivamente industrial, pondo a máquina acima do homem, desenfreadamente anti-humana, porque dominada por incultura atroz, entre uma e outra estava o Renascimento (por definição e construção mental, profundamente oposto à *Idade-Média*), estava o Absolutismo real (produto directo das escolas de direito romano, contrário à forma monárquica medieval, em que o Rei era soberano mas não era déspota, modelado nos exemplos dos Césares de Roma e Bizâncio), estavam as instituições, que desdobravam e estendiam a soberania absoluta do Monarca.

Estranha-se porventura a minha afirmação de cultura medieval e de incultura democrático-liberal. Repare-se que não me refiro às massas amorfas, mas ao espírito dominante. As classes privilegiadas tinham

missão específica, no Reino, e dessa razão lhes advinha o privilégio, que não era ponto de chegada mas ponto de partida. Partiam do privilégio para o cumprimento da obrigação política, social, militar, etc. E não ao contrário: não partiam da obrigação política, social, militar, religiosa, para obterem o privilégio. Este era um dom natural, que o Rei dava em nome da Nação, para cada um cumprir o seu dever.

A cultura social de cada classe, não excluindo a dos estratos superiores do povo, colocava cada um no seu lugar.

As escolas conventuais deram origem a faculdades e a universidades, tôdas unificadas numa cultura superior cristã, que formava a sociedade. Artes, letras e ciências,— não nos interessa aqui memorar sob que forma orgânica,— desenvolveram-se desde as construções arquitectónicas, bibliotecas, estímulos de ocasião e de assunto ou de mestria, dos conventos, abadias, igrejas, catedrais, até às escolas célebres.

Nas instituições públicas e particulares nada se limitava ao passageiro pensamento da oportunidade imediata, porque tudo vibrava na mesma permanência da fé. Para o espírito religioso, não basta recordar que se vive na terra; exige a preparação para outra vida fora da terra. A cultura da caridade, baseada no espírito e não na solidariedade material, penetrava as consciências.

Reparemos que as corporações dos ofícios, como as corporações religiosas, como a ordem mística da Cavalaria, provieram de uma cultura de espiritualidade, que as penetrou, lhes deu vida salutar, as caracterizou. Tôdas estas solidariedades humanas ultrapassaram o homem corporal para atingirem o homem sobrenatural. Votos e cerimónias de culto, e culto cristão, tiveram. As corporações profissionais devotavam-se a um patrono comum dos trabalhadores do mesmo ofício ou mester; actos públicos e particulares, os mais importantes para a vida de trabalho e de disciplina social, interna e recíproca ou interprofissional, realizavam-se em lugar dedicado ao culto; outros impregnaram-se de fórmulas cristãs, e as corporações formavam confrarias.

Que eram as ordens da Cavalaria, com os patronos, com os votos religiosos de disciplina militar, com o espírito de sacrifício de cruzada, isto é, pela Fé contra os inimigos, com a regra monástica? E qual era o valor sobrehumano dos cavaleiros não freires, não regularizados nas ordens, senão a cerimónia essencialmente religiosa, de alta cultura religiosa, da velada de armas e da pompa a que eram submetidos os que iam receber o grau da cavalaria?

A êste obscurantismo da Idade-Média, que se opunha no século XVIII?

A soberania do povo contra a soberania, que vinha da autoridade de Deus, transmitida por sua vontade ao Rei com a colaboração ou conivência da Nação em que reinava? Era pouco para dizer verdade, era demais para mentir e enganar o povo.

Que cultura veio substituir, nas multidões acéfalas dos últimos dois séculos, a que a Idade-Média formou nas Nações cristãs? A revolucionária, que as dividiu, e atirou massas contra massas, homens contra homens, valores contra valores, virtudes contra virtudes, ódios contra ódios.

Desta disparidade, que chegou aos antagonismos mais ferozes e trágicos, vieram as acusações contra a Idade-Média. O contraste mostra bem a razão de tal facto.

Quem, hoje, a não ser ainda iluminado pelos fulgores dos incêndios dos castelos e solares, ou pelas chamas fuliginosas dos archotes, que levavam de noite ao suplício as vítimas, pode manter com dignidade esta inferioridade da Idade-Média?

« — A Idade-Média, — escreveu Archille Mestre, — que os homens do século XVIII consideravam uma época bárbara, deu, pelo contrário, ao mundo uma admirável imagem da humanidade. À Idade-Média, tal como saíu da civilização romana, revista pelo Cristianismo, devemos hoje pedir lição.»

Ainda o mesmo Autor continua e insiste assim: — «Disse-se por muito tempo que só no Renascimento a humanidade tomou contacto com a antiguidade. Hoje ninguém ignora que os altos espíritos da Idade-Média, como os teólogos e os mestres, viveram neste fundo comum da humanidade, desenvolvido pelos Romanos e revisto pelo Cristianismo.»

Nem tinha sido possível aos homens o Renascimento, sem que os medievais continuassem com espírito novo, por certo, mas de continuidade conformativa, a civilização clássica.

(*Continua.*)

LUÍS CHAVES.

PANORAMA LITERÁRIO...

Ao espírito brilhante de Eugénio de Belonor

ANTES da guerra, assolava-nos o vendaval medonho de putrida leitura que, para envenenar, se acobertou e acoberta ainda com o apelativo inocente de géneros *policiais* e de *aventuras*. Além destes, é claro, não eram melhores as parvoçadas artificiais de Magali ou Veuzit. Firmando o seu triunfo comercial num sentimentalismo piegas de origem patológica, todos estes livros, que os nossos livreiros largamente espalharam pelo País e divinizaram com espantosas propagandas, constituem a democrática evidência de injeções hábilmente preparadas para fazer decair os olhos da mocidade — da feminina sobretudo — da realidade palpitante e dura que é a vida para um horizonte limitado, cheio de trevas, onde a quimera luta contra os destinos da Raça!

E não podemos tolerá-lo. Acima das *burras* comerciais, muito acima dos propósitos endiabrados do estrangeiro, está a marcha de oito séculos de história seguidos por obra exclusiva das nossas fôrças. Queremos demandar o mesmo caminho e, para tanto, urge arredar, a bem ou a mal, revolucionariamente se fôr preciso, os empecilhos que se nos opõem cá dentro ou lá fora, sempre tecidos de mãos dadas com os traidores à Pátria. Se na Idade-Média ensinamos o mundo a escutar-nos e a rezar — Santo António é o símbolo da Raça nesse capítulo —, e na mesma Idade-Média praticamos a política económica hoje apenas esboçada em outros países, no princípio da Idade-Moderna demos ao mundo, que decaía, um sentido e abrimos-lhe as portas que o preservaram da morte. Camões simboliza o Espírito da Raça lusitana, englobando no mesmo «eu» nacional, grandeza por ninguém na terra igualada, tôda a pujança construtiva dum povo original. E não será preciso prolongar as vistas para os tempos seguintes, de tal modo é axiomático o fermento de vida que possuímos e que é inútil, seja a quem fôr, ousar destruir!

Agora, estalou a guerra. Ao lado dessa avalanche de literatura estranha perante a qual os nossos escritores se curvaram reverentes e submissos, e no meio de cuja montanha se escondem, como rato assustado, as suas produções, aparece um outro género literário: os livros de guerra. Todos muito interessantes, todos fartamente elogiados pela irresponsável, por inconsciente, crítica portuguesa, é impossível descortinar um que não transpire facciosa e estulta projectividade democrática... Nem, ao menos, as aparências da verdade se respeitam... Contra aquilo que a generalidade do nosso público pensante ajuíza, ergue-se uma trincheira de mentiras, de ódios, de tendências, de propósitos deshonestos, que arripiam e revoltam. Comprada a crítica, manietados os espíritos livres, submetido o ambiente de objectividade à mísera ambição, à «sacrossanta» causa comercial, parece que vai definitivamente eclipsar-se a obra do grande Marechal Gomes da Costa — o mais moderno símbolo do Portugal consciente e livre — delineada com o gume justiceiro do seu montante de guerra! Nas trevas do presente, coligadas tôdas as fôrças do mal, prepara-se a emboscada que nos precipite nos tortuosos meandros duma futura democracia.

Alerta! Escritores de Portugal, que ainda os há: levantemos o protesto violento das nossas canetas e dominemos o inimigo, descobrindo-o onde quer que êle se aniche. E' a nós que compete marcar o programa e descrever os roteiros de amanhã! Para isso, consciência absoluta dos nossos deveres, rigidez inquebrável nos princípios que nos é preciso agitar, intransigência de guerra para todos os que nos preparam, e, ao mesmo tempo que a nós, à Pátria livre, guerra de morte. Mas, antes de mais nada, consciência própria e fidelidade incorrumpível aos gritos, embora amortecidos, que enchem de borborinho, de norte a sul, de leste a oeste, de todos os continentes, o nosso Império. A nossa Terra é o nosso Povo. Êle sai dela e para ela volta, vivendo nela, dela e para ela, e sente a voz da Raça a palpar, em sangue derramado, nas suas entranhas. Portanto, a Terra, sendo o Povo, é do Povo. Eis o único programa, o programa português, o programa eficiente que é preciso executar para resistir à democracia que avança através da noite silenciosa para nos tomar de traição. Cortar-lhe os respiradoiros que enchem as livrarias é pouco e, para a sufocar, nada é. Ultrapassá-la, a perder de vista, é que é a vitória!

*
* *
.

A vida é dinamismo, realidade, vigor, fôrça, actividade, conquista, tanto no campo da Matéria como no do Espírito. Ai daqueles que param... Têm fatalmente de ficar esmagados sob o rodar impetuoso do mundo que avança, do mundo que é revolução e que se nega a ser contemplatividade!

Todavia, o pior é que êsses tais literatos *doutorais* — de autoridade incontestável, segundo ajuízam — arrogaram-se, democráticamente, o monopólio de pensar, e recusam-se a dar guarida, no *seu* Olimpo, aos que avançam... É a ignorância petulante, nas suas atrevidas patifarias, a lutar contra a Pátria que acompanha os que seguem e despreza os que ficam. Grande coisa é o *ouro*. Foi êle quem estragou e inutilizou tão prestimosos e doutos monopolizadores do patriotismo!

Com efeito: onde estão o entusiasmo varonil dum Sardinha, as ferroadas vigorosas dum Eça, as chibatadas certeiras dum Ramalho Ortigão, ou as chalaças irresistíveis dum Camilo? O *clima* da Inteligência não permite hoje tais falaças... Mas êste clima é preparado pelos homens e a êles cumpre modificá-lo, quando é preciso, e nunca lhes fica bem, nunca lhes podemos perdoar, o sujeitarem-se a êle, eclipsando o Espírito em terras de Santa Maria... De qualquer maneira, parar, contemplar, de *rustos*, ajoijados com o pêso de mil remorsos que o dinheiro não compensa, é indigno de homens e encarreira para aquêle implacável tribunal da História onde as tôlas vaidades e os gemidos dos mutilados mentais nada atenuam. Os velhacos propósitos e as impotências dos homens são ali impiedosa e persistentemente chibatados pelas gerações que vituperam e exaltam, até ao aflorar e desenvolver da traição ou até à celebridade merecida, conforme a fidelidade de cada qual a si mesmo na tarefa que desempenhou na terra!

No entanto, convém registrar que eu leio e aprendo ainda em tais *esqueletos* ressequidos... Êles enriqueceram a literatura nacional e melhor não temos nem êles podem já dar melhor. Matou-os para o trabalho criador a sua posição alvar. Limitam-se a repetir coisas já ditas, a repeti-las capciosamente, de maneira inferior, porque se tornaram escravos de si próprios, escravos dos seus preconceitos e escravos ainda e sobretudo da atmosfera inquinada em que respiram. Vivem longe da vida, alheios à vida; mas, apesar disso, é fôrça reconhecer-lhes, até certo ponto, as

intenções. Eivados de ideas burguesas e de « predicados » conservadores, marcam um ponto de referência e representam determinadas tentativas... O mal é não poderem sair dêsse estreito círculo de interêsses criados. Falta-lhes a energia môça, carecem de *espírito físico*... O ar, o sol, a claridade dum céu azul e o prazer de saltar pelos campos em mangas de camisa, vai de encontro ao ar bafiento das grandes cidades e ofende o protocolo das suas convenções! Daí o estacionarem. Mas, até aí, foram o seu tempo; não podem ser o nosso porque, nem sabem, nem querem... *Vivem alheios à vida*. Ignoram o drama triste, pungente, amargo, da luta inútil a que se entregam os seus semelhantes no vendaval da procela que se desenrola a nossos olhos em dia a dia de inquietações e incertezas! E, como o País não é Lisboa, a realidade não é o curto espaço que vai da sua tebaida ao Terreiro do Paço e, dêste, ao *Martinho* ou ao *Chiado*... «... *O que se fêz — diz Rolão Prêto — foi substituir a violência de alguns sentimentos pela hipocrisia de certas fórmulas. Quebrou-se a espontaneidade que é sempre uma forma de sinceridade e entronizou-se o cálculo, a rabulice, a jeiteira de passar pelas malhas a rêde castrense*...»

Assim, a prosa perdeu tôda a sua virilidade, tornando-se a expressão torcida, vaga, manobra de pensamento que não consegue realizar-se totalmente.»

Mas convém repetir o carácter nacional de tais escritores, embora seja forçoso negar-lhes o direito de interpretarem o nosso tempo, que não interpretam, e o de se considerarem revolucionários — o que, valha-nos isso para consôlo interior, não consideram... Uns sonham ainda e outros limitam-se a cantar a ruína de israel, esperançados em torpe messianismo democrático impossível de retornar!

*

* *

O que tenho estado a escrever é apenas uma facêta do entrechoque de duas gerações que se disputam a posse do mundo, na usufruição em que êle serve ao Homem. Uma, a dos *vêlhos*, é o presente cumulado de injustiças, a espingardear os que surgem e, como homens, reclamam um lugar à luz do sol. Outra, a dos *novos*, é o futuro, imponderado, impreciso ainda, mas certeza, esperança, fé, em todo o caso necessidade!

A literatura vêlha representa o último abrir de olhos dos que, já no caixão e na cova, teimam ainda em agarrar-se à materialidade possessiva, insaciáveis e avaros... Porém, a literatura nova esvoaça já e estende-se,

por *sôbre os cadáveres*, em prolongamento directo do passado, para novos rumos e novos triunfos do Homem sôbre si mesmo. Nas lacunas do presente fica chorando o nosso martírio de gerações do sacrificio.

Luta violenta; luta angustiante; mas luta humana contra o deshumano. Luta entre o *presente* e o *futuro*, jamais entre o *passado* e o *presente* como opinam os anacoretas de todos os *socorros vermelhos*... É que, falseando os dados do problema, na mira de objectivos inconfessos, há para aí umas *gerações novas*, sucedâneo ignóbil do laicismo democrático e bem dignas de certos católicos políticos, que se arrogam a fatuidade de representarem o actual e descrevem a luta como sendo entre o passado e o presente. Compreende-se. As palavras deles elucidam convincentemente. Na verdade, nenhuma espécie de fronteiras lhes servem, tanto em matéria espiritual como em espírito material! *Obscurantismo, consciencialização*, etc., eis as palavras sacramentais dêsses apóstolos. A primeira refere-se aos ideais religiosos e a tudo o mais que signifique orientação diversa da que seguem; a segunda é, por si, compreensiva se a compararmos com o que os *vermelhos* democratas, voluntários inglêses e franceses, fizeram em Espanha. E sobem a rasgos de inaudita eloquência ante um documentário ilustrado que se abre na minha frente: «*Les atrocités commises par les polonais contre les allemands de Pologne*». É um livro minucioso com 207 páginas de prosa e quasi cem de fotografias. Mesmo sem o ler, analisando as fotografias e as suas legendas, fica-se arripiado, e, ao mesmo tempo apto a entender bem os «pacifismos» de certos povos e de certa gente, «pacifismos» de que os ditos *novos* representam, em Portugal, o autêntico e puro super-sumo...

*

* *

.....

Para mim, boa parte da actual literatura portuguesa é um mito e ascende à categoria de impostura alvar porque não interpreta o Homem nos seus anseios e nem lhe perscruta os impulsos quer materiais, quer espirituais. Além disso, é-lhe preciso, para efectiva e brilhante labuta, o calor absorvente, dominador e febricitante de grandes ideais colectivos que nós não possuimos. Daí o fracasso das letras pátrias na época presente, com um público desordenado, iconoclasta e desvairado, e com escritores enclausurados no lugar-comum de vaidades tôlas, sem contacto e sem resfolgadores para a vida. Acresce ainda, para ser mais sombrio e invernososo o

quadro, a desolação dos problemas económicos e financeiros que, em domínio absoluto, arrastam consigo a humanidade, sujeitando-a à melancolia, ao sono, à indiferença característica das épocas de abatimento e declínio!

Há pouco dizia-me um grande espírito italiano — Arnaldo Frateili — que a literatura deve reflectir todos os problemas políticos, sociais e morais. Eu digo que deve interpretá-los na corrente austera e viril do resgate a caminho do amanhã em marcha triunfal, tão dinâmica e criadora que nada seja possível fora dela!

O panorama literário tem de ser êste. Hoje não há tal panorama; e nem outro. O que se verifica é o frio, a noite, o sono, a enxaqueca e a cacofonia.

JORGE VERNEX.



VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1841

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Março

Dia 5 — Por decreto desta data, transcrito na Ordem do Exército, n.º 20, de 10 deste mês, foram demitidos do B. N. de Caçadores de Guimarães, por assim o terem requerido, alegando motivos atendíveis, o capitão Jerónimo Leite Pereira da Costa e o alferes Manuel Alexandre Salgado.

Dia 7 — Na noite de 6 para 7, pela 1 hora da noite, manifestou-se violento incêndio na casa de Manuel José Pereira, estalajadeiro, na Rua de Alcobaça (antiga estalagem do Dionísio). Além desta casa, arderam mais duas que lhe ficavam contíguas. Na estalagem encontrava-se hospedado J. Guichard, negociante francês estabelecido no Pôrto, que teve de saltar pela janela do seu quarto, no qual tinha um bom sortimento de fazendas brancas e quinquilharias, tendo sido tudo consumido pelo fogo. Este incêndio foi um dos maiores que se registou nesta vila, não tendo, felizmente, morrido ninguém (P. L.).

Dia 21 — Regressou o batalhão de infantaria 14, que tinha ido para Valença em 8 de Janeiro deste ano, por se recear que os espanhóis invadissem o reino por causa das desinteligências existentes entre

o Governo de Espanha e o Governo Português originadas pelo tratado da navegação do Douro (P. L.).

Abril

Dia 4 (Domingo de Ramos) — Houve procissão de Passos e fizeram-se as cerimónias da Paixão na igreja dos Capuchos, promovidas por curiosos, quasi todos egessos, com toda a decência e gravidade e grande concorrência por serem as únicas que se celebraram neste ano nesta vila (P. L.).

Ao amanhecer, ao meio dia e à noite repicaram os sinos por ser dia do aniversário de S. M. F. a Senhora D. Maria II. A's 11 horas o batalhão de infantaria n.º 14, comandado pelo seu coronel Maldonado, formou em parada na Praça do Toural (P. L.).

Dia 6 — Decreto demittindo António Ribeiro Gomes de Abreu, do Batalhão Nacional de Caçadores de Guimarães, por assim o ter requerido, alegando motivos atendíveis.

Dia 9 (Sexta-feira santa) — Houve função do Entêrro em S. Francisco, à custa das Irmandades da mesma igreja e de vá-

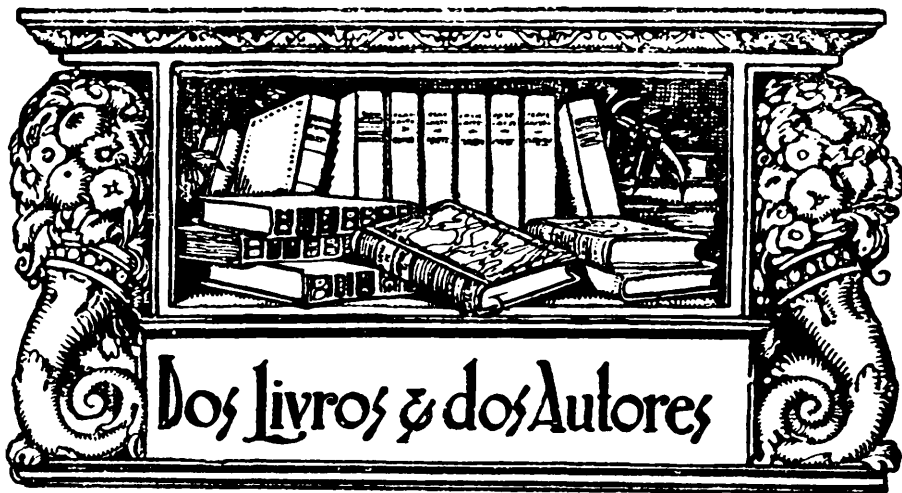
rios devotos. A esta seguiu-se a dos Capuchos e à noite saiu a grande procissão do Campo da Feira, segundo o costume, só com a diferença de ir a acompanhá-la o batalhão n.º 14, comandado pelo coronel Maldonado.

Dia 12—O coronel Maldonado, comandante do batalhão n.º 14, comemorou neste

dia o aniversário da Rainha, ocorrido no dia 4, tocando os tambores ao romper do dia. A música tocou pelas ruas o hino da Rainha e o batalhão formou ao meio dia em grande parada e no maior asseio. Nessa ocasião o comandante deu vivas à soberana, que foram correspondidas com entusiasmo. A' noite tôda a vila iluminou, sendo brilhante a iluminação dos quartéis, voltando a música a percorrer as ruas.

JOÃO LOPES DE FARIA.





A SOLUÇÃO CORPORATIVA, por *Fernando Campos*. Lisboa, 1939.

Em separata da revista *Ocidente*, publicou o sr. F. C., distinto colaborador de *Gil Vicente*, a conferência pronunciada em 19 de Julho do ano passado na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. Nesta conferência estuda o sr. F. C. primeiro os antecedentes do corporativismo actual, referindo-se à economia liberal e aos seus inconvenientes, focando com conhecimento e saber as conseqüências do individualismo político e económico do século passado, e tirando daí a lição oportuna dos malefícios que se devem à acção do liberalismo no campo da economia. Numa segunda parte estuda o A. a renovação corporativa dos nossos dias, a sua oportunidade histórica e a sua orgânica, detendo-se na definição e funcionamento dos Grémios em virtude do momento em que então falava, o qual era o da transformação da Associação de Lojistas de Lisboa em Grémio, integrado na organização corporativa portuguesa.

Este trabalho é, como todos os de F. C., escrito com clareza e objectividade, e constitue uma bela defesa das vantagens do corporativismo, tão combatido

por uns e tão ignorado pela maioria. Bem fez o A. em a publicar porque, acessível como é, pode vir a prestar relevantes serviços na divulgação duma doutrina por que vimos todos os desta casa a lutar há tantos anos.



GRANDEZA E MISÉRIAS DO BOM JESUS DO MONTE, por *Luiz de Almeida Braga*. Braga, M.CM.XL.

Um livro do dr. L. de A. B. é sempre um manjar esquisito que nós outros saboreamos com redobrado prazer, porque é sempre prato saboroso e requintado que nos regala a alma. Desde êsse tão injustamente esquecido *Pão alheio* até à *Paixão e graça da Terra*, através duma obra de reduzida extensão mas de altíssimo valor sob o ponto de vista doutrinário, moral, filosófico e literário, sempre L. de A. B. tem vindo cuidando amorosamente da sua linguagem, com a meticulosidade do floricultor debruçado sobre uma nova espécie de rosa que vai maravilhar o mundo, ou dum ourives lavrante que lentamente dá corpo e forma ao rendilhado filigranado

dum par de pendentes capazes de realçarem qualquer beleza hierática como essa famosa Monna Lisa do velho Leonardo.

Grandeza e misérias do Bom Jesus do Monte não podia escapar à regra a si mesmo imposta pelo Autor quando, calcuriando os caminhos vários do exílio não esquecia a Pátria longínqua, antes a amava com redobrado amor na sua língua que pulia cuidadosamente e cuidadosamente limava para nos legar essas páginas belíssimas do *Pão alheio*, rosa em botão que desabrochará plenamente na *Paixão e graça da Terra* e nesse admirável *Em signo de latim* primeiramente aparecido como pòrtico brilhante a uma tradução modesta do modesto autor destas linhas.

O livrinho agora publicado é um escripto de lindíssimas pérolas, pois tudo — desde a edição, um mimo de gòsto, até à linguagem, um hino de ternura entoado em louvor do Senhor do Monte — nos enche a alma de beatitude, e a vista de beleza formal, como raríssimos hoje nos podem conceder. E' èle constituído por um discurso — e que discurso, senhores! — pronunciado nessa formosíssima estância que nunca me canso de admirar e de louvar, quando a distinta Confraria do lugar prestou homenagem às Senhoras da O. M. E. N., a cargo de quem se encontra hoje o Lactário do Bom Jesus. Palavras repassadas de ternura como só a podem sentir as almas dos poetas, elas são também uma prova de que apesar da era torva dos nossos dias, quando as esperanças mais fagueiras são num momento varridas e desfeitas pelo tufão de insânia em que a Terra está envolvida, quando o mais repelente materialismo reduz tudo ao simples prazer fisiológico de digerir, quando os mais nobres e mais belos sentimentos, conquista dos séculos sòbre a alma do bruto ancestral, se subvertem sob as ruínas dum mundo milenário e duma civilização que já pertence à história, essas palavras são, dizia eu, uma prova de que a Língua

portuguesa continua viva, forte e ousada, capaz de novamente entoar novas estrofes clangorosas como as de Camões, sim, mas também de gemer as tristezas tão lusitanas de Bernardim ou do *Crisfal*.

L. de A. B. possui o segrêdo da musicalidade da frase, herança recebida da geração parnasiana predecessora da sua, quando em França José Maria de Herédia cinzelava os seus sonetos e em Portugal Feijó limava os seus versos marmóreos. Poder-se-á discordar das ideas politicas do Autor, e é natural que haja quem nelas não comungue; mas todos são unânimes em lhe reconhecer a primazia na restrita galeria dos escritores contemporâneos de raça. L. de A. B., enquanto sob o ponto de vista político vem há longos anos pugnando extremadamente pelo reaportuguesamento integral de Portugal, sob o ponto de vista literário bate-se galhardamente contra o abastardamento da língua, que não quer ver morta sob os rudes golpes da grossaria contemporânea.

Este seu pequenino livro, pequeno no tamanho, tão grande na intenção, é mais uma jóia de preço inestimável a encastoar no diadema das suas obras, é uma nova afirmação da sua inconfundível personalidade de escritor de raça, e é um atestado mais das suas preclaras qualidades de bracarense illustre que sem favor sobressai na galeria dos mais illustres bracarense.



BERÇO DA PÁTRIA (Tríptico), por
Jerónimo de Almeida. Guimarães, 1940.

Para comemorar o duplo centenário publicou J. de A. um tríptico em verso, cheio de exaltação nacionalista e que canta a sua terra, *Berço da Pátria*. São versos harmoniosos e perfeitos, para o que contribue o metro heptassílabo que o Autor adoptou.

A edição, muito elegante, ostenta na

capa um belo desenho do artista vimaranense Joaquim Teixeira, e traz uma fotografia do Autor, a quem agradeço as palavras amigas com que me distinguiu. Pena é que J. de A. não me visite com mais frequência com as suas obras, que aparecem a espaços largos. Entre a galeria dos escritores de Guimarães — e muitos e distintos eles são — J. de A. tem o seu lugar inconfundível, conquistado pelo seu esforço. Por isso o exorto a não adormecer sobre os louros e a pulsar a lira com frequência, embora reconheça que a nossa era não é das mais propícias à Poesia.



LIVRO ANTIGO DE CARTAS E PROVISÕES DOS SENHORES REIS D. AFONSO V, D. JOÃO II E D. MANUEL I, do Arquivo Municipal do Pôrto. O CABIDO DA SÉ DO PÔRTO, pelo *Cónego António Ferreira Pinto*. FORAIS MANUELINOS DA CIDADE E TÉRMO DO PÔRTO, existentes no Arquivo Municipal. Pôrto, 1940.

Pelo Gabinete de História da Cidade continua a Câmara Municipal do Pôrto a publicar documentos valiosíssimos para a história da velha *Civitas Virginis*, que é também a história de Portugal. E assim aos quatro volumes já publicados seguem-se agora mais três cujos títulos abrem estas leves notas, e que são do mais alto interesse para o estudo do velho burgo portuense.

O primeiro volume, prefaciado e proficientemente anotado pelo sr. dr. Artur de Magalhães Basto, ilustre chefe dos Serviços Culturais da C. M. do Pôrto e director do Arquivo Distrital, é constituído por 89 cartas e provisões endereçadas ao Município portuense por três dos mais notáveis Reis da dinastia de Avis e basta êle e o já publicado das *Vereações* «para, no dizer do ilustre Prefaciador, se reconstituir na sua grande parte a história do Pôrto». As no-

tas que o acompanham são do mais alto interesse para o esclarecimento da maior parte dos diplomas publicados e para o conhecimento do Pôrto medieval.

É um volume valiosíssimo e que se torna necessário consultar para o estudo dessa notável época de transição que foi a passagem da Idade Média para o Renascimento.

O segundo volume é a reconstituição biográfica dos componentes do Cabido da Sé portugalense desde o ano de 1600, parte do que já foi publicado no *Boletim Cultural* da C. M. do Pôrto, e nêle se historia também a origem dos Cabidos, a origem do Cabido da Sé do Pôrto, os seus estatutos, o modo como se fazia o provimento das dignidades, dos Cónegos capitulares e Beneficiados, a atitude do Cabido perante o Constitucionalismo e a República, tudo seguido dos nomes e curta biografia dos Cónegos doutorais e Magistrais, Deães, Chantres, Mestres-Escola, Tesoureiros, Arciprestes e Beneficiados. No final há uma lista dos Bispos do Pôrto desde S. Basílio ou Basileu até ao actual Antiste, com ligeiras notas biográficas dos de maior relêvo. O volume é ainda ilustrado com vários *hors-texte* representando algumas das mais notáveis figuras a que se refere o texto.

O sr. cónego Ferreira Pinto diz no prefácio que a elaboração dêste livro lhe foi sugerida meditando a nota officiosa do sr. Presidente do Conselho datada de Maio de 1938 «e observando o entusiasmo que despertou nos diferentes sectores da vida nacional» lembrando-se então «que o Cabido da Sé do Pôrto tinha mais de oito séculos de vida, viu nascer Portugal, auxiliou a encaminhar o seu bispo e os Cruzados para a conquista de Lisboa aos mouros». Embora o Autor queira considerá-lo apenas o borrão de trabalho de maior fôlego, mesmo assim é obra que se lê com proveito e se torna imprescindível para o perfeito conhecimento da história da Sé portugalense.

O terceiro volume é constituído pela cópia dos forais concedidos por D. Manuel I ao

Pôrto, Aguiar de Sousa, Gondomar, Maia, Matozinhos, Penafiel, Refojos de Riba d'Ave e Vila Nova de Gaia, e prefaciado e anotado pelo sr. dr. António da Cruz, proficiente director do Gabinete de História da Cidade.

Cada um dos capítulos abre com a reprodução da portada iluminada do foral respectivo, seguindo-se-lhe a descrição do códice a seguir publicado.

Ociosos se torna encarecer a utilidade dum tal volume que constitue um belo exemplar do cuidado que punham os nossos Reis no governo dos povos e de como então eram salvaguardados os justos interesses dos Municípios sempre prontos a pugnar por eles contra quem contra eles atentasse. Nesses oito forais está um admirável capítulo da história de Portugal e bem merece de todos os portugueses, e em especial de todos nós, portugueses, o Gabinete de História da Cidade, cuja acção cultural, de-veras notável, nunca me cansarei de louvar.



CURIOSIDADES DE GUIMARÃES. VII.
Jornalismo Vimaranense, por
Alberto V. Braga. Guimarães, 1940.
AS FESTAS DA ACLAMAÇÃO, pelo
mesmo. Pôrto, 1940.

Prosseguindo no seu louvável intento de dar a conhecer as «Curiosidades de Guimarães», o sr. A. V. B. publicou mais um opúsculo dedicado ao jornalismo vimaranense, que é uma separata do extenso estudo publicado na velha e gloriosa *Revista de Guimarães* a quando da sua entrada no 50.º volume e, por conseguinte, no 50.º aniversário.

Começa este estudo por uma referência aos mais ilustres colaboradores da *Revista de Guimarães*, à frente dos quais figura esse grande homem português que foi Martins Sarmiento, e depois refere-se detidamente a cada um dos Directores da revista desde o

seu início, com palavras de justiça que são também de saúde para os que a morte já levou.

Por fim dá uma resenha exaustiva das publicações periódicas e números únicos aparecidos em Guimarães desde *O Azemil Vimaranense* de 1822 até à actualidade, com os nomes dos seus directores, redactores, editores, sede, tipografia e anos da publicação. É um trabalho valioso e exaustivo, de grande conseqüência e cuidado, que nos dá uma ideia do intenso labor jornalístico nesta cidade durante mais de um século.

O opúsculo é acompanhado das fotografias dos directores da *Revista de Guimarães* e dos cabeçalhos de alguns jornais vimaranenses.

O segundo opúsculo, separata do número especial da *Revista de Guimarães* comemorativo dos Centenários, é uma ligeira nota das festas realizadas no Norte, nomeadamente Pôrto, Braga e Guimarães, por ocasião da aclamação de D. João IV, e mostra-nos o entusiasmo com que neste rincão portuguêsíssimo se festejou a Independência e o fim do jugo feroz de Castela, entusiasmo que transparece sobretudo nas estrofes empoladas de Manuel Tomaz, o poeta do *Fenix da Lusitânia*.



SERVE...!, por Albert Bessières, S.
J. Tradução do P.º José da Silva
Ramalho. Pôrto, 1940.

Tendo escrito anteriormente o *Evangelho do Chefe* o rev. P.º A. B., a pedido dum Bispo missionário, escreveu este livro agora em tradução portuguesa, e que primitivamente se chamava o *Evangelho do Servo*.

Escrito em linguagem desprezenciosa, não raro elegante, está destinado a fazer muito bem a crentes e descrentes, se estes últimos o lerem. O Autor coloca-se num ponto de vista humano para avaliar a essência divina da palavra — servir, e é assim

que o desenvolve através dos três livros do volume: *Jesus modelo dos servos*, *Governar é Servir* e *Servir é reinar*. No seu dizer não se pode buscar nêle «uma ordem rigorosa, que a não tem. Nêle se reflecte a diversidade dos lugares onde o meditei, desde as florestas da Suíça Valaisana às margens solitárias do Jordão.

«Procurei seguir de perto a narrativa evangélica e o que eu pretendi, leitor amigo, foi que, trazendo sempre êste livrinho, o pudesses abrir ao acaso e nêle achar matéria de reflexão.»

Sendo livro que há-de desagradar a muitos, há-de, por isso, servir a muitos mais como veículo para a edificação das almas. Pode dizer-se, sem ser por mero protocolo, que é um livro útil e oportuno: útil, pelo bem que pode fazer, ainda mesmo aos que se limitem a folheá-lo ao acaso; oportuno, porque é um espelho em que o mundo pode ver-se neste momento doloroso que tantos povos atravessam.



BOLETIM CULTURAL DA CAMARA MUNICIPAL DO PÔRTO. Vol. III. Março de 1940. Fasc. I.

Com êste fascículo iniciou-se o 3.º vol. desta admirável revista que tantos subsídios novos tem trazido para a história do Pôrto. Como os fascículos anteriores, além da valiosa colaboração de que a seguir dou nota, publica a relação das publicações entradas em Agosto, Setembro e Outubro de 1939, na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, a estatística da leitura e frequência daquela Biblioteca durante o último trimestre de 1939, e artísticos *hors-texte*.

A colaboração é constituída pelos seguintes estudos: *Memórias soltas e inventário do Oratório de S. Clemente das Penhas e do Mosteiro de N.ª S.ª da Conceição de Matozinhos, dos séculos XIV e XV*, por A.

de Magalhães Basto; *Garrett e o Pôrto* (conclusão), por H. C. Ferreira Lima; *Os mesteres do Pôrto no século XV*, por António Cruz; *Engenheiros e Arquitectos, desenhadores de antigas plantas do Pôrto*, por Pedro Vitorino (conclusão), e *O Pôrto na Restauração* (continuação), por Fernando Guimarães.

E' de todo o ponto louvável a intenção da C. M. P. manter esta revista cujos valiosos serviços nunca é demais enaltecer e louvar.



HORAS NEGRAS, por *Mesquita Júnior*. Pôrto, 1939.

Este livrinho é formado por «dez poemas do meu século», no dizer do A. «São pedaços de destino, bocados de existência amargurada, estas horas negras.» As suas poesias despretenciosas revelam ainda certa indecisão de forma, embora o estro não falte ao A. que sacrifica demasiado à moda no respeitante à apresentação dos seus versos.

E', contudo, livrinho sentido e revelador dum coração que sofre com as «horas negras» do seu semelhante. E se êle não tivesse outros méritos, êsse bastaria para o tornar simpático ao leitor.



BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS. Volume V, n.º 1. Guimarães, 1940.

Êste fascículo desta utilíssima revista é totalmente preenchido com o curiosíssimo *Livro dos Privilégios de N. Senhora da Oliveyra*, a que já fiz referência na minha nótula anterior.

ANTÓNIO A. DÓRIA.

ESTUDOS VICENTINOS, por *Aubrey F. G. Bell*. Tradução do inglês por António Alvaro Dória. Imprensa Nacional. Lisboa, 1940.

São já vários os trabalhos de Aubrey Bell sobre assuntos de literatura portuguesa. Começaram as traduções das suas obras, se não estamos em êrro, em 1924, com a publicação feita pela Livraria Aillaud e Bertrand de *Alguns aspectos da Literatura Portuguesa* que os estudiosos não podem deixar de consultar. Seguiram-se, depois, *A Literatura Portuguesa*, em 1931, e, no mesmo ano, *Fernão Lopes*, êste em tradução de António Dória. E aqui começou a tarefa de Dória em nos pôr em contacto, por primorosas traduções, com o espírito brilhante do infatigável lusófilo.

Gil Vicente, figura extraordinária da nossa História Literária não podia deixar indiferente a benemérita curiosidade de Bell, e de tal forma que os trabalhos sobre o fundador do nosso teatro se foram sucedendo. O primeiro foi publicado em 1915 no *Boletim* da Academia das Ciências de Lisboa. O segundo data de 1920 e em 1921 o *Hispanic Society of America* editava um novo estudo sobre aquêl que «ourives, musicógrafo, actor, dramaturgo, poeta lírico», foi «uma das figuras mais interessantes do século XVI». Em 1929 a *Encyclopaedia Britannica* na sua 14.^a edição, publicava um novo trabalho de Bell e nesse mesmo ano a *Revue Hispanique*, umas *Notas para uma edição de Gil Vicente*.

Estes trabalhos alcançaram um merecido interêsse entre todos aquêles que melhor desejavam conhecer a figura e a obra admirável de Mestre Gil. Mas estavam escritos em língua inglêsa, o que sobremodo dificultava a consulta aos que eram pouco profundos na língua original de Byron, de Shakespeare, de Bell e de outro notável lusófilo, Prestage.

Deve-se a iniciativa da publicação dêste utilíssimo volume, dedicado «a todos aquê-

les que laboram na vinha vicentina» e, em especial — pelo tradutor — «A' memória de D. Carolina Michaëllis de Vasconcelos» ao Dr. Joaquim de Carvalho, então director da extinta Imprensa da Universidade de Coimbra. Devia êle aparecer em 1936, quando se comemorou o 4.^o centenário de Gil Vicente mas a extinção da Imprensa da Universidade, quando apenas estavam impressas 10 fôlhas, veio dificultar a sua saída, de maneira que só no ano das comemorações centenárias o volume pôde ser pôsto à venda.

Ao esforço de António Dória aliado ao auxilio que lhe foi prestado pelo capitão Lucínio Prêza, que foi Governador Civil de Braga, se deve esta ressurreição dos *Estudos*.

Os trabalhos, como já dissemos, são todos valiosos e a tradução de António Dória é louvável, sob todos os aspectos, pois prestou um grande serviço à cultura portuguesa.

Encerra o volume uma lista de bibliografia vicentina, tão preciosa aos que se queiram devidamente documentar sobre o nosso genial Gil Vicente, uma tábua cronológica do admirável poeta, e um índice onomástico, sempre indispensável em trabalhos dêste género.

Quando teremos, agora, o prazer de ver publicados, por colaboração de Bell com António Dória, os dois prometidos volumes da *Bibliografia Portuguesa*?



AO PRINCÍPIO ERA O VERBO, por *António Sardinha* (2.^a edição), Edições «Gama». Rua do Loreto, 42-1.^o Lisboa, 1940.

Quando, em 1924, apareceu êste livro, já António Sardinha se tinha afirmado um dos nossos grandes poetas.

E se como doutrinador os seus escritos em *A Monarquia* e na *Nação Portuguesa*, lhe asseguravam aquêl lugar de Mestre

que justamente tinha conquistado, porque se constituiu arauto duma reintegração necessária ao ressurgimento nacional, o *Ao princípio era o Verbo* veio dar-lhe um prestígio maior e, a todos nós, uma maior esperança com uma admiração mais profunda.

Poucos meses depois, numa manhã fria de Janeiro de 1925 e no início da sua prometedora carreira, veio a morte roubá-lo ao seu portuguesíssimo apostolado. Mas os seus ensaios — a que costumava chamar as suas *sebentas* — ficaram como lições magníficas, vitoriosas da morte, a apontar aos portugueses o verdadeiro caminho do futuro.

Rapidamente se esgotou a primeira edição do *Ao princípio era o Verbo*. Outros ensaios se foram publicando, todos eles da maior importância pelo que representam na transformação espiritual de uma geração que soube compreender as lições do Mestre e sentir os anseios de resgate nacional a que consagrou, através de todos os sacrifícios, o melhor do seu esforço e da sua inteligência.

Assim, só depois da morte de Sardinha, se foi tornando conhecida a sua obra. Ao percorrê-la é que se avalia bem o formidável esforço intelectual do grande Mestre.

Da poesia à crítica das ideias, da filosofia contra-revolucionária, mais própria-mente monárquica, aos ensaios de exegese histórica, a actividade intelectual do Autor do *Ao princípio era o Verbo* manifestou-se sempre, e de tal modo a sua fecundidade de talento se afirmou que mesmo depois da morte continuou a missão altíssima que lhe ennobreceu a existência.

Decorridos 16 anos, um esperançoso grupo de valorosos rapazes fêz sair a segunda edição do *Ao princípio era o Verbo*. Na verdade, como se diz na «Nota dos Editores»: — «Nunca foi mais vivo e (no meio da confusão de doutrinas em que se debate a Europa) mais actual o claro pensamento que informa os vários estudos e ensaios novamente lançados a público.»

Este livro é, de facto, de uma actualidade flagrante, como se ainda há pouco tivesse sido escrito. Temperamento raríssimo de agitador intelectual, parecendo adivinhar o que era ainda nebuloso nos horizontes do pensamento e dos factos, António Sardinha conseguiu «restituir à Pátria o sentimento da sua grandeza, — não duma grandeza retórica ou enfática, mas naturalmente, da grandeza que se desprende da vocação superior que a Portugal pertence dentro do plano providencial de Deus, como nação ungida para a dilatação da Fé e do Império».

Bem fizeram, pois, os que se abalancaram à reimpressão deste livro que é o primeiro testemunho da energia espiritual e da sã doutrinação de António Sardinha.

Mas não ficam por aqui os beneméritos editores. Eles o dizem: — «*Ao princípio era o Verbo* será o primeiro de uma série de trabalhos, reedições, originais e traduções, que os editores tencionam ir publicando, na esteira das verdades eternas, que o Mestre tão nobremente serviu».

Em obediência a este generoso compromisso, aparecerão em breve, traduzidas pelo nosso distinto camarada dr. Leão Ramos Ascensão, as *Cartas a um céptico...* de Pémam.

Bem hajam!



ESTUDOS DE LINGÜÍSTICA, por I. Xavier Fernandes (1.º volume). Livraria Educação Nacional. Rua do Almada, 125. Pôrto, 1940.

A Editora Educação Nacional continua na sua louvável campanha em defesa da língua portuguesa.

Aos trabalhos já editados, de Moreno e de V. Botelho do Amaral, vem juntar-se, agora, este 1.º volume de *Estudos de lingüística* de I. Xavier Fernandes, outro apreciado mestre da arte de bem escrever.

Divide-se êle em cinco valiosos capítulos, fazendo-se no primeiro a defesa do Latim

ao lado do qual — di-lo com verdade e profundo conhecimento Xavier Fernandes — «tôdas as línguas são obscuras».

Por isso entendemos, também, e em face de novas línguas de carácter internacional que por aí andam apregoadas, que não devemos perder «o nosso tempo desbaratando-o com o aprendizado de línguas artificiais, sem história, sem arte, sem vida, sem literatura, sem atractivos, que possam seduzir-nos por uma compensadora utilidade prática e imediata».

Esta justa defesa do latim constitue um dos bons capítulos dêste volume, a que se juntam os que tratam de fonologia, de morfologia, de sintaxe e de semântica.

Resumindo: — estamos em presença de um trabalho prático e utilíssimo que deve ser consultado por todos aquêles que queiram bem falar e bem escrever, porque, como disse Correia de Oliveira, a nossa língua é «o signo da Pátria inteira».

Oxalá não demore a publicação de novo volume.



HISTÓRIA DA GUERRA DE ESPANHA,
por R. Brasillach e M. Bardèche
(2.º volume). Livraria Clássica
Editora. Praça dos Restauradores,
17. Lisboa, 1940.

Já aqui tivemos ocasião de nos referir ao 1.º volume da *História da Guerra de Espanha*, organizada por R. Brasillach e M. Bardèche, em magnífica edição da conceituada Livraria Clássica, de Lisboa, tradu-

zida do original francês por Ferreira da Costa, que a valorizou com algumas notas necessárias e úteis.

Êste segundo volume divide-se em três partes: — «A marcha sobre Madrid», «A libertação do Norte» e «A libertação da Espanha», focando, com a imparcialidade que é precisa em trabalhos de História, as diversas fases da guerra civil até à queda da Catalunha e à libertação da Espanha da luta fratricida que foi ateadada pela loucura dos políticos democráticos.

Todos nós sentimos e vivemos essas horas de tragédia, desenrolada bem perto de nós. Por isso ao completar a leitura desta *História da Guerra de Espanha* não podemos deixar de louvar o trabalho dos seus Autores e a iniciativa da «Clássica» em ter editado a tradução protuguesa.

As duas valiosas notas do tradutor, com que fecha êste volume, salientam a derrocada económica dos vermelhos, mercê dos erros praticados. São curiosas, também, e sobretudo utilíssimas, a nota de pág. 14 sobre Unamuno e a entrevista com Miguel Primo de Rivera, que se arquiva em nota a pág. 33, onde se relata a morte do heróico fundador da «Falange».

Em qualquer altura que se queira fazer um estudo consciencioso sobre o que foi a guerra que ensangüentou e martirizou a Espanha, não se poderá deixar de consultar os dois valiosos volumes que Brasillach e Bardèche escreveram.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Doutor José Leite de Vasconcellos

O sábio, o homem e o amigo

ESTÁ de luto a ciência.

Foi a sepultar o maior obreiro da filologia, da arqueologia e da etnografia portuguesa dos últimos tempos, o romeiro incansável que, percorrendo montes e vales, subindo encostas, dobrando serras, visitando grutas ou castros, vagueando por feiras e romarias e assistindo a festas e bailados, procurava, por seus inquéritos e por sua observação directa, desvendar o passado do homem, a origem ou a etimologia das palavras, e o viver do povo.

Quem o não conhecesse bem, quem o julgasse apenas pelas aparências, pensaria estar em frente de um excêntrico; e algumas vezes, em verdade, como tal foi tido entre pessoas que nêle não podiam adivinhar o cientista, o doutorado pela Sorbonne, o colaborador de todos os grandes Congressos da ciência, o fundador do Museu Etnológico, etc.

Negociantes de feiras, mulheres de virtude, simples rendilheiras e linheiras, e as gentes do campo por êle preguntados sôbre formalismos de contratos, termos usados e costumes em voga, exorcismos ou ensalmos, elementos e preparos de artefactos, bastas vezes zombaram e riram do beneditino investigador.

Apaixonado da sua obra, que conforme expressa determinação de sua última vontade será continuada, tudo a ela dedicou e sacrificou, inclusivê sossêgo e comodidades, quer jornadeando sentado nos duros bancos das malas postas, escarranchado em pobres azêmolas e até a pé por caminhos de cabras, quer pernoitando em estalagens e hospedarias de camas de rijo colmo, piores que catres de frades.

O progresso que ambicionava para a ciência portuguesa e especialmente para a etnografia, na intenção de recolher o muito que ainda falta anotar do viver do povo em seus costumes e em sua operosidade,— que sempre reconheceu não poder ser obra exclusivamente sua, e antes dever

resultar do labor de muitos — levava-o a animar e amparar todos os que principiavam.

Comprazia-se em agradecer a todos, mesmo àqueles que não conhecia, e pela sua actividade se orientavam, que carregavam novos elementos ou descobriam e traziam para a publicidade novas interpretações ou complementos esclarecedores dos tantos problemas ainda sem solução ou em estudo.

A demonstração do que afirmo faz-se com o meu próprio caso.

Em Dezembro de 1925 (desta data vem as nossas relações) recebia eu em Castelo Branco um bilhete postal (êste era o meio de correspondência geralmente usado pelo mestre em razão da economia de tempo) concebido nos seguintes termos:

Um meu vizinho natural do distrito de Castelo Branco deu-me dois números da «Acção Regional» com artigos de V. 1) sôbre o mal de empola; 2) outro sôbre distritos regionais. Como V. me dá a honra de me citar no 2.º, tomo a liberdade de lhe escrever. Folguei de saber que uma pessoa ilustrada dêsses sítios se ocupava presentemente de etnografia. Está V. fazendo o que eu quando estive em Castelo Branco, em 1916, presidindo a exames liceais quis que fizesse o professor que instiguei a isso (creio que não chegou a fazer nada, que eu saiba). Como V. sabe, publico a «Revista Lusitana» e peço a V. coordene os seus artigos em série ou capítulo, e mo envie para eu lá o inserir, o que eu muito estimaria.

Não nos conhecíamos pessoalmente, repito, e, prova provada do que atrás afirmei, da cativante redacção do postal que me dirigiu ressalta nitidamente o tom aliciante de que usava para avolumar a confraria dos investigadores do *ethnos* nacional.

O que se passou comigo deve ter-se dado com certeza com muitos outros. O sábio considerava seus amigos os que por qualquer forma contribuíam para a valorização ou triunfo da sua ciência, e estimava e queria aos que com êle colaboravam, ainda os mais humildes; os serviços prestados no campo científico tomava-os e agradecia-os como se de favores pessoais se tratasse.

Esta certeza dá-no-la êle no seu próprio testamento onde contempla os artistas que, debruçados sôbre os caixotins da tipografia, deram forma



O DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS,
acompanhado do Dr. Jaime Lopes Dias e de Pedro Mário de Alcântara Sotto Maior Negrão,
(primo do Dr. Leite de Vasconcellos)

(Fotografia tirada pelo Dr. Jaime Lopes Dias, com disparador automático,
em 23-IV-939, na casa da Rua D. Carlos Mascarenhas, 40).

legível ao seu pensamento, tornando possível, a todos os homens, o conhecimento da sua tão extensa como monumental obra.

Era assim o sábio e o homem.

Agora o amigo.

Tendo eu tido uma vez a honra de o receber em minha casa, em Castelo Branco, quando vim para Lisboa quis que eu fôsse logo a sua casa, visto não poder vir à minha, um 2.º andar onde êle já não podia subir.

Fui efectivamente, não uma mas várias vezes, e quasi sempre aos domingos para entretermos longas conversas matutinas seguidas de almoço em que os dois eramos únicos convivas.

Recordo com saúdade o carinhoso acolhimento que me fazia e a simpatia e o *à vontade* com que me tratava dando-me sempre a nítida certeza de que em sua casa eu era mais familiar e amigo do que hóspede.

Era diabético o Dr. José Leite de Vasconcelos e, por isso, as suas doses de arroz, de pão e outros alimentos prejudiciais à doença eram limitados, e em matéria de fruta só vinha para a mesa a que eu devia comer.

Conversavamos tôda a manhã, na biblioteca, no escritório, ou em ambas as partes, falavamos de assuntos que o mestre trazia entre mãos e das dúvidas que lhe ocorriam e que, em seu entender, eu podia esclarecer, evidentemente mais em razão do conhecimento directo que eu tinha da vida da província, e especialmente das Beiras, do que da minha ciência.

À hora da refeição descíamos ao rés do chão, fazíamos pequena demora na sala de visitas, naquela mesma sala onde, em sentido recolhimento e não pequena emoção, permaneci, no dia do funeral, durante o último quarto de hora, para o acompanhar, pela última vez, na saída de sua casa, como tantas vezes fizera em vida.

Só desta vez já não vi na porta aquêl cartão com o pedido que, pela necessidade de sossêgo e respeito pela sua concentração no trabalho, êle fazia a todos os que saíam de sua casa :

Quem já sair
Tome a peito
Fechar a porta
Com jeito.

Almoçados, saíamos, se o tempo o permitia, para a varanda que se debruçava sôbre o pequeno quintal onde vegetavam roseiras e craveiros,

malvaiscos e malmequeres, além de outras plantas espontâneas, e outras vezes para passeio mais extenso: Parque Eduardo VII ou arredores, Campo Grande, etc.

Recordo, grata recordação dêsses passeios, que um deles, talvez dos primeiros, teve lugar ao museu do distinto e consagrado olisiponense e mestre de olisipógrafos, sr. engenheiro Augusto Vieira da Silva, que eu conhecia e admirava apenas pelo nome e pela obra, e de quem hoje, além de admirador, sou amigo gratíssimo.

Fui pela última vez a casa do sábio, em sua vida, pouco depois do temporal do último Dezembro que lhe derrubou a chaminé de um prédio que possuía na Rua Vitor Bastos.

Escrevera-me (foi a última carta que dele recebi) e telefonara-me receoso de que pudesse acontecer mal maior e pesaroso por os inquilinos estarem a sofrer a invasão das águas da chuva, que por essa altura não cessavam de cair. Fui tranqüilizá-lo e informá-lo de que tudo estava resolvido por bem e, como era seu desejo, dentro da urgência solicitada.

Fôra pessoalmente porque sabia bem quanto, na sua senectude cada vez mais, e a largos passos, acentuada, o preocupavam os problemas da burocracia e das licenças.

De uma vez escreveu-me êle com relação a outro problema das suas habitações:

«Ter uma casa são trabalhos. Não me bastam os do folclore»...

Cheguei naquele dia, o da minha última visita, à hora em que o mestre estava já entregue ao seu quotidiano labor.

A Chica (Francisca Neiva, natural dos Arcos de Valdevez, serva da casa, com seu colar de contas de ouro ao pescoço, seu chambre, saia e avental a condizerem com o ambiente) foi bater à porta da biblioteca que estava fechada pela parte de dentro.

Demorou-se o mestre algum tempo a aparecer.

Vinha muito agarrado ao seu sobretudo, a queixar-se muito dos seus achaques, a narrar as recomendações do seu médico e a lamentar-se, o que já fizera de outras vezes, da sua falta de vista que dia a dia, dizia, sentia acentuar-se.

Entramos para o escritório onde o estudante Santos Sousa lia e escrevia o que o sábio indicava ou ditava.

Feita, pelo mestre, qualquer pergunta, dado o meu recado, quis ter a gentileza de me informar da marcha dos trabalhos de composição e impressão do III e IV volumes da *Etnografia Portuguesa*, depois do que nos

despedimos desejando-lhe eu, com a sinceridade do amigo e modestíssimo discípulo, boas melhoras.

Passaram dias.

Por entre a azáfama da minha vida, inquiri ainda uma ou duas vezes da sua saúde, tendo em começos de Abril sido informado de que os seus males se haviam agravado.

Nada mais pude saber até que, em 17 de Maio, poucos momentos depois do mestre ter expirado, amigo comum e seu vizinho da Rua D. Carlos Mascarenhas, me telefonava a triste notícia de que fôra Deus servido chamar à sua presença o convicto crente e sábio trabalhador.

Senti como se sentem os grandes choques, embora reconhecesse que desde há tempos a sua memória prodigiosa começava a falhar e a sua vista, como já disse, por sua própria confissão, a diminuir acentuadamente; e de um salto corri à modesta residência de Campolide.

Rezei então, rezo hoje e rezarei a Deus pelo eterno descanso, que bem o merece, do simpático velhinho e bom amigo, do fidalgo de nascimento que tendo vivido numa modéstia impressionante, morreu como viveu: isento de preconceitos e de vaidades.

Junho de 1941.

JAIME LOPES DIAS.



INVOCACÃO

FÁTIMA
13 DE MAIO
DE
1941

POR
ALBERTO
DE
MONSARAZ

*Em Fátima, em seu rústico santuário,
Meu Portugal católico, aqui estamos:
— Para que sempre reverdeçam ramos
No lusitano roble milenário.*

*Como na História, a Padroeira ampare-o
Durante a tempestade... Nós cá vamos,
— Pobres escravos, a fingirem de amos—
Cumprindo nosso intérimo fadário...*

*Que os Portugueses sofram, pouco importa;
Mas Portugal, Senhora! a glória morta
Dai-lha outra vez, no sol que a aurora traz...*

*E enquanto a Europa louca se esfacela,
Fremente de ódio, ao menos possa ela,
A Pátria, nossa mãe, florir em paz.*

O Conceito da Idade-Média e a Idade-Média Portuguesa

(Continuação da página 48)

A «espessa noite gótica», de Rabelais — os «séculos grosseiros», de Boileau, que fariam da Europa, se não tivessem vindo, com o triunfo pleno do Cristianismo, a dulcificar a vida dos homens e a libertar as almas para o pensamento de Deus?

S. E. o Cardial Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, deixou escrita, a págs. 51 do seu livro justiceiro — *A Idade-Média*, que é o pórtico aberto do nosso pensamento actual, «desempoeirado», como costumam dizer certos críticos de superfície, deixou escrita, dizia, a síntese clara da elaboração mental, que foi a Idade-Média.

«Saída do «cáos étnico» em que desabou o império romano, — diz, — a sociedade cristã fez um enérgico esforço para se organizar sob a direcção da Igreja. Dêsse doloroso esforço saíu o regime católico-feudal, em que a civilização atingiu um alto valor humano. O indivíduo só é forte e triunfa associado, *vae soli!* Fortes instituições reúnem todos os indivíduos e submetem-nos à mesma disciplina, por uma extensa rêde de direitos e deveres recíprocos, no fundo dos quais se encontra esta nova, preciosa realidade social — *a pessoa humana*. Mas se o espiritual é a alma do temporal, como dizia Carlyle, mais curiosa de ver é a sociedade das almas, tôdas subjugadas pelos mesmos altos princípios, que lhes imprimem assim um carácter comum.»

Feudalismo, Cavalaria, Corporações, com a sua hierarquia geométrica cerimoniosa e cerimonial, com as práticas simbólicas das iniciações, com os deveres rígidos de conduta moral, manifestam na formação, na existência em seu tempo e no seu espaço, na disciplina interna e nos objectivos sociais, o espírito gregário, próprio de compreensão funcional, que não é das épocas de crise, mas dos períodos de equilíbrio. A êsse mesmo espírito gregário e disciplinador não escapavam as universidades, revelado até nesta designação de universidade total de mestres e escolares. A Mo-

narquia, imanente, transcendia das instituições sociais para a unidade política na soberania do Rei. Era ainda o mesmo impulso de agregação solidária na pessoa e no poder de entidade superior a tôdas as parcelas.

«... os nobres, — disse Alberto Sampaio, — entregavam aos populares a criação dos filhos, que dêste modo e cedo se identificariam com o povo; o rei contenta-se com o asseio que os foreiros lhe fazem no paço, e com a comida rústica que sabem preparar. A disciplina distingue os homens, mas liga-os a irmandade do sangue assim como os iguala a mesma vida do espírito e uma pobreza forte.»

Bem sei que podem apontar-me episódios destoantes do equilíbrio interno das nações nesse tão malquisto e principalmente mal compreendido católico-feudalismo da Idade-Média. Que prejuízo causam à precisão do conceito-histórico? Nenhum. Nada obscureceu no Conceito Geral.

Augusto Comte manifestou a « profunda admiração », que tinha pela « economia geral do sistema católico da Idade-Media », que devemos cada vez mais considerar a « obra prima política da soberania humana ».

Sem a actividade científica, literária e artística da Idade-Média, nos conventos, nas abadias, nos castelos e palácios senhoriais, sem a directriz cristã dos cérebros e dos corações, não era possível sequer a sobrevivência de formas clássicas através do espólio medieval.

Com razão plena escreveu Littré que « a Idade-Média não é um período estéril e deserdado, em que se tenha quebrado a tradição, pois pelo contrário continuou, a-pesar das dificuldades transmitidas e adquiridas, o movimento cujas direcção e natureza de forma alguma desvirtuou ».

Foi, subindo das ruínas de tôda a espécie, que a Idade-Média se firmou. Como o arco-iris, poisou na tradição romana, arqueou sôbre o abismo o dorso vigoroso das suas côres, as que o distinguem no alto zimbório da atmosfera, e desceu do outro lado, colorido ainda na descida, para desaparecer fundindo-se em outras realidades.

Contra as « aversões naturais mas historicamente falsas », provocadas, perante o panorama verdadeiro da Idade-Média, pela florescência do Feudalismo e da Catolicidade das Nações e dos homens, se levanta o espírito positivista de Littré. « A verdade científica — bradava êle, — deve sempre ser dita, suceda o que suceder ».

Foi já o fermento desagregador do sentido de disciplina para a unidade católica, nos fins da Idade-Média, — considerada como compêndio escolar com princípio, meio e fim, — que provocou o complicado espírito de rebeldia.

Desde as Cruzadas, êsse borbulhar tumultuoso do sentimento cristão e ânsia de luta ao infiel, que o Rei vê a perspectiva do crescimento do seu poder sôbre os senhores feudais. Chama a si o povo dos concelhos e dá-lhe o braço, levanta-o à colaboração adequada. Ao feudalismo temporal do alto clero alarga a luta de um «nacionalismo» nascente.

O desenvolvimento económico do Mediterrâneo alastra pela Europa, e vai criar formas novas, exigências mercantis desconhecidas, e, com a opulência das fortunas e esperança de grandezas, dá alentos às artes, quebra nas consciências escrupulos e temores de Deus. A disciplina religiosa torce. A ambição do poder cresce. A ânsia de riqueza impele. A necessidade nervosa da liberdade individual faz ranger os dentes e indisciplinar a alma. A inteligência foge a Deus, para se enterrar no mundo. Os escolásticos transformam-se nos humanistas. Os reis vão imitar os césares. As artes, como noviças arrependidas e levadas no furacão do século, fogem das casas religiosas, afastam-se de Siena, de Pádua, de Assis. De Sion vão para Babilónia.

O Renascimento forma-se através dos derradeiros séculos da Idade-Média. Verdadeiramente, no século XIV, já não domina como senhora em tôda a parte a Idade-Média pura e essencial.

O românico de arcadas graves e decoração simbòlicamente singela, o gótico de ogivas, que sobem às grimpas e se perdem como suspiros de almas atormentadas, tão melindroso e ténue de equilíbrios e forte de espiritualidade, que precisa do amparo dos contrafortes e gigantes, arco-botantes, para se segurar no mundo terreno, ou já passaram, ou deformaram-se ao sentido próprio e original. O clássico faz moda, o pagão de novo estilo opõe-se ao cristão. E, para trás, tudo é bárbaro, menos quanto é greco-romano. Esqueceram que os Bárbaros foram vencidos pelo Cristianismo; converteram-se; civilizaram-se com êle, ganhando quanto os Romanos jamais conheceram: alma, pessoa, dignidade humana. A Idade-Média trouxe aos homens, na expressão de Comte, «sentimento de dignidade e elevação».

«A Idade-Média, — escreveu Massis, — é talvez maior pelo que poderia ter feito e deixou inacabado.» Em razão, por ventura, do mesmo pensamento de direcção, Chesterton disse em «La Nouvelle Jérusalém», que a Idade-Média ficou com uma das grandes possibilidades da história.

E, quando Achille Mestre declara que caminhamos actualmente para uma nova Idade-Média, é ainda norteado pela sugestão histórica do valor construtivo dessa Idade tão vilipendiada de incompreensão e de falsidades.

A Idade-Média lembra a adúltera bíblica. A esta atiravam-lhe insul-

tos, e preparavam-se para a lapidar. Apareceu Jesus; ela voltou para o Justo os olhos de piedade, em que a alma convertia os pecados do corpo. Jesus, que tudo compreendia, falou aos homens: — «o primeiro que não tenha culpas, atire-lhe a pedra que tem na mão». E a adúltera não foi apedrejada.

Mais infeliz tem sido a Idade-Média. Essa foi alvo de todos os enxovalhos, desde acusação de obscurantismo do espírito até a de porcaria no corpo. Falsas, uma e outra. Hoje a História reabilitou-a. Nem todos os «iluminados», que tanto falam da História e projectam sobre a Idade-Média, em nome da verdade histórica, a sombra dos seus vultos atingidos pelas luzes do século, nem todos conseguiram compreender e sentir a reabilitação. *Vae victis!* Nem o Sol lhes faz brilhar as teias de aranha!

A primeira tentativa de rever os conceitos medievais não passou do orgulho de procurar na Idade-Média razões e sugestões vivas para uma nova estética. O Romantismo obedeceu à ânsia de Renovação, e, na verdade, foi um movimento de reacção contra o cansaço prolongado e maciço do Clássico. Não teve o carácter científico de reabilitação, limitou-se ao medievalismo artístico. Eram afinal, na evocação-caricatura de Garrett, no *Camões*:

..... as aéreas
Vagas formas da virgem d'alvas roupas
Que, as tranças d'ouro penteando ao vento,
Canta as canções dos tempos que passaram.

O grande impulso, que o Romantismo deu aos estudos históricos, nisso contribuiu fundamentalmente para a dignificação do pensamento humano, e para a justiça do conceito histórico da Idade-Média. A filosofia moderna, sem preconceitos de escola nem predomínios de hermenêutica histórica, distingue entre tôdas as Idades o labor construtivo e fecundo, profundamente animador, da Idade-Média.

A Idade-Média, no dizer expressivo de Nordstrom, é a grande época da civilização europeia, a partir do século XI, principalmente; e quer significar, com semelhante afirmação, que ela foi a matriz de todos os factores de exaltação do homem moderno.

Se formou nacionalidades, evolucionou e criou línguas, estruturou estados, converteu instituições, ergueu cultura, de que saíram os reinos da Europa ocidental, e brotou o brilhante renascimento cristão do franco império de Carlos Magno, também, pela cristianização das almas, enraí-

zou a ideal solidariedade dos homens, desenvolvendo nos espíritos o sentimento luminoso do «bem comum», sob um poder de suzerania comum, baseada na confiante aceitação de um pai também comum.

—«A noção do *bem comum*, — diz Berdiaeff, — que tem a sua razão em Deus, eis o centro de grande doutrina finalista, que a Idade-Média em Santo Tomás de Aquino legou ao Ocidente. O Estado, a autoridade encontram nêle a justificação legítima, na medida em que promovem e protegem o desenvolvimento integral da personalidade humana. A vida social, como a vida política, recebem do Soberano Bem a sua dignidade.»

Que é o Feudalismo senão a unidade europeia e cristã, a defender-se dos estranhos, que a vêem ameaçar de destruição, e a concentrar-se em si mesma pela solidariedade de todos, os pares entre si, os outros pela confiança mútua, pelo esforço comum, pelo auxílio recíproco, pela colaboração de alto a baixo na escala das hierarquias sociais?

Que é a Cavalaria senão a irmandade dos fortes na protecção dos fracos, o torneio dos homens pela dignificação da formosura e do galanteio gentil da mulher, nunca tão glorificada no coração e na inteligência dos homens?

A Fé reünia em clara disciplina o poder dos homens e o poder de Deus. A Europa ocidental colaborou na grande obra da construção de um mundo, que não é greco-latino, mas essencialmente cristão. O clássico veio cristianizar-se, e através da Idade-Média foi traduzido em génio iluminado por Cristo. O Renascimento italiano rasgou a formação nova, para lhe remendar, nos rasgões, critérios que tinham já perdido a oportunidade.

A colectividade dos cristãos constituia política e religiosamente um super-estado, em que todos tinham a mesma cidadania, dentro da civilização geral, com as suas línguas, a sua fé, a sua ciência e a sua arte, o seu espírito e aptidões próprias, acima de tudo porém com sentimentos comuns.

É sobre esta aproximação espiritual das consciências e dos interesses no mundo, que vogam, a uni-las mais e a mostrar-nos a uniformidade de directrizes, as canções dos trovadores, as canções de gesta e seus romances de cavalaria, e até os escárnios e vitupérios rabelesianos contra os prevaricadores e falseantes da fé comum.

O homem foi reintegrado em si pelo Renascimento, diz-se, em oposição à integração escolástica do homem em Deus, desintegrado por isso da sua individualidade pessoal. Pois a pessoa do homem não foi nunca

tão alta e digna como quando, senhora de si pela vontade de Deus, a Idade-Média a libertou.

Santo Tomás de Aquino fundou-se na ordem física do universo para ascender o pensamento a Deus: a harmonia perfeita e contínua da complicadíssima ordem universal, preconcebendo a existência do Criador de tudo. Para isso, teve de aprofundar os conhecimentos da natureza. Da alma pagã subiu à alma cristã. A dialéctica escolástica tinha fundamentalmente de partir da observação. Não era a integração do homem na natureza, uma natureza criada como êle e para êle?

E que é S. Francisco de Assis senão o maior poeta da Idade-Média, o espírito, que mais cimenta durante ela a comunhão da alma humana com a realidade maravilhosa das coisas criadas?

E visto que a escolástica, essencialmente metafísica, de que a *Suma Teológica* é a máxima expressão, desenvolveu no homem a reflexão, deu-lhe precisão lógica e criou nêle o império da razão, bastaria essa altura onde colocou o pensamento humano, para se poder chamar com razão à Idade-Média a grande Época da Filosofia, — *Philosophia perennis*.

Não se limitou a inteligência humana à busca do Divino. Ao procurá-Lo, encontrava o humano, e, em volta do homem, o factor natural do mundo em que vivia. E é curioso, a-pesar-de tôdas as acusações em contrário, que a Igreja não reduzia a liberdade do pensamento.

As ciências árabes e as tradições clássicas desenvolviam-se a par das discussões dos filósofos. O averroísmo, mau grado a condenação das suas especulações interpretativas de Aristóteles, com a tendência para o materialismo panteísta, condenado pela Universidade de Paris e pela Santa Sé, convivia não obstante com a escolástica. Occam, o «doutor invencível», dentro da escolástica foi um perturbador. Mas, superior a tudo, a Igreja criou a sua filosofia. Ela, crente da realidade, assegurava-lhe a supremacia contra o êrro. E o Tomismo ultrapassou as idades na renovação do neo-Tomismo, que essas idades, operando na razão humana, vivificaram e reconstituíram nos seus princípios fundamentais e eternos.

Alberto Magno, o «doutor universal», em pleno século XIII, foi um homem como aquêles que nos habituámos a só ver no Renascimento. Dedicou-se à física, e temos de reivindicar para êle os fundamentos da física moderna, sobretudo da óptica. Dedicou-se a estudos de geografia física, em que foi deveras precursor. Foi botânico, e ficou célebre na história das ciências o seu jardim, laboratório experimental de ciências naturais. Foi assim o chefe da escola experimental da Idade-Média, que Rogério Bacon, seu discípulo, elevou a extraordinária altura científica, ao

lançar as bases fundamentais do método experimental, na obra magistral que é o seu *Opus Magnum*.

À escolástica opunha-se desde então a ciência experimental. Ambas nascidas dentro da igreja, cada uma tinha af o seu campo. Aquela subia para Deus, esta prendia-se na natureza, antes criada por Deus, e dada aos homens para seu gôzo. E é notável que êste monge, para mais parecer um homem do Renascimento, humanista extreme, no verdadeiro sentido da palavra, era admirador da Idade Clássica, mas de uma Idade Clássica, vista inteligentemente através da alma do cristão.

Afirma Paul Mansion, na *Histoire des Mathématiques dans l'Antiquité et au Moyen-Age*, que Leonardo de Pisa foi no século XIII o maior matemático da Idade-Média, quer entre os Cristãos, quer entre os Árabes.

É no século XIV que, depois de Nicolau Oresme formular a hipótese do movimento da Terra, Alberto de Saxe o confirma. Também Oresme lança as bases da geometria analítica.

A alquimia começa as experiências da química. Esta, como a botânica, a física, a geografia, a astronomia, vai buscar à Idade-Média a porta aberta à ciência. O movimento científico atrai a atenção dos Judeus portugueses, que estudam e traduzem para hebraico, latim e espanhol os tratados de astronomia dos Árabes.

Nas artes plásticas, na literatura, na música, pela formação da hino-logia cristã, em volta de Santo Hilário, onde talvez mais que em outra qualquer expressão de arte se fundiram os elementos antigos, tradicionais, e as necessidades artísticas da liturgia, a Idade-Média foi fecundíssima como poço manente de água pura. O canto gregoriano é um monumento medieval.

As ciências náuticas dos Portugueses formaram a maior contribuição da Idade-Média para os destinos do Renascimento.

(Conclue no próximo fascículo).

LUÍS CHAVES.

Sôbre o Comércio dos grãos

Memória Económico-Política de José Acúrcio das Neves

apresentada por FERNANDO DE AGUIAR

Pro aris et focis.

FALAMOS de José Acúrcio das Neves, varão ilustre que foi, sem receio de desmentido, de inteligência macha, o mesmo é dizer, homem com um dos espíritos mais sòlidamente formados de seu tempo, é, para nós, algo de custoso e isto, não sòmente por nossos maus préstimos nas letras mas ainda, e mui principalmente, por aquêlê muito que, em louvor ou deslouvre dêste carácter impoluto feito à moda de quinhentos, se tem pregado.

Familiar entre os economistas, jurista insigne, filósofo de vasta cultura, tomada, — ¿quem sabe?, — talvez, directamente nos gregos e nos romanos, mesmo por terrenos estranhos aos, seus próprios, de homem de leis e de política muito se evidenciou e distinguiu como astro, entre os maiores, e príncipe da Inteligência portuguesa do século dos novecentos.

Dos mais adestrados na cultura da língua, como a usaram os melhores clássicos, e sendo, sem falsearmos a verdade, um dos maiores entre os mestres da contra-revolução é, não obstante, sua vida e obra das menos e mais mal agradecidas de quantos, hoje em dia, vivemos em dormida os ensinamentos de nossos Mestres Maiores.

Nesta nossa ligeiríssima nota, a servir de introdução, a um seu trabalho inédito, — pelo menos em nosso julgamento — não curaremos dizer das qualidades e dos merecimentos de sua valiosa e crescida obra, tão pouco das altíssimas virtudes de homem, de juiz e de político que deram lustre a essa prudência casta de português construído à feição dos melhores e mais sólidos de quantos nesta pequena casa lusitana, têm sabido ou souberam, com a lição dos antigos, honrar, acrescentar e nobili-

tar as herdades de Seus Reis e Senhores naturais, os quais juntaram tão dilatado reino, como maior não o houve nem haverá em seus e nossos dias, batalhando os infiéis ou descobrindo e povoando novos Mundos ao Mundo, sempre nunca arredados do Santo Nome de Maria, Virgem e Mãe Imaculada dos Portugueses, em cujo nome e por cuja glória acrescentaram à Cristandade terras de tão diversas e desvairadas gentes.

Nasceu José Acúrcio no lugar de Cavaleiros de Baixo, distrito de Coimbra, aí pelos anos de 1766 e, desde cedo, mesmo muito antes ainda de haver concluído o seu bacharelato, se revelou, como sendo «um dos portugueses mais instruídos em tudo aquilo que se refere à economia, ao comércio e à agricultura, de cujas matérias publicou memórias em que revela o mais profundo saber», diz-nos Adrien Balbi ⁽¹⁾.

Partidário insistente e destemido da excelsa Princesa que foi Rainha e Mãe dos Portugueses sempre se mostrou, por polémicas e outros trabalhos, o mais apaixonado e caloroso defensor das qualidades, do entendimento, e da causa de D. Carlota Joaquina — Princesa, Rainha, Mulher e Mãe que, por nascer fora da época, tão mal compreendida e infamemente ultrajada foi em sua memória de Espôsa, de Rainha e de Mãe: são dêste tempo as *Cartas de um português a seus concidadãos*, onde o doutor José Acúrcio nos fornece, com a melhor análise, a melhor fonte para a história imparcial e verídica dêste tão interessante e movimentado período que, deturpado por historiadores sem escrúpulos nem consciência e muito dados, como enfermos do enciclopédismo francês, a lides libertárias e maçónicas, chegou a nossos dias ensombrado e prenhe de aleijões. Sirva-nos de gôsto olhar que historiógrafos dignos se deram já à cuidada revisão histórica dêste tempo, a qual de há muito se impunha para limpeza e moralização da História de Portugal.

As perseguições de que José Acúrcio foi vítima — *miserrima est fortuna, quæ inimico caret*, dizia-o Públio Siro, — explicam-se pela publicação, em 1810, da sua monumental obra em cinco volumes, a *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração dêste reino* onde, apegado às tradições do nosso povo, o seu autor denuncia o elevado espírito de imparcialidade, de crítica e, sobretudo, de destemeri-

(1) In *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe* (Paris, 1822). Adrien Balbi escreveu ainda um outro livro, muito curioso como auxiliar indispensável ao estudo do condicionalismo político e social da nossa literatura de oitocentos: *Variétés politico-statistiques sur la Monarchie portugaise* (Paris, 1822).

dade que sempre o illustrou em seus officios: êste seu trabalho mostra-nos José Acúrcio, português de um só rosto e uma só fé, *na verdade histórica, na política e na verdade cristã.*

Se como historiador probo e como político era, o doutor José Acúrcio, um lúcido e completo engenho não o julgemos menor em todos os restantes assuntos até onde o seu talento chegou, pois também na economia, no comércio, na agricultura e nas leis — sua profissão e seu ganha-pão — se mostrou da mais luminosa compreensão e grande entre os maiores.

A vida dêste escritor de tanta elegância, simplicidade e precisão foi, tôda ela, verdadeiro apostolado: formado, como dissemos, em leis pela Universidade de Coimbra era, pouco depois, despachado para Angra do Heroísmo, nos Açôres, como juiz de fora e ali se tornaram e se afirmaram conhecidas suas virtudes e suas acções pela rectidão que sempre emprestou em seus despachos, seus julgamentos ou mesmo em conselhos.

Deve datar desta época, sabido que por lá se demorou até 1807, o manuscrito que hoje publicamos e que faz parte, com outros, da nossa colecção.

Uma vez de regresso ao reino, aqui exerceu variadíssimos e importantíssimos empregos, no desempenho dos quais demonstrou o amor sempre devido a seus Reis naturais, e deles merecendo — entre outros — o cometimento do lugar de desembargador da Relação do Pôrto. Como deputado ao primeiro parlamento português se salientou no combate pela causa da Rainha-Mártir, sendo dessa altura (1822) as suas conhecidas *Cartas*, às quais já nos referimos.

Como economista foi-o distintíssimo, divulgando-nos cuidosa cultura adquirida no convívio dos, então muito lidos e aprendidos, mentores da Economia Política.

Não é portanto de estranhar houvesse José Acúrcio das Neves profundo saber dos fundadores da Escola Individualista mas, ao contrário da versão mais em favor pelos biógrafos do A. das *Cartas de um português...*, repugna-nos dizer, com êles, ter sido êste escritor um seguidor cego de Adam Smith e de J. B. Say apodados, pelos liberais seus irmãos, de pais da economia, donde como consequência, devermos considerá-lo, a-pesar-de absolutista ferrenho, verdadeiro liberal em doutrinas económicas.

Colocámo-lo em posição muito diversa: procuraremos, não sabemos se de ciência certa pelo que ficará para os doutos a última palavra, apresentá-lo neste estudo — pela vez primeira na nossa suposição —

como padre-mestre de uma nova escola económica, ou, melhor, como fundador e chefe de um sistema verdadeiramente português de nação, donde o encararmos, ainda neste campo, precursor e clássico do integralismo lusitano, quasi um século mais tarde surgido com o verbo do malogrado Mestre que, com seus bons compadres Xavier Cordeiro, Hipólito Raposo, Almeida Braga e Alberto de Monsaraz, para só lembrarmos alguns, foi buscando pelos nossos tratadistas e doutrinadores a semente boa para a construção desse admirável movimento ideológico, — o maior de nosso século — cuja lição germinou e alastrou mercê a comunhão da tradição portuguesa com as necessidades vindouras tão profeticamente sentidas por Sardinha em tantos passos da sua meritória obra de cristão e de português.

José Acúrcio das Neves, êle também, teria ido em busca pelos nossos tratadistas e vèlhos doutores do direito e da economia, gente muito do seu trato e estima, e por lá se perderia no ajuntar de ensinamentos os bastantes à criação de um sistema económico conformemente às precisões dos povos e, tal como mais tarde o fariam Sardinha e os de seu grupo, só em recurso e dolorosamente costumaria indagar entre escritores estrangeiros, onde também era festejado, das lacunas encontradas na lição dos nacionais. E assim é que topamos, em muitos lugares de sua valiosa obra, e aqui e além, vestígios de Smith e de Say, então celebrados e queridos entre as hostes da vasta província da economia, a ponto de, entre os do bando, os apelidarem de Pais da ciência...

E nesta ciência José Acúrcio, o qual aos conhecimentos da económica aliava os da agricultura, deixou vários e importantes escritos, uns já passados a letra de fôrma, outros infelizmente ainda não publicados: notável sôbre todos o seu conhecido trabalho titulado de *Variedades sôbre objectos relativos às artes, comércio, e manufacturas consideradas segundo os princípios da economia política*, impresso entre os anos de 1814 a 1817.

De *Memoria Economica-Politica sobre a Liberdade do Commercio dos grãos com a sua applicação às Ilhas dos Açores*, chamou o Doutor José Acúrcio ao manuscrito que, em original, conseguimos, por compra ao sr. Angelo Pereira — o escritor ilustre das Senhoras Infantas — para o nosso modesto arquivo: pertenceu com outros da nossa aquisição, no dizer do sr. Pereira, à livraria do Conde de Linhares. A êste original está reservada a sorte de, em futuro próximo, ir, de companhia com outros de há muito em nosso poder e posse, fazer parte, por oferta, do recheio da biblioteca municipal da nossa terra natal.

E é por êste manuscrito, interessantíssimo sôbre muitos pontos de vista e que agora se imprime, tirado à poeira em que jazia e a que parecia condenado, — não venha a perder-se na consumpção dos séculos êste trabalho do culto novecentista — que procuraremos caminhar para apresentar José Acúrcio como precursor económico da contra-revolução: doutrinador político do integralismo tem êle sido apontado inúmeras vezes, porém no aspecto a que nos propomos nunca até hoje se ergueram, que saibamos ao menos, vozes concordantes e, muito pelo contrário, a crítica autorizada sempre tem buscado convencer José Acúrcio como defensor do mercantilismo inglês, tanto em voga em seu século.

Entendemos porém que, de bastantes passos espalhados neste seu pequeno trabalho, outra coisa podemos concluir e é, precisamente, a que vimos.

(Continua).

FERNANDO DE AGUIAR.



Sôbre quatro angolenses adultos do sexo masculino

À guisa de prefácio

ENFILEIRAM estas desvaliosas páginas na série de trabalhos de Etnografia, Etnologia e Antropologia Angolana, levados a cabo, no ano de 1937, pelos alunos da Escola Superior Colonial, de Lisboa, com a colaboração do então Assistente e actual Professor da cadeira da especialidade, Dr. António de Almeida.

Razões de fôrça maior fizeram adiar até o presente a sua publicação, desde a data, já distante, em que foram elaboradas e redigidas com o fito de carrear mais alguns elementos para uma futura e necessária *Antropologia das Províncias Ultramarinas*.

Pena é que seja tão diminuto o número de indivíduos mensurados, e, pior ainda, que sejam todos originários de localidades diversas.

*

* *

Trata-se agora de quatro homens, de 24 (dois), 26 e 30 anos de idade, condutores de gado angolense, acidentalmente em Lisboa, onde foram aproveitados para, servindo de exemplificação prática aos alunos da Cadeira de Etnografia, Etnologia e Antropologia, sôbre êles se executarem as mensurações mais acreditadas pelos cultores da Ciência Antropológica.

Um deles, é natural da circunscrição do Egipto, Concelho do Lobito (Tríbu Bufudo-Hanha); outro, da circunscrição do Bailundo (Tríbu Bailundo); outro, de Huambo, circunscrição de Vila Nova da Ponte, Distrito de Huíla (Tríbu Banhema-Ganguela); e o último do Dondo, circunscrição de Cambambe (Tríbu Ngola).

Todos usam nome ou apelido português, embora pouco conheçam o idioma nacional.

Foram contratados, em suas terras, para acompanharem gado bovino, embarcado no Lobito.

A indumentária e as atitudes psicológicas dos indivíduos referidos, denunciavam, na verdade — e penoso é confessá-lo — quão pequeno banho de civilização os havia impregnado.

JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA.

Caracteres descritivos

Pigmentação cutânea e da iris — A côr da pele é negra, pouco carregada, tendendo para o bronzeado, especialmente no Ganguela. Os olhos, na escala dos Cinco Tons Fundamentais de Topinard, são de côr escura.

Cabelos — São negros, em carapinha, e tufos — tipo lofócoma de Haeckel.

A inserção do cabelo na região frontal faz-se irregularmente, com trichion em bico no Hanha.

Barba — É negra e rara nos quatro indígenas.

Orgãos genitais — Desenvolvidos em todos.

Esteatopégia — Não se conhecem quaisquer vestígios desta anomalia da região nadegueira.

Cabeça — Tem forma alongada no Hanha e no Bailundo, e arredondada no Dondo e no Ganguela. A fronte é relativamente alta, excepto no Hanha. No Bailundo é proeminente, e no Ganguela observam-se nítidas pregas da atenção. O perfil occipital é fortemente curvo em três dos indígenas, e apenas encurvado no Ganguela.

Face — Apresenta-se alongada em todos, menos no Ganguela, cujos malares são mais salientes. No Bailundo, no Dondo e no Ganguela, a face é de forma brasonada, hexagonal. O nariz é achatado em todos, de asas soerguidas no Hanha e no Bailundo, e com lóbulo no primeiro. O perfil nasal é convexo-côncavo nos Hanha e Dondo, e sòmente convexo nos restantes. Os lábios são grossos e prognatas, como acentuado

é o prognatismo alvéolo-dentário de todos êles. Os dentes são bons e irregularmente implantados em todos, excepto no Ganguela, que os tem careados. A' excepção do Dondo, todos os outros indígenas apresentam os dois incisivos superiores limados e aguçados, devendo registrar-se que no Ganguela os dois incisivos inferiores também se apresentam dêste modo. O mento é fugiente. O Bailundo, como o Ganguela, revela tatuagens na face (incisões verticais), apresentando-as igualmente o Bailundo, na região peitoral. As orelhas são pequenas no Hanha e Ganguela; nas do primeiro, os lóbulos são aderentes. Nenhum mostra sintomas de feruração étnica auricular.

Hérnias — O Bailundo apresenta hérnia umbilical.

Nutrição — O estado de nutrição é *indiferente* em todos, excepto no Hanha, que é *magro*.

Fôrça muscular — Foi medida com o dinamómetro de Collin.

A fôrça à pressão da mão direita, foi: para o Hanha, 25 kgs.; para o Bailundo, 35 kgs.; para o Dondo, 30,5 kgs.; e para o Ganguela. 29 kgs. Média: 31,33 kgs.

Para a mão esquerda, respectivamente: 30 kgs.; 35 kgs.; 28 kgs.; e 25 kgs. Média: 29 kgs.

Todos são *direitos*, à parte o Hanha.

Na Escala de Corcelle, os quatro indígenas de Angola pertencem ao grupo dos *regulares* (31 kgs.-35 kgs.), para a mão direita, e ao dos *fracos* (26 kgs.-30 kgs.), para a mão esquerda.

A fôrça dinâmométrica à tracção atingiu: 145 kgs.; 133 kgs.; 175 kgs.; 110 kgs. É, portanto, o Ganguela quem desenvolve menor fôrça à tracção.

Espirométria — A capacidade vital foi igual a: 3^l; 3^l,5; 2^l,8 e 3^l,9. Média: 3^l,3. Só o Dondo é que se aproxima menos do padrão que Binet acredita como idóneo em indivíduos brancos e normais.

Caracteres somato-étnicos

Estatura — A estatura dos quatro angolenses atingiu os valores: 1^m,678 (Hanha); 1^m,780 (Bailundo); 1^m,625 (Dondo); e 1^m,789 (Ganguela). Média: 1^m,718. O primeiro, está incluído nas *estaturas acima da média* (maior

que 1^m,65) de Topinard; o 2.º, o 4.º e a média, pertencem à categoria das *altas estaturas* (maior que 1^m,70); e o 3.º fica no grupo das *estaturas abaixo da média* (menor que 1^m,60), daquele antropologista.

Pêso — Atingiu nos quatro: 57^{kgs},100; 68 kgs.; 55 kgs.; e 74^{kgs},100. Média: 63^{kgs},550.

Grande envergadura — Mediu esta importante dimensão, respectivamente: 1^m,845; 1^m,835; 1^m,692; 1^m,873. Média: 1^m,811. A diferença de cada um destes valores para a estatura foi de: 0^m,167; 0^m,055; 0^m,067; e 0^m,094.

Índice Crucial de Chervin — Esta relação centéssimal acusou as seguintes cifras, segundo a ordem atrás utilizada: 109,95; 103,08; 104,12; 104,69. Média: 105,46.

Índice Crural de Chervin ou Índice Esquélco — Alcançou os valores: 48,56; 46,40; 52,06; 51,42. Média: 49,61. De harmonia com a classificação de Giuffrida-Ruggeri, o Hanha e o Bailundo, são *macrosquélcos* (menor que 51), e os dois restantes fazem parte da *mesatisquélia* (51,1-53).

Cabeça — Das várias medidas efectuadas sôbre as cabeças dos quatro indígenas em estudo, inscrevemos apenas aqui os valores das três principais: *diâmetro antero-posterior máximo*, com os números: 20,10; 19,60; 19,40; 19,90. Média: 19,75. *Diâmetro transverso máximo*, com os números: 15,20; 13,70; 14,20; 15. Média: 14,53. *Altura ou diâmetro vertical da cabeça* (tragon-bregma), com os números: 12,50; 12,90; 13,20; 13,40. Média: 13.

Índice cefálico-horizontal — Apresenta os seguintes valores: 75,62; 69,89; 73,19; 75,37. Média: 73,51.

Na classificação de Brocca, todos estes valores, com a média, se incluem na *dolicocefalia* (menor que 77), e na de Deniker, o Bailundo é *ultradolicocefalo* (menor que 73), o Dondo com a média, são *hiperdolicocefalos* (73-75) e os dois restantes, fixam-se na *dolicocefalia*.

Índice Vértico-longo — Revelou-se igual a: 62,18; 65,81; 68,04; e 67,33. Média: 65,84.

De acôrdo com a classificação étnica de Martin, o Hanha, o Bailundo, e a média, estão na *platicefalia* (menor que 66,9), e o Dondo, e o Ganguela são *ortocéfalos* (67-69,9).

Índice Vértico-Transverso — Mostrou ser de 82,23; 94,16; 92,93; 89,33. Média: 86,66.

No agrupamento mais freqüentemente adoptado, o Hanha é *platicéfalo* (menor que 82,9), e os restantes com a média são todos hipericéfalos (78,6).

Módulo de Schmidt — Atingiu os valores de: 15,93; 15,40; 15,60; 16,1. Média: 15,75.

Face — Das muitas mensurações feitas sôbre o rosto dos quatro angolenses convém destacar:

Diâmetro frontal mínimo: 11,5; 10,4; 9,20; 11,1. Média: 11,55.

Altura total da face: (naso-mental): 11,60; 11; 11,1; 11,5; Média: 11,30.

Altura superior da face: (naso-alveolar): 7,5; 6,7; 6,65; 6,60. Média: 6,86.

Altura do rosto: 17,20; 19,20; 18; 17,40. Média: 17,95.

Diâmetros bi-ângulo-oculares internos: 4,10; 3,60; 2,85; 3,85. Média: 3,60.

Diâmetros bi-ângulo-oculares externos: 10,25; 9,15; 9,30; 10,20. Média: 9,73.

Altura ou comprimento do nariz: 5,65; 4,80; 4,95; 4,55. Média: 4,99.

Largura do nariz: 4,25; 3,85; 3,80; 4,50. Média: 4,10.

Espessura do nariz: 2; 1,6; 1,7; 1,2. Média, 1,63.

Largura bizigomática: 14; 13,90; 13; 14,50. Média: 13,85.

Comprimento da fenda bucal: 5,7; 6,2; 5,5; 5,7. Média: 5,8.

Altura da mucosa bilabial: 1,85; 2,7; 2,3; 2,95. Média: 1,63.

Diâmetro bigoníaco: 9,8; 10,2; 10,2; 11,2. Média: 10,33.

Comprimento ou altura da orelha: 5,65; 6,20; 6,20; 6. Média: 6,01.

Largura da orelha: 3,82; 3,50; 4,05; 3,65. Média: 3,76.

Comprimento da cartilagem: 5,30; 5,30; 5,65; 5. Média: 5,31.

Combinando alguns dêstes valores, podem-se obter determinados índices de grande mérito antropológico, e, por isso, muito apreciados para a diferenciação racial dos tipos humanos.

Índice fronto-parietal: 75,65; 75,91; 64,78; 74. Média: 72,33.

Quaisquer dêstes valores estão incluídos na *eurimetopia* (menor que 69,9).

Índice fronto zigomático: 82,14; 74,81; 70,76; 76,55. Média: 76,06.

Índice crânio-facial n.º 1: 69,65; 70,91; 67,01; 72,86. Média: 70,10.

Índice crânio-facial n.º 2: 92,10; 101,45; 91,54; 96,66. Média: 95,43,

Índice facial total: 82,85; 79,13; 85,38; 76,89. Média: 81,06.

Conforme Kollmann, todos estes valores pertencem à *cameprosopia* (menor que 90), e segundo Sergi e Frasseto todos êles (excepto um) e a média, estão na *cameprosopia* (menor que 85); a excepção é feita pelo Dondo, que pertence à *mesoprosopia* (85,90).

Índice facial superior: 53,57; 48,20; 51,15; 45,51. Média: 49,60.

Na classificação de Kollmann, o Bailundo, o Ganguela, e a média, são *cameprósopos superiores* (menor que 50), e os outros dois pertencem à *leptoprosopia superior* (maior que 50,1).

Nas de Sérgio e de Frasseto, o Bailundo está incluído na *cameprosopia superior* (48 a 53), e os restantes, com a média, são *orto* ou *mesoprosopos superiores* (48-53).

Índice fisionómico de Hrdlicka: 81,89; 72,39; 72,22; 83,33. Média: 77,33.

Índice gonio-zigomático: 70; 73,51; 78,46; 77,24. Média: 74,80.

Índice nasal: 75,22; 80,20; 76,76; 98,90. Média: 82,77.

Na classificação étnica de Brocca, como nas de Deniker e Martin, todos estes valores, menos o do Ganguela, que é *platirrinio* ou *camerri-nio* (maior que 85 ou de 85 a 99,9), ficam na *mesorrinia* (70-85 ou 70-84,9).

Índice labial: 32,45; 43,54; 41,81; 51,75. Média: 42,38.

Índice auricular ou *otólico*: 67,61; 56,45; 64,51; 64,03. Média: 63.

Tronco — *Circunferência do pescoço*: 33,50; 35; 32,5; 36. Média: 34,25.

Diâmetro antero-posterior máximo: 18; 21,5; 19,10 e 21,60. Média: 20,05.

Largura do torax: 36; 28,2; 25,5; 28,8. Média: 29,63.

Diâmetro bi-acromial: 34,10; 27,10; 35,50; 38. Média: 33,68.

Diâmetro bitrocantariano: 27,10; 21,30; 28; 31. Média: 26,85.

Circunferência torácica em repouso: 82; 91,5; 84,5; 89. Média: 86,75.

Circunferência torácica em inspiração máxima: 85,5; 95,5; 91,5; 93,5. Média: 91,5.

Circunferência torácica em expiração máxima: 79; 89; 83; 87. Média: 84,5.

Membros — *Comprimento do membro superior*: 79,8; 78,8; 75,7; 81,7. Média: 79.

Circunferência média do braço, ao nível do deltoide: 27; 29,5; 26,5; 27. Média: 27,5.

Circunferência máxima do ante-braço: 25,5; 25,5; 25,5; 28. Média: 26,12.

Circunferência mínima do ante-braço: 15; 16; 15; 16,50. Média: 15,63.

Comprimento da mão: 19,6; 19,2; 18,13; 18,23. Média: 18,83.

Largura da mão: 10,10; 10,20; 9; 9. Média: 9,58.

Comprimento do membro inferior: 99,40; 105,50, 93,40; 102. Média: 98,83.

Altura da articulação do joelho: 45,3; 48,8; 34,2; 47. Média: 43,8.

Altura do pé: 8,5; 8,3; 7,6; 8,5. Média: 8,23.

Comprimento total do pé: 24,5; 26,8; 23,8; 26,7. Média: 25,45.

Largura do pé: 9,8; 9,2; 9,4; 9,6. Média: 9,50.

Índices e coeficientes de robustez:

Índice de vitalidade de Aranzadi: 48,86; 51,40; 50; 49,88. Média: 50,53.

Como se vê destes resultados, qualquer dos indígenas que estamos estudando têm *regular robustez física*.

Coefficiente de Pignet-Mayet: 26,45; 17,75; 20,25; 14,65. Média: 18,60.

Na classificação de Pignet, o Hanha é *suficiente* (26,30), e o Bailundo *regular* (21,25). Os restantes, com a média, pertencem à categoria da *boa robustez* (16-20).

Índice de Costa Ferreira: 22,09; 17,42; 29,58; 23,59. Média: 21,17, valores que, de acôrdo com os anteriores, denunciam *regular robustez*.

Índice ponderal de Röhrer ou bárico: 1,26; 1,25; 1,28; 1,24. Média: 1,25. Todos dentro da categoria da *microbária* (menor que 1,33), designativa de *regular compleição física*.

Índice de Livi: 22,95; 22,93; 23,40; 23,48. Média: 23,19, que, como os elementos concedidos pelas fórmulas de Röhrer, e pelos índices de robustez, apontam os quatro angolenses como dotados de *regular constituição somatológica*.

(Conclue no próximo fascículo).

ANTÓNIO DE ALMEIDA
JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1841

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Maio

Dia 5—Por volta da 1 hora da noite e quando António de Nápoles Vaz Vieira, acompanhado de sua mulher, de uma cunhada e de sua sobrinha Maria Júlia, seguiam de carruagem para a Casa do Costeado, foram atacados a tiro, ao passar defronte da viela do Ramalhete ou das Dominicais. O tiro acertou na sobrinha, Maria Júlia, ferindo-a no coração, de tal maneira que, quando chegaram a casa, já não dava sinais de vida. Esta família vinha de uma companhia que houve em casa de João de Melo Pereira Sampaio e o atentado produziu grande sensação, fazendo-se várias conjecturas. D. Maria Júlia tinha 18 anos (1), era filha de José de Nápoles e disputava a herança de seu tio Jerónimo Vaz Vieira. O seu cadáver foi depositado no dia 6, na igreja de S. Domingos, e sepultado nesse mesmo dia na capela dos 3.^{os} Dominicis, em jaziço de família. Foram-lhe prestadas honras fúnebres por uma companhia do batalhão de infantaria 14, que deu as descargas do estilo, por ser filha de um capitão do exército (P. L.).

Dia 8—Por decreto desta data, publicado na Ordem do Exército de 21 d'este

(1) *A Revolução de Setembro* diz que foi na noite de 3 para 4 e que a menina tinha 16 anos. *O Periódico dos Pobres no Pôrto* esclarece que foi numa terça-feira e que era 1 hora da noite.

mês, foi exonerado do Batalhão Nacional de Caçadores de Guimarães o major da 3.^a secção do Exército, José Joaquim Moreira de Sá.

Dia 10—Nasceu o padre Jesuita Joaquim José de Abreu Campo Santo, autor da letra do Hino da peregrinação à Virgem de Lourdes, da Penha, filho do solidador forense António José de Abreu Campo Santo, acérrimo miguelista.

Dia 20—A Mesa e o Definitório da Ordem 3.^a de S. Domingos, para testemunharem gratidão a D. Joaquina Máxima de Faria Freire de Andrade e aos barões do Costeado, que haviam servido com dedicação os primeiros lugares da Ordem, fazem-lhes doação graciosa, para eles e sua descendência, da sepultura n.º 3 do centro da capela-mor em que jazia sua sobrinha e filha adoptiva D. Maria Júlia da Luz Vaz Vieira da Silva e Mello Alvim e Nápoles «que a sacrílega mão do assassino lhes roubou na flôr da sua idade».

Dia 29—Saiu de Santa Clara a procissão das Candeias.

Dia 30—Nasce no lugar do Miradouro, freguesia de S. Miguel de Creixomil, o Dr. Avelino da Silva Guimarães, bacharel em direito, advogado distinto, jornalista vigoroso e um dos cinco iniciadores da Sociedade Martins Sarmento,

filho do escrivão de direito nas comarcas de Basto e do Pôrto, Joaquim José da Silva Guimarães e de D. Custódia Constança de Gouveia e Silva.

Junho

Dia 3 — Decreto nomeando administrador do concelho a José Inácio de Abreu Vieira (que já exercia êsse cargo) e substituto João Baptista Leite de Lemos.

Dia 10 — E' aqui conhecida a noticia official do Pontífice ter reconhecido em 10 de Maio último a Rainha D. Maria II (P. L.).

Dia 12 — Por decreto desta data foram dissolvidos todos os Corpos Nacionais, (entre êles o de Caçadores de Guimarães), que tinham sido organizados em virtude dos decretos de 3 de Setembro, 12 e 13 de Dezembro de 1840, conservando as honras dos respectivos postos aos officiaes que lhes tinham sido nomeados.

Dia 23 — Vindo de Braga, chegou aqui o Arcebispo eleito Pedro Paulo, que foi

hóspede, durante alguns dias, de seu parente João de Melo Pereira Sampaio. Após a sua chegada, dirigiu-se à Colegiada, onde era esperado pelo Cabido que fêz as honras costumadas às pessoas da sua qualidade, concorrendo também muito povo desejoso de ver o Arcebispo eleito que, pelas suas virtudes e grande saber, se tornou credor da sua atenção (P. L.).

Dia 24 — Na Colegiada houve, de manhã, com a assistência do Cabido e de muito povo, um *Te Deum Laudamos* por o Papa Gregório XVI ter reconhecido o Govêrno da Rainha, recebendo em audiência pública o Visconde da Carreira, nosso ministro em Roma (P. L.).

Dia 28 — Chegou aqui, onde veio passar alguns dias, o Barão de Leiria. Foi hóspede do Portela (P. L.).

Dia 30 — Retirou para Braga o Arcebispo eleito D. Pedro Paulo de Figueiredo e Melo «o qual ia muito agradado da villa e muito penhorado pelos muitos obsequios que n'ella tinha recebido, e com muita especialidade do Cabido» (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.





A ARTE DA LEITURA, por Mário Gonçalves Viana. Pôrto, 1940.

A benemérita Editora Educação Nacional, prosseguindo na faina que lhe é imposta pelo nome adoptado, lançou agora no mercado uma « Coleção Didáctica » cujo primeiro volume é da autoria do infatigável publicista sr. dr. M. G. V. a quem se devem muitos e valiosos trabalhos a que o público tem dispensado o merecido carinho.

Embora ainda novo, na fôrça da vida, o dr. M. G. V. possui já uma cultura vasta que o habilita a qualquer género de trabalhos de exegese histórica ou literária, e pela orientação que tem imprimido a tudo quanto escreve provou ser possuidor de dotes de pedagogo, honesto e são. Se não houvesse outros livros a que recorrer para provar a afirmação atrás feita, bastava o livro cujo nome encabeça estas notas e que é do melhor que no género existe em a nossa língua. Bem sei que parte da matéria versada pelo Autor se encontra em vários livros sobre a educação literária. Há mesmo o livro de Faguet, *L'art de lire*, que o sr. dr. M. G. V. cita várias vezes no seu trabalho. Mas faltava o tratado completo sobre o assunto, falta suprida agora pela *Arte da Leitura* da Educação Nacional.

Sendo dos povos mais inteligentes do mundo, o português, por via de regra, lê mal. E lê mal não só por natural dispersão a que o força o desejo de abranger larga cultura em extensão e não em profundidade, mas também por defeito de orientação, que vem já dos bancos da escola primária e se acentua durante o curso dos liceus. Daí as justas observações e conselhos que o dr. M. G. V. espalhou pelo seu livro e que são tão judiciosos como úteis.

Dividiu o Autor o livro em duas partes: a primeira versa sobre a leitura considerada como meio de aquisição de cultura, estudando, entre outros assuntos, o da selecção dos livros, os livros inconvenientes ou perigosos, os livros recomendáveis, a ocasião própria para a leitura, a autodidaxia, a organização duma biblioteca, etc.; a segunda versa sobre a leitura como meio de comunicação de ideias ou de emoções, dando sábios conselhos sobre a maneira de ler em voz alta, a pronúncia e a voz, as pausas, a respiração e a inflexão da voz, a leitura dos diversos estilos, a leitura da prosa e do verso, a recitação e a declamação, e termina com um interessante capítulo intitulado « Conversar ».

Em resumo: o dr. M. G. V. escreveu em fluente e elegante linguagem um belo livro sobre a didáctica da leitura, o qual não será

útil apenas para os estudantes ou para o estudioso, mas também para os que já possuem sólida cultura, a quem recorda coisas muitas vezes esquecidas. Tem também o volume o mérito, que não é de somenos, de atender às realidades portuguesas, pois, como o diz o Autor no proémio da obra, os «trabalhos estrangeiros, da especialidade nem sempre satisfazem, porque não compreendem nem sentem o espirito nacional e não se adaptam, portanto, às condições do meio-ambiente português».

Concluindo: é obra meritória por que devemos estar gratos não só à Empresa editora, como ao Autor que o escreveu e tão bem soube corresponder ao que lhe fôra pedido.



CURIOSIDADES DE GUIMARÃIS. VI —
Feiras e Mercados, por *Alberto V. Braga*. Guimarães, 1940.

O sr. A. V. B. é um operoso escritor que tem limitado a sua acção ao campo da etnografia e dentro desta tem-se ocupado quasi exclusivamente de Guimarães. E assim tem continuado a estudar aspectos variadíssimos da vida vimaranense na colecção valiosa, que intitulou *Curiosidades de Guimarães*.

No volume agora publicado occupa-se das feiras da sua terra natal, seus lugares de realização, legislação que através dos tempos as regulamentou, datas em que se realizaram ou realizam, espécie de comércio nelas efectuado, condições a que os feirantes tinham de satisfazer para poderem efectuar o seu comércio, influencia das feiras na vida das povoações onde se realizavam, etc., etc. Fornece informações curiosíssimas, muitas vezes num estilo faceto e muito seu, o que torna a leitura atraente a despeito dos números e datas que recheiam a obra. Cita pregões curiosos dos feirantes e refere-se às feiras e ao seu fundamento reli-

gioso, associando-as a Santos dentro de cuja festa elas se realizavam ou realizam ainda, transcrevendo quadras curiosas cantadas nas feiras ou a elas referidas. Num capítulo interessantíssimo transcreve letreiros que recolheu nas feiras a que assistiu, e refere-se largamente a algumas lojas e comerciantes antigos de Guimarães, aos seus costumes pitorescos, aos seus processos e até às suas manias inofensivas que hoje nos fazem rir. E a propósito conta alguns pormenores biográficos pelos quais se pode avaliar a diferença dos nossos tempos de hoje e do passado, em que a vida decorria calma, e patrões e criados constituíam uma só família.

Curiosos são também os capítulos que se referem à psicologia e ao valor dos anúncios e à esfera de trabalho dos comerciantes dos nossos dias. A obra é acompanhada de várias fotografuras que completam o texto.



NO ESPÓLIO DE SARDINHA, pelo *Conde d'Aurora*. Lisboa, 1940.

Em separata da revista *Brotéria*, publicou o sr. C. d'A. a conferência que em Fevereiro do ano passado pronunciou em Lisboa, a convite do Instituto Francês em Portugal, e que, como todos os trabalhos do Autor, é escrita naquele estilo nervoso tão seu peculiar.

António Sardinha tem sido acusado de francóphobo, até por muitos dos que comungam nas suas ideas políticas. Pretende o sr. C. d'A. provar o contrário, e que A. S. abominava apenas a França da 3.^a República, a França burocrática de Gambetta aos homens da outra guerra. E cita passos dos seus ensaios e dos seus artigos, que comenta, e refere-se à projecção que na sua obra tiveram alguns dos grandes escritores e pensadores franceses dos fins do século passado e princípios do actual: Bar-

rês, Fustel Coulanges, Le Play, Renan, Sorrel, Prudhon, Guizot, Funk Brentano, e outros.

Muito de discutível têm as conclusões do sr. C. d'A. Mas não é para aqui o fazê-lo; isso me levaria a escrever mais páginas do que as que o sr. C. d'A. escreveu. Limitar-me-ei, por isso, a dar conta da aparição do opúsculo que doravante vai constituir uma espécie necessária entre a bibliografia referente ao mestre da contra-revolução.



DOCUMENTOS DO TEMPO. *Galeazzo Ciano*. Na Câmara dos Fâscios e das Corporações. Roma, 1939.

Trata-se do discurso que o conde Ciano pronunciou em 16 de Dezembro de 1939 na Câmara dos Fâscios sobre os acontecimentos internacionais dos fins do já fatídico ano de 1939.

Escrito naquele estilo tímido e empoado que Mussolini pôs em moda, é na realidade um «documento do tempo» a atestar aos vindouros o que foi a nossa tormentosa época. A tradução é muito defeituosa, e a edição, elegante, é ilustrada na capa com um retrato do autor.



O SÉCULO DA RESTAURAÇÃO, por *Feliciano Ramos*. Guimarães, MCMXL.

O presente opúsculo já o conhecem os meus leitores, porquanto é uma separata do número especial com que esta Revista se associou às comemorações do duplo centenário.

É uma apologia do século XVII considerando-o sob o ponto de vista literário, científico e artístico, concluindo que é dever dos portugueses olhar «com mais veneração

e complacência para o Século da Restauração», tributando-lhe «uma bem merecida simpatia intelectual» e que, em nome da razão histórica devemos ter «a alegria e a franqueza de reconhecer que o seiscentismo foi digno de Portugal». Escrito com ciência e consciência é um estudo de conjunto que todo o homem culto deve conhecer.



A ALMA DOS MEUS BONECOS, contos por *Horácio de Castro Guimarães*. Lisboa, 1940.

O novelista da *Carne pecadora* e de *O pintor de Santas* não quis resignar-se a deixar perder definitivamente este livro entregue em 1927 a um editor que o perdeu. Por isso reconstituiu-o sobre apontamentos e publicou-o tal como devera ter aparecido naquele ano e com o Prefácio então escrito pelo falecido Dr. Campos Monteiro. Quando H. C. G. o escreveu, vivia no Pôrto, naquele Pôrto da minha mocidade aonde vinham embater as grandes ideias que então agitavam o mundo e que nós glosávamos, ou com a eterna *blague* aflorando aos lábios, ou com a seriedade que a sua respeitabilidade exigia. Se o Pôrto de 1925 não era já a urbe ardente do Romantismo, em que os homens se batiam à espada ou à pistola por uns belos e aveludados olhos de mulher, ou por uma ideia, ou por um preconceito, era em compensação uma cidade sossegada, mas curiosa, que seguia com atenção o que se passava além fronteiras. Os rapazes tinham no sangue algo de vivo e trepidante, que os obrigava à luta, mas a uma luta toda verbal, traduzida em artigos e ensaios mais ou menos extensos que cada um assinava julgando-se consagrado. Era a ilusão da mocidade estuante, que se julga o centro do mundo ou pilar imprescindível à existência e segurança dêste.

Foi neste vai-vem das ideias, por entre

os ventos desencontrados que sopravam dos centros intelectuais europeus, que nasceu a *Labareda*, revista literária a que ligou o seu nome o jovem estudante H. de C. G. E foi nas suas páginas, em que colaboraram alguns nomes ilustres, que pela primeira vez, creio eu, H. de C. G. publicou os seus primeiros contos. Se então, como é natural, o seu estilo se ressentia demasiado dos exageros próprios duma idade durante a qual todo o mundo nos parece nosso, a verdade é que êle, logo de comêço, se revelou senhor duma técnica segura. E se em *Carne pecadora* ainda persistem êses exageros, verifico com satisfação que em *A Alma dos Meus Bonecos* êles desapareceram. H. de C. G. é enérgico, preciso; as suas frases têm uma sobriedade que estou pouco habituado a ver, no meio da redundância asiática ou da nebulosidade de alguns modernos cultores das belas-lettras. As suas figuras recortam-se bem, falam por si, agem por si, foram bem observadas. E o diálogo, êsse terrível escôlho do escritor, tem naturalidade e vida.

Dos seis breves contos que constituem o volume, parece-me o melhor a *Tentação do mar*; o que me parece menos natural é o intitulado *Maldito seja o amor*. O *Chico da Esnoga* lembra, pelo tétrico, algumas páginas de Fialho, ao mesmo tempo que, nem eu sei bem porquê, me traz à lembrança o Raúl Brandão dos *Pobres*. O próprio prefaciador o acentua também quando diz que «se houvermos de compará-la (a predilecção do Autor) com a de algum mestre da prosa portuguesa, só a de Fialho de Almeida nos serviria de paradigma provável».

Claro que entre a prosa de um e de outro há uma distância apreciável; a de H. de C. G. é menos pictural, mas é mais vernácula, não vem eivada de termos técnicos da medicina nem de galicismos intoleráveis. E' fluente e consegue facilmente comunicar ao leitor a emoção, por vezes o trágico. Tendo criado para com o seu público res-

ponsabilidades, H. de C. G. deve-nos, por isso, a obra definitiva em que ressaltem bem nítidas as suas possibilidades. E tem recursos para isso, porque, como acentua o Dr. Campos Monteiro no prefácio, «não lhe faltam qualidades de observação, de sentimento e de técnica». A questão é não perder o contacto com o seu público, não deixando passar lapsos de tempo tão largos como o que vai do *Pintor de Santas* ao volume em referência.



MANUEL TOMÁS, POETA VIMARANENSE
DA RESTAURAÇÃO, por *Manuel Alves de Oliveira*. Guimarães, 1940.

E' outra separata do número especial de *Gil Vicente*, referido na nota anterior. M. A. de O., na sua prosa simples e clara, estuda a figura do poeta seiscentista Manuel Tomás, através do seu poema *O Fenix da Lusitânia*, transcrevendo largas passagens, as mais expressivas duma obra quasi desconhecida, e que mostra os méritos que a realçavam entre a aluvião de poemas épicos em que os séculos XVI e XVII foram férteis.

O poeta foi subsidiário de Camões e nem de longe conseguiu atingir as alturas a que chegou o grande épico; algumas das suas estâncias seguem quasi literalmente as dos *Lusíadas*, e a suavidade tôda épica dêste não é mais do que vão esforço no poeta vimaranense. Todavia, hemos de reconhecê-lo, Manuel Tomás teve a sua aura, talvez por ser, como muito bem diz M. A. de O. «dos poetas que sentiram e interpretaram com vigor e verdade a Alma Nacional na hora incerta em que o Rei Restaurador, quebrando as grilhetas da opressão e por vontade invencível e heróica dos portugueses abriu novos horizontes ao engrandecimento e ao futuro de Portugal».

SANTA MISÉRIA, romance por *Frans Eemil Sillanpää*. Tradução de José Marinho. Lisboa, 1940.

Este volume é o 8.º da coleção «Os melhores romances dos melhores romancistas» que há tempos vem publicando a Editorial Inquérito. Trata-se de um curioso romance dum escritor finlandês, prémio Nobel de 1939, e nêle perpassa, como dizem os editores numa nota prévia, «a Finlândia dolorosa e amarga, mais próxima de nós de alguma maneira, mais conforme com a comum e dolorosa condição do homem».

Santa Miséria é, em resumo, a história dum pobre camponês, Jussi Toivolá, filho dum bêbado e duma criada, o qual vai pelo esforço próprio subindo, embora não muito, na escala social. De feitio intratável, tarde chega a casar com uma criada, como a mãe; mas a morte da mulher deixa-o num estado de alheamento que, por sua vez, o conduz ao misticismo, um misticismo muito próximo do do camponês russo, rude e inculto. Tal misticismo leva-o a prêgar um socialismo que pouco ou nada tem de comum com o dos agitadores bolchevistas a que, acidentalmente, se acha ligado. Abandonando os dois últimos filhos que lhe restavam — um, o mais véelho, não sabia bem se era seu ou não, pois a mulher levava em solteira vida de farto desregramento; outro morrera duma doença provocada por uma agressão do irmão mais véelho; a filha,

Hiltu, vai servir para uma cidade próxima, onde se suicida pouco tempo depois — Jussi Toivolá encontra-se de repente envolvido na revolta comunista de 1918, durante a luta da Finlândia pela independência. Prêso, é fuzilado pelas tropas brancas, juntamente com outros camaradas de ideal.

Esta é a síntese do romance. Vejamos as qualidades e os defeitos que revela. Escrito por um autor que nada tem de comum com este ocidente europeu, este romance começa por chocar a nossa sensibilidade, não só pelo estranho da paisagem e do meio, como também pela forma como o autor desenvolve o seu tema. «Romance» chama-lhe êle, o que, para mim, não passa de narrativa biográfica de um camponês da Finlândia, com um diálogo, muito breve, de longe em longe. Em compensação possui descrições soberbas e páginas que, a serem melhor traduzidas, seriam primorosas na nossa língua. Tal é, por exemplo, a da morte de Rûna, a mulher de Jussi, tais são as da revolta comunista, tais são as páginas finais que narram os últimos momentos do revoltado.

Mas por todo o livro perpassa um tal sentimento de piedade pelos humildes, pelos miseráveis, por aquêles que a sorte persegue duramente, que faz dele uma obra digna de leitura meditada e uma obra prima dos nossos dias.

A tradução, que creio feita do francês, é bastante defeituosa na elocução que, em muitos pontos, carece de naturalidade.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

O Conceito da Idade-Média e a Idade-Média Portuguesa

(Continuação da pág. 77 — Conclusão)

OS Descobrimientos dos Portugueses só podiam ser obra da Idade-Média. Preparados pela imaginação medieval da Índia não podiam ter criado noutra época a mística do mar. Quando mais tarde, no fim do século XVI e no século XVII, os outros povos foram ao Oriente, êles, que não tiveram a mesma preparação espiritual e estavam noutro período histórico, muito diferente, até oposto em muitos aspectos fundamentais, não foram mais que mercadores e comerciantes. Ao nosso império medievalista do Oriente opuseram fragmentados e hostis regionalismos mercantis de companhias majestáticas.

A demanda do «Prestes João», a tradução do *Segrêdo dos Segredos*, o *Livro do Tesouro*, de Bruneto Latino, os mapas de Pedro e de Marino Sanuto, por um lado exploravam o maravilhoso fecundo da Índia, por outro sugestionavam os curiosos com a representação dos lugares, onde tantas maravilhas sorriam. Desde o século XII, a inteligência dos homens prendia-se a esta riqueza das coisas.

Havia de lançar em caminho do Oriente os viajantes aventureiros e os franciscanos missionários do desconhecido. O perigo, cada vez mais iminente, dos Turcos para a Europa estarrecida, que as Cruzadas, porque falharam, ainda mais desmoralizaram, vinha sobrepor nuns e justapor noutros casos, à curiosidade de penetrar os mistérios orientais, a necessidade de os iluminar pela fé cristã, obtendo assim o ermo religioso na retaguarda e em volta dos Turcos, até a possibilidade militar de os bater.

Nessa reverberação do espírito europeu, os Portugueses criavam pela sua unidade política, pela formação cristã, pela imaginação nativa, pela familiaridade com o mar, pela vizinhança com o Mouro arabizado, um espírito próprio de Cruzada, talvez de ultra-cruzada.

Os estudos e conhecimentos astronómicos dos Árabes, através das traduções feitas pelos Judeus portugueses, davam a essa aspiração prati-

cabilidade. As tábuas astronómicas, os instrumentos de observação, as informações acêrca da declinação magnética, da conjunção e opposição dos astros, etc., preparavam sôbre a visão do sonho a realidade objectiva do pensamento.

Assim, a origem, a preparação, o desenvolvimento dos Descobrimentos haviam de ser essencialmente medievais, e são-no em todos os seus caracteres intrínsecos e portugueses.

Quando lá fora se desagregava a Idade-Média, com a ruína do pensamento e das instituições, que a formaram, e nos dão a magistral lição de um período elevado e nobre nas concepções e nas obras, Portugal mantinha-se fiel a si próprio. Não fôra êle que fizera a Idade-Média; integrou-se nela por formação espiritual. E, porque assim fôra espontaneamente levado pela inspiração cristã da unidade, não abandonou a tradição da sua verdade natural. Tudo se mantém medieval através da dinastia de Avis, até Alcácer-Quibir, morte do nosso medievalismo, para europeizarmos a nossa vida nacional. O último cavaleiro da nossa Demanda do Santo Graal, o último Amadis da nossa história cavaleiresca, foi D. Sebastião.

É ainda o segrêdo da nossa restauração política a fôrça medievalista e medievalizante do «sebastianismo», que nas mãos do clero e inspirado em corrente literária, a par de expressão já folclórica nas profecias populares e canções afins, mantiveram o espírito nacional contra o derrotismo e o desespero.

*
* *
*

Portugal é uma nação, que à Idade-Média vai buscar os motivos da sua existência. Vinda do complexo de factores de formação, que sobem das características raízes dos séculos anteriores, encontrou a razão eficiente da sua explosão nacional em pleno século XII, plena Idade-Média.

A independência, conquistada entre o desequilíbrio de fôrças na Península, foi um resultante da luta entre Cristãos, que procuravam o equilíbrio territorial, e Mouros, que expandiam para Norte o esfôrço africano.

A organização contínua, e dirigida pela autoridade conseqüente do Rei, enquadrou a Nação nas actividades equilibradas e reciprocamente contidas das classes sociais. As riquezas do solo pátrio, logo que a vitória das armas fixou as fronteiras políticas, foram exploradas na mesma medida em que o povoamento dava possibilidades de o fazer.

Com os concelhos, a formarem a grei popular, como os princípios

superiores do feudalismo e da cavalaria formavam o escol da nobreza, o Rei lançava à terra fecunda a semente maior da sua própria segurança.

Sente-se germinar o génio nacional na febre operosa dos concelhos e na ânsia libertadora, ao mesmo tempo que solidarizante de aspirações e energias criadoras, dos homens bons.

Sobe a unificação do poder real, quando os concelhos o apoiam, e o Rei vai procurá-los, para que o equilíbrio político se não perca. O ascendente do monarca vai a pouco e pouco firmar em bases seguras a sua soberania.

Reconhece-se desde os primeiros reinados o papel que vai representar na vida nacional a situação do território à beira do mar. O comércio é notável desde comêço, nos portos fluviais do Norte. Vai aumentando. As questões de D. Afonso III com o Bispo do Pôrto, por causa dos direitos do comércio pela barra do Douro, denota, além de outras considerações oportunas, a importância que tinha.

Quando em 1308, D. Denis negocia com Eduardo III de Inglaterra para fins comerciais, já o comércio português tinha valor tão grande no movimento mercantil com a Inglaterra, que o Rei trata de igual para igual com o monarca inglês, em assuntos tais de economia marítima.

Desde estas actividades marinheiras vai-se acentuando a atracção da expansão marítima. O que por aí eram ainda cuidados comerciais, havia de ser no futuro o motivo maior do alargamento das explorações pelo mar fora. O comércio costeiro, continuado, crescente, dirigido e protegido pelos Reis, ora prolongando cursos para a Flandres e para a Inglaterra, ora para a costa mediterrânica e partes dos infieis, estimulava armadores e embarcações a conhecer mais terras e a levar mais longe o comércio.

Nem o domínio do comércio no Mediterrâneo podia pertencer-nos, em competência com Génova e Veneza, como contra a cabotagem afro-peninsular, nem o Mar do Norte com as poderosas ligas marítimas nos permitia ir além do seu interêsse.

O embate podia ter um resultado eficaz, e teve-o. Demandou novos rumos, como na bissectriz do ângulo das duas direcções mercantis.

D. Denis, na sua acção marítima, foi o precursor dos descobrimentos. Já D. Afonso IV prova na expedição às Canárias o amadurecimento adiantado, e diríamos cuidadoso, de um plano previsto mas, por muito cedo, ainda não cristalizado em forma definitiva.

A política marítima de D. Fernando foi prodigiosa de resultados. As bôlsas comerciais, os seguros marítimos, as isenções de direitos alfandegários e de transmissão de propriedade de navios, as facilidades da cons-

trução dêstes, o incentivo comercial crescente, devidos à inteligente acção de fomento, praticada por El-Rei, permitem o acréscimo das viagens em quantidade e qualidade, e desenvolvem aptidões, tanto comerciais como marítimas.

Porque à acção do comércio externo corresponde a do comércio interno, tanto como factor de equilibrio de balança, como pelo incremento agrícola, que não submetia as trocas à supremacia de estranhos, os portos portugueses regorgitam. Fernão Lopes enleva-se, ao falar do movimento de barcos no pôrto de Lisboa, revezados sem demora uns aos outros.

Cria-se uma burguesia forte ao longo da costa. Há-de apoiar o Mestre de Avis, quando a oportunidade histórica lhes oferece o ensejo: ao perigo do continentalismo castelhano emergente, opõe o atlanticismo português, bem marcado e desperto.

Há-de também, na hora da vitória, e quando os efeitos dela fecundam o espírito nascido nela, oferecer ao Infante D. Henrique o meio de ir ao longe, à Índia, — a Índia do sonho europeu da Idade-Média, que arrastava ao caminho da cruzada e da glória da nova cavalaria do mar.

Homens, adestrados ao mar, só precisavam de aprender a navegar outras sendas e noutros rumos. A ciência náutica, bebida nas matemáticas, na astronomia, na geografia, dos mestres árabes, foi aprendida e assimilada. Os instrumentos de orientação serviram bem nas mãos dos nossos, que os empregavam. Quando o estudo das correntes marítimas e aéreas iluminou a inteligência dos realizadores do plano do Infante, como o arrôjo ao mar trouxe dos tempos antecedentes a coragem de marcha àvante, as lendas temerosas desapareceram.

O Infante, o guia da acção, «era mui estudioso, principalmente na sciencia da cosmografia, de cujo fruto tem ora este Reino o senhorio da Guiné» (João de Barros).

O espírito de aventura, tão próprio da Idade-Média, aumentado agora pelas histórias de maravilhas, fornecia aos práticos da navegação o pessoal necessário, a que vinham juntar-se participantes estrangeiros, animados da fé e segurança, que sempre os nossos incutiram nos outros, fôsem missionários além ou simples matelotes dos barcos ao mar.

As canções, que as trovas trouxeram e levaram na inspiração popular, onde todos eram intelectualmente do povo, — subissem da população da gleba ou descessem dos castelos da nobreza —, erguem-se da fonte medieval como poço artesiano, que as traz. E elas percorrem o mundo na história trágico-marítima, entram ovantes na lírica de Gil Vicente, e, na

epopeia de Camões, cantam a «linda Inês», tocam o poema heróico do Salado, narram a gesta dos «Doze de Inglaterra».

Da *Barcarola* de Rui Fernandes de Santiago chega-nos o eco do mar nos espíritos de então:

Quand'eu vejo as ondas
E as muit'altas ribas,
Logo me véen ondas
Ao cor pola velida!
Maldito seja o mare,
Que me faz tanto male!

.

Se eu vejo as ondas
E vejo as costeiras,
Logo me véen ondas
Ao cor pola bem-feita!
Maldito seja o mare,
Que me faz tanto male!

E responde-lhe Mendinho com a canção de amigo em que há ondas, barqueiros, remadores:

Sedia-me eu na ermida de Sam-Simiom
E cercarom-me as ondas que grandes som,
Eu atendend'o meu amigo!

Estando na ermida ante o altar
Cercarom-me as ondas grandes do mar,
Eu atendend'o meu amigo!

E cercarom-me as ondas que grandes som,
E nom hei barqueiro nem remador,
Eu atendend'o meu amigo!

.

E nom hei barqueiro nem remador!
Morrerei, fremosa, no mar maior,
E atendend'o meu amigo!

E nom hei barqueiro nem sei remar
E morrerei eu, fremosa, no alto mar,
Eu atendend'o meu amigo.

A «Nau Catrineta», «A Marinheira», «O Marinheiro», rimances de mar, como a «Bela Infanta», conservam o cheiro da marezia dos Descobrimientos.

Quando Camões vai descrever o episódio do torneio dos «Doze de Inglaterra», sente a tentação do movimento e da côr do torneio. Lembra, porém, que no seu tempo andam muito em voga as descrições e os espectáculos dêsse género. E exclama, entre irónico e repêso da limitação:

Gastar palavras em contar estremos
De golpes ferros, cruas estocadas,
É desses gastadores que sabemos,
Maos do tempo, com fabulas sonhadas.
Basta por fim do caso, que entendemos
Que com finezas altas e afamadas
Co'os nossos fica a palma da victoria
E as damas vencedoras e com gloria.

D. Denis, trovador, lavrador, com a lavra do verso e da terra a fecundar a alma e o chão de Portugal, recebeu dos priores de Santa-Cruz de Coimbra, de S. Vicente de Lisboa, de Santa Maria de Guimarães, de Santa Maria de Alcobaça, e dos reitores de muitas igrejas, de Mogadouro a Faro e Loulé, de Sintra, Tôrres-Vedras e Santarém a Estremôz e Vila-Viçosa, o pedido solene de transformar as escolas abaciaes, dispersas pelo Reino, em um «Estudo Geral».

O Rei, culto e poeta, sonhador já de uma pátria maior, rejubilou. E a bula definitiva do Papa Nicolau IV havia de dar pleno assentimento à sugestão dos seus, e aprovação entusiástica aos rogos do Monarca. O «Estudo Geral» nasceu, pois, como se vê, do obscurantismo profundo e cavo da Idade-Média. É a nossa Universidade de Coimbra.

Dáí sobe para nós a cultura nacional. É das mãos reais e nos próprios paços dos reis que se cria e espalha uma cultura, que nos não envergonha. Forma-se desta maneira uma côrte de escol, que na ínclita geração do Mestre de Aviz encontra o magnífico modêlo. Dela saem as almas medievais de D. Duarte, filósofo moralista, bibliófilo apaixonado, o Infante D. Henrique, místico e perfeito cavaleiro andante dos mares, o Infante D. Pedro, viajante animoso, tentado continuador da obra política dos seus maiores, e até, para ela ser maior, teve em D. Fernando, o «Infante Santo», o mártir do arranque da epopeia marítima.

O mar enche-se das nossas caravelas e dos corpos da nossa gente. De tamanha cruzada, ao grito alto de «Deus o manda», a marulhar nas

almas, Portugal alarga pelo glôbo, ao «serviço de Deus», a «pequena casa lusitana», e constrói o grande império de meio mundo.

Na alma de D. Henrique, na acção de D. João I, nas mãos fortes de D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque, a D. João de Castro, Duarte Pacheco Pereira, Diogo Lopes de Sequeira, Nuno da Cunha, António da Silveira, D. João de Mascarenhas, vive o mesmo impulso lusíada, que animou os heróis de Ourique, Navas-de-Tolosa, Salado, Ceuta, que iluminou Nun'Álvares e a sua ala imortal dos Namorados, mais o ânimo indómito do «Decepado». Formam todos a mesma cadeia infinda, e luminosa como um sol, das gestas da cavalaria. O espírito cavalheiresco dos *Amadis* continua pelo século XVI, o do Além-mar, no *Clarimundo* e nos *Palmeirins*.

Na arte, que vem do românico e se imaterializa no gótico, os Portugueses bebem a inspiração do equilíbrio e assentam a paz da consciência religiosa. Os missionários portugueses não são menos na lição da arte que na catequese dos infiéis. A arte portuguesa é no século XV e até no século XVI uma oração contínua, arte do Divino, que conserva o Medievalismo português através do Renascimento europeu. O manuelino enfeita o gótico de simbolismo náutico e cristão; não é, já em pleno Renascimento lá fora, produto de modernidade exterior e por isso não sentida; êle, na arquitectura, na escultura, na ourivesaria, na pintura, é ainda o gótico filho do gótico, autêntica e preclaríssima criação da Idade-Média.

*
* *
*

De que nos vale a evocação desta idade, tão bem servida na contribuição dos séculos e tão incompreendida, quando a inspiração que a iluminou, desapareceu?

Vale-nos para nos convenceremos de falsidades nos detractores, e para entendimento-guia da nossa cultura. Temos hoje responsabilidades intelectuais, desconhecidas pelos criadores da fábula do obscurantismo medieval, e não pesa sôbre nós a necessidade filosófica de denegrir por conveniência política ou literária, pelo menos, a obra dos tempos.

Por certo, quando se proclama hoje que é urgente o regresso à Idade-Média, não quer isto dizer que todos os valores posteriores a ela se eclipsam e destróem. Era o primeiro êrro contra o medievalismo. O medievalismo não destruiu. Acusaram a Idade-Média de destruir a civilização greco-latina. E ela, em verdade, ergueu-a da neve em que

gelara e empedernira: sofreu o prémio da serpe nociva, da fábula de Fedro.

«As coisas não se passaram assim — nega Langlois; — muito tempo antes da Idade-Média, a civilização pagã já agonizava e morria; letras, artes, línguas, as próprias ciências, que resistem por mais tempo, estavam feridas por doença crónica, incurável, segundo parecia. A entrada dos Bárbaros no mundo romano agravou ainda mais a situação, aprofundou a decadência, que teria sido fatal, se não surgisse uma religião nova, e não se preparasse novo futuro. A monarquia universal de Roma, que por si mesma caíria, fôra violentamente destruída pelos Bárbaros. Era esta a herança que a Idade-Média recebia da Antigüidade e com ela os destinos do mundo; para estar à altura da sua missão própria, teve, primeiramente, de parar a decadência e, depois, de a substituir por um movimento inverso, capaz de dar vida às artes e às ciências, ao mesmo tempo que lançava as bases de um regime político em substituição da monarquia romana.»

Quando se fala de caminhar para a nova Idade-Média, e da necessidade de o fazer, não é destruir que se quer, mas construir. Da ruína de uma civilização, que maldisse a Idade-Média, — origem afinal de tudo que se supõe maravilha e exclusiva criação obrada pelos tempos, que se lhe seguiram, — deve sair uma Idade-Nova, como a Idade-Média se levantou sobre as ruínas pagãs da Antigüidade Clássica.

As lições de harmonia e equilíbrio espirituais, o concôrto universal das nações do mundo moderno, a comunhão espiritual dos homens, foi a Idade-Média que as deu aos homens, e ainda hoje, quinhentos anos depois, é ela que no-las ergue nas mãos, como estendidas da praia para as águas em que nos afogamos.

Os homens menos propensos a compreender os factos, mas sentindo a necessidade de mudar directrizes, tentam por vezes, e em ocasiões oportunas, tomar medidas, que são afinal um anseio de princípios, que existiram e fizeram a Idade-Média.

Que foi a Sociedade das Nações na tentativa de reunir as nações num cláustro comum? Faltou-lhe o sentimento medieval, para lhe dar matéria e forma.

Que são os corporatismos modernos, se os não consideramos como um meio de voltar a fórmulas económicas, morais e culturais? Existiram na organização do trabalho medieval. Entre nós obtiveram a vitória pela mão de D. João I.

Na verdade, precisamos de regressar ao espírito medieval. Não o

medievalismo das excepções e da decadência. Mas o medievalismo da grandeza dos princípios. Temos obrigação de elevar êsses princípios a formas mais perfeitas, provenientes da compreensão íntima e da dedicação voluntariamente disciplinada. Como o « Santo Graal » nas mãos altas de Parsifal, rodeado pelos seus cavaleiros da « Demanda »!

Termino com uma nova transcrição do autor da *Defesa do Ocidente*, hoje um pensamento universal, porque é europeu.

« O homem da Idade-Média foi cidadão de uma civilização geral, que tinha a sua língua, o seu espírito, as suas formas de sentir, sem nenhum cuidado com os limites do Estado. Era assim. Já assim não é hoje. Tivemos unidade humana, perdêmo-la. Desde então, os componentes do corpo europeu, que a benéfica autoridade da Igreja não domina já, tornaram-se quasi estranhos uns aos outros. Privados da protecção maternal dela, são presa das divergências, sem qualquer outro freio além do insufficiente equilíbrio determinado pelos seus antagonismos. Estes resultados cruéis, inevitáveis, e cada dia mais sensíveis para um mundo, que não cessa de se aniquilar a si próprio, ninguém pensa em os negar. Somos unânimes em reconhecer o mal que sofremos. »

E ainda: — « A simples prudência quererá que procurássemos em que momento, sob que influência ideológica, se produziu o desvio do destino do género humano. Exigiria também que transpússemos êsse ponto de rompimento histórico, para melhor conhecer os princípios de que foi desviado. Seria preciso penetrar o segrêdo dessa era de cultura, que atingiu no século XIII a mais alta expressão, o mais brilhante vigor, não para voltar a uma época já passada, mas para saber se a direcção humana, que tomou, era na verdade a boa. »

Apreciar-se-ia objectivamente a obra da Idade-Média, conhecer-se-ia o valor das suas doutrinas religiosas, filosóficas, sociais, e encontrar-se-iam as razões dos seus prodigiosos progressos, detidos em pleno desenvolvimento. Assim concluiu Henri Massis.

A Idade-Média é e será sempre um farol, que ilumina a razão humana e as suas exigências de alta cultura.

Fevereiro — 1941.

LUÍS CHAVES.

À LÍNGUA PORTUGUESA

*Língua dos meus Avós d'Além-Mar, potestade
que ligou o montante ao rijo tangapema!
Língua que não maldiz, Língua que não blasfema,
Língua que dá louvor à Divinal Trindade!*

*Língua cheia de côr, de sol, carícia extrema,
Língua que nos criou os meles da saúde!
Língua do nosso amor, da nossa alacridade,
e que canta do berço até a hora suprema!*

*Eu amo-a, porque é pura e intégra o nosso Império;
porque nos faz Irmãos por todos êsses mares
e terras, que nos vêm dos nossos véelhos Pares.*

*Língua de alturas cheia e cheia dos abismos,
há-de sempre exaltar o profundo mistério
dos fados nacionais, de glórias e heroísmos!*

Imperial Cidade de S. Paulo,
Outubro de 1940

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS.

Sôbre quatro angolenses adultos do sexo masculino

(Continuação da pág. 89 — Conclusão)

Conclusões finais

DOS quatro indígenas que acabámos de estudar, dois (o Hanha e o Bailundo), pertencem à tribo Bufudo, o Dondo, é Ngola, e o Banhema, faz parte da grande tribo Ganguela. Na grande tribo Bimbundo, incluem-se as gentes Cacondas, Bienes, Bailundos, Huambos, Sambos, Ganhos, Hanhas, Galangues, Seles, Mussurubes e Quilengues, todos considerados oriundos dos Grandes Lagos, e que, pelo Congo, teriam penetrado, em longínquas eras, no norte de Angola, espalhando-se até ao Planalto de Benguela, que vieram a ocupar, e onde, ainda hoje, residem os Ngolas.

São Bântus, como quâsi todos os povos que habitam em Angola; admite-se que resultaram do cruzamento de várias tribus do norte de Angola, razão porque constituem um tipo étnico pouco caracterizado. A tribo Ganguela, formada pelos povos Banhames, Bambuelas-Mambundos, Balutchazes e Baluimbes, espalhou-se pelo Distrito de Benguela, até ao Rio Cubango e Norte do Distrito de Huíla. Os Banhames habitam entre o Rio Cunene e o Sul dos Bienes e os Galangues, para além do Rio Cuelei.

A tradição e a etnografia, traduzindo afinidades étnicas com os Bimbundos, parecem autorizar a opinião que vê a ascendência dos Ganguelas nas gentes Zindj, ou Bântus, que invadiram Angola pelo norte, vindos do Congo, onde chegaram provenientes dos Grandes Lagos Africanos. Os dois Bimbundos que apreciámos (Hanha e Bailundo), têm *côr* negra, tendendo para o bronzado, como os Bimbundos (Caconda e Bailundo), observados por A. de Almeida e Manuel José Gomes; o Ngola tem a *pigmentação* negra, e o Ganguela é mais bronzado que os Bimbundos. Em todos, os *cabelos* são encarapinhados, em tufos, e, em todos menos o Hanha, a *inserção do cabelo na fronte* se faz segundo uma linha irregular.

Como nos Bailundo e Caconda citados, os dois Bimbundos agora tratados têm muito rara ou nula *pilosidade* no corpo, exceptuadas, bem entendido, as regiões axilares e púbica. Os *órgãos genitais*, em todos se encontram bem desenvolvidos. A *barba* em todos é negra e muita rara. A *configuração da cabeça* mostra-se alongada nos Bimbundos, e arredondada no Dondo e Ganguela, a exemplo do que acontecia com o Bimbundo observado por A. de Almeida e M. J. Gomes. A *fronte* é geralmente alta em todos, menos no Hanha, e bombeada na parte média. No Ganguela como no Cuamata (A. de Almeida e M. J. Gomes), estão bem vincadas as pregas da atenção. Como nos Caconda e Bailundo mais de uma vez citados, o *perfil da região occipital* é muito encurvado nestes dois Bimbundos de agora. A *face* dos Bimbundos estudados por A. de Almeida e M. J. Gomes, era larga e losângica num deles; nestes, aparece alongada, brasonada, e hexagonal no Bailundo. Há *achatamento nasal* e *soerguimento das asas* nos Bimbundos actuais, e nos estudados em outros trabalhos. O *perfil nasal* foi convexo-côncavo no Hanha e no Dondo, e convexo nos outros. O Bailundo de agora difere, neste particular, do apreciado por A. de Almeida e M. J. Gomes. Os *lábios* são espessos e prognatas como de resto os *maxilares*. Como os Bimbundos do outro estudo, nestes salienta-se a imagem dos *incisivos superiores*. O Banhema também apresenta os *dentes* limados e o Dondo não. As *orelhas* não se mostram perfuradas como o Caconda apreciado por um de nós. Quanto ao *estado de nutrição*, é *indiferente* em todos, à excepção do Hanha, que é *magro* como o Cuamata (A. de Almeida e M. J. Gomes).

Nos dois Bimbundos, a *fôrça muscular* foi 29 kgs. (M. D.) e 31^{kgs},5 (M. E.), menos que os dois observados por A. de Almeida e M. J. Gomes: 33^{kgs},1 (M. D.); 34^{kgs},7 (M. E.). Uns e outros são *regulares* nas *pressões* (Corcelle); a média dos quatro Bimbundos é, para a mão direita 31^{kgs},05, e 33^{kgs},20 para a esquerda (*pressões regulares*), superiores a quaisquer dos dois outros indígenas cêste estudo. A *fôrça de tracção* atingiu o mais alto grau nos Bimbundos estudados em outra ocasião (156^{kgs},5), do que nestes (142 kgs.); a média dos quatro Bimbundos é de 147^{kgs},25, muito mais alta do que a média dos quatro indígenas que estamos estudando. No referente à *capacidade respiratória*, verifica-se que nos actuais Bimbundos foi de 3^l,25, menor que a dos outros dois (A. de Almeida e M. J. Gomes), que marcou 3^l,45; a média dos quatro é igual a 3^l,35, e está dentro dos limites tidos como média de *indivíduos normais* (Binet), valor que cobre a média dos dois Bimbundos e do Cuamata e a dos quatro indígenas Angolenses que estamos estudando, mas que é menor do que a do Ganguela. O Dondo é

o que revela menor *capacidade vital*. A média da *estatura* dos presentes Bimbundos é 1^m,729, um pouco menor que a dos dois medidos por A. de Almeida e M. J. Gomes (1^m,725); a média dos quatro (1^m,727), pouco se afasta da média (1^m,718) encontrada por F. Cardoso e apreciada por Mendes Correia em quatro Bimbundos, máxima, 1^m,858 e mínima 1^m,650 e é maior que a dos Luimbés (1^m,671), Andulos (1^m,688), Kiokos (1^m,655), embora recordando a dos Ambuelas (1^m,717) e Lutchazes (1^m,704), todos apreciados por aquêles dois antropologistas, e a de mais dois Ganguelas examinados por Denicker e Laloy (1^m,717); todavia, fica já relativamente longe da média dos Angolenses em geral (1^m,667) — Denicker e Laloy — e da obtida nos cinqüenta e cinco Angolenses da Exposição Colonial do Pôrto (Bimbundos, Kiokos, Bienos, Guanguelas e Quipungos) — 1^m,654, por Maia Mendes.

O Dondo é mais baixo que esta última média e do que o Dondo medido por F. Cardoso (1^m,71), mas lembra a que o Cónego Miranda de Magalhães alcançou em 168 indivíduos do sexo masculino no « Povo » de Luanda (1^m,630). O Ganguela é mais alto do que os valores estaturais acima apontados, mas, como aquêles povos da sua trību, pertence às *altas estaturas* de Topinard. O *pêso* dos dois Bimbundos actuais é sete quilos inferior ao dos que foram observados por A. de Almeida e M. J. Gomes (69^{kg},85). A média dos quatro é de 66^{kg},200 *regularmente pesados*, mais do que o Dondo, e menos do que o Banhema. Para *grande envergadura* do Caconda e do Bailundo, conseguiu-se a média de 1^m,780, menos dez unidades que a dos Bimbundos actuais (1^m,840), sendo a média dos quatro igual a 1^m,810, menor que a do Ganguela, e muito menor que a do Dondo. O *Índice Crucial* nestes Bimbundos (106,52), foi maior, na média, do que o obtido por A. de Almeida e M. J. Gomes (106,15); a média dos quatro equivale a 106,34, maior do que a do Dondo e do Banhema, quasi iguais. O *Índice Esquélico* dos nossos Bimbundos foi 47,48, menor que o do Caconda e do Bailundo (47,03), sendo a média dos quatro de 47,25, aproximadamente igual à dos doze Cacondas da Exposição Colonial do Pôrto (49,42 — Martins de Alte), todos na *macroesquélia* de Giuffrida Ruggeri, menor que a do Dondo e Ganguela, e quasi correspondente à média dos quatro indígenas em estudo. Os três Dondos da Exposição Colonial do Pôrto (Martins de Alte), tinham os valores: 47,6; 48,5; e 49,6. Os presentes Bimbundos são *ultradolicocéfalos* (72,4 — Denicker), e o Caconda e o Bailundo, mensurados em outra ocasião, eram *hiperdolicocéfalos* (74,55 — Denicker), separados de pouco mais de uma unidade. A média dos quatro foi de 73,47, na *hiperdolicocéfalia*; portanto,

conforme acontecia com os quatro mensurados por F. Cardoso e apreciados por Mendes Correia (73,7), cujos valores se sobrepõem quasi totalmente, bem como com o Dondo. O Dondo medido por F. Cardoso tinha este *Índice* igual a (81), menor do que o do Banhema, e menos dolicocefalo do que o dos Lutchazes (75,1), Ambuelas-Mambundos (75,1), Luimbés (75), e Angolenses da Exposição (75,50 — Maia Mendes).

Nos Bimbundos deste trabalho, o *Índice Vértico-longo* era de 63,995 (64,00), e no Caconda e no Bailundo, mais alto, 78,37; a média dos quatro foi de 67,96, quasi igual à que Mendes Correia obteve em outros quatro homens desta tribo (68,88), uns e outros na *ortocefalia*. Para valor do *Índice vértico-transverso* dos Hanha e Bailundo de agora, alcançamos a média de 88,30; no Caconda e Bailundo fôra de 87,98, tendo a média dos quatro Bimbundos sido de 93,09 (*hipsicefalia*), quasi absolutamente igual à média achada por Mendes Correia no mesmo número de exemplares (93,4), perto do Dondo, e afastada de quatro unidades do Ganguela.

Quanto ao *Módulo de Schmidt* destes Bimbundos, foi de 15,80, e dos Caconda e Bailundo, de 15,24; a média, 15,53, próxima da do Dondo, é menor do que a do Banhema. O *Índice Fronto-Parietal* dos Hanha e Bailundo deste estudo foi de 75,78, menor do que o do Caconda e Bailundo do outro trabalho (72,91), e a sua média foi igual a 71,35, no *eurimetopismo*, superior à do Dondo, e ligeiramente ultrapassada pela do Ganguela, ambos estes ainda *eurimétopes*. O *Índice Fronto-Zigmático* dos Hanha e Bailundo deu 78,75, e o dos Caconda e Bailundo apreciados em outro estudo foi igual a 71,97, sendo a média dos quatro Bimbundos de 75,63, longe do Dondo mas não do Ganguela. A média do *Índice Crânio-Facial* dos dois Bimbundos (Hanha e Bailundo) era de 70,28, e de 71,98 a do Caconda e do Bailundo, sendo a média dos quatro Bimbundos igual a 70,63, maior que o *Índice* do Dondo, e menor uma unidade apenas que o do Ganguela. O *Índice n.º 2* médio, no Hanha e no Bailundo, era representado por 96,78, e quasi igual ao do Caconda e do Bailundo (96,66), prefazendo a média 96,72, quasi igual à que Mendes Correia obteve em quatro Bimbundos (97,7), igual à do Ganguela, e maior do que a do Dondo. O *Índice Facial-Total* dos Hanha e Bailundo foi de 80,99, e o do Caconda e outro Bailundo 77,92; a média dos quatro atingiu o valor de 83,03, que é menor do que a observada por Mendes Correia em Bimbundos (100,4), na *cameprosópia elevada*, e menor do que a do Dondo, e superior à do Ganguela, tôdas de resto incluídas na *cameprosópia*.

Quanto ao *Índice Facial Superior*, o Hanha e o Bailundo têm a média

de 50,88, e o Caconda e outro Bailundo a de 50,47, sendo a média 50,67 (*orto* ou *mesoprosópia superior* — Sergi e Frasseto), quási igual à do Dondo, e maior do que a do Ganguela (*cameprosópia nítida*). Para o *Índice Fisionómico de Hrdlicka*, achou-se 76,34 (Hanha e Bailundo), e 77,14 (Caconda e Bailundo), sendo a média dos quatro de 76,74, igual à do Dondo, mas inferior à do Ganguela. Os valores do *Índice Nasal* foram no Hanha e no Bailundo 77,71, e no Caconda e no Bailundo 83,03, alcançando para média dos quatro Bimbundos o valor de 77,33 — *mesorrínia* de Brocca, Denicker e Martin, como o Dondo (o Dondo de F. Cardoso revelava-o igual a 86,3), e afastado do Ganguela que é *platirrínio*, sendo-o também os quatro Bimbundos (94,3) observados por F. Cardoso e apreciados por Mendes Correia. O *Índice Nasal* dos onze homens do « Povo » de Luanda ia de 113,5 a 62,5 (Cónego Miranda de Magalhães). O *Índice Labial* foi igual a 37,99 (Hanha e Bailundo), e 39,61 (Caconda e Bailundo); a média de 38,80, não está longe do valor do Dondo, e é bastante inferior à do Ganguela. Como média do *Índice Gonio-Zigomático* dos dois Bimbundos dêsse trabalho, achamos 71,75 e 80,01 (no Caconda e no Bailundo); a média dos quatro Bimbundos perpez 75,88, menor do que os *Índices* do Dondo e do Ganguela. O *Índice Auricular* ou *Otólico*, com os valores de 56,28 (Hanha e Bailundo), e 56,32 (Caconda e Bimbundo), tem por média 56,32, valor distante dos Dondo e Ganguela. A respeito dos *Índices* ou *Coefficientes de Robustez*, nota-se que o de *Vitalidade de Aranzadi*, nos Hanha e Bailundo, foi de 50,13, e no Caconda e no Bimbundo de 51,81; a média igualou-se a 50,97 (*regular robustez física*), igual à do Dondo, e maior do que a do Ganguela. Para *Índice de Pignet*, o Hanha e Bailundo alcançaram 22,10 e o Caconda e Bimbundo 22,77, sendo portanto a sua média de 22,42 (*regular* — Pignet), quási igual à dos catorze Bimbundos da Exposição Colonial do Pôrto (23,3 — Leite da Costa), mais fraca do que a do Dondo, e ainda mais do que a do Ganguela, que é *forte*. A respeito do *Índice de Costa Ferreira*, no Hanha e Bailundo foi de 19,75, e no Caconda e outro Bailundo 27,98; a média dos quatro Bimbundos mostrou-se igual a 23,87 (*regular robustez*), menor que a do Dondo, e praticamente igual ao valor do *Índice* do Ganguela. Acêrca dos *Índices Ponderais*, o de *Röhler* ou *Bárico*, apresentou-se igual a 1,25 no Hanha e Bailundo, e a 1,30 no Caconda e no segundo Bailundo; a média dos quatro Bimbundos foi de 1,28 (*microbáricos*), igual à do Dondo, e mais baixa do que a dos treze Bimbundos da Exposição Colonial do Pôrto (1,33 — A. Roseira), no limiar da *mesabária*, a dos trinta e dois Angolenses (1,31), a dos Kio-kos (1,29-1,36), a do Quipungo (1,31), e a do Ganguela, e superior à do

Bieno (1,19). O *Índice Ponderal de Livi*, no Hanha e no Bailundo igualou-se a 23,74, e a 23,88 no Caconda e no Bailundo, dando a sua média o número 23,81, quasi semelhante ao *Índice* do Dondo e do Ganguela.

Em face dos elementos antropológicos conseguidos, verifica-se que a grande maioria dos números obtidos na medição dos quatro Bimbundos se aproxima muito dos que Mendes Correia apreciou em uma seriação de igual número de Angolenses, e bem assim dos verificados nos indígenas que figuraram na Exposição Colonial do Pôrto.

As divergências de valores dos *Índices Nasais e Faciais Totais*, são as mais flagrantes; à pequenez das duas seriações elas talvez possam ser atribuídas. Reconhecemos, também, que se os Bimbundos, recordam, por vezes, os Ganguelas, de que são ditos afins, o mesmo acontece com o Dondo; se o número de Bimbundos já lhes permite a aceitação de uma ascendência comum, por carência de dados bastantes, outro tanto se não dá quanto ao parentesco étnico geralmente aceite entre a tribo Bimbundo e a dos Ganguelas.

Que dentro em breve outros e mais valiosos estudos da Antropologia destas duas grandes tribus nos venham elucidar sôbre as suas origens ráticas, são os votos de quem se esforça por concorrer, modestamente, para o progresso da Investigação Científica do nosso vasto Portugal d'Além Mar.

ANTÓNIO DE ALMEIDA
JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA.



Sôbre o Comércio dos grãos

Memória Económico-Política de José Acúrcio das Neves

(Continuação da pág. 82)

DE acôrdo com os demais em que José Acúrcio das Neves, como político, foi precursor do moderno nacionalismo português. De acôrdo ainda, com todos os modernos biógrafos dêste ilustre oitocentista, no julgá-lo Mestre doutrinário da contemporânea escola de revisão histórica, à qual já chamaram *escola histórico-nacionalista*, e que fundada por António Sardinha — o maior dos do número na beneditina obra de resgatamento e revisão das virtudes e dos fastos da lusíada história nacional — tão relevantes serviços tem prestado à causa desta cristianíssima Nação que deu reis, heróis e santos, como Afonso, o 1.º, que talhou rijo um Portugal católico em campo infiel, como Henrique, o Príncipe da Fortuna, que acrescentou ao pequenino Portugal de seus maiores o mar giganteu e lendário, ou ainda como o Beato Nuno de Santa Maria que, em Aljubarrota, desacompanhado de maledicências e impurezas terrenas, soube com o Mestre, Seu Senhor e Rei natural dêstes reinos, muito amar e bem servir a restauração da independência da Nação; — indaguemos se, em política económica, teria Acúrcio das Neves, também aí, exercido influência nas modernas correntes nacionais.

Para a crítica das doutrinas económicas de José Acúrcio das Neves, devemos, antes de mais, procurar encontrar o significado que, de harmonia com as ideas não só políticas mas religiosas e nacionais dêste notável economista, político e jurista português, deve ter a palavra — agora tanto em moda — *Corporativismo*.

Mas, antes de entrarmos pròpriamente em nosso propósito e na nossa pessoal opinião, ouçamos o que nos dizem, alguns dos nomes mais valorativos do nacionalismo contemporâneo, ao abordarem os antecedentes históricos do moderno corporativismo português.

E assim, no dizer do Senhor Prof. Doutor Fezas Vital ⁽¹⁾, a distinção entre o corporativismo *moderno* e o *medieval* consiste em que, enquanto aquêlê «surgiu em *plena economia corporativa* e portanto num regime económico em que os *factores materiais* e os *factores pessoais* da produção — capital, meios ou bens produtivos e trabalho — se separam, pertencendo a pessoas distintas: capitalistas e operarios; em que a divisão do trabalho deixa de ser apenas *profissional* para se tornar *técnica*, pela decomposição daquele «*na série de movimentos que se coordenam para a produção do mesmo objecto*»; em que a *indústria de domicilio* se vê quási inteiramente substituída pela *maquinofactura* e em que a produção se destina, não a clientes prédeterminados ou a mercados restritos, mas a grandes massas de consumidores, a *mercados anónimos*; enquanto, diziamos, o corporativismo moderno surge numa economia assim caracterizada, o corporativismo ou gremialismo medieval, pelo contrário, nasceu sob o domínio da *economia artesana* ou do *mister*, duma economia de *produtores autónomos*, em que os artífices, os *artesanos*, os *artistas*, forneciam e dispunham, êles próprios, de todos os elementos da produção: meios materiais — matérias primas, instrumentos produtivos, capital — e trabalho; em que a divisão dêste não ultrapassara ainda a fase de simples *divisão profissional* em que a produção se destinava a cliente certo, sob encomenda, ou a mercado limitado: o *mercado cidadão*, sobretudo às *feiras* que, periódicamente, se realizavam na *cidade*» ⁽²⁾, sendo, neste sentido, a palavra *cidade* tomada no seu mais rigoroso significado económico, ou seja como «um agregado social, constituído por homens independentes e livres, que não são proprietários» ⁽³⁾, e não no de burgo militar ou no de *civitas* religiosa.

No nosso século surge, como reacção contra o liberalismo, a moderna doutrina corporativa, assim como aquêlê havia sucedido, por sua vez, à economia artesana, que vivia em sistema corporativo de produção ⁽⁴⁾.

Mas, que entendermos por *economia artesana*? Esta, desenvolvida

(1) Servimo-nos aqui das lições magistrais dêste ilustre Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, coligidas e publicadas por J. Agostinho de Oliveira: *Curso de Direito Corporativo*.

(2) In *Curso de Direito Corporativo*, cit., págs. 5-6.

(3) Prof. Doutor Teixeira Rebêlo — *Lições de Direito Corporativo*, pág. 5.

(4) Vid. Prof. T. Rebêlo, *lug. cit.*, pág. 3.

na Europa medieval, principalmente nos séculos XI e XII (1) é a economia — (para o Prof. T. Rebêlo (2) «uma economia de pessoas que conseguem viver do seu trabalho sem possuírem nem cultivarem a terra») — do mester, ou — como diríamos — uma economia de corporativismo nacional, da *grei*.

As corporações, grémios, ou *guildas*, são associações de artistas do mesmo ofício (3), e portanto de carácter profissional, que se constituíam para defesa colectiva dos artesãos, os quais assim procuravam manter a sua liberdade económica e civil — e é, a partir do século XI, que as vemos generalizadas pelas cidades do Ocidente europeu (sobretudo em França, na Itália e na Alemanha) (4).

Havia nestas corporações de artes e ofícios da Idade-Média, uma hierarquia de trabalho, distribuída, respectivamente, pelos mestres, pelos companheiros e pelos aprendizes, atendendo-se à experiência na profissão, à idade, e ainda aos méritos individuais de cada um.

Nos regimentos (5) que eram dados a cada uma destas corporações (6) de artes e ofícios, encontramos estipuladas as normas de trabalho e de produção, o tabelamento de preços, os direitos e obrigações

(1) Em Portugal já se descortinam vestígios da sua existência no sec. XII e, em Lisboa, são mesmo anteriores à revolução popular sucedida no reinado de D. Fernando I, porque nesta o alfaiate Fernão Vasques, falando em nome dos «mesteirais de todos os mesteres e besteiros e homes de pé», faz sentir ao Rei que «não era sua honra, mas antes faria grã nojo a Deus e a seus fidalgos e a todo o povo», haver o seu casamento com Leonor Teles — a Flor de Altura.

(2) *Obr. cit.*, pág. 5.

(3) Há quem a êste movimento chame *associacionista* vendo nêle, antes de tudo, como associações profissionais destinadas a disciplinar a vida económica (*da Nação*, acrescentamos), os vários organismos corporativos. Vide Prof. Fezas Vital, *obr. cit.*

(4) Boissonade, *Le travail dans l'Europe chrétienne au moyen-âge*, citado pelo Prof. T. Rebêlo no *lug. cit.*

(5) O Regimento era como que uma espécie de lei particular de natureza administrativa.

(6) Havia-as para os misteres mais importantes como: sapateiros, carpinteiros, livreiros, alfaiates... Vestígios de algumas confrarias temo-los, no campo religioso que era muito pròpriamente o seu mais importante, — em Lisboa, na Igreja de S. José dos Carpinteiros que pertenceu à Irmandade dos carpinteiros, ou na dos livreiros, com capela na actual Rua de S. Julião; no Pôrto, ainda há pouco tempo lá estava a dos alfaiates, já demolida, segundo nos dizem, pelo camartelo municipal, ; para melhoramentos citadinos!

dos mestres companheiros e aprendizes ⁽¹⁾ e muitas outras regras de direito ⁽²⁾, de moral e de religião.

Estas corporações medievais, receberam em Portugal — por correspondência às *guildas* dos povos teutónicos e às *artes* dos italianos — o nome de **corporação do mester** ou «bandeiras» ⁽³⁾, palavras tão portuguesas.

Em Portugal, encontravam-se «por bom regimento e mayor fremuzura e natureza da cidade» arruados por mester, e assim, por êsse país fora, topamos com vestígios dêsse princípio nas tantas ruas que trazem ainda, por ventura, o nome de certas profissões: em Lisboa, com relativa pouca dificuldade se encontram algumas vias públicas que nos recordam êsses tempos, como na Rua dos Sapateiros, na dos Correeiros, na dos Douradores...; no Funchal, temos a Rua dos Ferreiros e a dos Tanoeiros; e em Coimbra, a dos Oleiros e a das Padeiras.

O chamado *corporativismo artesano* visava — na lição do Prof. Fezas Vital ⁽⁴⁾ — o *interêsse da cidade*, a **economia da cidade** a que deviam subordinar-se os interêsses económicos intra-urbanos, enquanto que o moderno corporativismo fala de interêsse nacional, de *economia nacional*, com subordinação de todos os interêsses profissionais, todos os interêsses económicos.

O Senhor Prof. Doutor Marcelo Caetano diz-nos, no seu livro *Lições de direito corporativo*, ser a Corporação um «*agrupamento profissional com*

(1) *Mestre*: era o artista no ofício, quási sempre dono de loja própria e que, além do seu trabalho próprio, dava a sua experiência, a sua iniciativa e o seu ensino. *Companheiro*, considerava-se aquêlê que fôra reprovado no *exame de mestria*, ou mesmo aquêlê que, terminado o seu tempo (estabelecido pelo regimento da confraria) de aprendizagem com o mestre, ainda não fôra submetido às provas. E *aprendiz* era aquêlê outro que, durante o tempo pré-fixado no regimento, recebia o ensino na oficina de um mestre. Muitas vezes costuma ver-se o tratamento de *oficial examinado* para um mestre; o de *oficial não examinado* para o companheiro, e o de *moço* (e por vezes também o de *obreiro*) atribuído ao aprendiz.

(2) Alguns *regimentos*, fixavam as multas e as penas para as fraudes, falsificações ou imitações.

(3) A designação de *bandeiras* ou de *ofícios embandeirados*, dada a *certas corporações*, provinha do facto de os mesteirais aparecerem nas procissões com a bandeira da sua irmandade: Vide Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, xvii, pág. 334.

(4) *Lug. cit.*, pág. 10: «A disciplina e tôdas as restrições e regulamentações encontradas na corporação medieval visavam não sômente o interêsse das respectivas categorias económicas, mas ainda procuravam a defesa da *economia da cidade*» — Prof. F. Vital, *obr. cit.*, pág. 9.

fins religiosos e económicos» (1) e a Casa dos Vinte e Quatro, órgão representativo e coordenador de tôdas as actividades municipais, com intervenção em todos os seus negócios, «*câmara representativa dos interesses profissionais dos concelhos*» (2).

Examinado, em traços embora muito gerais, o que diz a moderna doutrina corporativa portuguesa, voltemo-nos agora para aquilo que ensinaram alguns dos fundadores da escola político-económica do *Integralismo Lusitano* (3). Êste grupo quer uma Monarquia com côrtes constituídas à vélha maneira portuguesa, por representantes das corporações nacionais.

Esta Monarquia deve assentar na fórmula política herdada de Gama e Castro: o «*rei governa, mas não administra*». Deve ser esta e não outra a significação dada ao *poder-pessoal* do Rei, pois assim há a vantagem de ser *governo de um só*. Como diz o ilustre escritor espanhol José Maria Pemán, nas suas excelentes *Cartas a um céptico sob as formas de govêrno*, «**Rei e Nação existem um para o outro, e juntos se salvam ou se perdem**». Ê a Monarquia — no verbo elequente do saúdoso Mestre do Integralismo — restituída à sua verdadeira essência e não o absolutismo despótico de D. José I onde se confundiram, tão lamentavelmente e para mal da Grei, as funções directivas com as de administração (4). Ê isto, na ordem política, aquilo que, em dizeres abreviados, querem os integralistas. E indo em direitura à ordem económica, aquela que hoje, e aqui, mais nos interessa, olhemos o que diz um outro fundador e doutrinador dêste sistema político-económico português, o Sr. Dr. Pequito Rebêlo.

(1) Pág. 36 das *Lições*.

(2) *Idem*.

(3) Dêste modo se referiu aos *integralistas*, o Poeta Afonso Lopes Vieira — Mestre na palavra, no manejo da formosa língua de Camões, astro de Grandeza e que, pelo carácter construído com a tradição, é português de rija têmpera:

«*Estes revolucionários da Tradição devem a sua gloriosa impopularidade a serem na realidade tão modernistas como anti-políticos, anti-parlamentares e sindicalistas. A êles me prendem afinidades de espírito porque em muitos pontos da batalha nos viemos a encontrar como irmãos de armas. Mas, não tendo a honra de lhe pertencer oficialmente — habituado como estou a manter uma independência que me é indispensável, — posso dizer que êste tem sido o mais consciente dos núcleos de pensamento contemporâneo. Reagindo com mística bravura, por mercê de uma crença estabelecida em bases orgânicas, contra a mentira caduca e já arruinada da actual sociedade política e económica, os integralistas são os portugueses que sabem o que querem.*»

(4) Vide: *Ao Princípio era o Verbo*, cap. «Monarquia e República», pág. 137 da 2.ª edição.

«Dentro de cada um dos grandes Ramos económicos (Agricultura, Indústria, Comércio, Bancos, Transportes), a corporação, no seu completo estado de desenvolvimento e no seu mais elevado grau de jerarquia, terá dentro de si a representação cumulativa e diferenciada em órgãos próprios da territorialidade (as várias freguesias ou regiões), da diferenciação das funções produtivas (os vários ofícios particulares cabendo na profissão geral), da coexistência dos elementos de produção (capital, terra, emprêsa, salaríato técnico, salaríato simples), da integração com corporações externas para a realização de ciclos completos de produção (a moagem representada junto da corporação do trigo, por exemplo)» (1). Quere-se pois a corporação para a produção e não o comércio do produto.

E, o elegante autor da *Paixão e Graça da Terra*, olhando o fim religioso das confrarias medievais e os bons resultados que de lá se tiraram para a boa arrumação de costumes e a sã defesa da economia da Nação, diz ser primeira missão do sindicato a de educadora, «dando aos seus aderentes a exacta noção das relações que devem existir entre capital e trabalho» e que a união «de corações e de vontades para a reivindicação dum direito, só poderá fazer-se à sombra da Cruz» e isso... «porque tôda a questão social é, ao mesmo tempo que um problema económico, uma questão religiosa. A religião fortalece as vontades, orienta-as e dá-lhes critérios seguros. Ensinando o sacrifício e o amor mútuo, torna mais estreitos os laços da união» (2).

E, de facto, se na vida dos homens, a disciplina e a verdade não existem sem religião (3), aqui, mais ainda do que no campo restrito do dia a dia de cada um, nesta grande família nacional, não podem existir harmonia e verdade de política sem que os seus componentes — o povo — sofram influência e vivam na moral cristã (4).

Pretendendo-se, como se pretende, neste sistema político-económico, a

(1) Dr. Pequito Rebêlo, citado por Fernando Campos in *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução*, pág. 236.

(2) Dr. Luiz de Almeida Braga, artigo publicado na *Nação Portuguesa*, 1.ª série, pág. 146.

(3) O Doutor José da Gama e Castro dizia, no *Novo Príncipe*, «não ter sido a religião posta no mundo para proveito de Deus, mas do homem».

(4) No dizer de Pemán, «a Religião católica e a Monarquia são as duas fôrças centrípetas e unitárias que conseguiram, no decurso da nossa História (refere-se à história de Espanha, mas é de aplicação a Portugal), sobrepôr-se a essa tendência desagregadora e consolidar uma unidade nacional».

corporização de tôdas as actividades nacionais, e não apenas um corporativismo económico estadual, é necessário para se a obter que — antes de tudo — haja na ordem interna da Nação sólidos e enraizados ideais dessa verdade eterna.

Xavier Cordeiro quando, no seu projecto de lei (1), para reparar velhos erros de cem anos, cometidos sob a égide do liberalismo demolidor, medicou ao Portugal enfêrmo que é « ao restabelecimento, ou antes, à adaptação do regime patrimonial antigo que tem de ir buscar-se a correcção dos males (que deixa) mencionados e que a individualização e libertação da propriedade nos tem feito duramente experimentar » lembrou-se, por certo, da riqueza nacional e da estabilidade na ordem económica e política existentes nesta *pequena casa lusitana*, que soube dar exemplos ao mundo, enquanto viveu, no concêrto das Nações, com a lição e os evangelhos de Jesus.

Pelo que apontamos, e se deixa dito, podemos afirmar que na doutrina integralista, os são princípios estão na verdade histórica do Portugal eterno e na verdade eterna do Portugal cristianíssimo.

E como conseguir uma e outra? Responde-nos António Sardinha (2), ao escrever que « em João Pinto Ribeiro já se desfiam com transparência os fundamentos municipalistas da nossa Realeza, que não é a realeza majestática do Rei-Sol, avocando a si a existência inteira do Estado, mas a realeza paternal de D. João II, inscrevendo-se *pela Grei. É a monarquia moderada, repousando-se na diferenciação regionalista e técnica (Concelhos e Corporações)* (3) e efectivando a unificação ao alto, pelo exercício forte das prerogativas régias. É a Monarquia pura ou de « *poder pessoal* » que *consiste na limitação da actividade do Estado ao que lhe é próprio* (4) e constitue a sua função específica: — defesa externa, equilíbrio concentrador, representação dos interêsses gerais no interêsse superior do grupo que coincide com o interêsse privado do dinasta ».

Para explicarmos o nosso sublinhado, no texto de António Sardinha, diremos ainda, e desta feita com o insuspeito Herculano, que a liberdade do povo português não se consubstanciava inteira, na existência de grandes assembleas populares, e que de facto as côrtes eram a sua manifestação mais incompleta. « Ahi o povo, a vilanagem, que vós sabeis, nobres

(1) *Casal de Família*, Lisboa 1919, pág. 12.

(2) In *Nação Portuguesa*, 1.ª série, pág. 109.

(3) O sublinhado é nosso.

(4) Idem.

senhores, empregava, ainda ameaçando e repreendendo, fórmulas corteses para com o monarca.»

«Nunca — diz noutra parte o historiador — um Rei de *Portugal livre* ousou dizer aos seus Concelhos: quebrei as vossas imunidades, os vossos foros, porque assim aprouve à minha ciencia certa, poder real e absoluto» (1).

Em Portugal, de facto, os Concelhos e as Corporações com as suas prerogativas e imunidades eram ainda limites ao absolutismo do dinasta; eram precauções de que o monarca se rodeava contra os seus próprios caprichos e os seus erros. Era uma Monarquia perfeita. Como em Roma, onde a queda da realeza trouxe a falta de liberdades para o povo (2), também em Portugal, *verbum pro verbo*, só com o liberalismo se quebraram estas imunidades da grei.

Parece desnecessário acrescentarmos mais palavras ao tão claramente exposto por alguns dos mais ilustres portugueses da ilustre pléiade do tradicionalismo português de Nação.

E agora, conhecido, nas suas linhas mais gerais, o que a doutrina ensina, regressando ao interrompido, tocaremos naquilo que nos lembrou dizer, depois da leitura do manuscrito de José Acúrcio e naquilo mais que, em nossa opinião, é de acrescentar para uma melhor compreensão da nossa tese.

(*Continua*).

FERNANDO DE AGUIAR.

(1) Alexandre Herculano, in *Opúsculos*, tómo VII, págs. 126 e seg.

(2) Vide Fustel de Coulanges, *Cité Antique*, pág. 297.

A italianidade da Dalmácia

A bandeira tricolor tremula ao vento por sôbre a Dalmácia, restituída à Pátria pelas armas. O acontecimento é daqueles que justamente se podem classificar de históricos.

A Dalmácia, voltando a fazer parte da integridade geográfica, étnica e lingüística da nação, inicia uma nova vida, ao lado da Itália, mais ampla, no renovado clima europeu.

A italianidade dêste território é antiqüíssima e são memoráveis as lutas sustentadas no decorrer dos séculos. Italiana, a Dalmácia aparece pelos fins do tempo de Roma, quando gravitava não já sôbre o continente balcânico, mas sôbre o Adriático e sôbre o Mediterrâneo. O doacro e Teodorico I, e o govêrno bizantino depois, deram-lhe tal carácter que tôda a história de Veneza e a do Ressurgimento e a paixão indômita dos dalmatas, antes e durante a última grande guerra, testemunham tal italianidade.

A estrutura geológica da Dalmácia, torna-a natural continuação da da Veneza Yúlia; os Alpes Dináricos separam-na do país Balcânico avizinhand-a, através do Adriático, da Península. O espírito italiano desenvolveu-se do espírito latino — por evolução natural e quási sem solução de continuidade.

O elemento étnico originário representa, como todos sabem, a descendência dos latinos. A outra população, que se diz eslava, é fruto, em parte, de uma relativamente recente imigração e em parte — típico fenómeno das regiões de fronteira e dos territórios com diversidade de línguas — de uma substituição pela qual italianos ou filhos de italianos seriam artificialmente (nos tempos da defunta Austria e mais tarde da não menos defunta Iugoslávia), arrematados na estrutura eslava.

As vicissitudes da língua e da cultura italiana na Dalmácia, representam uma página das mais épicas da História civil. Nêste último século, os italianos têm defendido esforçadamente o seu património idiomático contra ciladas, provocações e leis arbitrárias.

O eslavo da Dalmácia não é o autêntico habitante da região mas sòmente o forasteiro que dela tomou posse. Nem todos os eslavos são étnicamente semelhantes; em boa parte trata-se — como dissemos — de

italianos que, por diversos motivos, foram constrangidos a assumir nomes exóticos e a adoptar, para se poderem exprimir, uma língua que não era a deles. Tal processo de desnacionalização foi originado por imposição dos governos. Mas um outro facto explica o considerável número de eslavos que se encontram na região: a falsificação dos recenseamentos da população feita pelos governos austríaco e jugoslavo. Foi assim que uma certa literatura pseudo-científica, arranjou meios de, por muitos anos, fazer crêr que a Dalmácia era uma terra habitada exclusivamente por eslavos, enquanto o italiano se tinha reduzido a poucas ilhas lingüísticas, quasi apagadas.

Absurda e falsa afirmação porque o povo dalmata fala, não já a língua oficial, mas o doce dialéctico veneziano que ainda persiste ao longo de todo o litoral.

Entre as mais notáveis publicações desta falsa literatura recordamos a que foi publicada em Spalato, no ano de 1930, por um suposto gabinete de imprensa para o estrangeiro e que, entre outros objectivos, queria demonstrar quão erróneas eram as teses dos estudiosos italianos (Tamaro, Danielli, etc.), ao precisar o número dos italianos da Dalmácia. Ora veremos, por ocasião do primeiro recenseamento que a Itália fará naquela terra, quem tinha razão.

Entretanto ocorre dizer que os estudiosos italianos se preocupam sempre em demonstrar como a civilização da Dalmácia é inseparável da civilização latina e italiana e que dois mil anos de história confirmam a continuidade dum tal processo integralista. A Dalmácia tem toda a sua vida sobre o Adriático, e as suas cidades costeiras são reflexos da vida e da civilização da Itália de tal forma que por tantos séculos e por muitos lados, ainda hoje — e não obstante as múltiplas tentativas de destruição da italianidade dalmata — tais cidades têm um cunho italiano. Também no período napoleónico a Dalmácia tinha instituições e govêrnos locais completamente italianos, e a consciência nacional dos italianos da Dalmácia é documentada por uma série de lutas constantes, que duraram mais de 50 anos e foram coroadas com o glorioso tributo de sangue dado por mais de duzentos voluntários dalmatas que correram em 1915 às filas do exército italiano contra a Áustria, o que demonstra que sendo também numéricamente em minoria, os italianos deram aquêlê cunho original e inconfundível a toda a região dalmata.

D. SEVERIN.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1841

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Julho

Dia 8 — A Família Real assiste, em Sintra, a uma missa em comemoração do desembarque do Mindelo. Esta missa foi celebrada pelo Padre Marcos que, na ocasião do desembarque, também a celebrou com a assistência do Imperador e dos 7.500 que com êle desembarcaram. Êste Padre Marcos gozava da confiança da rainha e veio a ser, depois, D. Prior de Guimarães.

Dia 22 — O *Periódico dos Pobres*, no Pôrto, publica: «Tomou posse do lugar de Juiz de Direito de Barcellos o bacharel Manuel de Freitas Costa (vimaranesense), filho do bacharel Manuel de Freitas Costa que foi na opinião publica um dos mais exemplares magistrados da antiga magistratura. Saiu de sua casa acompanhado dos seus escrivães e empregados de capa e volta e várias pessoas de gradação. No tribunal estavam todas as pessoas distintas de Barcellos, entre as quais o Barão de Leiria, contador geral de Braga. O tribunal estava adornado de damasco e ornado de flores. Tomada a posse rompeu uma musica militar e muitos foguetes. Dirigiu-se depois o prestito à igreja do Senhor da Cruz, antigo costume da villa, e de lá foi o novo juiz acompanhado ao quartel com o mesmo cerimonial, musica, foguetes e grande concorrência de povos ás janelas.» P. L. regista êste acontecimento no dia 21, dizendo: «Tomou posse

da vara de Juiz de Direito de Barcellos o vimaranense Manuel de Freitas Costa.» É de estranhar êste laconismo, visto que P. L. era parente de Freitas Costa.

Neste dia foi dada posse da vara de juiz de Direito da comarca, desta vila, a Jerónimo de Meireles Guerra. A posse foi tomada pelo Barão de Vila Pouca, por procuração do citado juiz que era Deputado e se achava em côrtes. Nesta mesma ocasião tomaram posse dois novos escrivães.

Agosto

Dia 9 — A Misericórdia faz representação às Côrtes, pedindo o convento e cêrca dos Capuchos, que lhe foram concedidos por portaria de 30 de Novembro de 1835, a fim de estabelecer o seu Hospital.

Dia 11 — Por comunicação de Braga o *Periódico dos Pobres*, no Pôrto, publicou a seguinte noticia:

«Pelos 11 horas da manhã deste dia entrou na cidade de Braga D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, cardeal presbytero, arcebispo de Braga, vindo da casa de seus sobrinhos os Viscondes de Taveiro, por Santar e S. Pedro do Sul, aonde se demorou algum tempo na casa de uma sua sóbrinha e do Visconde casado com a Viscondessa, Senhora e Morgada da casa de Taveiro; veio por Amaranite, Lixa, Pombeiro e Guimarães, onde

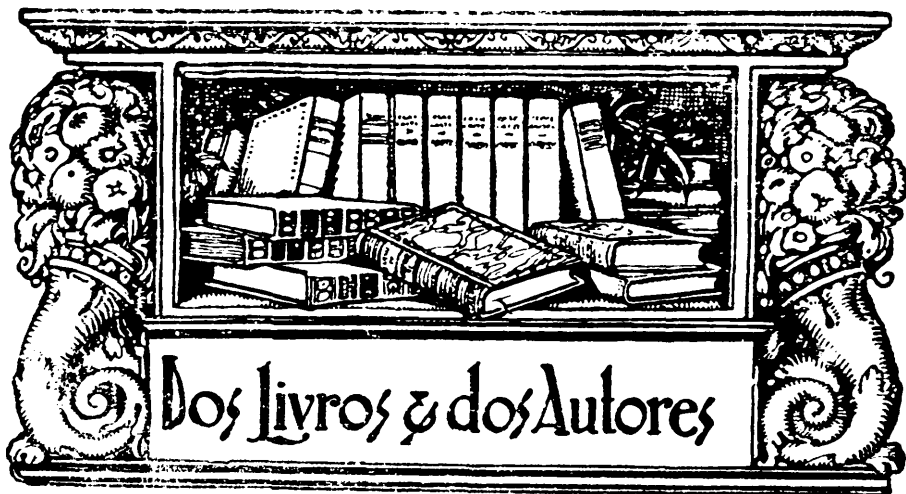
se demorou trez dias na casa do seu parente, pae do Barão de Pombeiro, e em todas estas partes, das Auctoridades Ecclesiasticas, cavalheiros e povo recebeu as maiores demonstrações, de Affecto, obediencia e respeito. Os Ill.^{mos} Juiz de Direito de Guimarães, Administrador do concelho e Delegado do Procurador Régio acompanharam-o até fora de Guimarães uma legua, acompanhando-o até Braga uma Deputação do Cabido da Real e Insigne Collegiada de N. Sr.^a da Oliveira, e outros cavalheiros. A comissão do Cabido era composta de 2 conegos, os muitos Reve-

rendos Arcipreste da Collegiada e Julgado e outro conego, que vinham vestidos de talares, e em liteira. No lugar da despedida das Auctoridades de Guimarães, já estavam as de Braga », etc.

Dia 15 — Por ordem da Câmara e por ser o dia do nome de S. M. a Sr.^a D. Maria II, houve luminárias, mas não foram geraes, tal era o desgosto em que se achavam os habitantes da vila. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.





ESTÁ MORTA! («KROTKAIA»). Novela fantástica por *Dostoievski*. Tradução de *João Gaspar Simões*. Lisboa, 1940.

A personalidade vigorosa de Dostoievski é mal conhecida dos portugueses, como de resto o são as de quasi todos os grandes escritores russos do século passado. No desejo de divulgar algumas pequenas obras primas, lançou a Editorial Inquérito no mercado uma coleção de novelas, de que esta é a primeira.

Excelentemente traduzida, ela constitue um curiosíssimo estudo do autor do *Crime e Castigo* e dos *Irmãos Karamazov*, estudo que em francês foi publicado sob o título de *La Douce* e faz parte do *Jornal dum escritor* juntamente com outras novelas, uma das quais — *O sonho dum homem ridículo* — é a continuação da novela a que me venho referindo.

Trata-se dum antigo oficial do exército, expulso do seu regimento por uma pequena questão, o qual, depois de ter descido à maior miséria por falta de meios para viver, recebe uma herança por morte da madrinha. Com esse dinheiro monta uma casa de empréstimos sobre penhores, onde trava conhecimento com uma jovem, Krotkaia, que lá ia levar os últimos objectos de que podia

desfazer-se. Investigando, vem a saber que ela vive por esmola em casa dum tias que a querem casar com um comerciante de quem ela não gosta. Resolve então o ex-official desposá-la, o que é levado a efeito tempos depois. Mas sobrevém a incompatibilidade de génios, revela-se a profunda diferença de idades dos dois cônjuges, uma certa ânsia de independência por parte de Krotkaia que só então avalia a sua situação. Até que um dia, na ausência do marido e após uma doença prolongada, ela se suicida, lançando-se por uma janela.

Em presença do cadáver da mulher, na noite que precede o dia do entérro, é que decorre o extremo solilóquio do marido, o que constitue toda a novela. É uma obra magnífica, escrita naquela forma peculiar a Dostoievski, com claros-escuros, cheia de observações profundas da alma humana. O entretcho, sãbiamente aliado às observações pessoais do ex-official, é comovedor e mostra-nos no seu *modus faciendi* quais os recursos que Dostoievski possuía. Foi, na verdade, um grande escritor, e a Editorial Inquérito publicando esta novela prestou um bom serviço à cultura nacional. De esperar seria que se seguisse breve a continuação desta novela, e, depois, o resto da obra poderosa do grande romancista russo.

HISTÓRIA PEQUENINA DE PORTUGAL GIGANTE. Um serão dos centenários, por *Antônio Corrêa de Oliveira*. Barcelos, 1940.

A. C. de O. é, talvez, o mais fecundo dos nossos poetas. Desde aquela *Ladainha* até ao presente volume, quanto caminho percorrido... Mas se grande é a obra e o caminho já andado, o Poeta continua o mesmo enternecido cultor da redondilha, e o mesmo devotado amigo da sua Pátria, que não se cansa de cantar.

O volume a que me venho referindo, é uma curiosíssima síntese da história de Portugal, com que o Poeta quis contribuir para as comemorações do duplo centenário.

Escrito naquela forma singela e cheia de ritmo e de beleza, tão peculiar ao Autor, é um livrinho que prende e encanta quantos o lerem. Constituído por pequenas quadras de ritmo tão brando, está indicado para ser dentro em breve cantado pelo nosso povo, cuja alma A. C. de O., compreende como nenhum outro e cujos segredos conhece como ninguém.

Termina o volume com umas quadras «Senhora da Conceição», já publicadas nas *Novidades* depois de lidas ao microfone da Rádio Renascença pelo Autor.



HERÁLDICAS DO MEU REINO. *Gesta da nobreza e da gente popular*, por *Narciso de Azevedo*. Pôrto, 1941.

N. de A. é um poeta inconfundível entre a legião quasi infinita dos poetas portugueses. Cultor da redondilha em quasi tôdas as suas obras, é também sonetista de sóbrio recorte clássico nos *Ritmos da Hélada* e em *A Cigarra de Teócrito*. Duas são as suas paixões: a Grécia antiga e a Meia-Idade portuguesa. Mas para esta parecem ir as preferências do Autor, pois é

sempre ao jeito medieval que escreve os seus versos, recorrendo à forma de poema dramático.

Heráldicas do meu Reino não foge à regra. Como quasi todos os seus livros anteriores é também um poema dramático, profundamente simbólico; cada personagem é um simbolo, e todos os seus dizeres simbólicos são.

Perpassam coros de gente da gleba, de gente dos mesteres, de marinheiros e de petintais; e tôda a obra é uma gesta heróica a cantar os feitos dos portugueses.

De quando em quando uma ou outra figura diz um soneto, e dos sonetos que ali há alguns são belíssimos.

Obra profundamente simbólica, repassada de místico entusiasmo, não é dado compreendê-la senão aos espíritos de escol, só para os quais, de resto, N. de A. escreve.



HIPÓTESES METAPSÍQUICAS, por *Antônio Lôbo Vilela*. Pôrto, s/d.

As teorias teosóficas e espíritas continuam a apaixonar, não só pessoas de mediana cultura como até espíritos cultos como o do Autor dêste volume. Evidentemente que nem todos os teosofistas e espíritas têm a cultura bastante para compreender as bases científicas sôbre que assentam tais teorias, pelo que muitos oferecem às vezes tristes exemplos dum fanatismo censurável. Mas os espíritos esclarecidos e ousados que seguem tais doutrinas procuram, por todos os meios ao seu alcance, divulgá-las e levar à sua prática os que são naturalmente predispostos para isso.

Tal é o caso do sr. dr. A. L. V. que, a par de bastantes obras didácticas, possui já cinco opúsculos, incluindo o presente, sôbre aspectos do teosofismo, tão afins do espiritismo. Nêste volume procura o A. estudar os fenómenos psíquicos, encarados sob várias hipóteses. Claro está que estudan-

do-os à luz das ciências físicas, só dentro desse campo o A. poderia ser criticado, o que não posso fazer, até em razão da velha história do sapateiro e de Apeles. Se, até onde chegam os meus fracos conhecimentos da matéria, não posso concordar com as conclusões do Autor, devo, todavia, reconhecer a sua sinceridade e a sua honestidade. Quere dizer, o livro do sr. dr. A. L. V. é para ser lido sem pensamentos preconcebidos, mas tão somente no desejo de conhecer alguns aspectos interessantes do teosofismo.

O volume fecha com um vocabulário dos termos novos empregados e que, por desconhecidos do comum dos leitores, poderiam causar embaraço a quem quisesse apreender bem o pensamento do Autor.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



LIÇÕES DE HISTÓRIA DE PORTUGAL
PARA O ENSINO TÉCNICO, por
Jorge Antunes. Livraria Avelar
Machado. Lisboa, 1941.

Jorge Antunes, com as suas *Lições de História*, enfileira ao lado daqueles que procuram colocar a *História de Portugal* dentro da verdade que andava deturpada ao sabor das conveniências políticas dos historiadores de partido.

É evidente que estas *Lições de História* estão condicionadas ao programa oficial do Ensino Técnico e, portanto, limitadas às directrizes estabelecidas nesses programas. Mas afirmam a competência do seu A. para se abalançar a obra mais vasta e onde possa espraizar os seus profundos conhecimentos da História Pátria.

Este volume é constituído pelas lições-sumários ministradas pelo A. aos seus alunos, dentro do pequeno mundo pedagógico da sala de aulas.

Ressente-se, por isso, de uma certa

precipitação na sua organização o que, no entanto, não invalida o valor dessas lições, que são proveitosas, porque se baseiam nos melhores trabalhos dos nossos melhores escritores. A acção de Jorge Antunes é, neste capítulo, altamente louvável pelo bom resultado que se podem esperar de tão salutares *Lições* entre a juventude escolar.

Bem precisada está a gente moça de quem a encaminhe para sentir e render homenagem aos grandes vultos da nossa História, de modo que o seu alto exemplo se mantenha e se continue na dignificação e defesa de Portugal.

Eis porque não podemos deixar de recomendar as *Lições* de Jorge Antunes que a Livraria Avelar Machado editou em hora feliz, nos turbados tempos que decorrem.



PAISAGENS DO MINHO, por *Freitas Soares*. Editor Tomaz Gonçalves Batalha. Pôrto, 1940.

Freitas Soares, nosso conterrâneo, tem-se revelado um poeta com apreciáveis qualidades. Pena é, porém, que sacrifique a qualidade à quantidade e não faça uma rigorosa selecção dos seus trabalhos.

É que Freitas Soares possui uma apurada sensibilidade artística que, bem aproveitada, o pode tornar um poeta perfeito e apreciado.

Paisagens do Minho tem bons versos, de perfeita plastização lírica, cheios de suavidade e de graça. A vida da gente do Minho é, nalguns deles, cantada com ternura e a divagação poética à volta dos temas escolhidos é muito equilibrada, aprofundando-se em pormenorizações analíticas que dão uma idea real dos costumes do nosso povo.

No entanto há, neste livro, outros versos que não se casam bem na desejada harmonia e uniformidade de *Paisagens*.

Mas, repetimos, Freitas Soares tem qualidades que facilmente podem vencer as deficiências que anotamos.



TRECHOS ESCOLHIDOS. *D. Francisco Manuel de Melo*. Ensaio biográfico e histórico-crítico, selecção, notas e índices remissivos por *Mário Gonçalves Viana*. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1940.

Da colecção «Autores clássicos», tão auspiciosamente iniciada com *Sermões e Lugares Selectos*, do P.^e António Vieira, foi publicado o 3.^o volume com *Trechos Escolhidos* de D. Francisco Manuel de Melo.

É louvável a iniciativa da Editora Educação Nacional abalanchando-se à publicação dos melhores trechos dos nossos clássicos. E pode-se mesmo considerar benemérita tal iniciativa tendo em conta que são poucos os que se interessam por conhecer devidamente as altas figuras da nossa História Literária.

Este volume, como já aconteceu com os dois outros anteriores, é precedido de um Ensaio biográfico e histórico-crítico sobre D. Francisco Manuel de Melo, que o dr. Mário Gonçalves Viana, a quem se devem já tão benéficos trabalhos, escreveu com aquela competência e escrúpulo que tanto o caracterizam

Este ensaio constitue mais uma das boas

obras praticadas pelo infatigável estudioso, tão da nossa simpatia e da nossa justa e grande admiração.

D. Francisco Manuel de Melo é bem estudado nesse primoroso Ensaio e quem desconheça completamente tão grande figura, muito tem a aproveitar neste estudo do dr. Mário Gonçalves Viana. Isto não quer dizer que não aproveitem dele, também, os que se interessem pelo conhecimento mais profundo dos nossos clássicos.

Gostamos de ver bem focados dois pormenores que, por vezes, passam despercebidos aos que lêem as obras de D. Francisco Manuel: — é a sua feição moralista e de critica dos costumes na *Carta de Guia de Casados* e de comediógrafo no *Auto do Fidalgo Aprendiz*, que, como bem salienta o dr. Mario Viana, « não fica a dever nada às *famosas comédias* de Lope de Vega, Molina, ou Calderon, do último dos quais foi contemporâneo ».

Merece, pois, louvores a « Educação Nacional » pela cuidada edição deste volume consagrado ao primoroso autor dos admiráveis *Apólogos Dialogais* porque « as obras de D. Francisco Manuel de Melo — como muito bem remata Mário Gonçalves Viana — pertencem à categoria das que perduram, como monumentos eternos e indestrutíveis, adentro de uma literatura: *quanto mais se lêem, mais se admiram!* »

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



O NOVO PRÍNCIPE

I

«Do carácter do príncipe, das ideas que tiver, das máximas que adoptar, depende essencial e principalmente a felicidade dos povos.»

DR. JOSÉ DA GAMA E CASTRO.

Não tenho a honra de O conhecer pessoalmente. Nunca O vi senão em fotografia e na projecção cinematográfica dos funerais do Rei Jorge V de Inglaterra. Mas tenho a pretensão de conhecer um pouco a sua personalidade, de saber algo do seu valor.

Três ordens de elementos me permitem reconstituir a sua individualidade moral: — os antecedentes, as informações recolhidas de pessoas que com êle privaram, os seus depoimentos escritos.

Uma questão prévia se apresenta, porém, cuja conclusão para a maioria dos portugueses não sofre a sombra duma dúvida, mas que alguns, de boa-fé, ou de má-fé, podem ainda negar ou desconhecer. O Senhor D. Duarte II é o Príncipe que reúne todos os direitos para ser o legítimo Rei de Portugal *Ça va sans dire*, poderão objectar-me. *Cela ira encore mieux en le disant*, acrescentarei, repetindo a conhecida resposta de Talleyrand aos delegados prussianos, no Congresso de Viena.

O Senhor D. Duarte é o único Príncipe português que hoje existe; é o herdeiro legítimo e directo da Realeza do Senhor D. Miguel I; é o único Príncipe que pode ser considerado representante da Realeza do Senhor D. Manuel II. Por conseguinte, hoje, em Portugal, não há nem pode haver uma questão dinástica. Quem não reconhecer a legitimidade dos direitos do Senhor D. Duarte não é monárquico ou não sabe ser monárquico, porque, para o monárquico que o sabe ser, o Chefe, o Rei, não se escolhe, não se elege, não se discute. É aquêlê que é. Se o Rei possui as melhores qualidades, óptimo. Se as não tem, lamente-se o facto, mas não se discuta o Rei como se

discute a candidatura dum Chefe do Estado eleito, porque esta é que pode e deve ser discutida. O Rei é como um Pai; não há filhos que vão dizer: «prefiro que seja meu pai aquê». Só em casos excepcionalíssimos os filhos podem requerer que o seu progenitor seja inibido de exercer o poder paternal; assim também só muito excepcionalmente os povos podem privar os Reis de exercer a sua função de govêrno. E por meio dos órgãos competentes. A grande virtude da Realeza está nisto.

Arrumada esta questão prévia, apreciemos sumariamente as belas qualidades de espírito e de inteligência do Senhor D. Duarte, vistas através dos supracitados elementos, — e dêmos graças a Deus de possuímos um Príncipe tão digno dos seus antepassados, como digno de Portugal.

*
* *
*

Os antecedentes.

Abstraiamos por momentos a circunstância de se tratar da Família Real, e consideremos a descendência do Senhor D. Miguel I apenas como uma família portuguesa, a primeira família portuguesa. Eu creio poder-se afirmar que não há mais alto exemplo de nobreza, de abnegação, de coerência, de sacrifício e de virtude do que o viver dessa Família há 107 anos no exílio, a sofrer perseguições, privações, desgostos, e no entanto sempre igual a si própria, digna, portuguesíssima, fiel ao seu destino, à sua missão, ao seu dever. Bastava uma transigência, um desvio, e tudo mudaria para que o seu bem-estar fôsse outro. Mas, não! A Família de Bragança, banida, em terra estranha, quis continuar a ser a imagem viva da Pátria.

Recorde-se a figura inconfundível desse Chefe no exílio, dedicado exclusivamente ao bem da sua Casa, dos seus amigos e do seu País. Se há reis que se abastardam na ociosidade, longe do ofício para que foram criados, D. Miguel conservou até o fim da vida o aprumo heróico dum D. Sancho II, D. João I ou D. Sebastião.

A Rainha sua mulher foi modelo de espôsa e de mãe. E se, na hora da morte do marido, disse para os que a rodeavam, indicando o filho que tinha então treze anos: «Aqui está meu filho a quem todos os dias digo que, primeiro que tudo, seja um verdadeiro católico, e logo depois tão português como foi seu pai», êsse filho e suas irmãs continuaram a tradição da Família mantendo bem alto o fogo sagrado desse lar exemplarmente cristão.

As seis filhas do Rei D. Miguel, por seus talentos e virtudes, dei-

xaram nome na Europa. O Senhor D. Miguel II, unido pelo casamento a uma das Princesas mais inteligentes do seu tempo, tinha qualquer cousa de santo. O ânimo com que padeceu as agruras da outra guerra, sempre conformado, bondoso, esmoler a ponto de dar todo o pouco que tinha para minorar, contente, o sofrimento dos que estavam habituados a ter menos do que êle, constitue um dos maiores títulos de glória da Dinastia não-reinante.

Com tais exemplos, neste ambiente, provindo dêste sangue é que foi criado o Senhor D. Duarte II. Que melhor têmpera para se fazer um Rei?

*
* *
*

Que o Príncipe corresponde inteiramente a estes antecedentes, dizem-no tôdas as pessoas que com êle têm privado, desde a sr.^a D. Maria das Dôres Castelo que vive junto da Família Real há trinta anos, até aquêles que ûltimamente o visitaram, como Pequito Rebêlo, Hipólito Raposo, Visconde do Torrão, Armando de Aguiar, Centeno Castanho, Fernando Amado...

Fernando Amado que ainda há pouco tempo me afirmava: — «É uma inteligência profunda, com a preocupação de conhecer conscienciosamente e de julgar com tôda a justiça». E o Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho: — «É, acima de tudo, um carácter! Um bellissimo carácter!»

Outras qualidades não seriam necessárias para se considerar o Senhor D. Duarte apto a ser um grande Rei. Mas àquelas podem-se aliar a simplicidade própria das grandes pessoas, a bondade herdada de seu pai, o gôsto pelo estudo e o culto do equilíbrio e do bom-senso que é a primeira qualidade que um Chefe hereditário precisa ter.

Já em 1934 o Conselheiro Fernando de Sousa, poucos dias depois de se ter avistado com o Senhor D. Duarte em Baiona, escrevia neste seu jornal:

«A limpidez bondosa do olhar impressionava, por acusar duas qualidades capitais: rectidão e bondade, concordes com as informações recebidas acêrca da pouco vulgar nobreza moral da sua inteligente personalidade e da firmeza do seu carácter.

«Bastará mais íntimo e freqüente convívio com os homens e as cousas do seu país para valorizar tão excelentes dotes de inteligência e bondade.»

Algumas passagens dos seus depoimentos que adiante se vão ler mos-

tram como se trata duma inteligência inteiramente devotada à Nação, que o Príncipe serve pelos limitados meios ao seu alcance, enquanto espera que ela o chame a desempenhar a transcendente Missão histórica para que o Destino o designou. Prepara-se para ela, ausculta todos os anseios da Pátria, recolhe todos os dados que concorrem para bem conhecer o problema português, e vê-o com perfeita independência, como os Reis sabem ver.

Não há dúvida que o Senhor D. Duarte só pode vir confirmar estoutro juízo do grande mestre do novo Príncipe que invoquei em epígrafe:

«He preciso que façamos esta justiça aos Portugueses: que não ha nação alguma no mundo em que os soberanos tenham sido mais estimados e respeitados do que na nossa. Mas he preciso que façamos tambem esta justiça aos soberanos: que em parte nenhuma fizeram tanto a diligencia para conservar este respeito e para merecer aquella estima.»

II

«Nascido e criado em um lar proscrito, aprendi no destêrro, com a recordação e pelo exemplo de El-Rei Dom Miguel, meu Augusto Avô, e nos conselhos e lições de meu Pai, a amar e a servir Portugal, na pobreza e com o desinterêsse de que um e outro, em tôda a sua vida, deram prova: fiel, como Eles, às leis da honra e pronto ao sacrificio da própria vida pelo bem do País.»

DOM DUARTE II (1932).

O Senhor Dom Duarte é um príncipe moderno: — ponderadíssimo, sem deixar de ser jovial, o estudo metódico dos problemas sociais não o impede de se dedicar afincadamente ao desporto. *Skieur*, alpinista, caçador exímio, esplêndido «volante» de automóvel, tem praticado com desvêlo a aviação, e se não tanto quanto o desejaria, é porque as circunstâncias lho não permitem, como o declarou, com uma simplicidade enternecedora, na entrevista concedida a Armando de Aguiar e publicada no *Diário de Notícias* de 25 de Agôsto de 1938. Destemido, *excessivamente* destemido para quem, a bem do interêsse da Nação, não pode arriscar a sua vida, que é preciosa, o Representante directo dos Reis de Portugal sofre a mágoa de não ter feito serviço militar, de não



O SENHOR DOM DUARTE

ser soldado pronto a bater-se, quando preciso fôsse, em defesa dos interesses ou da integridade da Pátria.

Como bom Bragança que é, adora a música que cultiva com esmêro; filho duma raça de lavradores, formou-se em Agricultura, num curso brilhante concluído há poucos anos em Tolosa de França; português do melhor costado, preocupa-o primordialmente o problema colonial que conhece a fundo. Há cartas suas escritas para Portugal que denotam conhecimentos invulgares coordenados por uma inteligência superior. Na citada entrevista, testemunha Armando de Aguiar.

«Passa horas e horas estudando e investigando tudo quanto diga respeito ao Império Português. Se a bibliografia sôbre o sr. Presidente do Conselho que enriquece a sua bela estante é apreciável, a que trata de assuntos coloniais pode afirmar-se sem exagêro que é rica. Avultam as obras dos melhores autores portugueses e muitas das que na Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica têm sido publicadas abordando o momentoso problema da colonização em África.»

E, depois, regista estas palavras ouvidas da bôca do Príncipe:

«As colónias são para nós uma questão vital. Por elas devemos trabalhar seguindo o belo exemplo de quem no-las legou. Porque sem elas Portugal pouca projecção teria no mapa da Europa: seria mais uma entre tantas pequenas nações...».

Já anos antes (1933), o Senhor Dom Duarte, preocupado sempre com a sorte do nosso domínio colonial, escrevera:

«A razão principal da minha idea (emprêgo de capitais no Ultramar) é que já há muito tempo a má colonização da nossa África dá pretexto à cobiça do estrangeiro. Continuo convencido de que a colonização rápida e em grande escala e a defesa militar são os dois problemas mais urgentes.»

Todo o escrúpulo e ponderação do seu carácter se retratam nestes períodos duma carta para o seu Lugar-Tenente, a respeito do que entende dever determinar quanto ao uso de títulos nobiliárquicos, na qual se adivinha uma sólida concepção da verdadeira teoria da Nobreza:

«Acêrca da questão dos títulos, a minha orientação é a de não confirmar, revogar ou criar títulos emquanto não fôr Rei de facto, isto é, emquanto não tiver o poder necessário para fazer respeitar êsses títulos.»

Atendendo, porém, à necessidade que me expõe na sua carta, concordo em que talvez se possa fazer uma Comissão ou Conselho de Nobreza, mas apenas com as funções de estudar e registrar, a pedido dos interessados, os títulos hereditários e os nomes das pessoas a quem caibam, não me pronunciando eu próprio sôbre o assunto, mas servindo êsse registo como base para a confirmação oficial a fazer mais tarde, quando um dia a Monarquia se restaure. E parecia-me bem que êsse Conselho tivesse também o encargo de escrever nos seus registos os actos notáveis de benemerência nacional ou monárquica, pois não compreendo uma Nobreza que não seja aberta, tanto para os novos valores que apareçam como para aquêles que por indignidade devam sair. Estas são as minhas ideias gerais sôbre o assunto.»

Palavras já em tempo publicadas (*O Rei*, Manuel de Bettencourt e Galvão, 1937), elas têm sempre actualidade e interêsse.

«Não compreendo uma Nobreza que não seja aberta, tanto para os novos valores que apareçam, como para aquêles que por indignidade devam sair». Não se pode dizer mais nem melhor.

Eu creio que não haverá mais delicada prova escrita da sua sensibilidade inteligente do que estas singelas palavras de agradecimento a uma carta de condolências por ocasião do falecimento de Sua Majestade a Senhora Dona Maria Teresa:

«A melhor maneira como posso agradecer-lhe os seus tão sentidos pesames é confirmar-lhe o grande gôsto que minha muito querida Mãe sempre tinha quando lia os seus livros.»

Dos portugueses que mais recentemente com Ele se encontraram foram os Srs. Drs. Rui de Andrade e Fernando Pizarro. Não sou indiscreto referindo a funda impressão que a inteligência do Príncipe lhes causou, assim como o seu acendrado amor a Portugal, que o Senhor Dom Duarte visitou uma vez apenas, como se sabe, clandestinamente e de fuga, por volta de 1929:

— «A sua preocupação constante é acertar, nos seus juízos e nas suas determinações para servir com tôda a alma e com tôda a lealdade o seu amado País.»

Já Armando de Aguiar registara, com mal contida admiração:

«Portugal, pelo que eu vi, é o seu pensamento dominante de todos os dias, de tôdas as horas, de todos os minutos.»

A fechar com chave de ouro esta desprezenciosa compilação de depoimentos, as palavras nobilíssimas que o neto do Rei Dom Miguel dirigiu ao seu Lugar-Tenente por ocasião da Peregrinação Nacional a Vila Viçosa, palavras de protesto, de afirmação e de fé que não poderiam ser mais dignas nem mais belas:

«Afastado da Pátria por leis que repugnam à consciência de homens livres, banido como inimigo, quando quæreria dar a própria vida pela fortuna e grandeza de Portugal, nenhuma lei humana me desprende de dessa aspiração, nenhuma consideração me afasta de um posto de honra, que nestes dias da peregrinação a Vila Viçosa me entristeceu pela ausência a que fui forçado.

«Um dia virá em que Portugal — como em outras nações já acontece — conseguirá vencer inteiramente os cada vez menos justificados respeito por uma ordem de coisas que, a despeito de muitas e boas intenções, por pouco que não fêz a ruína material do país, e — pior ainda — a ruína espiritual da nação, divorciada da sua mentalidade ancestral por transviados caminhos. Nessa hora, e só então, poderá consolidar-se racionalmente a restauração nacional ambicionada e procurada ansiosamente por tantos portugueses de boa vontade, mas totalmente impossível sem um regresso sincero, claro e completo às tradições nacionais, com tôda a vida, garantias de estabilidade e continuidade, e significação de força, que elas trazem consigo. Não será bastante, — e a história do mundo o ensina — a obra e o sacrifício de um homem ou de uma geração, para a garantia de princípios que não tenham procurado e fixado desde logo as raízes na alma dos povos, mostrando que se fundam e se baseiam naquella mesma organização que os povos instintivamente criaram para bem das suas aspirações e mais altos ideais.»

Grande Chefe e grande Rei será, na verdade, aquêlê Príncipe que, nos trechos que deixo transcritos, revela uma tão elevada e tão justa compreensão das suas responsabilidades perante Deus, perante a História e perante o futuro de Portugal.

CAETANO BEIRÃO.

Princesas de Portugal

A 24 de Setembro de 1851, realizou-se em Kleinheubach (Baviera), o casamento do Rei de Portugal D. Miguel I com a Princesa Sereníssima Senhora Dona Adelaide Sofia Amélia Luiza Joana Leopoldina de Lowenstein-Wertheim, da Casa Cristianíssima dos Rosemberg, do qual enviuvou em Novembro de 1866.

Do seu felicíssimo casamento nasceram, além do Príncipe Real D. Miguel II, mais seis princesas de Bragança:

Senhora Dona Maria das Neves, já falecida, que nasceu em Kleinheubach a 5 de Agosto de 1852 e casou a 26 de Abril de 1871 com D. Afonso Carlos, Príncipe das Astúrias. Não deixou geração.

Senhora Dona Maria Teresa, nascida em Kleinheubach a 24 de Agosto de 1855. Casou com o Arquiduque da Áustria Carlos Luiz. Houve dois filhos.

Senhora Dona Maria José, nascida a 19 de Março de 1857 no Castelo de Broombach. Casou a 29 de Abril de 1874 com o Duque Carlos Teodoro da Baviera, alteza real, general, médico e doutor honorário da Universidade de Lovaina, e membro da Academia de Ciências Médicas de Bruxelas. Dêsse matrimónio descendem os condes de Toring e Jethembach. Das suas três filhas, uma delas é a Rainha Isabel da Bélgica, viúva do Rei Alberto e avó materna do Rei Leopoldo III.

Senhora Dona Aldegundes de Jesus Maria, nascida a 10 de Novembro de 1858, em Broombach. Casou a 15 de Outubro de 1876, em Salzburgo, com Henrique Carlos, Príncipe de Parma, Conde de Bardi. Sem geração.

Senhora Dona Maria Ana, nascida a 13 de Julho de 1861, em Broombach. Casou a 21 de Junho de 1893 com o Grão-Duque Guilherme do Luxemburgo. Teve seis filhas uma das quais é a actual Grã-Duquesa Carlota.

Senhora Dona Maria Antónia, nascida a 28 de Novembro de 1862, em Broombach. Casou em Fischhom, a 15 de Outubro de 1884, com Roberto de Bourbon, Duque de Parma. Teve doze filhos.

*
* * *

Do segundo matrimónio do Senhor D. Miguel II com sua prima a Princesa de Lowenstein, Senhora Dona Maria Teresa, nasceram sete Infantas: Dona Isabel Maria, em 1894; Dona Maria Benedita, em 1896; Dona Mafalda, em 1899; Dona Maria Ana, em 1899; Dona Maria Antónia, em 1903; Dona Filipa Maria, em 1905; Dona Maria Adelaide, em 1912 e o Senhor D. Duarte, que nasceu a 23 de Setembro de 1907, na Áustria, no Castelo de Seebenstein, contando, portanto, 34 anos de idade.

Destas sete Princesas, uma é falecida e três estão casadas; entre as solteiras, a mais conhecida entre nós é a Senhora Dona Filipa Maria, que por duas vezes esteve em Portugal. A primeira em 1938 e a segunda em 1940 em representação oficial de seu Irmão nas Festas do Duplo Centenário.

Após a morte do Senhor D. Manuel II, ocorrida em Londres a 2 de Julho de 1932, foi o Senhor D. Duarte, já então por muitos monárquicos considerado legítimo soberano de Portugal, como representante do ramo dinástico do Rei D. Miguel I, reconhecido também por todos os outros, com o título de D. Duarte II, visto o falecido monarca não ter deixado sucessão.

A 17 de Abril de 1923 havia sido firmado o *Pacto de Paris*, no qual a Família do Rei D. Miguel I reconhecia o Senhor D. Manuel II, como Rei de Portugal, e o Senhor D. Manuel reconhecia, por sua vez, o seu primo o Senhor D. Duarte como herdeiro do trono, no caso de não deixar descendência, como se verificou.

O neto do grande Rei Proscrito foi baptizado com os nomes de Duarte Nuno Fernando, que invocam o bondoso e sábio Rei D. Duarte, o Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira e o criador e impulsor da gloriosa marinha portuguesa, D. Fernando, o Formoso.

ABÍLIO COELHO.

Auxilium Christianorum

Saepe, dum Christi populus cruentis
Hostis infensi premeretur armis,
Venit adjutrix pia Virgo coelo
Lapsa sereno.

*Ah! quantas vezes, se de Cristo ao povo
Impio tirano seu furor bramia,
Baixou do céu em maternal auxilio
Doce Maria!*

*De avós o dizem mil padrões vetustos;
Em mil altares rico espólio o atesta;
Có'a Igreja o canta em anual tributo
Grátula festa.*

*Pois novo surja à poderosa Virgem
De gratos peitos o cantar jucundo;
Que novo auxilio em seu pregão celebra
Roma e o mundo.*

*O' feliz dia para eternos fastos
Que a Sé de Pedro tristes crepes dobra,
É o Pastor santo, após cruel exílio
Ledo recobra!*

*Cândidas virgens, mocidade pura,
Zeloso clero, alvoroçado povo,
Por nova graça modulai à Virgem
Cântico novo.*

*Trindade augusta, que o louvor superas,
Dá em prelúdio para eternos hinos,
Fé viva na alma e doce voz nos lábios
Aos peregrinos.*

P.º CAMPO SANTO (*).

(*) O Padre José Joaquim de Abreu Campo Santo, S. J., nasceu em Guimarães a 10 de Maio de 1841, tendo-se completado, portanto, um século sobre o seu nascimento.

Um Poeta das Ilhas de Bruma

A arte é uma porta aberta para a evasão e o artista pinta, esculpa ou escreve como não ousaria viver.

RICARDO WAGNER.

NÃO há criatura humana que não tenha dentro de si a ânsia de viver uma existência diversa daquela que arrasta. Esse anseio, na maioria das pessoas, traduz-se apenas num ambicionar trivialidades.

Leva-as a rogarem à vida aquilo que ela não lhes deu e que as mais das vezes nunca lhes dá.

Pedir, é uma atitude tão humana que até alguns animais que convivem e se submetem ao homem, — e se convivem com êle é porque possuem qualquer partícula da humanidade, — pedem. Os outros não precisam do *rei da criação*. Deparam com a satisfação das suas necessidades, na vasta natureza.

Mas, nas duas formas de pedir, há a diferença dos contrastes: vai desde o estender a mão à caridade até aquela que a pessoa consegue com a sua energia, que roga à vida.

Há ainda uma outra classe de gente que não tem as ambições vulgares da grande turba, porque os seus desejos são quimeras que só realizam em sonho. Há nela uma poderosa fôrça criadora que a leva a construir, ao lado de dia a dia banal, um outro mundo carregado de côres diversas, onde vive, habitado por personagens de ilusão com que priva. Esse universo edificado dentro do vulgar, dir-se-ia um dêsses organismos mórbidos que se desenvolvem no âmago de um corpo, com poder tal que vão tirando tôda a vitalidade àquele de que se sustenta.

Esse mundo parasita, digamos assim, quási sempre adquire um tamanho e uma energia desmedidas. Referimo-nos à posição do poeta na vida ou, para melhor dizer, de todo o artista. Porque não é poeta sômente aquêle que faz versos. É todo aquêle que precisa criar sôbre a vulgaridade do que o rodeia.

É devido a essa amplificação da existência normal — a criada por

êle — é que a obra de um verdadeiro artista, mesmo que seja inspirada na de outro, traz um cunho novo impregnada do *clima* que há dentro dêle. Com a diafaneidade dos sonhos, constrói qualquer coisa de perdurável. Porque nêle dá-se sempre a luta entre o espírito e a matéria. Tem o desejo de elevar a greda em que foi amassado ao plano do espírito.

A existência diária, carregada de banais aspirações, é insuficiente para viver. Necessita de mais amplitude, de menos materialidade, de um mundo novo saído da sua sensibilidade, construído por êle próprio, no qual vibre com as suas fulgurantes inquietudes, onde grite as suas mágoas cósmicas, cante as suas alegrias dionisiacas e por onde arraste com imponência os seus espantosos dramas. Por ser o seu universo mais amplo do que o vulgar, é que tudo que no artista se desenrola é levado aos extremos.

Os cientistas são artistas. As suas fantasias adormecem porque não precisam arquitetar quimeras. A ciência leva-os a desvendar constantemente um cosmos de maravilha. Não cantam pela arte o seu mundo singular, dizem-nos em livros científicos. E um livro científico é um poema a meditar. O artista idealiza um ambiente para viver. Não se poderá dizer que êsse mundo onde se refugia seja melhor ou pior do que o real. Apenas êle precisa de um *clima* apropriado para a sua sensibilidade. E por não o encontrar em seu redor cria-o dentro de si.

Não há artista nenhum, seja êle qual fôr, que viva a época que decorre. Ou sublima-a, ou vai ressuscitar tempos mortos, egípcios, helênicos, medievos, ou constroe-a com uma fantasia das *Mil e Uma Noites*.

Tudo em sua volta começa a ser prejudicado pelo que concebeu e a que deu vulto dentro de si. Esse mundo interior quer avasalar o mundo exterior, travando-se uma luta renhida, deshumana entre a sua vida anímica e a realidade. Eis porque êle, na vida que os outros bebem sôfregamente e esbanjam em prodigalidade, é sempre um exilado. Um descontentamento profundo o invade por tudo que o rodeia, porque êsse tudo é a antítese do seu sonho. Sob a realidade das suas quimeras depara com a dureza do banal. E às criaturas que os seus braços enlaçam ou que quer trazer ao seu mundo, não lhes encontra as almas com que sonhou.

Quanto mais genial fôr o artista mais aberto sentirá em seu redor o oceano da solidão, porque também o mundo anímico, que construiu, é muito mais quimérico e vasto, como campo em que se trava a batalha de dois mundos que se querem aniquilar: — a luta do mundo

interior para se manter na sua fantasmagoria com o ódio do outro, do material que o envolve e tenta destruir, e que o artista quer transformar à sua semelhança.

Nos passos iniciais da Bíblia que nos contam o Criador a tirar do Caos o Universo, encontram as melhores descrições que se podem fazer dessa vida estranha que sentem dentro de si e realizam na arte.

Pressentem através dos versículos a solidão do Criador fazendo sair do *Nada* o cosmos. Até a criação do homem e os primeiros acontecimentos se comparam à vida do artista. Quis Ele criar um ser à sua imagem e semelhança. Modelou-o em barro e animou a estátua insuflando-lhe a sua própria essência. Mas êsse ser assim criado não correspondeu depois ao sonho divino. E é expulso do Paraíso. Também o artista constrói o seu mundo, idealiza uma criatura para sua companhia que o compreenda, que vibre à sua maneira, anima o barro humano com que deparou, com a sua própria alma. E depois aparece quási sempre uma árvore do bem e do mal que oferece os seus pomos tentadores ao ser que êle animou e lhe abre os olhos para outros horizontes.

O mundo, que o artista cria, toma freqüentemente uma preponderância tal na sua existência que faz dele um inadaptado, levando-o então a atirar para a arte o que não pode realizar materialmente. Se Luiz II da Baviera fôsse um artista criador, com certeza era hoje um nome glorioso na arte. Assim querendo rodear-se e viver exteriormente os sonhos que se abriam no seu íntimo, ficou na história como um louco, um demente que não se pode deixar de classificar de genial.

Todo o artista criador tenta elevar a matéria ao sonho, ao passo que Luiz II desceu do sonho à matéria.

A arte é a impossibilidade de viver um sonho. Na arte há mais possibilidades de realização. Mas, a-pesar dessas possibilidades, mesmo assim, a obra de um artista, por mais tocada de gênio que seja, é sempre uma pálida idea do mundo que criou.

Nada corresponde ao seu sonho. É precisamente um sonho porque nunca se alcança dar-lhe realidade, nem sequer descrevendo.

Se o sonho de um artista tem a imensidade de uma grande nuvem em que o sol pinta quimeras, a sua obra reduz-se às simples gotas de água que essa nuvem pode produzir.

Há artistas cujo viver se tece ostensivamente, a-par com as suas criações, como na vida de Óscar Wilde.

A textura serrada entre a vida que o escritor inglês levava e os seus livros, patenteava-se perante a sociedade. As suas alegrias ou as suas

catástrofes, que se exibiam aos olhos de tóda a gente, eram depois seguidas pelas suas páginas que as vinham expandir mais.

Há outros que, pelo contrário, correm espessos cortinados na sua existência, apresentando-se com as aparências banais de qualquer burguês, revelando apenas na sua obra uma vida perdulária em emoções e em tragédias, em alegrias e em satisfações. Para desvendar qualquer facto das suas vidas ou do seu sentir, é preciso rebuscá-lo no que produzem, desviar cautelosamente o emmaranhado que o esconde da mesma maneira que num matagal se vai descobrindo o rastro que se procura.

É precisamente êste último caso que se deu com o poeta açoreano Roberto de Mesquita.

Nasceu, viveu e morreu na Ilha das Flores, como qualquer vulgar mortal. Só depois de morto é que se soube que havia desaparecido um poeta. Ou, para melhor dizer, morreu para a sociedade um indivíduo banal e nasceu para a poesia um vate de talento.

Como artista que era, não veio armado com a dura couraça dos lutadores.

Se se estagnasse esta inefável noite,
envolvendo a minha alma combalida
e nunca mais a fustigasse a vida
— êsse brutal, êsse temido açoite!...

Sentaram-no numa repartição de Finanças, e emquanto a mão traçava têdiosamente, a-pesar-de cumpridora, a materialidade dos números, o cérebro vivia diferentemente, uma vida construída por visões de sonho, de um Passado onde julgava estar o seu *clima* próprio que no *Hoje* não encontrava.

Como um esquisso vago e doce, o Outrora passa
ante o dorido olhar desta alma fim de raça,
intransigente com o Hoje estiolante.

O poeta florense jamais arrancou dos seus ombros o manto que o mascarava de burguês. Para se conhecer a sua vida, essa vida íntima onde está o verdadeiro interêsse que um indivíduo pode despertar, não êsse dia-a-dia que quási se iguala em todos os mortais, temos de ir às suas poesias, ver o universo estranho que êle criou, fantástico.

Vivendo numa ilha pequenina e linda, com a imensidade do mar a isolá-la, incompreendido como todo o artista, seja o meio vasto ou acanhado, foi ao passado procurar vitalidade para viver entre fantas-

mas que o compreendessem, já que os vivos só poderiam compreendê-lo com o disfarce que o mascarava de burguês.

«Há uma clarabóia aberta ante a minha alma
por onde, indiferente ao mundo familiar,
alongo os olhos à mansão distante e calma
onde se eleva, como a Virgem no altar,

a beleza essencial para sempre vedada
à nossa alma que geme à terra agrilhoada.»

Evocando o passado, dando-lhe vida para viver nêle, transfigura-se e temos a impressão, ao ler os seus versos, que deambulava pelas casas desertas e pelos parques ao abandono, pelas ruínas caídas de luar e pelas igrejas profanadas, como um verdadeiro fantasma entre fantasmas, num sonho ancestral.

Como sois triste, casas derrocadas,
.
.

No vosso seio esqueletos carcomidos,
como um velho doente e olvidado,
geme asilada a alma do Passado,
mas raros são os que ouvem seus gemidos.

E tão incutido está nêle o passado, que mesmo no meio da turba não a ouve nem a sente vibrar. O que êle vive é a idade morta.

No entanto o povo marulhante e vivo,
cruzava-se na praça, onde se erguia
o negro casarão evocativo.

Porém ali sômente eu escutava
a elegia, o queixume dolorido
que a alma do Passado soluçava
nesse trigueiro alcácer esquecido.

Os parques animam-se perante a vara mágica da sua imaginação:

Eu sonhava, no parque as vistas espraçando,
vendo antigos galãs, tafues e empoados,
com fidalgo donaire as donas cortejando
sob os caramanchéis e os plátanos copados.

As igrejas povoam-se da sua luzida hoste,—bispos, e monges, e cruzados, e senhores feudais:

Sonho do que passou!... Dêstes trigueiros muros
surgem perante mim fantasmas medievais:
magros monges rezando, em seus buréis escuros,
bispos de espada e cruz, que são senhores feudais.

Como verdadeiro poeta que Roberto de Mesquita era, precisava de um mundo para a sua sensibilidade. E foi-o buscar aos tempos idos, dourando-o com o seu idealismo.

Por noites velhas, num solar deshabitado,
com desertos salões e negros corredores,
numa profunda paz de igreja amortalhado
surgem lamentações e tétricos clamores...

O temido solar onde erram avejões,
almas de mortos espiando seus pecados!
Ouvem-se na mudez augusta dos salões
gemidos cavos, passos lentos e arrastados...

Eu sou um tenebroso e vetusto solar
onde divagam, onde se ouvem suspirar
almas penadas de remotos ancestrais...

Oh! Tenho mêdo do meu íntimo onde tendes
habitação, velhos avós, onde elevais
a vossa voz misteriosa de doentes!

O poeta açoreano sentia-se afogar no tédio de um viver sempre igual.

Eram os livros, êsses amigos ideais, que o acompanhavam pelos campos azulados de hortênsias. Vivia, pode dizer-se, num jardim. Mas era prisioneiro dêsse jardim.

Os seus anseios levavam-no a ter desejos extravagantes, inquietudes. As duas quadras da poesia «Malditos» são um grito de revolta pelo seu exílio, o desespero de uma vida que não vive materialmente...

Tal insatisfação leva-o a ter estranhos e requintados sonhos, exaltando o incêndio de Roma.

Uma obra de arte não será, muitas vezes, o produto de um instinto perverso?

Se Nero tocasse de génio um poema descrevendo o incêndio de Tróia, não teria evitado o mandar incendiar Roma?

Assim conta, ferindo a sua lira de ouro
o poeta do delírio, o épico do mal.
E eu ouço em sua voz cantar o doido côro
das almas que atormenta a fome de irreal.

Tua alma sintetiza, ó trovador sombrio,
dos ansiosos do novo a raça torturada,
a quem, do estranho horror, o inédito arrepio
entre-mostra um momento a Canaan sonhada!

É o mesmo grito que soltou o poeta brasileiro Vicente de Carvalho, nesse *Spleen* que a vida costuma abrir num cinzento de bruma, na alma dos que arrastam a dolorosa coroa de artistas.

« — e compreendo Nero incendiando Roma!... »

A poesia manifestou-se no poeta da Ilha das Flores, não com o *dilettantismo* de certos vates de exíguos meios, que querem impor-se e que conseguem uma admiração tão falsa como a labareda ateadada em palha. A poesia foi em Roberto de Mesquita uma necessidade, a válvula de segurança que o libertava das pressões da sua sensibilidade. Fazia versos porque tinha de os fazer e não porque os quisesse fazer. As suas desordens psíquicas obrigaram-no a escrevê-los. Poetava em obediência aos seus versos que exigiam actos que prolongassem as emoções vulgares.

Compondo-os, vivia essa vida que se abria pelo íntimo e que era impossível realizar fora da poesia.

Aliviava-se das suas inquietudes, distendia assim os domínios que o mar limitava.

Como dissemos, êle foi um prisioneiro nessa ilha à volta da qual o oceano levanta clamores mais trágicamente do que em qualquer outra parte do arquipélago dos Açôres.

Na *Balada da Princesa Cativa* não é uma princesa que êle canta, é a sua alma, é êle que tem de falar do seu cativo a alguém. E não tendo êsse alguém, conta a *Balada da Princesa Cativa*.

Na tórre mesta e bruna do solar
vive encarcerada a pálida princesa,
nostálgica do sol e do luar,
apunhalada de mortal tristeza.

.
.
.

Dorme, princesa, dorme sem sonhar,
fecha o teu macerado coração
à voz da vida que te vem tentar;
jamais conseguirás a evasão!

Esclarece a *Tôrre de um mago*:

Ergue-se a casa triste aonde eu moro
entre casitas brancas e singelas
que abrem por esta primavera de ouro,
quais deslumbrados olhos, as janelas.

Só o meu prédio é fechado e mudo na estrada;
tôda a gente lhe chama a casa abandonada.

.
.

Mas o meu prédio só recebe a claridade
por uma clarabóia aberta no telhado
donde apenas se avista o azul da imensidade
remoto e aveludado

Os gregos, sendo aquêlo povo que melhor soube compreender a camaradagem, praticaram o panteísmo, essa filosofia que é um grande conforto para aquêles que se sentem sós na vida.

Tôda a obra de Roberto Mesquita está impregnada de panteísmo. Foi provàvelmente devido ao poeta nunca ter encontrado nos anos da sua existência as criaturas estranhas por êle ressuscitadas, existentes no seu mundo interior e de inexistência no seu mundo exterior, que descobriu alma em tudo que o rodeava. Foi essa alma que tudo animava em seu redor, que o compreendia, que lhe ouvia os queixumes, que o aconselhava, que lhe dava lenitivo nesse mudo falar em que não são necessárias as palavras.

«Pensais que os ermos jazem em repouso
e são cemitérios desolados,
e que as cousas, assim como os finados,
permanecem num sono tenebroso?»

Tudo em seu tôrno tinha sentimentos humanos:

«por certo não notais o mudo adeus das cousas
em cujo coração bem poucos sabem ler!»

Tudo em sua volta palpitava de vida e sofria como os homens:

«lá ao longe, nos campos viridentes
essas janelas tristes descobria,
como dois grandes olhos conscientes,
dizendo adeus ao barco que fugia...»

«E êsses casais, dispersos peio monte,
sinto-os pensar, cravando no horizonte
os seus olhos humanos como os nossos.»

Das poesias de Roberto de Mesquita emana uma claridade e como que um bafo de mundo ensimesmado, a recordar a energia do que foi. Há nelas uma revolta passiva, o lamento irremediável de um destino que se não pode modificar.

Esta impressão está bem anotada nestes tercetos:

«Mas ninguém há, como eu, que o exílio tenho
na própria pátria, e sinta essa saüdade estranha
que no meu coração môrbidamente avulta

por vezes, quando à tarde o olhar nos longes ponho:
saüdade dum país mais vago do que um sonho
e que eu nunca hei-de ver, nem sei onde se oculta...»

Roberto de Mesquita teve uma vida intimamente mais trágica do que qualquer outro poeta. O poeta que havia nêle viveu só, imensamente só, numa ilha diminuta, com uma vasta extensão de mar a isolá-la.

Os artistas que se aglomeram nas grandes cidades juntam-se àquelles que os compreendem, que vibram no mesmo ritmo, que vieram com essa predistinação maldita de criadores de beleza. No meio da sociedade vulgar vivem no seu mundo, tendo ocasiões em que podem gozar momentos de beleza—exposições, concertos, etc. O poeta açoreano viveu só. Foi com os fantasmas e com a alma das cousas que desabafou. Era nas páginas dos seus poetas queridos que encontrava consolações.

Na sua pequena obra depara-se com influências dêles. Temos por exemplo *As grades da Prisão*:

As grades da prisão, olhos extasiados
vêm descer o sol sôbre o mar de metal.
Na tarde de âmbar há murmúreos espalhados
como preces da terra à estrêla nesperal...

No horizonte rutilante, a tóda a vela
passa um navio, é todo de ouro e de rubis...
Onde vais, onde vais, brilhante caravela
do rei poeta dum quimérico país?

É triste o alcácer com salões frios e anosos,
como as igrejas cheias de ecos cavernosos,
com grossas portas de mosteiro medieval.

Mas dêsse interior taciturno, afastado,
duma estreita janela, olhos extasiados
vêm descer o sol sôbre o mar de metal...

Nota-se nela a impressão causada pela leitura de *Cativos* de Antero de Quental, quem mais profundamente impressionou o poeta.

É um tema, êsse dos *Cativos*, que êle fere freqüentemente na sua obra. Tanto na *Balada da Princesa Cativa* como em *As grades da Prisão* surge vincadamente a impressão de cativo. Como Antero de Quental, o poeta florense também se sentia encerrado numa prisão. Via um, perante si, o mistério profundo do Universo; o outro vê passar um navio a que o poente dá fulgurações de quimera, dêsse país sonhado

«e que nunca hei-de ver, nem sei onde se oculta».

Há ainda *Universalidade* que foi suscitado, com certeza, pela leitura da poesia «Correspondences» de Baudelaire. Basta citar êste verso para se notar tal influência:

«soltam um mesto côro de lamentos»

e de Baudelaire:

«Laissent parfois sortir des confuses paroles».

Encontram-se ainda inspirações trazidas das leituras de Eugénio de Castro, o seu mestre, a quem dedica os seus versos.

Mas a-pesar-de se encontrarem essas influências na obra do poeta da Ilha das Flores, êle deu às suas poesias um ritmo seu, deixando transparecer estados de alma pessoais, imprimindo-lhes características inéditas. Significa isto que Roberto de Mesquita era um artista criador.

O poeta vagava pela sua diminuta e linda ilha numa abstracção de rei exilado de um país quimérico. Ressuscitava a vida morta, vivia entre

sombras, enquanto na repartição de finanças o artista mascarado de burguês se sentava a alinhar, aborrecido e cumpridor, números.

Não foi um fotógrafo da natureza. Viu-a através da sua sensibilidade de decadentista. Pintou-nos uma natureza cadáver, exhumada do passado.

Que lhe importava que as primaveras vestissem de azul as procissões de hortências que coloram os campos? Que lhe importava o céu inconstante, o mar batendo contra os recifes, elevando catedrais efémeras, ou estendido numa serenidade helénica, a chuva ou o vento, logo que não ce-narizavam o seu drama de exilado, cujos personagens eram êle e os fantasmas, logo que não lhe traduzissem as paisagens que se lhe abriam na alma?...

«Os pinheiros, que a sombra invade e entenebrece,
Tem a humana expressão de druidas gigantescas,
nesta mística tarde absortos numa prece ...

.
.

Só eu, só eu entendo a vossa voz, pinhais,
só a minh'alma absorve as preces que exalais
ao lento aproximar da noite sacrossanta.

Março, XXXIX.

DIOGO IVENS.



Sôbre o Comércio dos grãos

Memória Económico-Política de José Acúrcio das Neves

(Continuação da pág. 120)

O conceito de corporatismo era — no nosso sistema tradicional e em nossa opinião, depois de arredados todos os entendimentos que a esta expressão se passou a dar, e assente que, êste corporatismo das corporações nacionais, nada tem com outras espécies de nossos dias — o sistema económico-político das corporações de mesteres e, o seu direito, — de carácter meramente local — êsse, podíamos talvez defini-lo (não como o direito das corporações, que pouco diria, mas já vimos empregado) como sendo «o conjunto de normas que pré-estabeleciam e regulavam as relações havidas entre a corporação ou confraria e os seus componentes de officio (mestres, companheiros e aprendizes) e onde se estatuiam os deveres e as obrigações que lhes eram impostos» em regulamento, espécie de postura de nossos dias, com características típicas à natureza do direito.

Era êste, pouco mais ou menos, como se vê desta nossa confusa e talvez complicada definição, um *direito* da natureza daquele outro a que hoje costumamos chamar *administrativo*, por dizer respeito à administração ⁽¹⁾, mas que então não passava de um direito inominado, dos que, nos casos omissos e em última instância, cabia ao Rei, dotado de poder soberano recebido de Deus através do povo, conhecer e resolver de mão certa, no espaço e no tempo, *pola lei e pola grei*.

Neste sistema económico, pregoa-se e defende-se, como instituição necessária, a organização corporativa distribuída por mesteres, tantos

(1) O Prof. Doutor Marcelo Caetano, define direito administrativo como sendo o *sistema das normas que atribuem prerogativas de autoridade e regulam o seu exercicio para satisfação directa e immediata das necessidades colectivas*. Vide *Manual de Direito Administrativo*, pág. 42.

quantos os ofícios e as artes, e pela *Casa dos Vinte e Quatro* ⁽¹⁾, preenchida pelos vinte e quatro procuradores das vinte e quatro corporações nacionais.

A *Corporação* dos mestres, companheiros e aprendizes de um ofício ou arte ⁽²⁾ tinha funções religiosas, de assistência e económicas. No *regimento* ou estatuto, por onde se regia a sociedade, prescreviam-se os trabalhos que eram próprios do mester; estabelecia-se que a nenhum artista era facultado usar de ofício diferente daquele para que fôra aprovado no exame de mestria; mandava-se que os juizes e vedores fiscalizassem a qualidade dos trabalhos e seus preços; atribuía-se a cada mestre o número de aprendizes de ofício a que êste era obrigado a ministrar o ensino e fixava-se o tempo de sua duração ⁽³⁾; mandava-se *que nenhum oficial tenha duas tendas de um offício; que nenhum oficial mecânico recolha em sua casa obreiro ou aprendiz que estiver com outro, até acabar o tempo*; que em exames de mestria «os examinadores não examinem por si sós, senão juntos» e que «os examinadores não examinem seus parentes e criados», etc. ⁽⁴⁾.

Como entidade religiosa ⁽⁵⁾ escolhiam os irmãos seu santo patrono

(1) A *Casa dos Vinte e Quatro* foi criada sendo «*regedor e defensor do reino*» o Mestre de Aviz e foi constituída, de início, por representantes dos 12 mesteres da cidade, *dous de cada mester*, no dizer de Fernão Lopes. E ordenou-se que estes tivessem *carrego de estar na Camara, pera toda cousa que se houvesse de ordenar por bom regimento e serviço do Mestre, fôsse com accordo delles*. Competia-lhes a administração da cidade e, com o tempo e o aumento dos mesteres, chegou mesmo a ser um procurador por cada um dos vinte e quatro mesteres existentes na cidade.

(2) Por curioso transcrevemos para aqui o que o Dr. Duarte Ribeiro de Macedo dizia, em 1675, no seu *Discurso sôbre a introdução das artes*: «Os portugueses é a nação mais hábil para as artes mecânicas que tem Espanha, e os estrangeiros confessam que são os que melhor e mais fácilmente os imitam. No Reino não faltam oficiais daquelas artes cujas obras se não recebem dos estrangeiros, como são pedreiros, carpinteiros e outros». Vide *Antologia dos Economistas Portugueses*, do Sr. António Sérgio. Lisboa 1924, pág. 299.

(3) Vide nos regimentos de Lisboa de 1572, por exemplo, o de *pedreiros* onde se manda «*que nenhum pedreiro nem carpinteiro seja tam housado que tenha cada hum mais que dous creados apprendizes*; e o dos *tanoeiros* onde expressamente se diz que nenhum mestre «*tome apprendiz algum por menos de quatro annos*».

(4) Vide *Livro dos Regimentos de 1572*, coligido por Duarte Nunes de Leão, e publicado, em Coimbra, pelo Prof. Doutor Vergílio Correia. Ed. da Imprensa da Universidade, 1926.

(5) «Nenhum governo pode preencher perfeitamente o seu fim, porque sendo obra dos homens, e exercitado por homens, há-de levar consigo todas as imperfeições da fraca, da impotente humanidade. *He necessária huma luz superior, que os dirija; huma força invisivel, que os sustente* (o sublinhado é nosso). «Esta luz, esta

e, por vezes, chegaram mesmo a ter capela privativa da Confraria, como já atrás dissemos (1).

Como factor económico desejava-se, como já vimos, corporizar tôdas as actividades da Nação e a corporação, mais do que « simples instrumento de defesa dos artesanos, era um instrumento de defesa da economia da cidade » (2).

Na administração interna da corporação havia rigorosa disciplina entre os três graus da chamada hierarquia dos mesterais, mas, embora rígida, esta era bastante familiar (3) (os aprendizes eram tidos e mantidos em casa do Mestre, como filhos próprios dêle e a produção fazia-se como em família), e o mais cristã possível (fundando-se obras de assistência, hospícios, hospitais, creches; auxiliando-se os enfermos, os velhos, as viúvas e os órfãos; visitando-se e confortando os encarcerados, etc.) a ponto de, em nossos dias, difficilmente podermos ajuizar dos benefícios e dos frutos colhidos nesta admirável organização, tão grandes êles foram.

Na ordem política, intervinham nos negócios do município pela Casa dos Vinte e Quatro: com efeito, havia intervenção das Câmaras, nos mesteres, dando ou aprovando os regimentos mas, sabido que a Casa dos Vinte e Quatro, preenchida pelos vinte e quatro procuradores

fôrça vem da Religião destinada por Deus, não só para conduzir os homens ao bem eterno, mas também para os aperfeiçoar...» José Acúrcio das Neves in *Cartas de Hum Portuguez...*, pág. 49.

(1) S. José era patrono dos carpinteiros (em Lisboa existe a igreja de S. José dos Carpinteiros na Rua Alves Correia); S. Crispim foi protector dos sapateiros, S. Elói era o santo dos ourives da prata, e aos alfaiates protegia Nossa Senhora das Candeias. Nas procissões, os mesteres apareciam com a *bandeira* ou pendão da irmandade, e à vara de mordomo ia o juiz do povo que era o Presidente da Casa dos Vinte e Quatro. Os prateiros, além da irmandade de Santo Elói estabelecida (em Lisboa) na parochial da Madalena, tinham ainda a irmandade de Nossa Senhora da Assunção (Cf. Pastor de Macedo, *Lisboa de Lés a Lés*, 1, pág. 216).

(2) Vide Prof. Teixeira Rebêlo, *obr. cit.*, pág. 26.

(3) Com aplicação ao Brasil, escreve Gilberto Freire nesse monumento da língua que é *Casa Grande e Senzala*, « A Família, não o individuo, nem tão pouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande factor colonizador do Brasil, a unidade produtiva, que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramenta; a fôrça social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América » e sobre a família « o rei de Portugal quasi que reina sem governar ». À Família, instituição de direito natural, que precede ao Estado e à própria sociedade, pois esta é conjunto de famílias, se deve ir procurar todo o bem de sua própria natureza.

dos vinte e quatro mesteres da cidade, tinha intervenção no govêrno do concelho, pelas Câmaras, podemos afirmar que, na ordem política, ainda aí, as corporações fiscalizavam os negócios e a economia da cidade (1).

A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, foi criada, — e a de Lisboa é ponto hoje assente ter sido a primeira, — pelo Mestre de Aviz, quando «regedor e defensor do reino», em 1383, e mais tarde a tiveram também outras terras, como Coimbra, Pôrto, Santarém, Évora, Funchal e Guimarães, mas parece que só em Lisboa teve, a Casa dos Vinte e Quatro, êste número de representantes dos mesteres, pois em outros lugares há memória de, embora conservando o nome, aquêlê número ter baixado a doze.

A função principal da Casa era, já o dissemos, a administração da cidade e assim intervinha, ouvindo e deliberando com a Câmara em matéria de posturas, ordenações e dar de officios, ou elegindo os procuradores à Câmara e o juiz do Povo (2). Este último era o presidente da Casa dos Vinte e Quatro, e não obstante ser saído dos mesteres, representava perante o Rei e a Câmara, todo o povo do Município, e portanto todo o terceiro estado.

Mas, corolário lógico nesta organização nacional, havia a máxima liberdade de comércio, explicado que vários factores da actividade humana não deverão, nem poderão, estabelecer-se em corporação (v. g. no comércio dos trigos de que José Acúrcio trata neste seu trabalho de doutrina e análise económica). Não se toleram os monopólios (3)

(1) Foi tão grande a autoridade da Casa dos Vinte e Quatro que, conforme nos conta Pereira da Cunha, de «uma vez, D. Rodrigo de Meneses foi-lhe (ao Presidente da Casa) levar um recado de El-Rei D. Pedro II; e saíu um dos mesteres para lh'o tomar à porta. O emissário quis entrar; e, encontrando opposição, invocou a autoridade de quem o tinha enviado. O popular replicou-lhe: — Ainda assim não pode entrar. Isto é a Casa dos Vinte e Quatro; não cabem cá vinte e cinco». E com a resposta voltou o cortesão ao Rei, a quem agradou a *ousadia* do respondido.

(2) Seria curioso enumerar tôdas as prerogativas do juiz do povo. Por agora, limitamo-nos a salientar que, entre as muitas que tinha, uma era a de ser recebido no Paço com honras de embaixador, acendendo-se todos os brandões da sala quando entrava; tinha ainda prerogativa de não lhe poder ser recusada a entrada no Paço a qualquer hora do dia ou da noite, podendo chegar à Câmara do Rei.

(3) Em todos os tempos temos exemplos de encontrar os povos, reünidos em protesto, quando os reis pretendiam algum monopólio.

por prejudiciais à economia da Nação (1) (J. Acúrcio das Neves os condena nos capítulos VIII a IX desta Memória) e pôsto procurem as Câmaras (onde cabiam os representantes dos mesteres) tabelar, regularizar ou organizar tôdas as produções da actividade humana (nos regimentos das corporações dos mesteres, por vezes) não se cercea, contudo, a inteira liberdade de comércio, embora necessariamente condicionada a princípios. E era isto o corporatismo das corporações artesanais, ou dos mesteres, na nossa organização tradicional.

E numa palavra, e em resumo, podemos dizer que neste sistema económico da nossa monarquia se defendia a corporação por classe e por produto, deixando-se de fora, como um bem, a liberdade de comércio.

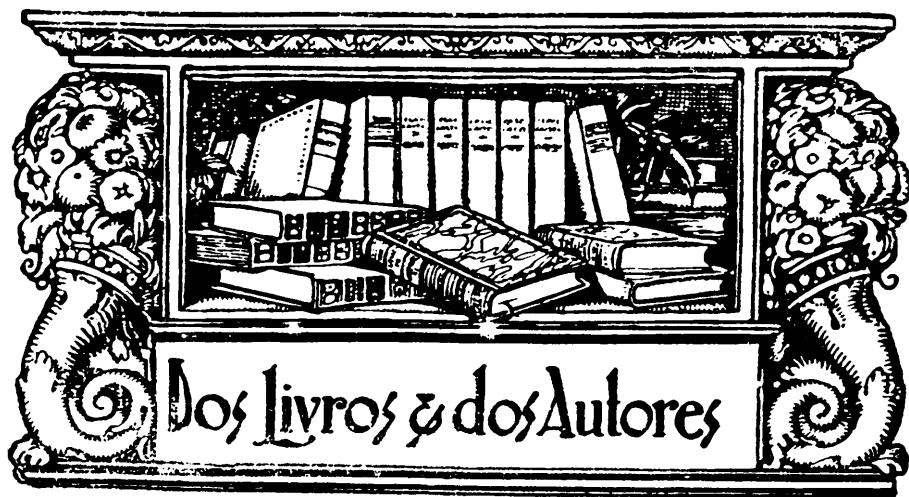
Aceita-se a corporação dos produtores de trigo, mas a venda dêste produto da terra é livre; aceita-se a corporação dos manipuladores de pão, mas a venda dêste produto ao consumidor deve ser livre.

E se assim não fôra, tínhamos o monopólio do pão, arma e mal terrível de tôdas as épocas e que só vingou proliferamente com o advento das tão apregoadas doutrinas libertárias da economia inglesa.

Era outro e não êste o sistema que, em nossa opinião, o economista José Acúrcio das Neves defendia, como doutrina económica nacional.

(1) Com liberdade de comércio não queremos, de maneira alguma, dizer «livre concorrência» ou «monopólio» porque estes são casos extremos, patológicos e absurdos da vida económica normal, (no dizer de Ugo Spirito in-Princípios Fundamentais de Economia Corporativa), a qual deve ser caracterizada pela ausência destes males e pela identificação da liberdade com a lei. A liberdade de comércio é negação peremptória dos arbítrios opostos, representados pela livre concorrência e pelo monopólio, isto é, pela anarquia e pela tirania económica (Ugo Spirito, *obr. cit.*, pág. 113 da tradução portuguesa).

José Acúrcio defendendo a «liberdade de comércio» não dava nem podia dar acolhida às doutrinas das escolas liberais de Smith e Say; defendendo-a, repudiava a anarquia e a tirania económica, conseqüências do monopólio e do livre cambismo, ambos em antagonismo com o carácter fundamental da sociedade e que muito embora, entre si, se diferenciem (o primeiro é caracterizado pela força eliminatória de qualquer procedimento livre; a livre concorrência é o arbítrio dos indivíduos não vinculados a quaisquer impedimentos, donde como se vê serem dois fenómenos distintos) são pregoados pelos sequazes da escola liberal, agora em tão estrondosa derrocada. «Um modo de repartição exageradamente socialista, embora tènicamente justo, que tivesse como resultado suprimir ou diminuir consideravelmente a liberdade de iniciativa ou de acção, até ao ponto de esgotar ou mesmo apenas deprimir as fontes de produção, para ninguém seria um benefício; seria distribuição, não da riqueza, mas da miséria social» — José Tavares, *Os Princípios Fundamentais do Direito Civil*, I, pág. 44-45.



JUVENTUDE DE 1940. *Mensagem de Júlio Diniz aos novos de 1940*, por A. Luiz Vaz. Braga, 1940.

O sr. P.º A. L. V. é um nível escritor que se estreia nas letras com este ensaio, revelador de vastos conhecimentos filosóficos e sociais, bem como da obra de Júlio Diniz que conhece como poucos. Tratando-se da primeira obra dum Autor, é natural, é fatal mesmo que nela haja hesitações. Não escapa A. L. V. à lei geral, nem há autor nenhum que a ela escape. A par porém das hesitações e defeitos inerentes a um primeiro trabalho literário, possui este livro qualidades muito apreciáveis, que de modo algum se devem esconder.

Não é para aqui, mórmente tratando-se duma ligeira ntula bibliográfica, a discussão da tese do Autor. Em presença duma obra de tese o leitor só pode concordar ou discordar, no todo ou em parte. Devo, no entanto, e com lealdade, dizer que A. L. V. tira conclusões da obra diniziana com que nem todos poderão estar de acôrdo, tendo também certas afirmações demasiado dogmáticas, como por exemplo a da nota da página 69, com que se não pode concordar. Na segunda parte do livro, por exemplo, entendo que muitos dos factos interpretados ou criticados por A. L. V. não têm precisamente

o significado que lhes quer atribuir, como também não posso comungar no seu entusiasmo pelos movimentos juvenis da Europa, particularmente o espanhol.

Mas isto é mera opinião pessoal, expressa apenas ao correr da pena e para fundamentar, ainda que ao de leve, a afirmação feita acima.

Quanto à parte prpriamente crítica da obra, v. g. a Primeira e a Terceira partes, também muito haveria que discordar, sobretudo nas conclusões a que chega no Cap. IX da Terceira parte.

Todavia trata-se, como disse, duma estreia que, embora com defeitos, é dever meu saudar pelo que promete. A. L. V. é um novo, mas um novo cheio de boa vontade e de qualidades; a sua prosa, fluente e nervosa, ressent-se da sua juventude, é certo, mas tem elegância natural, embora por vezes os termos atinjam a hipérbole. Mas é elegante e correcta, coisa rara nos tempos de hoje

Juventude de 1940 é um livro saudável, revelador da cultura e dos profundos desejos de renovao do Autor. Expungido de certas afirmações, filhas da precipitao natural dos principiantes, ampliadas ou corrigidas outras, este volume constituirá no futuro um trabalho indispensável para a exegese e interpretao da obra de Júlio Diniz.

O SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA PENEDA, por A. *Luiz Vaz*. Braga, 1940.

Êste opúsculo, também da autoria do sr. P.^o A. L. V., é um guia precioso para quem, por devoção ou curiosidade, pretenda visitar o famoso Santuário da Peneda, onde anualmente se realiza uma das mais concorridas romarias do Minho. É ilustrado com várias fotografias do Santuário e escrito na mesma linguagem vibrante e apaixonada do ensaio anteriormente referido. Ministra curiosos informes sôbre a devoção do Santuário por ocasião da grande romaria de Setembro e esclarece sôbre a maneira como romeiros e devotos lá passam os dias das novenas e das festas.

O livrinho constitue uma edição elegante e facilmente manuseável, tendo na capa uma excelente fotografia do templo.



ANSIEDADE (2.^a ed.), romance, por *Joaquim Paço d'Arcos*. Lisboa, 1941.

O jovem romancista J. P. d'A. oferece-nos um novo romance, pouco mais de um ano passado sôbre a sua discutidíssima *Ana Paula*. Como esta, também *Ansiedade* é um estudo de certas esferas sociais em que vivem, se movem e agem indivíduos que, talvez propositadamente, o Autor vai buscar à chamada «alta sociedade».

Em *Ansiedade* há um conflito, que se esboça quasi logo na primeira página, conflito que é simultaneamente de carácter sentimental e social e que se desenvolve, num crescendo de interêsse, até ao fecho do livro num equilíbrio que é justo salientar, tratando-se, como se trata, dum Autor que ainda não atingiu a sua plenitude. São três as personagens centrais, três caracteres absolutamente diversos, mas todos bem observados, todos a agir dentro da

sua psicologia própria, por detrás dos quais se não sente a mão do Autor: o Toy, a Pequenu e o engenheiro Pedro Pinto. Mas em volta delas movem-se outras, algumas das quais já nossas conhecidas de outros romances do Autor: o conde da Balsa, o advogado Eduardo Reis, o famoso Laurentino. Como Balzac, J. P. d'A. compraz-se em tomar de algumas das suas obras os personagens para outras, focando desta forma aspectos variadíssimos da escala social. Ao que parece, quis êle nesta obra, tão impessoal, estudar certos aspectos da inquietação contemporânea, tal como os seus olhos a vêem nessa Lisboa que já não é hoje a «das muytas e desvayradas gentes» no dizer ingénuo do vêlho Fernão Lopes. E essa inquietação redunda numa «ansiedade» crescente, que atira outra vez para as lides incertas da aventura política o vêlho africanista Ildefonso Barradas; que leva o jovem engenheiro Pedro Pinto a procurar na luta das ruas uma solução para o seu caso, depois de andar pelos cafés a procurar dissipar o seu mau humor azêdo contra uma sociedade de plutocratas e de videirinhos; que leva o próprio Toy a morrer, inglôriamente, ao voltar uma esquina, varado, sem o saber, pelo vêlho amigo de África; que por momentos consegue levar a Carminho a viver em regiões afastadas dêste mundo de misérias para a atirar depois e brutalmente de encontro à realidade trágica duma vida de trabalho mal remunerado; «ansiedade» que até faz andar a própria Pequenu depravada, a viver entre o gôzo carnal que lhe dá o seu concubinato com o patrão do marido, e o amor todo espiritual que vota ao Toy, seu antigo namôdo do Liceu.

J. P. d'A. continua, neste seu novo romance, o processo que principiou em *Ana Paula* a mover a uma sociedade que vive do preconceito e assenta sôbre sofismas. As suas figuras recortam-se com nitidez no fundo negro que as cerca, e lendo-o somos levados a crer que êle, como o Eça,

considera a sociedade constituída apenas por devassos, por videirinhos, por banqueiros de moral mais que duvidosa, por idealistas com fome, ou por falhados. Todos sabemos que assim não é, nem mesmo nos meios em que se movem as suas figuras. Mas não podemos, por isso, criticá-lo, porquanto é fazendo realçar os vícios duma sociedade que se contribue para a sua morigeração. J. P. d'A. não tem, creio eu, intuítos apologeticos ou doutrinários; isso vê-se pelo modo como se comportam e falam algumas das suas personagens. É um artista, embora a arte não seja o fim único que o leva a transpor para o romance casos vistos e observados, embora tal transposição seja feita dentro dos mais rigorosos preceitos artisticos. Éle próprio no-lo confessa, embora indirectamente, citando as palavras de Plínio Salgado no seu livro *O Esperado*: «Este romance não defende nenhuma tese. Expõe uma situação e procura marcar tipos expressivos de uma sociedade angustiada.»

Mas se não tem qualquer intuito, o leitor não pode deixar de tirar uma conclusão, uma vez fechada a última página do livro. E tal conclusão não pode deixar de ser profundamente revolucionária, no alto, no belo sentido que encerra a palavra Revolução, tal como outrora a ouviram prêgar as margens tranqüillas do lago de Genesaré ou as ruas tumultuosas da velha Jerusalém, quando certo Visionário mandava que os homens se amassem uns aos outros e que amassem a Deus sôbre tódas as coisas.

Não estou, evidentemente, a fazer a exegese duma obra, que é preciso considerar sob o aspecto literário e sob o ponto de vista social. Sôb êste último muito haveria que dizer, mas isso reservo-o para ocasião mais oportuna; quanto ao primeiro devo reconhecer que o estilo de J. P. d'A. ganhou em maleabilidade, os seus diálogos têm naturalidade que falta a tantos presumidos romancistas, não há a intervenção velada do Autor nas ocasiões em que

outrora era costume recorrer ao *deus ex machina*, e tódas as figuras têm equilíbrio, e são coerentes com o seu passado as que veem de outros romances. Assim o Conde da Balsa é o mesmo, embora mais vêlho, o Laurentino no íntimo não se modificou, ainda que a propriedade o tenha transformado num egoísta já esquecido do tempo em que mendigava um lugar como o engenheiro Pedro Pinto; só o dr. Eduardo Reis, talvez por estar definitivamente instalado na vida, perdeu aquêle idealismo e aquela generosidade que outrora fizeram despertar no coração de Ana Paula sentimentos tão descontraídos.

Como quer que seja, J. P. d'A. vai a caminho da sua consagração; deixou de ser uma esperança; é uma realidade. Entre os raros de entre os novos que cultivam a difícil arte do romance, sobressai pelo seu talento próprio e pela sua originalidade. É o futuro cronista da nossa idade de transição, talvez, e guardadas as proporções, o Balzac da *Comédia portuguesa* que não tem, nem de longe, a grandeza da *Comédia humana* que immortalizou o ilustre francês.



ALGUMAS NOTAS SÔBRE LA ANDALUCÍA DEL P. COLOMA. *Conferência por Pedro Pérez Clotet*. Cádiz, 1940.

O P.^e Luis Coloma foi um escritor andaluz do século passado, que me parece poucos conhecem. Neste trabalho o sr. P. P. C. sujeita a obra do escritor a uma crítica amiga e compreensiva, estudando-a pelo que respeita à Andaluzia tal como êle a via. De passagem estabelece-se o paralelo entre a Andaluzia antiga e a de hoje, para mostrar como essa modificação influiu na obra do escritor.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

ALBERTO SAMPAIO

na historiografia portuguesa

SE quisermos compreender o sentido da formação do critério nacional, não podemos desligar os termos desta progressão: — *Alexandre Herculano* — *Alberto Sampaio* — *Leite de Vasconcelos*.

Cada um destes investigadores do complexo histórico atendeu aos factos pelo prisma científico da sua especialização. O historiador-diplomatista, o historiador-economista, o historiador-etnógrafo, sucederam-se no tempo e no alargamento dos horizontes da investigação, à medida que o desenvolvimento dos métodos lhes facultava inteligência e acção.

Completaram-se até agora os três. Os documentos escritos foram continuados pelos documentos não escritos nos diplomas dos arquivos, mas gravados nas instituições, nos costumes, na tradição de tôdas as formas humanas e geográficas, desde a compreensão dos factos à nomenclatura das coisas.

Tem-se discutido muito o problema das origens de Portugal e do Povo Português, que o instituiu. A perspectiva sob a qual tem sido pôsto, parece hoje mais complexa. Não é de estranhar, porque, à medida que os conhecimentos científicos progridem e mais se esclarecem uns prováveis factores resolventes, outros aparecem de novo ou ficam inexplicados.

Argumentos políticos, geográficos, antropológicos, arqueológicos, militares, económicos, são insuficientes quando isolados uns dos outros. É necessária a cooperação de todos, na justa parte em que devam ser tomados. Cabe à interpretação serena dos elementos solidários e concordantes encarar a complexidade, e iluminá-la com a inteligência.

Partindo do factor económico, Alberto Sampaio encarou o problema, e tratou de o aprofundar. Como quem discute um sistema de equações simultâneas, aglomerado solidário, que na verdade pode considerar-se o esquema algébrico do complexo social, procurou as incógnitas comuns na história, na arqueologia, na geografia, na etnografia.

Quere dizer: aproveitou os caminhos, que lhe forneciam as ciências,

capazes de simultânea e reciprocamente se auxiliarem e confirmarem. E partindo da observação externa e parcelada para a interpretação comum dos factos, construiu a doutrina de *As Villas do Norte de Portugal*.

Limitou-se, é certo, à região do Vouga para o Norte, observando todavia que a zona entre o Mondêgo e aquêlo rio dava elementos concordes para ser incorporada no estudo. Se lhe fôsse possível então verificar o mesmo para o Sul, concluiria que a doutrina, documentada no Norte, se applicava *mutatis mutandis* ao território português.

Esta limitação levou-o a dois exageros que a história e a arqueologia não confirmam; da separação entre o Norte e o Sul, vista sob o espectro sarraceno, concluiu: — o Norte conquistou o Sul; — a tradição marítima partiu do Norte, associou-se-lhe o Sul, como fase definitiva de segunda conquista.

Já António Sardinha se insurgiu contra esta primeira afirmação, proveniente da superfície e não do âmago do problema.

A segunda levou-o a negar tôda a tradição da influência do mar nas populações meridionais.

As conclusões são no entanto lógicas, se observarmos que o estudo nos diplomas, nas crônicas, na tradição do regimen da propriedade, na formação das povoações, desde o comunitarismo prè-romano às freguesias da Reconquista e da instituição do Reino, dos castros à Monarquia emfim, se confinou às vilas do Norte.

O Sul subvertia-se na onda mourisca. O Norte libertara-se. Mas o fenómeno, estudado aí, não podia ser exclusivo, desde que os antecedentes eram comuns. Hoje, às vilas do Sul, desde as da orla algarvia, que tanto devem a Estácio da Veiga e seus continuadores, pelo Alentejo, como a de Santa Vitória-do-Ameixial (Estremôz), e pela beira do Tejo, por exemplo aqui em Oeiras, onde escrevo estes comentários, até ligar às do Norte, numa continuidade impressionante de antecedentes e conseqüentes, a tôdas podia aplicar-se o mesmo critério de investigação, com resultados idênticos.

Até a arqueologia prè-romana confirma bem a harmonia da civilização da nossa região portuguesa, distinta no mapa arqueológico da Península.

Nem as deficiências malogravam o valor da tentativa, que atingiu por certo o conhecimento de um dos aspectos do problema português, ou seja o da estrutura social da população, nem sequer desvalorizam o seu interêsse histórico-económico.

Também Herculano com a preocupação da Romanidade ofuscava



Alberto Sampaio

(Fotografia cedida pela *Revista de Guimarães*).



Alberto Sampaio e os seus amigos Luís de Magalhães e Jaime de Magalhães Lima

(Fotografia cedida pela *Revista de Guimarães*).

quanto era autóctone, romanizado ou não, e nem por isso deixou de ser o mestre da nossa História e esteio de todos os historiógrafos.

Cada um, Herculano e Sampaio, ocupa o seu lugar próprio na evolução da historiografia portuguesa. Um, o segundo, avançou em profundidade sobre o primeiro, e estabeleceu mais perto da projecção actual os alicerces dos estudos etnológicos.

Seguiu-os e ampliou-os Leite de Vasconcelos, ora os confirmando, ora os rectificando. Tinha outros elementos a integrar, que os precedentes não podiam no seu tempo improvisar ou antecipar onde faltava a sugestão e, quantas vezes, se não lia fora das letras diplomáticas.

A arqueologia progredira e estendera o campo da história aos primórdios da civilização. Os três volumes das *Religiões da Lusitânia* reintegram mais intimamente os Portugueses na seqüência contínua dos seus antecessores.

Os volumes, já publicados, da *Etnografia Portuguesa* constituem forte construção, que poisa nas subestruturas raciais, reveladas pela arqueologia, e ampliadas pela lingüística, pela toponímia, pela etnografia, pela história.

Se Alberto Sampaio teve apoio em Herculano, Leite de Vasconcelos apoiou-se em ambos, no condicionalismo da investigação e segundo as necessidades da exposição dos materiais.

Outros historiógrafos irradiam, como ramos viridentes, deste tronco fecundo, formado pelos três eméritos trabalhadores. O mais recente é Leite de Vasconcelos; aguardemos agora os continuadores inteligentes dos horizontes que desvendou.

LUÍS CHAVES.



ALBERTO SAMPAIO

ESCREVENDO na *Portugália* sobre *O problema agrícola*, de Basílio Teles, Rocha Peixoto referiu-se aos nossos economistas modernos que melhor assinalaram o transviamento nacional, depois que, perdidas as preocupações agrárias e de povoamento dos primeiros reis, entramos na época heróica das descobertas e do tráfico com as terras e as gentes orientais.

Falou Rocha Peixoto na « obra vulgarizadora e literária » de Oliveira Martins e « na investigação mais penetrante e mais profunda » de Alberto Sampaio.

A classificação de Rocha Peixoto há-de considerar-se perfeita, sabendo-se que, quando Oliveira Martins, chamado à governação pública, quis dar forma legal ao pensamento económico que, com raiz na nossa história social, vinha difundindo, e fêz o seu admirável *Projecto de lei do Fomento Rural*, pôde contar com a colaboração de Alberto Sampaio, não apenas como de um observador rural autorizado mas como de um probo e infatigável investigador histórico cuja sábia e directa experiência agrícola se filiava no conhecimento exacto da evolução secular dos processos agrários e culturais nortenhos.

Este parecia um dos caracteres mais importantes da obra da doutrinação económica de Sampaio a que não faltam nem as ideas nem os feitos sociais que integram a estrutura do verdadeiro economista.

Sob esse aspecto nenhum outro pensador económico no nosso país tão fundamente desceu à raiz histórica e procurou alimentar-se na seiva geo-económica dos problemas para, com espírito realista, os examinar e lhes encontrar soluções adequadas.

Pena é que a sua obra, especialmente os seus estudos sobre as actividades rurais no Minho não se hajam vulgarizado mais e não tenham nelas buscado os governantes e os dirigentes agronómicos os elementos para a transformação da economia minhota, cada vez mais requerida e imposta pela saturação demográfica, cujos males só o melhor aproveitamento e o maior rendimento da terra e uma industrialização crescente poderão atenuar.

NUNO SIMÕES.

Sôbre o Comércio dos grãos

Memória Económico-Política de José Acúrcio das Neves

(Continuação da pág. 156 — Conclusão)

Pelo valioso escrito que agora se publica, julgamos poder provar-se, e suficientemente a nosso ver, que José Acúrcio nunca pensou, embora as conhecesse e estudasse, em perfilhar (ou macaquear, como já ouvi!) as tão apregoadas doutrinas dos encartados pais (1) de uma economia liberal. A uma Economia anti-nacional a que, em maior parte, cabem as culpas e os males grandes da falência e da desordem dos dias tristes a que a nossa geração angustiada assiste, remindo e carpindo culpas dum passado inglório de cem anos, dentro do qual, no desamor em Deus e em seus Reis naturais, se começou, com a ignorância do que era possuir carácter, por ter vergonha de considerar-se filho nacional de nação para, democrática e plebeiramente, se usar da altíssima e velhaca alcunha de «filho do povo» — que consigo trouxe o descrédito ao concerto das nações.

No tempo de José Acúrcio das Neves havia firmeza de sentimentos e, acima de tudo, coerência nos seus querereres, no que o Doutor José Acúrcio foi Príncipe celebrado por qualidades tão próprias num português.

O homem que em 1822 — arrostando tantos perigos, escrevia, sendo político, textos da natureza de alguns que deixou espalhados a êsmo, nos seus numerosos volumes, como por exemplo nas *Cartas de hum Português aos seus Concidadãos* (2), não pode, sendo economista, perfilhar estranhas e anti-nacionais doutrinas.

(1) Como S. Agostinho, nas suas *Confissões*, poderíamos chamar-lhes com muita propriedade, *eversores*, demolidores, pois seu programa foi deitar tudo por terra.

(2) Para exemplo pode ler-se a pág. 45, cit. ob., o seguinte: «Desde que os Reformadores de 1789 poderão pôr em pratica o seu infernal systema, elles não tem cessado de enganar, e concitar os povos com o simulacro desta divindade

Eu cuido que, sendo o escritor partidário e acérrimo defensor da Monarquia Tradicional Portuguesa, na qual sempre houve liberdades, não trilho caminho de engano se procurar apresentar José Acúrcio, mesmo no campo económico, como pertinaz e caloroso divulgador das tradicionais liberdades da monarquia portuguesa (não a liberdade com L maiúsculo pois essa cabe aos fazendeiros do liberalismo maçónico), porque nela a tivemos «desde sempre com Afonso II, mandando que se não executasse sentença alguma de morte senão vinte dias depois de pronunciada; com Pedro I chamando nas côrtes de Elvas cidadãos aos vilões dos concelhos; com D. João II, reconhecendo a independência do poder judicial nos presentes com que distinguiu o magistrado que sentenciara contra êle» (1).

No liberalismo, «demitiu-se o municipalismo próprio da Grei» e «*votaram-se ao extermínio as corporações de artes e ofícios com a sua expressiva Casa dos Vinte e Quatro por órgão e porta-voz*» (2) e assim se repeliu, como velharia caduca, tôda essa admirável edificação da verdadeira representação nacional. E António Sardinha, num dever de protesto ante o descalabro da Nação, dizia *apontar o internacionalismo maçónico como a causa moral da nossa ruína* (3).

quimerica. E com que se tem achado os povos? Com a escravidão, ou com a liberdade demagógica, que outra cousa não he a liberdade plantada pelas baionetas, e sustentada a tiros de peça. *He uma liberdade que tem feito da Europa um campo de batalha*, e substituído aos governos legítimos, a cujo abrigo as nações tinham chegado ao mais alto ponto de prosperidade, *hum vandalismo mais cruel, e mais destruidor do que o dos bárbaros de Genserico*» (o sublinhado é nosso). Como são palavras sempre actuais estas do escritor de 1800! E como os males do iluminismo se faziam já então sentir pela Europa!

Em *Pina Manique — Portugal desde 1828 a 1834*, pág. 60, escrevia José Acúrcio: «Proclamadores sempiternos dos direitos do povo, e da representação nacional, logo que o povo manifesta os seus desejos por aclamações espontaneas, tractam de o suffocar, e subjeitar a seus caprichos. Logo que se cogita de reunir a legítima representação nacional, segundo as leis, e usos da Monarchia, não ha meio que não empreguem para obstar a esta reunião, como fizeram em 1820. Invocam hoje a carta, como naquelle tempo invocavam as côrtes...»

(1) Vide em *A Questão Ibérica*, António Sardinha, *O Território e a Raça*, pág. 24.

(2) António Sardinha, in-*O Território e a Raça (A Questão Ibérica*, pág. 23).

(3) *Lug. cit.*, pág. 28. Perdidas, com o liberalismo, as velhas garantias da liberdade portuguesa, *tão característica e nobremente simbolizadas em nossas antigas côrtes, seguido de facto desde antiga data e declarado depois impuden-*

Para José Acúrcio, tanto como para os integralistas da nossa geração, a glória suma da Nação Portuguesa está na Lei divina (1), no Rei e na Grei (2), «congregação dos nossos parentes, amigos e compatriotas» (ou seja, a associação da família nacional sob uma mesma lei divina, um mesmo rei natural e numa mesma ordem).

Um e outros, querem um direito nacional, tipicamente português de nação, com instituições nacionais porque — dizia-o Xavier Cordeiro — «os povos que falsificam as suas instituições acabam por ser falsificados por elas» e ainda porque «quebrada a continuidade histórica, perdida a Tradição, a consciência da Nacionalidade em breve se subverte e *afunda num charco de miséria moral*» (3).

É D. Miguel, o rei salvador, quem, apoiando-se nos concelhos, *intenta ainda um supremo esforço de reivindicação, convocando e reunindo as Côrtes Gerais, em que os procuradores do povo e os delegados dos mesteres profeririam a palavra salvadora* (4), mas com êle morreu a Nação dos Três Estados, onde o povo tomava assento em pé de igual-

temente pelo altivo ministro de D. José I o regimen do «quero, posso e mando», os nossos pobres concelhos ficaram sendo o último refúgio dos fóros populares: Vide o insuspeito J. Félix Henriques Nogueira in-O Município no século XIX, 2.ª ed., pág. 92.

(1) Era de indicar as diferenças, citadas por Gratjeu como existentes, entre direito natural e instituições positivas. *Jus naturale differt a jure consuetudinis et constitutionis in origine, amplitudine, dignitate et sententiae rigore. Origine*, porque o direito natural remonta às origens da humanidade. *Amplitudine*, porque, todo o direito natural é comum. *Dignitate*, porque êle é a norma que permite julgar do valor moral das instituições e dos costumes. *Sententiae rigore*, porque, nos seus *mandata* e nas suas *prohibitiones*, o direito natural não pode tolerar qualquer alteração e não admite escusa. Vide Dom Odon Lottin, *Le Droit Naturel chez Saint Thomas d'Aquin*, pág. 15. É ainda de aconselhar a leitura das *Leçons de Droit Naturel* (em 5 volumes) de M. Abbé Jacques Leclercq. Edição de Wesmael-Charlier, Namur, 1934.

(2) «Não há outra nação no mundo que como a nossa se chamasse Grei, e Grei se sentisse em tôdas as horas difíceis da sua vida», dizia António Sardinha, em 7 de Abril de 1915, na sua conferência da Liga Naval Portuguesa, subordinada ao tema *O Território e a Raça*. Vide *A Questão Ibérica*, pág. 63.

(3) In-*O Direito e as Instituições*, conferência pronunciada na Liga Naval a 11 de Maio de 1915. Vide *A Questão Ibérica*, págs. 227-228.

(4) Xavier Cordeiro, in-*cit. lug.* Vide pág. 231 de *A Questão Ibérica*.

dade — e quantas vezes sendo, pelo Rei, o mais atendido! — com o clero e a nobreza (1).

Não há que confundir esta *nobreza* da nossa Monarquia com a aristocracia, tanto do nosso conhecimento (2).

A aristocracia, em casta fechada a certos privilegiados da sorte, participa do poder e a ela se devem, como agente de perturbações e de lutas intestinas mais do que como elemento da ordem, inúmeras revoluções. Lição já em Roma a tivemos, onde a realeza foi tão amada da plebe, quanto desta foram odiados os patrícios, aristocratas da urbe. E para os prantos da multidão pela queda da realeza encontramos explicação porque, com o advento das novas ideias, a plebe sabia falecerem-se-lhe as liberdades.

A nobreza, essa, não participando do poder, *serve-o, no entanto, como corpo que é do Estado*: é classe franca tanto para o sair como para o entrar (3).

(1) «A *Liberdade* nascente põe em fuga as velhas *liberdades*; A *Fraternidade* aniquila o princípio da Autoridade, e a *Igualdade* desmorona o velho edifício da Hierarquia»... e Mousinho da Silveira é «inconscientemente talvez, o maior fator da derrocada». Xavier Cordeiro, *in-lug. cit.*, pág. 230.

(2) Segundo o P. Juan de Mariana, seis são as formas de governo conhecidas: «governo de um só, ou *monarquia*, aquêlê Estado em que um só assume todo o poder real, e se acha portanto investido de todos os poderes do Estado»; temos *aristocracia* quando uns poucos de grande qualidade participam êles sós do governo; *república*, verdadeiramente existe quando todo o povo participa do poder supremo mas de tal modo e com tal temperança que as honras, dignidades e magistraturas cabem aos melhores; quando as honras e cargos se repartem *por bons e maus* sem distinção, então temos a chamada *democracia*, pois não deixa de ser grande confusão e uma grande temeridade querer igualar a todos aquêles a quem: a própria natureza ou uma virtude superior os fêz desiguais; na *oligarquia* só participam poucos mas, tanto como na aristocracia se buscam a virtude e nobreza como qualidades indispensáveis, nesta só se consideram as riquezas. Finalmente a *tirania*, é a última mas a mais execranda forma de governo; está em oposição com o poder real, de um só, porque exerce em seus súditos um poder pesado e a mór parte das vezes levado à violência, e se algumas procedem de princípio são e justo degeneram por necessidade em todos os vícios, em especial nos da luxúria, avareza ou crueldade. Vd. o P. Juan de Mariana, no seu excelente *De Rege et Regis institutione*. Há uma excelente tradução espanhola publicada na colecção Quevedo, Mundo Latino, Madrid, 1930.

(3) António Sardinha: *Ao princípio era o Verbo*, 2.^a edição, capítulo *Teoria de Nobreza*, págs. 189 e seg. Em sentido contrário se manifestou o Sr. D. António Xavier da Gama Pereira Coutinho, numa conferência que fêz nos «Estu-

«Se a nobreza era uma profissão — a profissão de servir o Estado, — a Profissão era, por seu turno, uma espécie de nobreza. O artífice antigo via-se rodeado de isenções e de foros que o tornavam uma realidade digna de pêsso e de conta. Recordemo-nos, em relação a Portugal, da Casa dos Vinte e Quatro e do *muito honroso* Juiz do Povo, falando claro aos reis e sendo recebido em palácio entre brandões acessos. D. João IV admitira a ler no Desembargo do Paço, com dispensa da mecânica de seus pais e avós, os filhos bacharelados de pessoas que houvessem servido nos vinte e quatro ofícios da cidade de Lisboa» (1). E a procissão do Corpo-de-Deus não era mais, nesse tempo, do que *a grande festa dos mesteirais, que foram sempre a coluna forte da monarquia tradicional* (2).

Se formos à história da Roma antiga veremos como a aristocracia procurou, sempre e em todos os tempos, com desproveito do povo e por assassinatos e outras violências na pessoa sagrada do rei, libertar-se da realeza abatendo-a de vez ou, pelo menos, enfraquecendo-a para dela tomar, em proveito próprio, alguns dos seus poderes (3).

À aristocracia sempre preocupou o mando. E ao contrário da nobreza que costuma ser auxiliar do rei na governação da Nação, a aristocracia é o desgoverno desta pois só seu alto nascimento lhe dá cuidado. A êste respeito e a-propósito é a narração que Fustel de Coulauges nos faz dos sete reis de Roma. Diz-nos o autor de *La Cité Antique* (4) que o primeiro dos sete reis morreu assassinado pelo Senado em virtude de querer aumentar, com o seu prestígio, o seu poder. A sorte ao segundo, não lhe foi adversa; mais sacerdote do que guerreiro, mostrou-se Numa *attaché à la constitution religieuse des familles et de la cité* , e, por isso, calmamente se despediu da vida em leito de rosas. O terceiro, desdenhando da religião por dar alento à aristocracia, morreu como já Rómulo morrera. Anco, grande amigo dos patri-

dos Portugueses», no Pôrto, e da qual se fêz publicação: *História da Aventurosa Vida dum Fidalgo Português na Índia* , Ed. Maranus, 1941. Para o Sr. D. António Coutinho a Nobreza é uma *selecção racial* , uma casta no bom sentido da palavra. Discordamos dêste ilustre conferencista acolhendo para a nossa tese as razões de António Sardinha no passo citado.

(1) *Ao princípio era o Verbo* , 2.^a edição, pág. 214.

(2) *Idem* .

(3) O Rei tinha poderes religiosos e poderes políticos.

(4) Vide *La Cité Antique* (Ed. Hachette), Liv. IV, Cap. III, págs. 291 e segs.

cios, aristocratas da cidade antiga de Roma, acabou em fôfa cama, rodeado pelos seus, mas Tarquínio, o Soberbo, apoiado desde sempre pela plebe, que em Roma tanto quis à Realeza quanto detestou o patriciado, a êsse, por pouco religioso e inimigo dos *patres*, já o espera o punhal homicida. O sexto rei *s'est emparé de la royauté par surprise*; grande bemfeitor das classes inferiores por quem faz distribuição de terras, é morto à traição nas escadas do Senado. E por fim, contra o segundo Tarquínio que tendo esquecido os senadores que o elegeram persegue o patriciado, e quere ser senhor *de rege dominus existitit*, contra êsse armam, com a mentira, a revolta no povo a quem êle tanto protegera e amara.

E com a queda da Realeza, de que a plebe muito se lastimou, pertenceu o govêrno das cidades à aristocracia (1), cujas desastrosas consequências são de-mais conhecidas para as trazermos para aqui, onde só procuramos fazer ver a diferença existente entre *nobreza* e *aristocracia*, duas expressões tão confundidas mas tão distantes. E o exemplo de Roma nos mostra que só a primeira é defensável!

E foi por isto que, em Portugal, as relações havidas entre senhores e vassallos, assumiram desde princípio, *a feição comunitária e familiar, que é a eterna marca que o espírito da Raça imprime a tôdas as suas instituições* (2).

E Xavier Cordeiro, nessa sua memorável conferência da Liga Naval mostrava com as Misericórdias, no seu sentido original e como instituição de inconfundível nacionalidade, que a caridade cristã exercida em comunidade, assume «um carácter público de confraternização, em que o Rei, os nobres e *os officiais mecânicos se alinham sob uma bandeira comum, na mesma cruzada piedosa*» (3).

E dizia ainda ser o Rei, na confraria, sempre *irmão*, «entrando em número igual, pessoas de alta linhagem e humildes mesteirais».

Encontramos neste quadro a influência da religião na sociedade de antanho, num tempo em que Portugal foi grande, talhando, e dando ao mundo novos mundos.

Vivia-se com Deus, e em Deus se olhava o destino da Pátria — terra dos avós.

Em Évora-Monte, onde com a agonia da Realeza morreu a Monarquia Portuguesa, acabaram também *em holocausto à Liberdade, as or-*

(1) Esta aristocracia baseava-se, não só no nascimento, mas na religião.

(2) Xavier Cordeiro, *lug. cit.*, pág. 240.

(3) *Cit. lug.*, págs. 256 e 257.

dens religiosas, apressadamente extintas em decreto de 28 (1) — dois dias depois! — logo promulgado por D. Pedro em 30 de Maio (2), num diploma célebre em que, com todo o frenético entusiasmo da vitória, se renegava tôda a acção das ordens religiosas e militares na constituição e defesa da Pátria, e a maior glória do passado civilizador de Portugal nas quatro partes do mundo (3).

É ainda em Évora-Monte onde, com o exílio do Rei, se exilaram as antigas liberdades do povo, e com a queda da Realeza (4) e o advento das ideas iluministas francesas, se abateu com todo o magnífico e sólido edifício da nacionalíssima organização portuguesa, deixando-se de ouvir, como era de esperar e a-pesar das ideas democráticas do tempo, o povo que, com o desaparecimento dos três estados, deixou de, pelos procuradores dos mesteres, tomar assento nos negócios da cidade.

Mas, deixemos o percorrer assuntos de somenos para aquilo a que nos propusemos e, sem fugir ao já dito e redito, procuremos mostrar aqui como no próprio manuscrito de José Acúrcio, — defensor máximo de uma curiosa e luminosa figura de Rainha e de Mulher que as paixões políticas tanto deformaram — e, sem muito vasculharmos, se encontram tantíssimos passos que, em verdade, corroboram e defendem de sobejo o nosso ponto de vista.

Já neste estudo fizemos referência ao primeiro, quando dissemos que nalguns capítulos do seu notável trabalho se repele e se condena o monopólio que, apregoadado e pôsto em prática pelos liberais, é, como já o mostramos ser, mal terrível para a economia da Nação (ou melhor, — para a economia da Grei, como «família nacional»).

(1) 28 de Maio de 1834.

(2) Dr. Hipólito Raposo, in-*Pátria Morena*, pág. 221. Vide também, Coelho da Rocha no seu *Ensaio sobre a história do govêrno e da Legislação de Portugal* onde se refere terem sido muitos dos decretos de D. Pedro redigidos e publicados usando do poder ditatorial que as circunstâncias desculpavam. Com a Liberdade de D. Pedro parece terem-se acabado as liberdades do tempo da Realeza, pois que nos conste nunca, até mesmo com o tão discutido D. Miguel, se governou ditatorialmente. Vide pág. 238 do *Ensaio* do insuspeito Coelho da Rocha.

(3) Dr. Hipólito Raposo, *cit. ob.*, págs. 221-222.

(4) O Sr. José Barbosa no seu livro de fé republicana *Pela Grei* (aspectos da nossa gente), dizia, em 1909, que o «*liberalismo monárquico tem o defeito fundamental de ser teórico ou de não poder, por embaraços insuperáveis postos pelo regime, ser pôsto em execução, ser levado à prática*». Como nós concordamos com êle neste ponto!

É quasi desnecessário trazer mais sôbre o assunto, mas para bem cumprirmos com o prometido, percorreremos em análise breve alguns capítulos do manuscrito, salientando-se mais uma vez, por indispensável, que José Acúrcio neste seu trabalho, como em outros passos da sua notável obra, defende a liberdade de comércio e não a livre concorrência, o *laissez faire* dos economistas inglêses e franceses da escola liberal (Vide § 1.º).

Nos §§ 3.º e 4.º, apresentando as razões que o levam a inclinar-se pela liberdade do comércio dos grãos, parece querer mostrar-nos que para as riquezas influírem benêficamente no poder, como é mister, será grande serviço não proibir, ou restringir, as exportações dos grãos, base da subsistência pública, porquanto é falso o teorema que apresenta a proibição como meio seguro *de se conseguir hum abatimento* (que a dar-se será temporário) no seu preçário, e ainda *o de se evitarem as fomes* (no § v diz, com o autor do *Século de Luiz XIV*, encontrar ser, em Colbert, *única mancha do seo Ministerio* o não ter animado as exportações).

No fim do § v, defende Acúrcio das Neves um princípio da Monarquia tradicional portuguesa ao referir-se *aos prejuizos da multidão*, como sinónimo de Nação.

E no § vi ao dar como causas principais da riqueza o obter (através do comércio) *a protecção do Soberano ou das Leys, e a liberdade*, em geral, e não haver, em particular, *comércio que mais precise desta protecção do que o dos grãos*, não estará neste ponto ainda a repudiar o livre cambismo dos economistas liberais? Neste capítulo, como em outros, ao repudiar o monopólio, pedindo se deixe êste ramo entregue às operações naturais do comércio, não está o economista português a interpretar o sentir da Grei que sempre achou revolta contra os monopólios, quer sejam do pão, quer das aguardentes?...

E contra estes se insurge mais uma vez no § xi ao responder que a liberdade de comércio é *inimiga natural do monopólio* porque supõe *hum só comprador, que por não ter concurrentes consegue apoderar-se de todas as mercansias de hum genero* (o monopólio só é defensável para José Acúrcio e mesmo assim com muitas reservas em tempo de escassez porque o *Sagaz monopolista achará os meios de conseguir o seo intento, ou clandestinamente, ou por sugestões...*).

No capítulo xiv, não é êle ainda apóstolo e defensor dos direitos da Grei ao proclamar a venda livre, ao consumidor, do grão de seu consumo? Não vemos nisto proibição à corporização dos produtores do

trigo pois muito se distingue a produção e as necessidades de produção, do consumo com as suas necessidades de consumo, e se quanto à produção, esta se pode agremiar, já o mesmo se não poderá dar com o comércio de venda, ao consumidor, que êste deve ser livre.

E, no capítulo xv, como êle mostra carinho pelas gentes, e conhecimento da vida económica portuguesa, ao ver em Portugal um país essencialmente agrícola! Não será o «sentir» da Grei a falar por êle?!...

Quando no capítulo xxii busca em Smith razões para a sua tese, não é por acôrdo com estas nefastas doutrinas mas para aproveitamento de uma regra de geografia económica. E, em verdade, quantas vezes trazemos em nosso auxílio teses antagónicas?!... Aqui, o que importa salientar é a diferença e o duplo sentido que numa mesma palavra «liberdade» se encontram: para uns, os liberais, os defensores das teorias liberalistas, *Liberdade* é a defesa da livre concorrência e do monopólio; para outros, para José Acúrcio, *liberdade* é a tradicional liberdade pelo Rei dada à grei, a qual mesmo no comércio económico tem e deve ter lugar.

E, José Acúrcio, ao apontar a Inglaterra, como exemplo em muitos casos, só — e sempre — à liberdade do comércio de grãos se atém, e se procura ilustrar a sua tese, com modelos em terras alheias e de economias diferentes da nossa, é para assim melhores e mais eficazes conclusões tirar da excelência do sistema tradicional português.

E não encontramos em José Acúrcio, — e em quási tôdas as suas obras — desejos de regresso à monarquia com Rei à portuguesa, por não querer rei com apelido, como êle dizia do rei constitucional?

E com êsse regresso, não mostrava o Doutor vontade pela torna às velhas instituições de seus avoengos?

E nessas velhas instituições, com a Casa dos Vinte e Quatro e a corporação do mester, não queria José Acúrcio o regresso das liberdades da Grei, no número das quais se conta a liberdade de comércio?

Parece-nos bem que sim...

Nas proibições ou restrições ao comércio dos grãos — e era contra estas que o economista português se insurgia! — via sempre e com ciência certa, a defesa do monopólio tanto de seu desprêzo, com o sentir bem português de defensor das Instituições e da Grei.

Finalmente ao procurar, nos §§ xxix e seguintes, aplicar às ilhas dos Açôres os princípios que lhe foram ditados pela experiência adquirida na sua longa permanência naquelas paragens, diz, ser também ali, ainda, naquele pedaço de terra tão portuguesa, dada à Grei pelos por-

tugueses da tradição de quinhentos, tal como no Lar dos Maiores, a agricultura, mãe, e não madrasta, do comércio das Ilhas *e para sempre a da sua prosperidade*.

O trigo é um bem das nações *e de sólida e permanente riqueza* porque a experiência mostra terem aquêles que enriqueceram pelo comércio, ou pelas produções doutra natureza, possuído riqueza passageira, enquanto que a agricultura, essa, reparou a França *em huns poucos de annos do Reynado de Henrique IV*.

Dêstes últimos parágrafos do seu trabalho (xxx), das razões dadas em prol de seu ponto de vista — liberdade do comércio de grãos com sua aplicação aos Açôres, — se vê que aquilo que preocupava o espírito clarividente do economista português era o aumento da agricultura, futuro e riqueza do Portugal eterno.

Não lhe esqueceram tampouco, as relações económicas com a Metrópole e das que necessariamente devem existir com o estrangeiro. Nada escapa à subtileza do culto novecentista. No seu cérebro portentoso perpassam, como no *écran*, tôdas as ruins conseqüências de uma desastrosa política económica e, com os seus conselhos, procura resolvê-las de harmonia com as necessidades colectivas da Grei e não com os interesses dos partidos, desgraça grande dos espíritos iluminados pelo «liberalismo».

*
* *
*

José Acúrcio das Neves, economista, político, juiz, escritor clássico, pensador e mais do que tudo isso português dos melhores, bem merece da gratidão da Grei porque, mais e melhor do que ninguém, nos seus 68 anos de vida terrena, a soube Amar e bem Servir.

E quando, em 1834, *post tot tantosque labores*, José Acúrcio cerrou os olhos, podia, êle que em vida tanto sofreu por ter rectidão de carácter à antiga portuguesa, despedir-se do mundo com orgulho pois nêle colocara bem alto, em serviços, o nome da Pátria — terra dos avós.

Lisboa, em dia das BB. Mafalda e Sancha, Infantas de Portugal, neste ano da graça de 1941, ao entrar do séc. IX da nacionalidade.

FERNANDO DE AGUIAR.

Carlos Malheiro Dias

F ALECEU no dia 19 de Outubro o ilustre escritor. Nestes dias, sombriamente preocupados para os amigos de Carlos Malheiro Dias, pus-me a recordar o Carlos Malheiro Dias de 1900.

No ano de graça de 1900, eu tinha apenas 17 anos.

E foi então que eu fiz conhecimento com Carlos Malheiro Dias.

Vou à minha livraria, e colho os seus três livros: *Filho das Hervas*, ainda assinado por Carlos Dias; *Os Teles de Albergaria*; e *Paixão de Maria do Céu*.

Têm o meu nome — e a data. Os dois primeiros dizem: «Coimbra, 1 de Maio de 1901». O último diz: «Guimarães, 3 de Maio, 1902.»

Abro os três livros, folheio-os devagar, relendo as passagens sublinhadas, detendo-me a recordar certos incidentes que me tinham impressionado.

A *Paixão da Maria do Céu* — projecção do romance de Maria Ana Alcoforado é a nota lírica, enternecidamente sentimental, posta na paisagem soturna do Naturalismo dos dois outros romances.

Não sei se ainda hoje, nesta hora de miséria, há quem suspenda os seus passos para contemplar a arte dos que nesses tempos foram deuses ou guias — Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Bento Moreno, Carlos Malheiro Dias, ou Zola, Flaubert, Bourget, Maupassant, sei lá quantos!

Os petimetres de hoje, a escorrer génio, desdenham da prosa eterna de Bernardes ou de Fernão Lopes, e permitem-se franzir o nariz à prosa inultrapassada de Antero de Figueiredo que bate, molda e lavra com afaços e afãs de ourives da Renascença.

Coitados — não lhes dá o génio para mais. . .

A passear os olhos pelos três livros de Carlos Malheiro Dias, revivo uma fase bem característica da Literatura portuguesa: a fase do Naturalismo em que Eça de Queiroz pompeou majestáticas riquezas.

Nos dois primeiros livros, Carlos Malheiro Dias é, em tudo, e por tudo, discípulo de Eça de Queiroz.

Os temas, o corte da frase, o meneio da expressão, a alma da ima-

gem, a adjectivação — tudo é da cepa queiroziana. Mas trata-se de discípulo com nervos e garra, que é queiroziano porque o ar que se respirava, então, também o era. Trata-se dum discípulo com capacidade para se libertar de influências, e trilhar o seu caminho.

Já a *Paixão de Maria do Céu* é o bater de asas independente, com reflexos próprios e personalidade bem própria.

Entre 1900 e 1936 — houve muitas coisas, neste país e por êsse mundo fora. Aqui, houve uma Bernarda que mudou os eixos da vida social, mundana e política do país. Quando ainda andavamos atordoados da pancada, rebenta a guerra, e quatro anos passou o mundo a destruir-se, destruindo o verniz que meio século de paz pôde acumulara e polira.

Nós, os que estamos a cavalo nas duas épocas, e vivemos a balbúrdia nacional de 1897-1914 que se integrou na trovoadá internacional de 1914-1918 — nós podemos bem julgar as obras literárias de há trinta e seis anos — bastando-nos para isso cerrar os olhos, e ver o que fomos, e pensamos, e sentimos há trinta e seis anos.

Se a *Ilustre Casa de Ramires* e a *Cidade e as Serras* são, na estrada de Eça de Queiroz, um arrepio, — mas um arrepio em que o escritor não modifica um ápice o seu estilo, a *Paixão de Maria do Céu* é, na verdade, um arrepio na estrada de Carlos Malheiro Dias — quanto ao assunto, mas avanço esplêndido estilisticamente falando.

O *Filho das Hervas* é livro que fica fora da órbita da moral convencional do tempo: um livro anarquista.

Os *Teles de Albergaria* movem-se em campo mais acanhado — o campo das preocupações nacionais: são um livro que tem o seu quê de profético.

Não presumo, ninguém é capaz de calcular o que seria a obra de Malheiro Dias, como romancista, em país sossegado, inteiramente entregue ao seu labor pacífico. Com a rua em ebulição, agitada por energúmenos sem escrúpulos, Carlos Malheiro Dias pousou a sua pena de Artista e quando a Bernarda estalou, fêz as malas, meteu-se no paquete e foi deitar-se a ganhar a vida do lado de lá do Atlântico.

O Artista morrera — mas, felizmente, deixara sucessor.

E que sucessor!

Carlos Malheiro Dias não foi apenas o organizador e animador da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. E se só isso tivesse sido já teria sido muito. Não. Foi muito mais — foi colaborador eminente dessa obra singularmente notável.

No primeiro volume, escreveu a *Introdução*; no segundo, escreveu a *Semana de Vera Cruz* e a *Expedição de 1501*; no terceiro, escreveu a *Introdução*; a *Metrópole e as suas conquistas durante D. João III, D. Sebastião e o Cardial*; e o *Regime feudal das Donatárias*; e de colaboração com o sr. dr. António Baião, a *Expedição de Cristóvão Jacquy*.

São colaboradores desta obra monumental, homens com as responsabilidades de Luciano Pereira da Silva, Paulo Merea, Duarte Leite, António Baião, Jordão de Freitas, Oliveira Lima.

Carlos Malheiro Dias fica muito bem entre eles, porque os seus estudos históricos são cheios de saber e de probidade. Se se não caracterizam pela tecnicidade que dá relêvo aos de Duarte Leite e Luciano Pereira da Silva, são monografias do mais evidente valor erudito que para sempre acreditarão o nome de Carlos Malheiro Dias entre os historiadores portugueses.

Foi o exílio que fêz o historiador, sufocando o Artista, e romancista? Há males que vêm por bem. E embora o facto tivesse sido doloroso para a sensibilidade de Carlos Malheiro Dias — nós outros, homens de estudo, louvamos o exílio que arrastou Malheiro Dias para as terras do Brasil.

Não anda em tôdas as mãos a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. O homem do botequim e da esquina, o literato e o fazedor de reputações sabem vagamente dum certo Malheiro Dias que escreveu romances e crónicas ligeiras, mas ignoram o Malheiro Dias que ajudou a esclarecer a nossa acção colonizadora do século XVI, no Brasil, e a reconstituir a figura imortal de D. João III — o estúpido, o beato e o fanático, como soem chamar-lhe os idiotas que se repimpam em cadeirões académicos, para desgraça de crédulos, às vezes com saber.

Pois é bom, é indispensável que se dê vulto à personalidade do investigador Carlos Malheiro Dias.

ALFREDO PIMENTA.

O HOMEM PÕE

(Excerpto do romance "Calcanhar do Mundo")

SE não estivesse bem sentado, em frente da escrevaninha, o tio Francisco Mendes teria apalpado o soalho com os ossos ao ouvir da boca de um dos seus três interlocutores o fatídico responso da sua fortuna.

— Que me dizem?! Pois o meu compadre Carvalho... Mas isso é impossível!

O Gustavo Seixas, de S. João da Beira, arbitrador encartado, mais uma vez o desenganou:

— Não tenha dúvidas, sr. Francisco. O «méco» comeu-lhe a «pinha» com tôda a limpeza.

O tio Francisco, assombrado, rogou ao Gustavo:

— Faça favor, mostre-me a relação!

O outro passou-lhe às mãos umas fôlhas de papel azul do formato legal, já muito enxovalhadas, e o vélho examinou-as atentamente. Mas não foi preciso muito tempo para acabar de convencer-se de que efectivamente eram os seus prédios e não outros, que ali estavam relacionados pela mão perita do escrivão Andrade.

— Ah, malandro! — explodiu o tio Francisco, erguendo os punhos.

Os três louvados estavam de pé, olhando o pobre homem com assombro e dó. Talvez nunca tivessem presenciado o espectáculo de um ricoço súbitamente tombado na pobreza, por artes do maior espertalhão da comarca.

— E então, não haverá maneira de evitar isto? Os senhores têm de fazer a avaliação hoje mesmo?

— São as ordens que traz o mandado, sr. Francisco, — respondeu o Castro, do Vilar, perito crónico da política concelhia.

O terceiro avaliador, que ainda não havia emitido palavra, dignou-se desta feita apoiar o colega e dar ao mesmo tempo a razão do seu mutismo:

— É... é... é... a... ssim mes... mo!

Chamavam-lhe por antonomásia o « Palra » e era da pitoresca aldeia de Bela Vista, berço do Condestável.

— Ai, Jesus, que estou cardado! — gemeu o tio Francisco gotejando suor gelado da fronte.

— E como já não é cedo, temos de começar com isto — concluiu o Gustavo, que era o mandão do trio. — Faça favor de nos desculpar, sr. Francisco, mas ordens são ordens.

— Bem! — suspirou o vêlho. — Cumpram a vossa obrigação!

Os arbitradores ensaiaram a retirada, mas o tio Francisco suspendeu-a com um gesto para inquirir:

— Dizem-me então que o Carvalho...

— Há três dias a gancho, por ordem do tribunal. Parece que nessa história da quebra houve grossa manigância. Fala-se em escrita falsificada para encobrir a roubalheira, emfim, vai um falatório na vila que eu sei lá! — informou o Gustavo, solícito.

— Fico-lhes muito agradecido pela vossa atenção. Nunca a esquecerei! — gaguejou o vêlhote, com a cabeça num vulcão.

— Não merece, não merece! E agora, vamos! — ordenou o Gustavo.

Os servos da lei desapareceram pela porta, palmilharam o migalho de corredor e deram consigo no pátio, ao tempo que o tio Francisco enfiava para o quarto de dormir onde a tia Anita, com o reumático exacerbado, gemia as suas dores.

— Mulher, tenho de ir à comarca! — anunciou-lhe o marido, sem querer entrar em mais explicações.

A tia Anita, acostumada à obediência, limitou-se a inquirir:

— Talvez queiras outra roupa... chama a Mariquitas que ta dê.

O tio Francisco mirou-se rápido e respondeu:

— Não, estou bem assim. De resto, não conto demorar-me. Até logo! E já entre a porta, resmungou:

— Olha! Se ouvires por aí alguma coisa, não faças caso, que eu vou tratar de tudo.

— Pois que coisa hei-de eu ouvir, homem, pregada nesta cama?!

— Bom, isto é falar. Até logo!

No corredor, chamou:

Ó Emília, Emília!...

A rapariga acudiu da cozinha:

— Lá vou!

— Não é preciso! Dá daí um chamado ao Tonito Martins, que anda ao pé da nora, para me vir aparelhar a égua num pulo.

O vólho foi ainda ao escritório, e tanto mexeu e remexeu nos papéis da gaveta que achou o que desejava — a cópia da escritura de venda. Olhou-a com rancor, como se pudesse atribuir-lhe a culpa do seu desastre, e encafuou-a na algibeira interior do casacão. Ia a sair quando surgiu sorridente, o Carlitos, lindo botão de rosa que trazia nas faces um rubor saúdável e tesoiros de alegria nos olhos azuis.

— Olha, avô... achei um ninho no balseiro da horta. Ai, que pequenino êle é! Queres ir ver?

O vólho acariciou-lhe os caracóis fulvos, levemente rociados da fresquidão matinal, e subiu-lhe à garganta um forte soluço que o não deixou responder ao neto.

— Estás a chorar, avô?...

— Não, querido, engasguei-me...

— Então, não vens comigo ver?

— Hoje não posso. Vou sair a cavalo.

— A cavalo? Eu também quero ir contigo, avô!

— Isso sim, menino!... Vou longe, e volto muito tarde. Dá cá um beijinho, anda!

O pequeno beijou-o e viu-lhe os olhos vermelhos. Mirou-o com surpresa mas nada disse, como se tivesse compreendido a reserva do avô. E, enquanto o vólho montava na égua com o coração desfeito, o Carlitos correu ao quarto da avó para lhe anunciar o seu triunfo, o primeiro naquele género:

— Olha, avòzinha... achei um ninho!

Duas horas depois, o tio Francisco Mendes apeava-se na Alameda da Ponte e subia com vigor de moço a íngreme escadaria da cadeia. Foi encontrar tudo em alvorôço, o juiz furibundo, o delegado como uma bicha, o escrivão Andrade com a calva como um tomate e o « Menino Jesus » batendo as mãos num ritmo mais acelerado. Na enxovia, precisamente na sombria quadra que o Carvalho ocupara, jazia agora o carcereiro que o deixara fugir naquela madrugada. Prostrada aos pés do Dr. delegado, a mulher do pobre diabo berrava a sua desdita, arrepelava os cabelos crespos e contava pelos dedos o ror de filhos que tinha, tudo para ver se enternecia o inflexível fiscal da lei que lhe encarcerara o marido. Mas debalde se consumia em lágrimas, porque a dura norma não consentia benevolências em casos de tanto melindre.

Ao inteirar-se da fuga do compadre, o coração do vólho quási deixou de bater. Ficou pregado nas lages do pátio da entrada, muito enfiado, a olhar como doido para os da justiça que, por seu turno, mi-

ravam aquela aventesma de véelho que caíra do Céu, com justificado espanto.

— Quem é você, e o que quer aqui? — perguntou o Dr. delegado.

Mas o juiz interveio:

— Espere lá um momento, colega, eu julgo que o conheço. Ouça, homenzinho! Donde o conheço eu? Estou em que já nos vimos, e há pouco tempo.

O escrivão Andrade segredou-lhe qualquer coisa, e o bom do magistrado, súbitamente lembrado, exclamou:

— É isso, é isso mesmo! A testemunha que não sabia nada, agora me lembro... Então, que deseja aqui?

Recobrando um pouco de serenidade, o véelho respondeu como teria respondido um espartano:

— Justiça para um roubado, castigo para um gatuno!

Em poucas palavras expôs o seu caso, exibindo a cópia da escritura, mas também não tardou o desengano.

— Ah, pobre homem! — voltou-lhe o juiz. — Isso é assunto liquidado! A venda é firme, e repare, o notário declara que o Carvalho lhe entregou o preço na sua presença.

— Mas é falso! — bradou o véelho.

— Será! Porém consta da escritura, e esta faz fé em juízo, a menos que seja argüida de falsa. Ora, o senhor é que voluntariamente vendeu, e não poderá, portanto, vir alegar a sua própria torpeza.

— Há opiniões, colega! — observou de lá o Dr. delegado, abanando a cabeça.

— Pois haverá! Mas não importa, ou importa pouco. De resto, o Ministério Público é que neste caso as não pode sustentar.

O outro entupiu com êste bote certo.

— Mas então, não há remédio para esta pouca vergonha? — interrogou o tio Francisco, já irado.

O juiz, muito digno, acalmou-lhe os furores com duas palavras severas:

— Se há pouca vergonha, é da sua lavra, e a justiça deve ignorá-la! E de novo com bondade:

— O melhor será entender-se com os seus vizinhos para que na praça não venham picar-lhe os prédios e lhe permitam readquiri-los em conta. Deve ter algumas economias, hem?

— Tenho uns patacos, senhor juiz, lá por isso...

— Então, tudo se pode arranjar. Que isto é conselho do homem e não do magistrado, entende?

O tio Francisco bem o entendia, assim como entendia à maravilha que estava ali um grande coração. Por isso, agradeceu-lhe a benevolência e retirou-se um pouco mais aliviado, a entrever uma saída no labirinto trágico em que se embrenhara.

De novo no selote da égua a caminho de Vale de Lagoas, já o decréscimo da sua angústia lhe permitiu recrear a vista no soberbo espectáculo dos campos vestidos de verduras e toucados de branco, como noiva gentil em dia de bodas. Os trigos, os centeios, todos os cereais erguiam suas finas hastes aos céus, entoando louvores ao garrido Maio, fresco mas soalheiro, que se mostrava engalanado como rei em seu trono. Os milhos ainda rasteiros cobriam a terra de minúsculas sombras e por entre a sua verdura densa, sentia-se o murmúrio quasi indistinto dos pequeninos arroios, a entoarem a eterna canção dos beijos e das flores. As árvores alvejavam de pura neve, umas, vestiam grinaldas de variado matiz ou mantilhas de vaporosos linhos, outras, aqui negreando a oliveira ou verdeando a laranjeira airosa, ali a cerejeira ostentando já o sorridente fruto, mais além as macieiras gentis noivando com os rocios daquela manhã esplendorosa. Gente cuidadosa empenhava-se nas sachas e mondas com alegre frenesi, gargantas frescas de cachopas entoavam canções dolentes de amores atraçoados ou felizes, e nas quebradas o chocalhar dos gados roendo as flores das murtas fazia lembrar o som fagueiro das campainhas nos altares convidando ao recolhimento e à oração. Tôda a terra abençoada, prenhe de promessas que eram quasi certezas, parecia como que um altar gigante onde os homens sacrificassem ao bom Deus, fonte de tôda a abundância.

Pouco importava ao vêlho que as suas terras se houvessem mostrado ingratas naquele ano, pondo manchas de desolação no feérico conjunto dos viços. Já não eram suas, tampouco, já o génio do ódio e da vingança lhas arrebatára em turbilhão, soltando casquinadas escarminhas.

O meditar do tio Francisco levou-o insensivelmente ao ponto crucial do seu drama, à inapagável recordação da filha fraudada, depois negociada como as reses de matadouro, depois ainda escorraçada como cadela tinhosa. Pôs-se a rememorar o vulto do genro, airoso e robusto, o seu semblante sério, quasi grave a despeito dos poucos anos, o seu amor ao trabalho, a sua dedicação pela quinta, a sua grandeza de alma e desintereße. As trevas que lhe obscureciam o entendimento começavam a dissipar-se ao sôpro da desgraça, e o vêlho compreendeu de súbito o seu

grande êrro e a teimosia da filha em querer ao marido como no dia em que o seu coração falara.

— O rapaz bem a merecia! — pensou.

E um calafrio percorreu-lhe a espinha ao julgar-se a si próprio em confronto com o genro. Fôra um casmurão em levar as coisas à bruta.

— Ainda haverá remédio?

Não via qual, e esta impossibilidade enchia-o de raiva. Picou com gana a barriga da égua até sangrar. O bicho, surpreendido, partiu num galope furioso pela serra fora, desferindo lume nas pedras do caminho. O vêlho tirou o chapéu para que a brisa lhe refrescasse as fontes, e durante o resto do percurso procurou furtar-se ao exame da situação, mas sem o conseguir.

— Ainda não está tudo perdido! — murmurou por fim, esperançado.

Quando entrou ao portão do pátio, a égua, coberta de suor e espuma, resfolegava rijo como se acabara de tomar banho frio. O tio Francisco apeou-se, e entregando o animal aos cuidados do moço, meteu escada acima. No corredor encontrou Maria dos Prazeres que saía do quarto da mãe.

— Alguma novidade, Mariquitas?

— Bom dia, meu pai. Deite-me a sua bênção.

Muito comovido, o vêlho tornou-lhe:

— Deus te abençõe, filha, Deus te abençõe! Mas... há novidades?

— Que eu saiba, não... Só a mãe é que não está melhor, coitada, cheia de dores nas cruzes.

— Bem!

E o tio Francisco Mendes encaminhou-se para o quarto. Mas, súbitamente, Maria dos Prazeres recordou-se:

— Olhe, meu pai, já me esquecia. Está um telegrama sôbre a escrevaninha do escritório. Trouxe-o a correia.

— Um telegrama... de quem será?... Não o abriste?

— Não, meu pai. Podia ser qualquer coisa que eu não devesse saber...

O vêlho còrou, ao leve remoque da filha, e dirigiu-se para o escritório.

— Vou ver primeiro o que é.

Entrou. Sôbre a mesa, lá estava a mensagem telegráfica, fechada ainda com uma obreia. Rasgou-a, nervoso, e pôs-se a soletrar o conteúdo, com dificuldade, porque lhe custava a entender aquêlê género de escrita. O papel dizia assim: «Casa bancária Olaio & Brito, L.^{da} cessou pagamentos quebra fraudulenta prejuízos totais». Assinado: «Tavares».

Êste Tavares era um negociante de Castro Mendo, com quem o tio Francisco Mendes mercadejava desde os seus comêços.

O vélho, tendo decifrado a mensagem mais com o coração do que com a inteligência, sentiu uma grande chama de lume nos olhos e deu consigo em terra, derrubando o cadeirão. Ao estrondo acudiu a da cozinha, e aos seus brados de socorro, Maria dos Prazeres, o moço, todos os criados e criadas da quinta, num alvoroço sem par.

O tio Francisco Mendes, muito pálido, olhos cerrados, não dava acôrdo de si. Para não alarmar a tia Anita, transportaram-no com infinitos cuidados até ao leito da filha, e esta despediu um próprio ao Dr. Gesteira para que viesse num pronto. Mas não chegou a tempo o socorro da ciência, pois passada uma hora escassa o vélho, que não voltara a abrir os olhos, tateou com a mão esquerda até encontrar uma cabecita gentil cujos cabelos acariciou a custo, e, ciciando o nome do genro, expirou docemente, entregando a alma à misericórdia divina. E os sinos de S. Marcos tangeram a melopeia triste da morte, que foi acordar uma prece no coração de cada homem.

VIRGÍLIO GODINHO.

José Vaz Guedes Pinto Bacelar

Em Lousada, para onde tinha ido do Pôrto, em busca de melhoras para a sua abaladíssima saúde, faleceu, nos primeiros dias de Novembro, êste nosso bom Amigo, fidalgo de sangue e de maneiras, ardente nacionalista e monárquico de *antes quebrar que torcer*.

Dotado de viva inteligência e de profundíssima curiosidade intelectual (era neste campo um insatisfeito), José Vaz Guedes Pinto Bacelar possuía também um primoroso carácter.

Admirador profundo das ideas nacionalistas prégadas pelos grandes teorizadores do **Integralismo Lusitano**, ideas que desassombradamente defendia e apregoava, acompanhou de perto êste movimento politico, tendo tido, depois, também larga simpatia pelo **Nacional Sindicalismo**, dirigido pelo Dr. Rolão Preto.

Na *tertúlia* nacionalista do *Café Excelsior*, do Pôrto, onde se reúnem alguns vélhos e intemeratos soldados da Boa Causa (entre os quais os seus queridos Amigos, nossos colaboradores, brilhantes publicistas Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães) José Vaz Guedes Pinto Bacelar, era, apesar dos seus 50 anos, um dos mais moços pelo espirito, intransigência e combatividade.

Escrevendo com elegância, deixa, espalhadas por numerosos jornais e revistas, algumas produções excelentes, dignas de serem recordadas. Na nossa revista, publicou êle um belo soneto, que muito apreciado foi, pelos nossos leitores.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1841

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Novembro

Dia 15 — Na rua dos Mercadores e em casa do cônego José de Abreu Cardoso Teixeira, seu tio-avô e depois padrinho, nasceu Alberto Sampaio, filho de Bernardino Sampaio e Araújo, juiz em Celorico de Basto, natural da freguesia de S. Cristóvão de Cabeçudos, e de sua mulher D. Emília Ermelinda Cardoso Teixeira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães. Alberto Sampaio foi um dos fundadores da Sociedade Martins Sarmento. Economista e historiador distinto, são notáveis os seus trabalhos *As Vilas do Norte de Portugal* e *As Póvoas Marítimas*. Conviveu com Sarmento, Oliveira Martins, Antero, Luiz de Magalhães, Rocha Peixoto, Ricardo Severo e outros valores na letras portuguesas.

Dia 18 — Tômou posse da regência da cadeira de Latim, para que fôra nomeado por provisão de 15 de Outubro do Conselho Geral-Director, Francisco Pedro da Costa Rocha Viana, «o Venâncio» (nome de seu avô), natural de Viana.

Dia 26 — «Na noite de hoje para amanhã foi cercada a Casa do Toural por tropa para prenderem a Rosa do Toural, por se achar envolvida na morte da sobrinha de

António de Napoles, a qual se tinha evadido antes de ser cercada a casa, por lhe haverem dado parte. Esteve a casa com sentinellas até ao dia 28 de tarde, tendo-lhe dado repetidas buscas» (P. L.).

Dezembro

Dia 8 — «Nesta noite registou-se um pequeno fogo, pegado propositadamente por um sujeito que se zangou com o dono da casa. No Campo da Feira roubaram uma vendeira, que os ladrões prenderam à cama, amordaçando-a. Levaram-lhe as peças de ouro que tinha e o dinheiro do vinho. Nas freguesias do termo dormem agora todas as noites dois homens ao pé dos sinos para tocarem logo que sintam ladrões.» (Correspondência de Guimarães, datada dêste dia e publicada no *Periódico dos Pobres no Pôrto*).

Dia 16 — Para sanar desinteligências existentes entre os oficiais e o major comandante do batalhão de infantaria 14, veio a Guimarães o Barão de Leiria, chefe de estado maior do Visconde de Valongo, general da provincia. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



COUSAS DA MADEIRA. LENDAS DE OUTRORA, E DE SEMPRE... , por *Fernando de Aguiar*. Guimarães, 1939.

É uma separata de *Gil Vicente*, pelo que já conhecida dos leitores. O Autor estuda algumas lendas curiosas da linda Ilha atlântica, em continuação das já estudadas no vol. I. É escrito na mesma linguagem poética daquele, cheia de imagens excelentes.

ALGUNS DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DE IDANHA-A-VELHA, por *Alfredo Pimenta*. Edição da Junta Provincial da Beira Baixa, 1940.

Neste magnífico trabalho colige e comenta A. P. diversos documentos referentes à famosa *Egítânia* e que se encontram dispersos por várias obras ou estão ainda na Torre do Tombo.

Com o seu *modus faciendi* peculiar A. P. procura interpretar as passagens obscuras, esclarecer outras, corrigir afirmações já feitas por outrem, sempre dentro da mais rígida objectividade histórica.

É um trabalho honesto e consciencioso, como quantos saiem das mãos de A. P., o mais infatigável escritor dos nossos dias, a quem tanto e tanto deve a cultura nacio-

nal. Simultaneamente é também uma lição de exegese histórica, em que muito há a aprender.

A ITÁLIA DE HOJE, s/l e s/d.

É um álbum de fotografias, comentadas em português e em castelhano, sobre as realizações do fascismo desde o seu advento. Muitas das fotografias são bellissimas.

Publica, de págs. 12 a 17, o famoso Código do Trabalho.

OS CONTOS DA TIA EMÍLIA, por *M. Ernestina Sousa*. O PRÍNCIPE FELIZ, por *Emilia de Sousa Costa*. Editora Educação Nacional, Lim. da Pôrto, 1941.

A infatigável Editora «Educação Nacional» não deixa nunca de fazer jus ao nome que usa. Para isso procura escolher o seu público não só entre as pessoas feitas, mas também entre as crianças. Por via de regra são estas o pior público, porque nem sempre o que se lhes dirige é o que lhes agrada.

Nas variadíssimas obras infantis que vem publicando, a E. E. N. tem sabido interessá-las, já pela apresentação dos vo-

lumes (o que é importante), já pela escolha que tem feito dos autores. Os dois livrinhos acima indicados pertencem à Coleção dos Miudos, e constituem dois volumezinhos de pequenino formato, impressos em tipo muito legível, ótimo papel e curiosas ilustrações da distinta artista sr.^a D. Maria Vasconcelos. O fundo moral dos contos é irrepreensível, e a linguagem extremamente acessível às crianças.



IBERO-AMERIKANISCHES ARCHIV. Ano XIV. N.os 1 a 2, Abril a Outubro de 1940.

Desta importante revista, publicada pelo Instituto Ibero-Americano de Berlim, tenho presentes os números acima indicados, em dois fascículos, que, como os anteriores, publicam variados ensaios e fornecem muitíssimas notas e indicações bibliográficas utilíssimas, sobre os países da Península Ibérica e Ibero-americanos. É o seguinte o sumário dos dois fascículos em referência :

N.º 1: *Die grossen Epochen Ibero-Amerikas in Geschichte, Wirtschaft und Kultur*, por Otto Quelle; *Die Entsehung des portugiesischen Staates*, por Richard Konetzke; *Der Strukturwandel der Bevölkerung Ecuador's*, por O. Quelle; *Guatemala und Britisch-Honduras*, por Franz Termer; *Eugenio Maria de Hostos, ein Leben für Ibero-Amerika*, por Hilde Fromm; *Zür Bevölkerungskunde von Brasilien*, por (). Quelle.

N.os 2-3: *Das Katalanische Problem in der älteren Kartographie*, por Heinrich Winter; *Die Indianergesetzgebung im spanischen Kolonialreich*, por Elisabeth Gerdtz-Rupp; *Die amerikanische Sicherheitszone und die territorialen Veränderungen in Ibero-Amerika*, por Otto Quelle; e *Zehu Jahre « Ibero-Amerikanische Bibliographie »*, por Hans Praesent.

COLEÇÃO LITERARIA. Editora Educação Nacional, L.^{da} Pôrto, 1940.

A já conhecida e benemérita livraria-editora Educação Nacional lançou também no mercado uma coleção, cujo fim é divulgar a nossa literatura, agrupando em volumes homogêneos excertos de autores que trataram um determinado assunto, encarregando dessa tarefa o conhecido publicista dr. Mário Gonçalves Viana.

Os dois primeiros volumes têm por título *Os religiosos e os místicos* e *Os epistológrafos na literatura portuguesa*, e ambos são precedidos dum ensaio histórico-crítico e acompanhados de notas do seleccionador. Se nem sempre podemos estar de acôrdo com o critério que presidiu à escolha das peças incluídas nos volumes, em especial no II, nem por isso devemos regatear aplausos a uma iniciativa que o nosso meio sáfaro não anima a prosseguir. O dr. M. G. V., que já na coleção « Autores Clássicos » se revelou um consciencioso conhecedor da literatura portuguesa, nestes volumes agora publicados confirma os seus créditos. É justo louvar o seu esforço, que é o de uma pessoa que procura cumprir trabalhando.



FESTAS E DIVERTIMENTOS DA CIDADE DE LISBOA, pelo dr. Jaime Lopes Dias. Lisboa, 1940.

Convidado pela Federação das Sociedades de Educação e Recreio a fazer uma conferência, integrada na série de conferências culturais que aquela Federação promoveu, o sr. dr. J. L. D. falou das « Festas e divertimentos da Cidade de Lisboa da Independência à Restauração », a qual publicou agora em elegante folheto. Escrita em linguagem fluente, a que não falta elegância, nela se trata das procissões, das romarias, dos arraiais e

fogueiras, da entrada e a aclamação dos Reis, do canto, dança e jogos, da música, das janeiras e maías, do teatro, das corridas de touros e de cavalos, e, finalmente, de foguetes, sinos e tabernas, com pormenores interessantíssimos e cheios de côr.

A capa ostenta uma bela gravura em madeira, alusiva à conquista de Lisboa.



ETNOGRAFIA DA BEIRA. *Festas populares. Ciclo do Natal. A adoração dos pastores*, por Jaime Lopes Dias. Editorial Império, Lim.ª Lisboa, 1940.

Em separata da revista *Ocidente* publicou o sr. dr. J. L. D. êste interessante estudo que versa sôbre a adoração dos pastores na Madeirã, povoação da Beira-Baixa, curioso costume que se mantém ainda e que consiste na oferta de borrêgos, de vinho, de pão e outras iguarias, feitas ao Menino Jesus pelos pastores, que, finda a Missa do Galo, se dirigem para o altar a fazer a entrega das suas oferendas, dizendo a propósito versos da sua lavra, muitas vezes cheios de espírito, sempre ingénuos.

O folheto é ilustrado com desenhos curiosos, que realçam o texto.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



VISÕES SADIAS, por José Trêpa, Lelo & Irmão. Pôrto, 1941.

Quando José Trêpa nos deu *Pátria Eleita* não ficamos surpreendidos porque sabíamos dos seus méritos. Mas ficamos satisfeitos por vermos que José Trêpa vinha ocupar o lugar que lhe pertencia entre os nossos melhores poetas.

Em verdade a poesia de José Trêpa tem originalidade, tem singeleza e tem lirismo. Não existem nela sentimentalismos doentios. Os seus sonetos, bem trabalhados, são vibrantes como clarins a despertar as almas para a compreensão do Belo.

Visões sadias constituem um feixe admirável de sonetos patrióticos, moldados com firmeza, perfeitos na forma, com frémitos de entusiasmo a animá-los. Entre *Pátria Eleita* e *Visões sadias* não existem indecisões ou quebras de continuidade. A mesma inspiração os une a *Ritmos de Sempre*, o segundo volume desta bela trilogia nacionalista e patriótica. Em todos êles se manifesta a mesma personalidade, a mesma firmeza de ritmo, a mesma beleza de forma, a mesma requintada e elevada inspiração.

Em *Visões sadias* desenham-se maravilhosamente, nos sonetos bem feitos e harmoniosos, as figuras de vulto da nossa história, magistral lição, onde, como confessa Augusto Moreno, «a devoção patriótica do autor passa à exaltação do seu patriotismo». Encanta-nos a cadência e harmonia dêste grupo de sonetos e das suas felizes imagens.

Felicitemos José Trêpa por êste seu novo triunfo e ficamos aguardando, com a mais justificável ansiedade, os seus novos e prometidos trabalhos.

A edição é elegante, como convém a um livro de versos, sem affectações nem exotismos. Por tudo, é um livro bem português.



A CIDADE ANTIGA (2 vols.), por *Fustel de Coulanges*. Tradução portuguesa. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1941.

A tradução portuguesa de *A Cidade Antiga* vai já na quinta edição. Isto demonstra que ela tem interessado os por-

tugueses e segue, felizmente, na sua carreira de triunfos.

É bom que assim aconteça e que nova edição se siga muito em breve expungida de certas deficiências de tradução que encontramos nesta.

A Pátria é para Fustel de Coulanges, — e também para nós — um patrimônio a continuar. Por isso tôda a expansão que possa ter *A Cidade Antiga* é frutuosa pelo que influirá nas directrizes e fundamentos da Cidade Nova.

Porque o presente é um elo a prender-nos ao passado, tudo quanto de novo houver a fazer, há-de, necessariamente, de assentar no que de bom houve nesse passado.

Afirma-o Fustel de Coulanges, «Felizmente o passado nunca morre completamente para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas conserva-o sempre dentro de si. Porque, tal como êle é, em cada época, é o produto e o resumo de tôdas as épocas anteriores. Se êle penetrar na sua alma, pode achar e distinguir nela essas épocas diferentes, segundo o que cada uma delas lá deixou.»

Seguindo na mesma luminosa carreira, disse António Sardinha: «Graças aos que me precederam na sucessão interminada da existência não nasci nem para descrever, nem para duvidar. Palpita dentro de mim um intento modesto, mas sólido, de *constituir*, que mesmo quando contemplo o espectáculo melancólico de quaisquer ruínas, encontro sempre nelas motivos vitoriosos de afirmação e de confiança.»

O primeiro volume de *A Cidade Antiga* estuda as antiguidades gregas e romanas, e estabelece a comparação das crenças e das leis desses povos.

O segundo volume refere as revoluções que se foram operando nas crenças e nas leis até que a vitória do cristianismo «apresentou à adoração de todos os homens um Deus único, um Deus universal, um Deus para todos, que não tinha povo eleito, e que não distinguia nem raças, nem famílias, nem Estados». Êste segundo volume fecha com um *Índice Analítico*, que precisava de ser acrescido, por ser de grande utilidade, de um vocabulário dos nomes empregados.



ESBÔÇO ANALÍTICO DE ESTÉTICA NA OBRA DE JOÃO MARIA FERREIRA, por *Jorge Vernex*. Editorial «Meio Dia». Pôrto, s/d.

Jorge Vernex é um trabalhador infatigável que dispersa a sua actividade em diversos jornais e revistas onde colabora.

Êste *Esbôço* é o primeiro trabalho que Jorge Vernex publica, em edição da Editorial «Meio Dia», e nêle analisa a estética na obra do poeta João Maria Ferreira.

Como se diz em *Nota*, não é um estudo profundo dessa obra, mas a personalidade literária do autor do «Jesus de Nazaré» fica devidamente focada e o *Esbôço* é suficiente para nos pôr em contacto com os trabalhos do poeta.

Jorge Vernex tem qualidades que se irão afirmando em futuros estudos que se anunciam e que esperamos ver publicados em breve.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

ÍNDICE DO XVII VOLUME

TEXTO:	PÁGS.
Super flumina Babylonis — <i>Redacção</i>	5
Sua Alteza a Senhora Infanta — <i>Alfredo Pimenta</i>	7
Soneto — <i>J. A. V. G. Pinto Bacelar</i>	11
A memória do P. ^e António Vieira — <i>Fernando Campos</i>	12
Credos & Superstições — <i>Fernando de Aguiar</i>	15
Velharias Vimaraneses — 1841 — <i>João Lopes de Faria</i> . 26, 55, 90, 123, 157 e	185
Alma minha gentil... — <i>Alfredo Pimenta</i>	33
Horas de Fé — <i>Jerónimo de Almeida</i>	40
O Conceito da Idade-Média e a Idade-Média Portuguesa — <i>Luís Chaves</i> 42, 71 e	97
Panorama literário — <i>Jorge Vernex</i>	49
Doutor José Leite de Vasconcelos — <i>Jaime Lopes Dias</i>	65
Invocação — <i>Alberto de Monsaraz</i>	70
Sobre o Comércio dos grãos — <i>Fernando de Aguiar</i> 78, 113, 151 e	165
Sobre quatro angolenses adultos do sexo masculino — <i>António de Almeida e</i> <i>José de Campos e Sousa</i> 83 e	107
À língua portuguesa — <i>Arlindo Veiga dos Santos</i>	106
A italianidade da Dalmácia — <i>D. Severin</i>	121
O novo Príncipe — <i>Caelano Beirão</i>	129
Princesas de Portugal — <i>Abílio Coelho</i>	137
Auxilium Christianorum — <i>P.^e Campo Santo</i>	139
Um Poeta das Ilhas de Bruma — <i>Diogo Ivens</i>	140
Alberto Sampaio na historiografia portuguesa — <i>Luís Chaves</i>	161
Alberto Sampaio — <i>Nuno Simões</i>	164
Carlos Malheiro Dias — <i>Alfredo Pimenta</i>	175
O homem põe — <i>Virgílio Godinho</i>	178
José Guedes Vaz Pinto Bacelar — <i>Redacção</i>	184

Dos Livros & dos Autores:

<i>Lições de Linguagem</i> , por Augusto Moreno	29
<i>Conflitos Humanos</i> , por Maria de Figueiredo.	29
<i>Corpus Codicum Latinorum et Portugalsivm</i> , da Câmara M. do Pôrto.	29
<i>The British Factory in Lisbon</i> , by A. R. Walford	30
<i>Catalogue of the Exhibition of British Educational and Pedagogical</i> <i>Works</i> , do Instituto Britânico em Portugal.	30
<i>A política das obras públicas na Itália</i>	31
<i>Garantir o futuro — As chancelarias medievais portuguesas da Senhora</i> <i>Abiãh E. Reuter — A data do combate de Val de Vez e A Funda-</i> <i>ção e a Restauração de Portugal</i> , por Alfredo Pimenta	31

	PÁGS.
<i>A Solução Corporativa</i> , por Fernando Campos	57
<i>Grandeza e misérias do Bom Jesus do Monte</i> , por Luiz de Almeida Braga.	57
<i>Berço da Pátria</i> (Tríptico), por Jerónimo de Almeida	58
<i>Livro antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I</i> , do Arquivo Municipal do Pôrto. <i>O Ca- bido da Sé do Pôrto</i> , pelo Cónego António Ferreira Pinto. <i>For- rais Manuelinos da Cidade e termo do Pôrto</i> , existentes no Ar- quivo Municipal.	59
<i>Curiosidades de Guimarães</i> . VII. <i>Jornalismo Vimaranense, As Festas da Aclamação</i> , por Alberto V. Braga	60
<i>Serve...!</i> , por Albert Bessières, S. J. Tradução do P.º José da Silva Ra- malho.	60
<i>Boletim Cultural da Câmara Municipal do Pôrto</i>	61
<i>Horas negras</i> , por Mesquita Júnior.	61
<i>Boletim de Trabalhos Históricos</i>	61
<i>Estudos Vicentinos</i> , por Aubrey F. G. Bell. Tradução do inglês por An- tónio Alvaro Dória.	62
<i>Ao princípio era o Verbo</i> , por António Sardinha.	62
<i>Estudos de lingüística</i> , por I. Xavier Fernandes	63
<i>História da Guerra de Espanha</i> , por R. Brasillach e M. Bardèche	64
<i>A Arte da Leitura</i> , por Mário Gonçalves Viana	92
<i>Curiosidades de Guimarães</i> . VI. <i>Feiras e mercados</i> , por Alberto V. Braga	93
<i>No espólio de Sardinha</i> , pelo Conde d'Aurora	93
<i>Documentos do tempo</i> . Galeazzo Ciano	94
<i>O Século da Restauração</i> , por Feliciano Ramos	94
<i>A Alma dos meus Bonecos</i> , por Horácio de Castro Guimarães.	94
<i>Manuel Tomás, poeta vimaranense da Restauração</i> , por Manuel Alves de Oliveira	95
<i>Santa Miséria</i> , por Emil Sillanpää. Tradução de José Marinho	96
<i>Está morta!</i> («Krotkaia»), novela fantástica por Dostoievski. Tradução de João Gaspar Simões.	125
<i>História pequenina de Portugal Gigante</i> , por António Corrêa de Oliveira	126
<i>Heráldicas do meu Reino</i> , por Narciso de Azevedo	126
<i>Hipóteses metapsíquicas</i> , por António Lobo Vilela	126
<i>Lições de História de Portugal para o Ensino Técnico</i> , por Jorge An- tunes.	127
<i>Paísagens do Minho</i> , por Freitas Soares	127
<i>Trechos escolhidos</i> , por D. Francisco Manuel de Melo	128
<i>Juventude de 1940</i> , por A. Luiz Vaz	158
<i>O Santuário de Nossa Senhora da Peneda</i> , por A. Luiz Vaz.	159
<i>Ansiedade</i> , por Joaquim Paço d'Arcos	159
<i>Algumas notas sobre la Andalucía del P. Coloma</i> , por Pedro Pérez Clotet.	160
<i>Cousas da Madeira. Lendas de outrora, e de sempre...</i> , por Fernando de Aguiar	186

	PÁGS.	
<i>Alguns documentos para a história de Idanha-a-Velha</i> , por Alfredo Pimenta	186	
<i>A Itália de hoje</i>	186	
<i>Os Contos da Tia Emília</i> , por M. Ernestina Sousa.	186	
<i>O Príncipe Jeliz</i> , por Emília de Sousa Costa	186	
<i>Ibero-Amerikanisches Archiv</i>	187	17
<i>Colecção literária</i>	187	7
<i>Festas e divertimentos da Cidade de Lisboa</i> , por Jaime Lopes Dias	187	
<i>Etnografia da Beira</i> , por Jaime Lopes Dias	188	3
<i>Visões sadias</i> , por José Trêpa	188	3
<i>A Cidade Antiga</i> , por Fustel de Coulanges. Tradução portuguesa	188	
<i>Esbôço analítico de estética na obra de João Maria Ferreira</i> , por Jorge Vernex	189	
 Índice das gravuras:		
O Dr. José Leite de Vasconcelos	66	6
O Senhor Dom Duarte	133	
Alberto Sampaio	162	2
Alberto Sampaio e os seus Amigos Luís de Magalhães e Jaime de Magalhães Lima	162	
 Índice dos Autores:		
Abílio Coelho	137	7
Alberto de Monsaraz	70	10
Alfredo Pimenta	7, 33 e 175	
António de Almeida	83 e 107	
Antonio Alvaro Dória	29, 57, 92, 125, 158 e 186	
Arlindo Veiga dos Santos.	106	3
Caetano Beirão	129	9
Campo Santo (P.º)	139	9
D. Severin	121	1
Diogo Ivens.	140	0
Fernando de Aguiar	15, 78, 113, 151 e 165	
Fernando Campos	12	
J. A. V. G. Pinto Bacelar.	11	1
Jaime Lopes Dias	65	
Jerónimo de Almeida	40	
João Lopes de Faria	26, 55, 90, 123, 157 e 185	
Jorge Vernex	49	
José de Campos e Sousa	83 e 107	
Luís Chaves.	42, 71, 97 e 161	
Manuel Alves de Oliveira.	62, 127 e 188	
Nuno Simões	164	4
Vergílio Godinho	178	8